



**Plano Territorial  
Desenvolvimento Rural  
Sustentável  
Território  
SOBRAL**



PTDRS  
SOBRAL

PRESIDENTE DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Afonso Florence

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Jerônimo Rodrigues Souza

DELEGADO FEDERAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ

Francisco Nelsieudes Sombra de Oliveira

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

José Nelson Martins de Sousa

INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ

Francisco Celso Crisóstomo Secundino

CENTRO DE CAPACITAÇÃO E ASSESSORIA TÉCNICA - CAPACIT

Janeide Lima Coelho

GRUPO TÉCNICO PELA TERRITORIALIZAÇÃO DO CEARÁ - GTT

Amélia Carmelita Gurgel dos Anjos

Graça Duarte de Almeida

Antonio Lacerda Souto

Cleber Leite Pereira

Josafa Martins

Luiz Carlos dos Santos

Marco Antonio Vieira de Castro

Maria de Fátima Costa Fernandes

Olimpio Ferreira Queiroga Neto

Raimundo Adolfo Gurgel do Amaral Filho

Técnica do Instituto Agropolos

Coordenador CODET/MDA

Articulador Estadual da SDT/MDA

Coordenador – SDA/ Agropolos

Coordenador Instituto Agropolos

Agente Desenvolvimento Econômico -

SDT/MDA

Secretario - CEDR

Assessora EMATERCE

Articulador Estadual da SDT/MDA

Assessor - CEDR

B823p

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário  
Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território de  
Sobral – MDA/SDT/Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2011.  
407p.:v 1. il

1. Territorialidade. 2. Desenvolvimento Sustentável I. Instituto  
Agropolos do Ceará II. Título

CDD: 304.2

Catálogo na fonte: Ruth Helena Linhares Leite, CRB<sub>3</sub>- 403.

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO  
TERRITÓRIO DA CIDADANIA**

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E  
SUSTENTAVEL DO TERRITÓRIO DE SOBRAL**

**CEARA  
2011**

## **COORDENAÇÃO NACIONAL**

Carlos Umberto Osório Castro - SDT/MDA

Carleuza Andrade da Silva - SDT/MDA

## **COORDENAÇÃO TERRITORIAL**

Plenária Geral Territorial de Sobral

Núcleo Dirigente do Território de Sobral

## **EQUIPE PROPOSITIVA DOS COLEGIADOS TERRITORIAIS**

### **COMITÊS TEMÁTICOS**

Comitê de Direitos e Desenvolvimento Social

Comitê de Educação e Cultura

Comitê de Gestão Territorial

Comitê de Infraestrutura

Comitê de Meio Ambiente

Comitê de Organização Sustentável da Produção

Comitê de Saúde, Saneamento e Acesso a Água

## **ASSESSOR TÉCNICO TERRITORIAL**

Rony Italo de Queiroz Menezes

Zootecnista

## **EQUIPE DE ELABORAÇÃO**

Amélia Carmelita Gurgel dos Anjos

Pedagoga

Antonio Lacerda Souto

Pedagogo

Aurélio Magno Lopes de Oliveira

Engº Agrônomo

Catarina Maria Rabelo

Ms Sociologia

Elisângela Maria de Oliveira Sousa

Ms Políticas Públicas

Fabiola de Lima Gonçalves

Enfermeira

Florencia Furlotti

Pedagoga

Francisca Sinhá Moreira Evangelista

Ms Geografia

Francisco Eugênio de Oliveira Costa

Engº Agrônomo

Geórgia Medeiros Paiva

Esp. Saúde da Família

Janaina Carla Farias

Turismóloga

Jefferson Gonçalves Américo Nóbrega

Ms Engenharia Agrônômica

Leilamara do Nascimento Andrade

Ms. Engenharia de Pesca

Marcos Antonio Duarte

Economista Doméstico

Maria Clara Gonçalves de Castro e Silva

Esp Saúde da Família

Maria Inês Mapurunga de Miranda

Geógrafa

Maria Lucia Vitoriano de Lima

Pedagoga

Mauricio Lima de Oliveira

Acadêmico de Agronomia

Nahyara Estevam Marinho

Ms Sociologia

Olimpio Ferreira Queiroga Neto

Engº Agrônomo

Renato Araujo Bezerra

Administrador

Rony Italo de Queiroz Menezes

Zootecnista

Ruth Helena Linhares Leite

Bibliotecária

Vânia Margareth Rodrigues Bonfim

Ms Políticas Públicas

## **A G R A D E C I M E N T O S**

A todos que participaram deste processo, que privilegia as práticas humanas, aprendizagens que contemplam os saberes sociais, com o ideal de criar as condições sócio ambientais para conhecer, avaliar e agir sobre a realidade e ao mesmo tempo possibilitar as mudanças de comportamentos e transformações na construção de um plano territorial participativo nascido de uma nova concepção de gestão social.

E neste processo registramos aqueles e aquelas que foram precursores desta estratégia territorial em especial

*Luiz Inácio Lula da Silva*

*Guilherme Cassel*

*Jose Humberto Oliveira*

*Camilo Sobreira de Santanna*

*Antonio Rodrigues Amorim*

*Marcelo Souza Pinheiro*

*José Bartolomeu Cavalcante*



## LISTA DE SIGLAS

<b>APA</b>	Área de Proteção Ambiental
<b>ADAGRI</b>	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará
<b>APRECE</b>	Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará
<b>ASA</b>	Articulação do Semiárido
<b>BB</b>	Banco do Brasil
<b>BNB</b>	Banco do Nordeste
<b>BPC</b>	Benefício da Prestação Continuada
<b>CAE</b>	Conselho de Alimentação Escolar
<b>CAGECE</b>	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
<b>CAPS</b>	Centro de Atenção Psicossocial
<b>CCDS</b>	Conselhos Comunitários de Defesa Social
<b>CEDAW</b>	Convenção Sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres
<b>CEF</b>	Caixa Econômica Federal
<b>CEO</b>	Centro de Especialidades odontológicas
<b>CEU</b>	Condomínio Espiritual Uirapuru
<b>CMDS</b>	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável
<b>CODET</b>	Coordenadoria de Desenvolvimento Territorial e Combate a Pobreza
<b>COFINS</b>	Contribuição Financeira para a Seguridade Social
<b>COGERH</b>	Companhia de Gestão de Recursos Hídricos
<b>CONAB</b>	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>CONPAM</b>	Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
<b>CONDIRJA</b>	Conselho de Desenvolvimento e Integração da Região Jaguaribana
<b>COOPANEI</b>	Cooperativa de Produção, Assistência Técnica, Comercialização e Núcleo.
<b>COOTAP</b>	Cooperativa Tecnológica de Assessoria e Projetos
<b>COSMAC</b>	Companhia Sobralense de Material de Construção
<b>CRAS</b>	Centros de Referência de Assistência Social
<b>CREAS</b>	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
<b>CREDE</b>	Coordenação Regional de Desenvolvimento da Educação
<b>CVT</b>	Centro Vocacional Tecnológico
<b>CTM</b>	Companhia de Teatro de Meruoca
<b>DER</b>	Departamento de Estradas de Rodagem
<b>DETR</b>	Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes
<b>DNOCS</b>	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
<b>EAN</b>	Educação Alimentar e Nutricional
<b>EE</b>	Escolas Estaduais
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>EM</b>	Escolas Municipais
<b>EMATERCE</b>	Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>FAFIDAM</b>	Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos
<b>FEBRABAN</b>	Federação Brasileira de Bancos
<b>FETRAECE</b>	Federação dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura do estado do ceará
<b>FIOCRUZ</b>	Fundação Oswaldo cruz
<b>FME</b>	Fundação Municipal de Educação
<b>FNDE</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
<b>FPM</b>	Fundo de Participação dos Municípios
<b>FUNCEME</b>	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
<b>FUNDEB</b>	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
<b>HIPERDIA</b>	Sistema Nacional de Hipertensão e Diabetes
<b>IAC</b>	Instituto Agropolos do Ceará
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICMbio</b>	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
<b>ICOM</b>	Conselho Internacional de Museus

## LISTA DE SIGLAS

<b>IDACE</b>	Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
<b>IDEB</b>	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
<b>IDHM</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IFCE</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>INSS</b>	Instituto Nacional de Seguro Social
<b>IPECE</b>	Instituto de Pesquisas, Estudos, Cultura e Educação.
<b>IPD</b>	Índice Interdisciplinar de Propensão
<b>LOAS</b>	Lei Orgânica da Assistência Social
<b>LRPD</b>	Laboratórios Regionais de Prótese Dentária
<b>MDA</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
<b>NIT</b>	Núcleo de Informação Tecnológica
<b>NASF</b>	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
<b>OMS</b>	Organização Mundial de Saúde
<b>ONG</b>	Organização não governamental
<b>PAA</b>	Programa de Aquisição de Alimentos
<b>PBF</b>	Programa Bolsa Família
<b>PETI</b>	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
<b>pH</b>	Potencial Hidrogênico
<b>PM</b>	Prefeituras Municipais
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>PNAE</b>	Programa Nacional de Alimentação Escolar
<b>PNSAN</b>	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>PSE</b>	Proteção Social Especial
<b>PTDRS</b>	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
<b>RCSES</b>	Rede Cearense de Socioeconômica Solidária
<b>REP</b>	Reserva Ecológica Particular
<b>R.H</b>	Recursos Hídricos
<b>SAEB</b>	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
<b>SAMU</b>	Serviço de Atendimento Médico de Urgência
<b>SDA</b>	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
<b>SDT</b>	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
<b>SEESP</b>	Secretaria de Educação Especial
<b>SEMACE</b>	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
<b>SEMob</b>	Secretaria Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana
<b>SENAES</b>	Secretaria Nacional de Economia Solidária
<b>SINE</b>	Sistema Nacional de Emprego
<b>SPE</b>	Saúde e Proteção nas Escolas
<b>SUDEC</b>	Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará
<b>SUS</b>	Sistema único de Saúde
<b>TPE</b>	Movimento Todos pela Educação

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b>	Representação do Mapa do Território Sobral	<b>45</b>
<b>FIGURA 2</b>	Adaptação dos Mapas dos Municípios do Micro Território I	<b>45</b>
<b>FIGURA 3</b>	Adaptação dos Mapas dos Municípios do Micro Território II	<b>46</b>
<b>FIGURA 4</b>	Adaptação dos Mapas dos Municípios do Micro Território III	<b>46</b>
<b>FIGURA 5</b>	Adaptação dos Mapas dos Municípios do Micro Território IV	<b>47</b>
<b>FIGURA 6</b>	Adaptação dos Mapas dos Municípios do Micro Território V	<b>47</b>
<b>FIGURA 7</b>	Adaptação dos Mapas dos Municípios do Micro Território VI	<b>47</b>
<b>FIGURA 8</b>	Mortalidade por Grupos de Causas no Território de Sobral em 2008	<b>121</b>
<b>FIGURA 9</b>	Situação de nascimento no Território Sobral (percentual de nascidos com baixo peso, prematuros e mães adolescentes (10- 19 anos) em 2008).	<b>125</b>
<b>FIGURA 10</b>	Tipos de estabelecimentos no Território de Sobral	<b>136</b>
<b>FIGURA 11</b>	Número de profissionais de médicos por 1000 habitantes no território sobral em 2008.	<b>137</b>
<b>FIGURA 12</b>	Número de profissionais de saúde por 1000 habitantes em 2008.	<b>138</b>
<b>FIGURA 13</b>	Dados de Precipitação Média Anual do Micro Território I	<b>200</b>
<b>FIGURA 14</b>	Precipitação Média Anual do Micro território II	<b>201</b>
<b>FIGURA 15</b>	Precipitação Média Anual do Micro Território III	<b>201</b>
<b>FIGURA 16</b>	Precipitação Média Anual do Micro Território IV	<b>202</b>
<b>FIGURA 17</b>	Precipitação Média Anual do Micro Território V	<b>202</b>
<b>FIGURA 18</b>	Precipitação Média Anual do Micro Território VI	<b>203</b>
<b>FIGURA 19</b>	Tipos Climáticos Encontrados no Território de Sobral	<b>206</b>
<b>FIGURA 20</b>	Mapa da compartimentação geoambiental do Território de Sobral	<b>207</b>
<b>FIGURA 21</b>	Representação Gráfica do Mapa de Hipsometria	<b>209</b>
<b>FIGURA 22</b>	Mapa das Bacias Hidrográficas que banham o Território de Sobral	<b>211</b>
<b>FIGURA 23</b>	Representação gráfica do mapa do Território de Sobral apresentando as principais unidades fitoecológicas	<b>220</b>
<b>FIGURA 24</b>	Áreas degradadas susceptíveis aos processos de desertificação no Território de Sobral	<b>232</b>
<b>FIGURA 25</b>	Índice de Gini dos Municípios do Território e Média do Território – 1991 e 2000	<b>243</b>
<b>FIGURA 26</b>	Evolução do IDHM para os municípios do território – 1991 e 2000.	<b>247</b>
<b>FIGURA 27</b>	Dimensão do IDHM Educação – 1991 e 2000.	<b>249</b>
<b>FIGURA 28</b>	Dimensão do IDHM Longevidade – 1991 e 2000	<b>249</b>
<b>FIGURA 29</b>	Dimensão do IDHM Renda – 1991 e 2000	<b>250</b>
<b>FIGURA 30</b>	Composição Setorial do PIB do Território de Sobral para o ano de 2007	<b>255</b>
<b>FIGURA 31</b>	Número de Mandatos por Partidos	<b>327</b>
<b>FIGURA 32</b>	Dados Comparativos entre os micros territórios FUNDEF, 2006; FUNDEB, 2009.	<b>335</b>
<b>FIGURA 33</b>	Dados comparativos entre os micros territórios – FUNDEF,2006 FUNDEB, 2009	<b>336</b>
<b>FIGURA 34</b>	Dados comparativos entre os micros territórios ICMS - cota parte transferências estaduais	<b>337</b>
<b>FIGURA 35</b>	Dados comparativos entre o micros territórios Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 -2009	<b>341</b>
<b>FIGURA 36</b>	Dados comparativos entre os micros territórios - arrecadação Orçamentária dos Municípios	<b>343</b>
<b>FIGURA 37</b>	Elementos do Processo da Gestão Social	<b>359</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b>	Distribuição da população do Território de Sobral por micro território, série histórica dos anos de 2007 a 2010 e a taxa de crescimento	<b>27</b>
<b>TABELA 2</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do Território de Sobral – 2010.	<b>29</b>
<b>Tabela 2.1</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do Território de Sobral - 2010	<b>30</b>
<b>Tabela 2.2</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do Território de Sobral - 2010	<b>32</b>
<b>Tabela 2.3</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do Território de Sobral - 2010	<b>34</b>
<b>Tabela 2.4</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do Território de Sobral – 2010.	<b>36</b>
<b>Tabela 2.5</b>	População residente, por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sobral - 2010	<b>38</b>
<b>TABELA 3</b>	População Total, Urbana e Rural, Densidade Demográfica, Percentual da População do Território de Sobral, 2010.	<b>40</b>
<b>TABELA 4</b>	Taxa Geométrica Total (urbana e rural) do Território de Sobral, 2010.	<b>41</b>
<b>TABELA 5</b>	Morbidade proporcional por doenças crônicas e transmissíveis no Território de Sobral em 2008.	<b>113</b>
<b>TABELA 6</b>	Mortalidade proporcional por grupos de causas no Território dos Sobral em 2008.	<b>119</b>
<b>TABELA 7</b>	Condições de nascimento no Território Sobral em 2008	<b>123</b>
<b>TABELA 8</b>	Tipos de estabelecimentos atenção básica e especializada no Território de Sobral dados de 2008 e 2009 e 2010.	<b>134</b>
<b>TABELA 9</b>	Situação de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Território de Sobral em 2006.	<b>140</b>
<b>TABELA 10</b>	População Total e Alfabetizada no Estado por Faixa Etária e Zona de Moradia.	<b>145</b>
<b>TABELA 11</b>	Educação Infantil - Número de matrículas nas escolas por dependência administrativa e zona de moradia.	<b>146</b>
<b>TABELA 12</b>	Ensino Infantil - Número de escolas, biblioteca, de laboratório de informática e ciências, quadras de esportes, escola que recebe a merenda escolar, por dependência administrativa e zona de moradia.	<b>149</b>
<b>TABELA 13</b>	Ensino Fundamental - Número de matrículas por dependência administrativa e zona de moradia	<b>153</b>
<b>TABELA 14</b>	Ensino Fundamental - Número de escolas, escolas com biblioteca, com laboratório de informática e de ciências, recebem merenda escolar por dependência administrativa e zona de moradia.	<b>156</b>
<b>TABELA 15</b>	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB do Ensino Fundamental	<b>160</b>
<b>TABELA 16</b>	Grau de formação dos docentes do Ensino Fundamental dos municípios do Território Sobral	<b>162</b>
<b>TABELA 17</b>	Ensino Médio - Número de matrículas nas escolas por dependência administrativa e zona de moradia	<b>163</b>
<b>TABELA 18</b>	Tabela Ensino Médio - Número de escolas, escolas com biblioteca, com laboratório de informática, de ciências, quadra de esporte escolas que recebem merenda escolar por dependência administrativa e zona de moradia	<b>165</b>
<b>TABELA 19</b>	Educação de Jovens e Adultos- presencial e semipresencial Número de matrículas e número de escolas - por dependência administrativa e zona de moradia	<b>169</b>
<b>TABELA 20</b>	Taxa de analfabetismo da população - por gênero e zona de moradia	<b>174</b>
<b>TABELA 21</b>	Municípios com suas temperaturas médias, períodos chuvosos e clima característicos	<b>205</b>
<b>TABELA 22</b>	Açudes Monitorados na Bacia do Coreau	<b>212</b>
<b>TABELA 23</b>	Açudes Monitorados - Bacia do Acaraú	<b>213</b>
<b>TABELA 24</b>	Obras de abastecimento do projeto São José em municípios do território de	<b>213</b>

## LISTA DE TABELAS

	Sobral no período de 2000 a 2009.	
<b>TABELA 25</b>	Participação municipal na etapa Regional do Pacto das águas	<b>214</b>
<b>TABELA 26</b>	Proporção de Moradores por tipo de Destino de Lixo	<b>226</b>
<b>TABELA 27</b>	Renda per Capita, Proporção de pobres e Índice de Gini– 1991 e 2000.	<b>244</b>
<b>TABELA 28</b>	Percentual de Apropriação de Renda por Estratos de Renda da População por municípios, micro território e território – 1991 e 2000.	<b>244</b>
<b>TABELA 29</b>	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Municipal e Rank do Estado para os municípios do Território de Sobral - 1991 e 2000.	<b>246</b>
<b>TABELA 30</b>	Dimensões do IDHM para os municípios do Território de Sobral – 1991 e 2000.	<b>248</b>
<b>TABELA 31</b>	Índice de Desenvolvimento Municipal Global– 2004 e 2006	<b>251</b>
<b>TABELA 32</b>	Índice médio, número de municípios, segundo classes do IDM dos municípios do Território de Sobral – 2008.	<b>252</b>
<b>TABELA 33</b>	Produto Interno Bruto Municipal R\$(mil) para os municípios do Território de Sobral	<b>252</b>
<b>TABELA 34</b>	Estrutura setorial do valor adicionado a preços básicos, segundo os municípios do Território de Sobral – 2007.	<b>254</b>
<b>TABELA 35</b>	Variação Populacional do Território de Sobral – 2000-2007	<b>255</b>
<b>TABELA 36</b>	Produção em (t) das Culturas Permanentes	<b>261</b>
<b>TABELA 37</b>	Culturas Temporárias em (t)	<b>263</b>
<b>TABELA 38</b>	Efetivo dos rebanhos bovinos e suínos, segundo os municípios do Território de Sobral para os anos 2003-2008.	<b>268</b>
<b>TABELA 39</b>	Efetivo dos rebanhos ovinos e caprinos, segundo os municípios do Território de Sobral nos anos 2003-2008.	<b>270</b>
<b>TABELA 40</b>	Efetivo de aves, segundo os municípios do território nos anos 2003-2008	<b>272</b>
<b>TABELA 41</b>	Produção de Ovos de galinha, segundo os municípios do Território de Sobral para os anos 2003-2008.	<b>274</b>
<b>TABELA 42</b>	Número Vacas ordenhadas e Produção Leite de Vaca	<b>275</b>
<b>TABELA 43</b>	Produtividade de mel, 2009.	<b>277</b>
<b>TABELA 44</b>	Extrativismo vegetal, quantidade produzido em 2009	<b>278</b>
<b>TABELA 45</b>	Número de Estabelecimentos Rurais ocupados com lavoura (permanente e temporária), mata e pastagem 2006.	<b>282</b>
<b>TABELA 46</b>	Estabelecimentos por estrato de área e condição do produtor	<b>284</b>
<b>TABELA 47</b>	Estabelecimentos por estrato de área e condição do produtor (continuação)	<b>285</b>
<b>TABELA 48</b>	Número e área dos imóveis rurais, por tamanho do imóvel e classificação das áreas, segundo os municípios - Ceará - Dez/2005	<b>286</b>
<b>TABELA 49</b>	Número de propriedades por concentração de área em ha da agricultura familiar.	<b>289</b>
<b>TABELA 50</b>	Movimentação Financeira via Programa de Aquisição de Alimentos	<b>294</b>
<b>TABELA 51</b>	Totais de adesões ao Garantia Safra	<b>304</b>
<b>TABELA 52</b>	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo os municípios 2008	<b>306</b>
<b>TABELA 53</b>	Empregos Formais por setores da Economia e sexo por municípios do Território de Sobral no ano de 2008	<b>311</b>
<b>TABELA 54</b>	Estabelecimentos comerciais por setor, 2007 e 2008.	<b>313</b>
<b>TABELA 55</b>	Empresas industriais ativas, por tipo, 2007 e 2008	<b>314</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b>	Vias de Acesso dos municípios do Território Sobral a Capital Fortaleza	<b>48</b>
<b>QUADRO 2</b>	Número de cisternas construídas e Repasse MDS - Ano 2010	<b>71</b>
<b>QUADRO 3</b>	Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família- Ano 2010	<b>74</b>
<b>QUADRO 4</b>	Estimativa de famílias pobres – CADÚNICO e do Programa Bolsa Família- Ano 2010	<b>75</b>
<b>QUADRO 5</b>	Programas Complementares articulados em nível federal	<b>77</b>
<b>QUADRO 6</b>	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	<b>79</b>
<b>QUADRO 7</b>	Ações, beneficiários e repasses da Assistência Social – Ano base 2010	<b>81</b>
<b>QUADRO 8</b>	Comparativo entre benefícios sociais com cobertura via Assistência Social (BPC e PETI) e bolsa Família com repasses direto aos beneficiários- 2010	<b>84</b>
<b>QUADRO 9</b>	Quantidade de benefícios emitidos pelo INSS – 2000 a 2009	<b>87</b>
<b>QUADRO 10</b>	Valor dos Benefícios emitidos pelo INSS – 2000 a 2009	<b>89</b>
<b>QUADRO 11</b>	Quantidade e Valor dos Benefícios emitidos pelo INSS – Urbano e Rural 2007 e 2008	<b>90</b>
<b>QUADRO 12</b>	Número de promotores de justiça, Delegacias de Polícia e Defensores Públicos nos municípios – 2010	<b>94</b>
<b>QUADRO 13</b>	Documentos emitidos: RG, CPF, Carteira Profissional e Registro INSS	<b>99</b>
<b>QUADRO 14</b>	Ensino Superior - Número de universidades - por dependência administrativa e zona de moradia e Cursos Ofertados	<b>171</b>
<b>QUADRO 15</b>	Arquivo territorial	<b>188</b>
<b>QUADRO 16</b>	Postos Pluviométricos selecionados para esta pesquisa	<b>199</b>
<b>QUADRO 17</b>	Programas ambientais em vigor no território	<b>234</b>
<b>QUADRO 18</b>	Análise Territorial da Dimensão Ambiental	<b>235</b>
<b>QUADRO 19</b>	Tipologias de artesanato por municípios 2010	<b>281</b>
<b>QUADRO 20</b>	Áreas de Assentamentos da Reforma Agrária	<b>290</b>
<b>QUADRO 21</b>	Análise Territorial da Dimensão Socioeconômica	<b>317</b>
<b>QUADRO 22</b>	Composição da representação político-partidária do Poder Executivo Municipal – 2009 – 2012 a 1993-1996	<b>324</b>
<b>QUADRO 23</b>	Composição da representação político-partidária do Poder Executivo Municipal – 2009 – 2012 a 1993-1996	<b>324</b>
<b>QUADRO 24</b>	Composição da representação político-partidária do Poder Executivo Municipal – 2009 – 2012 a 1993-1996	<b>325</b>
<b>QUADRO 25</b>	Composição da representação político-partidária do Poder Executivo Municipal – 2009 – 2012 a 1993-1996	<b>325</b>
<b>QUADRO 26</b>	Composição da representação político-partidária do Poder Executivo Municipal – 2009 – 2012 a 1993-1996	<b>326</b>
<b>QUADRO 27</b>	Consolidação da Predominância de mandatos dos partidos, período 1993 a 2012	<b>326</b>
<b>QUADRO 28</b>	Tipos de Ações e Serviços Prestados por Entidades e Organizações da Sociedade Civil com Potencial de Integração	<b>329</b>
<b>QUADRO 29</b>	Transferências aos Municípios FPM , ICMS - FUNDEB - Ceará - 2004-2008	<b>333</b>
<b>QUADRO 30</b>	Dados comparativos entre os micros territórios - Transferências aos Municípios FPM , ICMS - FUNDEB - Ceará - 2004-2008	<b>334</b>
<b>QUADRO 31</b>	Transferências aos Municípios FUNDEF, 2006; FUNDEB, 2009	<b>335</b>
<b>QUADRO 32</b>	Dados comparativos entre os micros territórios – FUNDEF, 2006 FUNDEB, 2009	<b>336</b>
<b>QUADRO 33</b>	ICMS - cota parte transferências estaduais	<b>336</b>
<b>QUADRO 34</b>	ICMS - cota parte transferências estaduais	<b>337</b>
<b>QUADRO 35</b>	Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 -2009	<b>338</b>
<b>QUADRO 36</b>	Dados comparativos entre os microterritórios:- Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 -2009	<b>340</b>
<b>QUADRO 37</b>	Arrecadação Orçamentária dos Municípios	<b>342</b>
<b>QUADRO 38</b>	Dados comparativos entre os micros territórios Arrecadação Orçamentária dos Municípios	<b>343</b>
<b>QUADRO 39</b>	Ações Ofertadas Em 2010 – PPA	<b>345</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 40</b>	Matriz de ações do programa territórios da cidadania	<b>346</b>
<b>QUADRO 41</b>	Distribuição dos recursos por eixos do programa territórios da cidadania	<b>350</b>
<b>QUADRO 42</b>	Instituições e Entidades com Atuação Regionalizada	<b>352</b>
<b>QUADRO 43</b>	Composição do Colegiado Territorial	<b>360</b>
<b>QUADRO 44</b>	Composição do Colegiado Territorial	<b>361</b>
<b>QUADRO 45</b>	Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Socioeconômica	<b>368</b>
<b>QUADRO 46</b>	Objetivos Estratégicos	<b>377</b>
<b>QUADRO 47</b>	Eixo Gênero, Geração, Raça e Etnia	<b>378</b>
<b>QUADRO 48</b>	Eixo Saúde e Qualidade de Vida	<b>379</b>
<b>QUADRO 49</b>	Eixo Educação, Cultura e Turismo	<b>381</b>
<b>QUADRO 50</b>	Eixo Desenvolvimento Ambiental e Convivência com o Semiárido	<b>383</b>
<b>QUADRO 51</b>	Eixo Ação Fundiária	<b>384</b>
<b>QUADRO 52</b>	Eixo Fortalecimento da Infraestrutura Econômica, Produtiva e Social	<b>385</b>
<b>QUADRO 53</b>	Eixo Organização Sustentável da Produção	<b>387</b>
<b>QUADRO 54</b>	Eixo Gestão Territorial	<b>391</b>
<b>QUADRO 55</b>	Projetos Estratégicos Priorizados pelo Território	<b>393</b>



## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>PROCESSO HISTÓRICO E METODOLÓGICO DE QUALIFICAÇÃO DO PLANO</b>	<b>19</b>
<b>PARTE I</b>	<b>O TERRITÓRIO</b>	<b>23</b>
<b>3</b>	Aspectos Sociodemográficos	<b>27</b>
<b>4</b>	Características Estratégicas	<b>44</b>
<b>5</b>	Formação Histórica	<b>50</b>
<b>PARTE II</b>	<b>O DIAGNÓSTICO</b>	<b>63</b>
<b>PARTE II a</b>	<b>DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL</b>	<b>67</b>
<b>6</b>	Aspectos sociais	<b>69</b>
<b>7</b>	Aspectos da saúde	<b>108</b>
<b>8</b>	Aspectos educacionais	<b>142</b>
<b>9</b>	Aspectos culturais	<b>177</b>
<b>10</b>	Análise territorial da Dimensão Sociocultural Educacional	<b>188</b>
<b>PARTE II b</b>	<b>DIMENSÃO AMBIENTAL</b>	<b>191</b>
<b>11</b>	Aspectos Geoambientais	<b>193</b>
<b>12</b>	Aspectos Antrópicos	<b>225</b>
<b>13</b>	Análise Territorial da Dimensão Ambiental	<b>235</b>
<b>PARTE II c</b>	<b>DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA</b>	<b>237</b>
<b>14</b>	Aspectos Socioeconômicos	<b>239</b>
<b>15</b>	Aspectos do Setor Produtivo	<b>256</b>
<b>16</b>	Situação Fundiária	<b>282</b>
<b>17</b>	Financiamento e Comercialização	<b>292</b>
<b>18</b>	Serviços, Turismo, Comércio e Indústria	<b>307</b>
<b>19</b>	Análise Territorial da Dimensão Socioeconômica	<b>316</b>
<b>PARTE II d</b>	<b>DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL</b>	<b>319</b>
<b>20</b>	Territorialização e Gestão Pública	<b>321</b>
<b>21</b>	Infraestrutura Institucional	<b>332</b>
<b>22</b>	Governabilidade e Gestão Social	<b>357</b>
<b>23</b>	Análise Territorial da Dimensão Político Institucional	<b>363</b>
<b>PARTE III</b>	<b>PLANEJAMENTO</b>	<b>371</b>
<b>24</b>	Visão de Futuro	<b>375</b>
<b>25</b>	Diretrizes Principais	<b>376</b>
<b>26</b>	Objetivos Estratégicos	<b>377</b>
<b>27</b>	Eixos do Desenvolvimento, Programas e Projetos	<b>378</b>
<b>28</b>	Projetos Estratégicos Priorizados pelo Território	<b>393</b>
<b>PARTE IV</b>	<b>GESTÃO DO PLANO</b>	<b>395</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>401</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>403</b>



## APRESENTAÇÃO

As últimas décadas repercutem, até os dias de hoje, a centralização das políticas públicas implementadas pelo governo federal, que tratou sempre o Brasil como um todo homogêneo, impedindo com que essas políticas atingissem os objetivos esperados no que diz respeito à busca de um desenvolvimento de forma sustentável. Essa prática gerou limitações à participação, à articulação e à integração das esferas regionais e locais aos processos decisórios.

Nesse contexto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, no início desse século XXI, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável – Condraf apresenta uma nova concepção do rural brasileiro e de uma abordagem territorial através de três características básicas: o espaço de produção, o espaço de relação com a natureza e o espaço de (re) produção de modos de vida diferenciados. Portanto, um novo projeto, uma nova abordagem territorial ancorada no desenvolvimento sustentável que busca entre outras diretrizes estratégicas, uma gestão social, o fortalecimento do estado e o protagonismo dos atores institucionais, constituída a partir de instâncias colegiadas que possam nesses espaços exercer o controle e a gestão das políticas públicas.

O desenvolvimento dessa gestão social é articulada no âmbito federal pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial – SDT e no âmbito estadual pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA em parceria com o Instituto Agropolos do Ceará. Esta gestão vem se caracterizando como um modelo de planejamento que caminha de forma democrática nos processos construídos nos colegiados dos treze territórios cearenses.

O principal instrumento de apoio à gestão social que estimula a construção do modelo de desenvolvimento sustentável é o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS elaborado com base na experiência de planos já existentes ou em implementação em cada território.

O PTDRS tem entre outros objetivos ser um documento de negociação e concertação da diversidade de pensamentos, interesses, práticas e sonhos existentes no território; um instrumento que possibilita o acesso qualificado as

políticas públicas, a inclusão dos diversos públicos existentes no território, enfim proporciona as condições necessárias para a ampliação e o fortalecimento da coesão social dos territórios.

## 1 INTRODUÇÃO

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS consiste em apoiar à gestão social sustentável, baseado na experiência de um planejamento participativo do território. Este planejamento é desenvolvido através das etapas: elaboração, execução, monitoramento e avaliação contínua de forma reflexiva, crítica e criativa, da gestão, do diagnóstico e de seus programas, projetos e ações, no exercício do controle social realizado através de um sistema de gestão comprometido com a eficiência e eficácia das atividades.

O PTDRS reúne as informações coletadas e organizadas do Território referenciadas pelo documento Guia de Planejamento Territorial: Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS (MDA, Janeiro 2010) que possibilitou estruturar a partir da negociação e concertação os interesses, práticas e sonhos existentes, os saberes, os sentimentos, as imagens, culturas, histórias, os anseios e a realidade das pessoas e os dados objetivos que se materializaram neste plano.

Os principais componentes do Plano Territorial são expressos a partir dos aspectos gerais do território, de um diagnóstico territorial em suas múltiplas dimensões da sustentabilidade: sociocultural e educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, da prospecção desta realidade direcionada pela visão de futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes e eixos de desenvolvimento que reúnem os programas, projetos e ações e o sistema de gestão do plano para o desenvolvimento rural e sustentável deste espaço.

O sistema de gestão do plano encontra-se nesse documento como uma proposição ainda preliminar, dado que precisa ser discutido, aprofundado e concretizado como um instrumento de gestão propriamente dito, já que as instâncias colegiadas ainda se encontram em processo de construção em caráter provisório.

O PTDRS do Território de Sobral não é um documento estático, mas um plano em constante busca de aperfeiçoamento, de atualização permanente

em espaços de tempo programados, dada à dinâmica global do mundo em que se insere.

## **2 PROCESSO HISTÓRICO E METODOLOGICO DE QUALIFICAÇÃO DO PLANO**

Em agosto de 2003, numa mobilização regional envolvendo todos os Secretários de Agricultura, reuniram-se em Sobral os municípios de Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Groaíras, Graça, Massapê, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota, para participarem de uma reunião de sensibilização para a criação do Território de Sobral. Em dezembro deste mesmo ano, esses mesmos municípios, convencidos da importância de se trabalhar uma estratégia de desenvolvimento com foco na territorialização, encaminharam proposta para então ser constituído o Território de Sobral.

Em julho de 2004, com a aprovação do Conselho Estadual foi efetivado em uma Oficina de sensibilização e planejamento a criação do Território de Sobral, compreendendo 17 municípios. No mês seguinte em uma segunda Oficina foram indicadas as entidades e instituições para composição das instancias do território, sendo eleita uma comissão provisória por sete pessoas, e a discussão para a elaboração do Plano Territorial, firmando o inicio de oficinas municipais para a construção do diagnóstico.

Em janeiro de 2005, aconteceu a primeira Oficina de Planejamento Territorial, neste evento foi definido a visão de futuro do território e um planejamento de ações para a elaboração do diagnóstico participativo e a construção do PTDRS.

No ano de 2005, aconteceram vários eventos: oficinas municipais e territoriais, plenárias gerais para a construção do PTDRS culminando com a sistematização do primeiro plano do Território.

No ano de 2007, entre outras atividades do plano territorial, o Território de Sobral colaborou com a construção participativa no Encontro Estadual do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) da Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Em seqüência, no ano de 2008, a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário, congregou representantes de todos os territórios brasileiros para reafirmar uma nova visão

de desenvolvimento rural sustentável sintetizado na expressão de um Brasil Rural com Gente, com sustentabilidade, inclusão, diversidade, igualdade e solidariedade.

O processo de planejamento teve continuidade no Território de Sobral a partir das experiências vividas, ampliando a discussão em conjunto com os demais territórios do estado do Ceará, dando prosseguimento as suas atividades e avançando para a qualificação de seu plano territorial de acordo com as orientações estabelecidas pelo MDA.

A primeira etapa consistiu na preparação da ambiência de planejamento com a sensibilização dos atores estaduais realizada na Oficina Estadual onde foi firmado o Pacto Social pela territorialização do Ceará em fevereiro de 2009, neste mesmo ano o Território de Sobral passou a fazer parte do Programa Territórios da Cidadania do Governo Federal.

A segunda etapa, resultou na mobilização dos atores territoriais em Oficinas e Plenárias Territoriais para qualificação do Plano Territorial.

Na terceira etapa ocorreu a formação de duas equipes: a primeira de ordem multi institucional responsável pelo acompanhamento técnico da qualificação do PTDRS, constituída de técnicos entre as instituições parceiras: SDT, SDA e Instituto Agropolos do Ceará; a segunda equipe formada por dois consultores e o núcleo dirigente, responsáveis por todos os elementos constituintes do plano, ou seja, desde o diagnóstico até a visão de futuro, eixos territoriais, programas e projetos estratégicos

A quarta etapa teve como objetivo a qualificação do diagnóstico territorial fruto de pesquisas realizadas por meio da sistematização de dados secundários provenientes de livros, sites oficiais de informações, documentos acadêmicos, artigos, pesquisas e outros, numa primeira fase. Como segunda fase foi realizado o levantamento de dados primários, coletados nos municípios, oriundos das respostas ao instrumento elaborado, fundamentado no documento, elaborado e discutido pelos assessores e núcleo dirigente do Território da Cidadania de Sobral, usando a metodologia do Diagnóstico Rápido Participativo. A apresentação e debate no Colegiado territorial consistiu na 3ª fase onde foi apresentado o diagnóstico territorial através do relatório contendo a versão do diagnóstico; A 4ª e última fase foi a sistematização das

contribuições da oficina em documento contendo a versão do diagnóstico para preparação do planejamento.

A quinta etapa consistiu na elaboração dos demais elementos do plano: visão de futuro, eixos territoriais, programas, projetos estratégicos, cuja síntese foi apresentada ao Colegiado e validada, posteriormente sistematizada na versão de Resumo Executivo Preliminar divulgado no início de julho de 2010.

Na sexta etapa, ocorre a reformulação da equipe técnica para a qualificação do plano, constituindo-se em uma equipe, de caráter multidisciplinar, dividida em duplas, cada qual responsável por um dos seis eixos temáticos: educação e cultura, saúde saneamento e água, ações sociais, meio ambiente, organização sustentável da produção e comercialização e gestão territorial, dos treze territórios. Esta etapa consistiu na apresentação da versão preliminar do PTDRS em Plenária Territorial para inserção de novas contribuições e reafirmação da priorização dos projetos estratégicos de todos os eixos temáticos a serem executados, bem como a validação deste documento como versão final do PTDRS.

Cabe ressaltar que a gestão social do plano ainda esta em fase de maturação para que na implementação deste plano possa ser definida a forma que servirá de base ao acompanhamento e monitoramento dos programas, projetos e ações a serem executadas ao longo do período de curto, médio e longo prazo firmado pelo Colegiado.



**Parte I**  
**O TERRITORIO**

**Aspectos Sociodemográficos**  
**Características Estratégicas**  
**Formação Histórica**



## O TERRITORIO

O Território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade/identidade entre pessoas, grupos sociais e instituições é mediador entre a dimensão do município considerando suas especificidades, a dimensão micro territorial e a dimensão territorial. É visto como uma área que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados.

No âmbito territorial o enfoque de planejamento, e, sobretudo para uma política que vislumbra o Brasil como espaço urbano e rural, permite uma visão mais integrada de espaços, agentes, mercados e das políticas públicas.

Esta política de planejamento prevê cooperação entre os territórios, micro territórios e seus municípios, uma estratégia comum de desenvolvimento sustentável para a construção de arranjos sócio-produtivos locais, com ações e projetos viáveis, uma iniciativa que possibilita reconhecer territórios, constituídos nestas bases para articularem-se em torno de projetos comuns. O fortalecimento da coesão social de seu espaço, portanto é ampliado e cria-se as condições necessárias para melhor resolver seus problemas em torno do desenvolvimento territorial.

A missão de promover o planejamento territorial para fomentar iniciativas locais de desenvolvimento sustentável a partir da participação efetiva dos atores locais na definição, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, vem sendo desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde o ano de 2003, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial através do Programa Territórios da Cidadania. A coordenação dessa estratégia esta sintonizada pelo governo federal em parceria com o governo estadual através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário e a execução das ações é realizada pelo Instituto Agropolos do Ceará.

As orientações estratégicas de descentralizar as políticas públicas no governo do estado do Ceará nortearam a SDA a adotar os territórios como Território Rural de Identidade como referência estratégica no apoio a

organização dos atores na gestão participativa do desenvolvimento rural sustentável e solidário, respeitando as potencialidades locais e valorizando a diversidade.

É importante ressaltar que o conceito de ruralidade adotado pelo MDA para os municípios reside no fato desses possuírem menos de 50.000 habitantes e uma densidade demográfica de até 80 hab/km<sup>2</sup>.

A estratégia de planejamento e acompanhamento ocorre desde o ano de 2003, em seis territórios, inseridos no Programa iniciados pelo MDA/SDT: Cariri, Inhamuns/Crateús, Sertão Central, Sertões de Canindé, Sobral, Vales do Curu e Aracatiaçu e os sete outros em processo de implantação pela SDA: Centro Sul Vale do Salgado, Litoral Extremo Oeste, Litoral Leste, Maciço do Baturité, Metropolitano Jose de Alencar, Serra da Ibiapaba e Vale do Jaguaribe, conforme acordado durante o Encontro Estadual de Construção participativa do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) realizado em 2007 e reforçado durante a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (I CNDRRA) em 2008.

Nesse contexto de “Território Rural de Identidade” a SDA assumiu o compromisso de acompanhar conjuntamente com o MDA/SDT a implantação integrada de políticas públicas em 13 Territórios, incluindo os territórios participantes no âmbito federal acompanhados pelo Programa Territórios da Cidadania.

### 3 ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS

O conhecimento dos aspectos sociodemográficos de uma população é um instrumento que subsidia processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de alcance social, bem como tomadas de decisão no planejamento e desenvolvimento do PTDRS, tornando possível a prospecção futura.

Para tanto, selecionou-se informações relativas à distribuição da população do território, outras relativas à estrutura da população residente, ou seja, a repartição geográfica da população por área rural e urbana considerando-se gênero, faixa etária, zona de moradia, a densidade demográfica e percentual urbano-rural e a taxa geométrica total distribuída nos espaços urbanos e rurais.

Na tabela 1, os dados demográficos do Território de Sobral correspondem à população total nos quatro últimos anos: 2007 a 2010 (com a taxa de crescimento, calculada entre os anos de 2007 e 2010 – anos censitários). Esses dados possibilitam a gestão e controle social de municípios que têm um crescimento demográfico positivo ou negativo de sua população, que a partir desta constatação podem servir de investigação quanto às ações e serviços que colaboram ou não com este crescimento.

**Tabela 1:** Distribuição da população do Território de Sobral por micro território, série histórica dos anos de 2007 a 2010 e a taxa de crescimento

MICRO TERRITORIO I					
Municípios/ ano	2007	2008	2009	2010	Taxa Crescimento
Cariré	18527	19099	19132	18348	-1,0
Reriutaba	19310	19626	19444	19460	0,8
Varjota	17.087	17.704	17.802	17584	2,9
TOTAL	54.924	56.429	56.378	55392	0,9
MICRO TERRITORIO II					
Coreaú	21.171	22.024	22.215	22018	4,0
Frecheirinha	12.830	13.389	13.537	12991	1,3
Moraújo	8.005	8.406	8.538	8069	0,8
TOTAL	42.006	43.819	44.290	43078	2,6

MICRO TERRITORIO III					
Graça	15.297	15.856	15.949	15052	-1,6
Mucambo	14.007	14.481	14.537	14102	0,7
Pacujá	5.950	6.184	6.233	5986	0,6
<b>TOTAL</b>	<b>35.254</b>	<b>36.521</b>	<b>36.719</b>	<b>35140</b>	<b>-0,3</b>
MICRO TERRITORIO IV					
Forquilha	20.181	21.233	21.599	21786	8,0
Groairas	9.456	9.865	9.971	10228	8,2
Sobral	176.895	180.046	182.431	188271	6,4
<b>TOTAL</b>	<b>206.532</b>	<b>211.144</b>	<b>214.001</b>	<b>220285</b>	<b>6,7</b>
MICRO TERRITORIO V					
Massapê	33256	34874	35.388	35201	5,8
Santana do Acaraú	28741	30.041	30.410	29977	4,3
Senador Sá	6.274	6.575	6.669	6852	9,2
<b>TOTAL</b>	<b>68.271</b>	<b>71.490</b>	<b>72.467</b>	<b>72030</b>	<b>5,5</b>
MICRO TERRITORIO VI					
Alcântara	10270	10706	10816	10773	
Meruoca	12148	12656	12780	13693	
<b>TOTAL</b>	<b>22418</b>	<b>23362</b>	<b>23596</b>	<b>24466</b>	

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

As informações selecionadas sobre os dados demográficos e indicadores populacionais do Território de Sobral destacam a população residente fracionada segundo a faixa etária e gênero, dados importantes para a elaboração de políticas públicas voltadas para as necessidades específicas segundo as especificidades de cada faixa etária.

A Tabela 2 e as tabelas subseqüentes fracionadas por faixa etária apresentam o número total de pessoas residentes e sua estrutura relativa, em cada espaço geográfico, seja por micro território ou por município. Possibilitam dimensionar a população-alvo de ações e serviços, analisar variações geográficas e temporais na distribuição de idades e ainda, contribuir para o planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas relacionadas à saúde, educação, trabalho, previdência e assistência social, para os diversos segmentos de idade.

A Tabela 2 apresenta o fracionamento relativo a faixa infanto-juvenil do Território de Sobral

**Tabela 2:** População residente, por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do Território de Sobral - 2010

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO TERRITORIO I</b>									
Cariré U	564	294	270	685	341	344	949	457	492
Cariré R	683	350	333	864	435	429	1206	643	563
Reriutaba U	781	390	391	888	441	447	1074	536	538
Reriutaba R	729	372	357	881	464	417	1104	601	503
Varjota U	1045	552	493	1327	671	656	1648	847	801
Varjota R	255	112	143	302	159	143	393	195	198
<b>TOTAL U</b>	<b>2.390</b>	<b>1.236</b>	<b>1.154</b>	<b>2.900</b>	<b>1.453</b>	<b>1.447</b>	<b>3.671</b>	<b>1.840</b>	<b>1.831</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>1.667</b>	<b>834</b>	<b>833</b>	<b>2.047</b>	<b>1058</b>	<b>989</b>	<b>2.703</b>	<b>1439</b>	<b>1264</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>									
Coreaú U	1059	525	534	1311	670	641	1592	767	825
Coreaú R	635	326	309	778	397	381	1007	509	498
Frecheirinha U	626	312	314	666	332	334	881	441	440
Frecheirinha R	443	241	202	557	279	278	725	342	383
Moraújo U	267	147	120	294	145	149	379	194	185
Moraújo R	362	182	180	478	238	240	567	273	294
<b>TOTAL U</b>	<b>1.952</b>	<b>984</b>	<b>968</b>	<b>2.271</b>	<b>1.147</b>	<b>1.124</b>	<b>2.852</b>	<b>1.402</b>	<b>1.450</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>1.440</b>	<b>749</b>	<b>691</b>	<b>1.813</b>	<b>914</b>	<b>899</b>	<b>2.299</b>	<b>1.124</b>	<b>1.175</b>
<b>MICRO TERRITORIO III</b>									
Graça U	484	254	230	497	263	234	697	358	339
Graça R	773	395	378	902	465	437	1215	618	597
Mucambo U	626	333	293	736	351	385	976	491	485
Mucambo R	380	196	184	464	228	236	639	342	297
Pacujá U	262	142	120	310	151	159	394	220	174
Pacujá R	179	83	96	209	96	113	270	147	123
<b>TOTAL U</b>	<b>1.372</b>	<b>729</b>	<b>643</b>	<b>1.543</b>	<b>765</b>	<b>778</b>	<b>2.067</b>	<b>1.069</b>	<b>998</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>1.332</b>	<b>674</b>	<b>658</b>	<b>1.575</b>	<b>789</b>	<b>786</b>	<b>2.124</b>	<b>1.107</b>	<b>1.017</b>
<b>MICRO TERRITORIO IV</b>									
Forquilha U	1200	609	591	1339	662	677	1651	820	831
Forquilha R	456	226	230	530	281	249	732	360	372
Groairas U	479	230	249	522	253	269	718	381	337
Groairas R	194	94	100	254	123	131	335	185	150
Sobral U	12657	6489	6168	13191	6760	6431	16919	8595	8324
Sobral R	1621	819	802	1962	974	988	2727	1453	1274
<b>TOTAL U</b>	<b>14.336</b>	<b>7.328</b>	<b>7.008</b>	<b>15.052</b>	<b>7.675</b>	<b>7.377</b>	<b>19.288</b>	<b>9.796</b>	<b>9.492</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>2.271</b>	<b>1.139</b>	<b>1.132</b>	<b>2.746</b>	<b>1.378</b>	<b>1.368</b>	<b>3.794</b>	<b>1.998</b>	<b>1.796</b>

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO TERRITORIO V									
Massapê U	2015	1025	990	2147	1057	1090	2665	1348	1317
Massapê R	888	445	443	1136	573	563	1487	742	745
Santana do Acaraú U	1296	670	626	1344	703	641	1697	845	852
Santana do Acaraú R	1327	678	649	1442	699	743	1856	982	874
Senador Sá U	457	227	230	469	231	238	562	276	286
Senador Sá R	162	87	75	194	104	90	273	148	125
<b>TOTAL U</b>	<b>3.768</b>	<b>1.922</b>	<b>1.846</b>	<b>3.960</b>	<b>1.991</b>	<b>1.969</b>	<b>4.924</b>	<b>2.469</b>	<b>2.455</b>
<b>TOTAL U</b>	<b>2.377</b>	<b>1.210</b>	<b>1.167</b>	<b>2.772</b>	<b>1.376</b>	<b>1.396</b>	<b>3.616</b>	<b>1.872</b>	<b>1.744</b>
MICRO TERRITORIO VI									
Alcântara U	262	117	145	261	142	119	339	185	154
Alcântara R	561	284	277	662	368	294	874	459	415
Meruoca U	662	341	321	625	333	292	777	391	386
Meruoca R	477	245	232	505	262	243	694	344	350
<b>TOTAL U</b>	<b>924</b>	<b>458</b>	<b>466</b>	<b>886</b>	<b>475</b>	<b>411</b>	<b>1116</b>	<b>576</b>	<b>540</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>1038</b>	<b>529</b>	<b>509</b>	<b>1167</b>	<b>630</b>	<b>537</b>	<b>1568</b>	<b>803</b>	<b>765</b>
<b>TOTAL URBANO TERRITORIO</b>	<b>24.742</b>	<b>12.657</b>	<b>12.085</b>	<b>26.612</b>	<b>13.506</b>	<b>13.106</b>	<b>33.918</b>	<b>17.152</b>	<b>16.766</b>
<b>TOTAL RURAL TERRITORIO</b>	<b>10.125</b>	<b>5.135</b>	<b>4.990</b>	<b>12.120</b>	<b>6.145</b>	<b>5.975</b>	<b>16.104</b>	<b>8.343</b>	<b>7.761</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.1 apresenta o fracionamento relativo a faixa dos jovens do Território de Sobral

**Tabela 2.1:** População residente, por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do Território de Sobral - 2010

Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO TERRITORIO I									
Cariré U	904	434	470	702	369	333	591	316	275
Cariré R	1163	589	574	785	438	347	680	340	340
Reriutaba U	1068	543	525	930	468	462	767	399	368
Reriutaba R	937	496	441	641	324	317	577	285	292
Varjota U	1555	781	774	1217	605	612	1080	518	562

Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Varjota R	345	175	170	261	132	129	209	115	94
<b>TOTAL U</b>	<b>3.527</b>	<b>1.758</b>	<b>1.769</b>	<b>2.849</b>	<b>1.442</b>	<b>1.407</b>	<b>2.438</b>	<b>1.233</b>	<b>1.205</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>2.445</b>	<b>1260</b>	<b>1185</b>	<b>1.687</b>	<b>894</b>	<b>793</b>	<b>1.466</b>	<b>740</b>	<b>726</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>									
Coreaú U	1508	753	755	1408	699	709	1078	529	549
Coreaú R	941	518	423	682	377	305	540	278	262
Frecheirinha U	868	420	448	708	336	372	645	308	337
Frecheirinha R	535	282	253	426	221	205	398	212	186
Moraújo U	387	199	188	355	161	194	320	167	153
Moraújo R	497	267	230	429	229	200	342	173	169
<b>TOTAL U</b>	<b>2.763</b>	<b>1.372</b>	<b>1.391</b>	<b>2.471</b>	<b>1.196</b>	<b>1.275</b>	<b>2.043</b>	<b>1.004</b>	<b>1.039</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>1.973</b>	<b>1.067</b>	<b>906</b>	<b>1.537</b>	<b>827</b>	<b>710</b>	<b>1.280</b>	<b>663</b>	<b>617</b>
<b>MICRO TERRITORIO III</b>									
Graça U	566	295	271	453	213	240	437	209	228
Graça R	1029	548	481	642	301	341	619	309	310
Mucambo U	898	411	487	692	305	387	602	257	345
Mucambo R	567	292	275	392	194	198	337	178	159
Pacujá U	396	196	200	323	160	163	281	142	139
Pacujá R	211	105	106	199	97	102	154	83	71
<b>TOTAL U</b>	<b>1.860</b>	<b>902</b>	<b>958</b>	<b>1.468</b>	<b>678</b>	<b>790</b>	<b>1.320</b>	<b>608</b>	<b>712</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>1.807</b>	<b>945</b>	<b>862</b>	<b>1.233</b>	<b>592</b>	<b>641</b>	<b>1.110</b>	<b>570</b>	<b>540</b>
<b>MICRO TERRITORIO IV</b>									
Forquilha U	1525	734	791	1695	845	850	1426	686	740
Forquilha R	661	362	299	565	322	243	445	227	218
Groairas U	753	376	377	655	353	302	553	274	279
Groairas R	376	181	195	270	155	115	192	100	92
Sobral U	17019	8301	8718	19587	9643	9944	16195	7946	8249
Sobral R	2528	1383	1145	2149	1120	1029	1642	813	829
<b>TOTAL U</b>	<b>19.297</b>	<b>9.411</b>	<b>9.886</b>	<b>21.937</b>	<b>10.841</b>	<b>11.096</b>	<b>18.174</b>	<b>8.906</b>	<b>9.268</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>3.565</b>	<b>1.926</b>	<b>1.639</b>	<b>2.984</b>	<b>1.597</b>	<b>1.387</b>	<b>2.279</b>	<b>1.140</b>	<b>1.139</b>
<b>MICRO TERRITORIO V</b>									
Massapê U	2528	1260	1268	2451	1203	1248	2046	1020	1026
Massapê R	1401	769	632	1114	590	524	802	421	381
Santana do Acaraú U	1671	799	872	1491	744	747	1219	625	594
Santana do Acaraú R	1635	875	760	1385	740	645	1143	636	507
Senador Sá	506	242	264	468	229	239	431	214	217

Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
U									
Senador Sá R	227	134	93	167	99	68	120	62	58
<b>TOTAL U</b>	<b>4.705</b>	<b>2.301</b>	<b>2.404</b>	<b>4.410</b>	<b>2.176</b>	<b>2.234</b>	<b>3.696</b>	<b>1.859</b>	<b>1.837</b>
<b>TOTAL U</b>	<b>3.263</b>	<b>1.778</b>	<b>1.485</b>	<b>2.666</b>	<b>1.429</b>	<b>1.237</b>	<b>2.065</b>	<b>1.119</b>	<b>946</b>
MICRO TERRITORIO VI									
Alcântara U	338	184	154	336	148	188	285	148	137
Alcântara R	868	433	435	712	355	357	567	270	297
Meruoca U	823	404	419	745	396	349	607	296	311
Meruoca R	672	343	329	633	341	292	518	282	236
<b>TOTAL U</b>	<b>1161</b>	<b>588</b>	<b>573</b>	<b>1081</b>	<b>544</b>	<b>537</b>	<b>892</b>	<b>444</b>	<b>448</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>1540</b>	<b>776</b>	<b>764</b>	<b>1345</b>	<b>696</b>	<b>649</b>	<b>1085</b>	<b>552</b>	<b>533</b>
<b>TOTAL URBANO TERRITORIO</b>	<b>33.313</b>	<b>16.332</b>	<b>16.981</b>	<b>34.216</b>	<b>16.877</b>	<b>17.339</b>	<b>28.563</b>	<b>14.054</b>	<b>14.509</b>
<b>TOTAL RURAL TERRITORIO</b>	<b>14.593</b>	<b>7.752</b>	<b>6.841</b>	<b>11.452</b>	<b>6.035</b>	<b>5.417</b>	<b>9.285</b>	<b>4.784</b>	<b>4.501</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.2 apresenta o primeiro fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território de Sobral.

**Tabela 2.2:** População residente, por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do Território de Sobral - 2010

Municípios	População residente								
	30 a 34anos			35 a 39 anos			40 a 44 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO TERRITORIO I									
Cariré U	571	272	299	493	217	276	522	252	270
Cariré R	593	296	297	574	297	277	566	287	279
Reriutaba U	728	345	383	628	329	299	585	268	317
Reriutaba R	541	286	255	513	262	251	496	272	224
Varjota U	938	492	446	930	443	487	849	404	445
Varjota R	209	110	99	164	82	82	172	90	82
<b>TOTAL U</b>	<b>2.237</b>	<b>1.109</b>	<b>1.128</b>	<b>2.051</b>	<b>989</b>	<b>1.062</b>	<b>1.956</b>	<b>924</b>	<b>1.032</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>1.343</b>	<b>692</b>	<b>651</b>	<b>1.251</b>	<b>641</b>	<b>610</b>	<b>1.234</b>	<b>649</b>	<b>585</b>
MICRO TERRITORIO II									
Coreaú U	1011	497	514	918	464	454	838	398	440
Coreaú R	475	255	220	475	258	217	422	227	195
Frecheirinha U	540	255	285	459	231	228	410	191	219

Municípios	População residente								
	30 a 34anos			35 a 39 anos			40 a 44 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Frecheirinha R	315	167	148	316	164	152	301	162	139
Moraújo U	255	129	126	249	112	137	183	95	88
Moraújo R	319	171	148	272	137	135	218	118	100
<b>TOTAL U</b>	<b>1.806</b>	<b>881</b>	<b>925</b>	<b>1.626</b>	<b>807</b>	<b>819</b>	<b>1.431</b>	<b>684</b>	<b>747</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>1.109</b>	<b>593</b>	<b>516</b>	<b>1.063</b>	<b>559</b>	<b>504</b>	<b>941</b>	<b>507</b>	<b>434</b>
<b>MICRO TERRITORIO III</b>									
Graça U	409	189	220	331	168	163	339	157	182
Graça R	563	283	280	544	258	286	512	258	254
Mucambo U	588	275	313	523	231	292	603	281	322
Mucambo R	311	139	172	283	137	146	255	131	124
Pacujá U	248	119	129	218	96	122	250	109	141
Pacujá R	167	87	80	122	65	57	137	70	67
<b>TOTAL U</b>	<b>1.245</b>	<b>583</b>	<b>662</b>	<b>1.072</b>	<b>495</b>	<b>577</b>	<b>1.192</b>	<b>547</b>	<b>645</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>1.041</b>	<b>509</b>	<b>532</b>	<b>949</b>	<b>460</b>	<b>489</b>	<b>904</b>	<b>459</b>	<b>445</b>
<b>MICRO TERRITORIO IV</b>									
Forquilha U	1181	588	593	1029	504	525	964	462	502
Forquilha R	403	200	203	369	192	177	420	224	196
Groairas U	489	225	264	409	207	202	477	229	248
Groairas R	213	109	104	182	103	79	237	123	114
Sobral U	13866	6657	7209	11766	5562	6204	10586	4931	5655
Sobral R	1580	812	768	1385	703	682	1228	631	597
<b>TOTAL U</b>	<b>15.536</b>	<b>7.470</b>	<b>8.066</b>	<b>13.204</b>	<b>6.273</b>	<b>6.931</b>	<b>12.027</b>	<b>5.622</b>	<b>6.405</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>2.196</b>	<b>1.121</b>	<b>1.075</b>	<b>1.936</b>	<b>998</b>	<b>938</b>	<b>1.885</b>	<b>978</b>	<b>907</b>
<b>MICRO TERRITORIO V</b>									
Massapê U	1853	927	926	1540	737	803	1422	692	730
Massapê R	683	349	334	652	352	300	612	315	297
Santana do Acaraú U	1146	563	583	995	481	514	855	397	458
Santana do Acaraú R	1003	540	463	864	460	404	740	392	348
Senador Sá U	360	162	198	296	142	154	267	116	151
Senador Sá R	103	58	45	90	53	37	87	41	46
<b>TOTAL U</b>	<b>3.359</b>	<b>1.652</b>	<b>1.707</b>	<b>2.831</b>	<b>1.360</b>	<b>1.471</b>	<b>2.544</b>	<b>1.205</b>	<b>1.339</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>1.789</b>	<b>947</b>	<b>842</b>	<b>1.606</b>	<b>865</b>	<b>741</b>	<b>1.439</b>	<b>748</b>	<b>691</b>
<b>MICRO TERRITORIO VI</b>									
Alcântara U	284	130	154	212	109	103	226	104	122
Alcântara R	473	242	231	403	205	198	424	196	228
Meruoca U	532	256	276	458	205	253	439	226	213
Meruoca R	412	213	199	329	176	153	350	186	164
<b>TOTAL U</b>	<b>816</b>	<b>386</b>	<b>430</b>	<b>670</b>	<b>314</b>	<b>356</b>	<b>665</b>	<b>330</b>	<b>335</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>885</b>	<b>455</b>	<b>430</b>	<b>732</b>	<b>381</b>	<b>351</b>	<b>774</b>	<b>382</b>	<b>392</b>

Municípios	População residente								
	30 a 34anos			35 a 39 anos			40 a 44 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
TOTAL URBANO TERRITORIO	24.999	12.081	12.918	21.454	10.238	11.216	19.815	9.312	10.503
TOTAL RURAL TERRITORIO	8.363	4.317	4.046	7.537	3.904	3.633	7.177	3.723	3.454

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.3 apresenta o segundo fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território de Sobral.

**Tabela 2.3:** População residente, por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do Território de Sobral - 2010

Municípios	População residente								
	45 a 49 anos			50 a 54anos			55 a 59 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO TERRITORIO I</b>									
Cariré U	467	228	239	355	168	187	279	121	158
Cariré R	592	322	270	449	250	199	440	208	232
Reriutaba U	548	262	286	503	235	268	443	202	241
Reriutaba R	450	242	208	423	210	213	363	170	193
Varjota U	726	393	333	574	266	308	520	229	291
Varjota R	166	94	72	127	69	58	135	74	61
<b>TOTAL U</b>	<b>1.741</b>	<b>883</b>	<b>858</b>	<b>1.432</b>	<b>669</b>	<b>763</b>	<b>1.242</b>	<b>552</b>	<b>690</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>1.208</b>	<b>658</b>	<b>550</b>	<b>999</b>	<b>529</b>	<b>470</b>	<b>938</b>	<b>452</b>	<b>486</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>									
Coreaú U	736	361	375	575	259	316	542	233	309
Coreaú R	379	195	184	294	141	153	288	136	152
Frecheirinha U	416	197	219	312	141	171	286	117	169
Frecheirinha R	256	125	131	244	128	116	204	95	109
Moraújo U	182	95	87	144	68	76	126	56	70
Moraújo R	210	109	101	177	90	87	179	105	74
<b>TOTAL U</b>	<b>1.334</b>	<b>653</b>	<b>681</b>	<b>1.031</b>	<b>468</b>	<b>563</b>	<b>954</b>	<b>406</b>	<b>548</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>845</b>	<b>429</b>	<b>416</b>	<b>715</b>	<b>359</b>	<b>356</b>	<b>671</b>	<b>336</b>	<b>335</b>
<b>MICRO TERRITORIO III</b>									
Graça U	303	132	171	259	119	140	230	116	114
Graça R	463	248	215	397	183	214	363	194	169
Mucambo U	548	244	304	448	196	252	400	181	219
Mucambo R	294	154	140	228	113	115	228	107	121

Municípios	População residente								
	45 a 49 anos			50 a 54anos			55 a 59 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Pacujá U	227	103	124	159	76	83	127	55	72
Pacujá R	118	62	56	95	44	51	91	41	50
<b>TOTAL U</b>	<b>1.078</b>	<b>479</b>	<b>599</b>	<b>866</b>	<b>391</b>	<b>475</b>	<b>757</b>	<b>352</b>	<b>405</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>875</b>	<b>464</b>	<b>411</b>	<b>720</b>	<b>340</b>	<b>380</b>	<b>682</b>	<b>342</b>	<b>340</b>
<b>MICRO TERRITORIO IV</b>									
Forquilha U	840	405	435	596	283	313	493	224	269
Forquilha R	381	192	189	266	138	128	266	137	129
Groairas U	452	213	239	288	130	158	280	120	160
Groairas R	210	110	100	130	74	56	114	56	58
Sobral U	8758	4140	4618	6467	2950	3517	5151	2292	2859
Sobral R	1122	558	564	850	411	439	761	374	387
<b>TOTAL U</b>	<b>10.050</b>	<b>4.758</b>	<b>5.292</b>	<b>7.351</b>	<b>3.363</b>	<b>3.988</b>	<b>5.924</b>	<b>2.636</b>	<b>3.288</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>1.713</b>	<b>860</b>	<b>853</b>	<b>1.246</b>	<b>623</b>	<b>623</b>	<b>1.141</b>	<b>567</b>	<b>574</b>
<b>MICRO TERRITORIO V</b>									
Massapê U	1148	552	596	887	396	491	731	305	426
Massapê R	492	261	231	408	206	202	377	174	203
Santana do Acaraú U	741	360	381	546	264	282	478	225	253
Santana do Acaraú R	685	384	301	490	233	257	460	248	212
Senador Sá U	240	123	117	194	91	103	190	87	103
Senador Sá R	88	49	39	79	45	34	56	35	21
<b>TOTAL U</b>	<b>2.129</b>	<b>1.035</b>	<b>1.094</b>	<b>1.627</b>	<b>751</b>	<b>876</b>	<b>1.399</b>	<b>617</b>	<b>782</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>1.265</b>	<b>694</b>	<b>571</b>	<b>977</b>	<b>484</b>	<b>493</b>	<b>893</b>	<b>457</b>	<b>436</b>
<b>MICRO TERRITORIO VI</b>									
Alcântaras U	201	83	118	147	63	84	129	62	67
Alcântaras R	352	183	169	272	136	136	261	118	143
Meruoca U	371	180	191	261	130	131	265	114	151
Meruoca R	309	155	154	261	127	134	256	115	141
<b>TOTAL U</b>	<b>572</b>	<b>263</b>	<b>309</b>	<b>408</b>	<b>193</b>	<b>215</b>	<b>394</b>	<b>176</b>	<b>218</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>661</b>	<b>338</b>	<b>323</b>	<b>533</b>	<b>263</b>	<b>270</b>	<b>517</b>	<b>233</b>	<b>284</b>
<b>TOTAL URBANO TERRITORIO</b>	<b>16.904</b>	<b>8.071</b>	<b>8.833</b>	<b>12.715</b>	<b>5.835</b>	<b>6.880</b>	<b>10.670</b>	<b>4.739</b>	<b>5.931</b>
<b>TOTAL RURAL TERRITORIO</b>	<b>6.567</b>	<b>3.443</b>	<b>3.124</b>	<b>5.190</b>	<b>2.598</b>	<b>2.592</b>	<b>4.842</b>	<b>2.387</b>	<b>2.455</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.4 apresenta o fracionamento relativo a faixa final da idade adulta e início da faixa considerada como início (65) etário representativo da idade considerada para fins de aposentadoria do Território de Sobral.

**Tabela 2.4:** População residente, por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do Território de Sobral – 2010.

Municípios	População residente								
	60 a 64 anos			65 a 69 anos			70 a 74 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO TERRITORIO I</b>									
Cariré U	333	149	184	239	113	126	254	94	160
Cariré R	385	194	191	310	146	164	284	149	135
Reriutaba U	437	200	237	320	140	180	332	141	191
Reriutaba R	326	160	166	251	129	122	236	131	105
Varjota U	512	212	300	446	200	246	385	184	201
Varjota R	117	59	58	97	45	52	80	35	45
<b>TOTAL U</b>	<b>1282</b>	<b>561</b>	<b>721</b>	<b>1005</b>	<b>453</b>	<b>552</b>	<b>971</b>	<b>419</b>	<b>552</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>828</b>	<b>413</b>	<b>415</b>	<b>658</b>	<b>320</b>	<b>338</b>	<b>600</b>	<b>315</b>	<b>285</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>									
Coreaú U	444	180	264	335	151	184	329	142	187
Coreaú R	301	175	126	198	101	97	128	71	57
Frecheirinha U	210	104	106	182	80	102	150	59	91
Frecheirinha R	227	114	113	151	68	83	102	57	45
Moraújo U	137	62	75	109	46	63	87	39	48
Moraújo R	136	72	64	84	44	40	72	27	45
<b>TOTAL U</b>	<b>791</b>	<b>346</b>	<b>445</b>	<b>626</b>	<b>277</b>	<b>349</b>	<b>566</b>	<b>240</b>	<b>326</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>664</b>	<b>361</b>	<b>303</b>	<b>433</b>	<b>213</b>	<b>220</b>	<b>302</b>	<b>155</b>	<b>147</b>
<b>MICRO TERRITORIO III</b>									
Graça U	183	79	104	183	77	106	185	72	113
Graça R	329	151	178	309	154	155	239	107	132
Mucambo U	380	154	226	319	142	177	250	109	141
Mucambo R	203	107	96	153	70	83	125	62	63
Pacujá U	130	57	73	113	45	68	93	38	55
Pacujá R	109	53	56	77	40	37	38	12	26
<b>TOTAL U</b>	<b>693</b>	<b>290</b>	<b>403</b>	<b>615</b>	<b>264</b>	<b>351</b>	<b>528</b>	<b>219</b>	<b>309</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>641</b>	<b>311</b>	<b>330</b>	<b>539</b>	<b>264</b>	<b>275</b>	<b>402</b>	<b>181</b>	<b>221</b>
<b>MICRO TERRITORIO IV</b>									
Forquilha U	450	203	247	345	156	189	301	136	165
Forquilha R	226	110	116	161	93	68	167	74	93
Groairas U	255	111	144	195	84	111	182	73	109

Municípios	População residente								
	60 a 64 anos			65 a 69 anos			70 a 74 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Groairas R	115	48	67	115	59	56	86	40	46
Sobral U	4292	1867	2425	3203	1375	1828	2563	1043	1520
Sobral R	755	378	377	538	269	269	421	223	198
<b>TOTAL U</b>	<b>4997</b>	<b>2181</b>	<b>2816</b>	<b>3743</b>	<b>1615</b>	<b>2128</b>	<b>3046</b>	<b>1252</b>	<b>1794</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>1096</b>	<b>536</b>	<b>560</b>	<b>814</b>	<b>421</b>	<b>393</b>	<b>674</b>	<b>337</b>	<b>337</b>
<b>MICRO TERRITORIO V</b>									
Massapê U	691	317	374	542	253	289	544	228	316
Massapê R	334	157	177	260	134	126	226	126	100
Santana do Acaraú U	489	222	267	446	177	269	366	147	219
Santana do Acaraú R	470	241	229	428	225	203	292	147	145
Senador Sá U	201	94	107	138	65	73	97	47	50
Senador Sá R	46	29	17	30	20	10	22	10	12
<b>TOTAL U</b>	<b>1381</b>	<b>633</b>	<b>748</b>	<b>1126</b>	<b>495</b>	<b>631</b>	<b>1007</b>	<b>422</b>	<b>585</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>850</b>	<b>427</b>	<b>423</b>	<b>718</b>	<b>379</b>	<b>339</b>	<b>540</b>	<b>283</b>	<b>257</b>
<b>MICRO TERRITORIO VI</b>									
Alcântaras U	90	36	54	89	35	54	83	29	54
Alcântaras R	220	98	122	188	85	103	172	83	89
Meruoca U	225	97	128	182	86	96	152	62	90
Meruoca R	231	128	103	188	91	97	144	67	77
<b>TOTAL U</b>	<b>315</b>	<b>133</b>	<b>182</b>	<b>271</b>	<b>121</b>	<b>150</b>	<b>235</b>	<b>91</b>	<b>144</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>451</b>	<b>226</b>	<b>225</b>	<b>376</b>	<b>176</b>	<b>200</b>	<b>316</b>	<b>150</b>	<b>166</b>
<b>TOTAL URBANO TERRITORIO</b>	<b>9.459</b>	<b>4.144</b>	<b>5.315</b>	<b>7.386</b>	<b>3.225</b>	<b>4.161</b>	<b>6.353</b>	<b>2.643</b>	<b>3.710</b>
<b>TOTAL RURAL TERRITORIO</b>	<b>4.530</b>	<b>2.274</b>	<b>2.256</b>	<b>3.538</b>	<b>1.773</b>	<b>1.765</b>	<b>2.834</b>	<b>1.421</b>	<b>1.413</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.5 apresenta o fracionamento relativo a faixa de idade considerada com atenção especial aos idosos existentes no Território Sobral e que por sua vez merecem políticas públicas específicas voltadas para a qualidade de vida e estudos que possibilitem verificar como vivem esta faixa da população e quais os fatores que possibilitam sua existência com saúde e longevidade.

**Tabela 2.5:** População residente, por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do Território Sobral - 2010

Municípios	População residente					
	75 a 79 anos			80 anos ou mais		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
<b>MICRO TERRITORIO I</b>						
Cariré U	151	57	94	242	105	137
Cariré R	188	77	111	284	134	150
Reriutaba U	225	87	138	333	133	200
Reriutaba R	147	51	96	250	107	143
Varjota U	280	126	154	384	171	213
Varjota R	69	35	34	76	30	46
<b>TOTAL U</b>	<b>656</b>	<b>270</b>	<b>386</b>	<b>959</b>	<b>409</b>	<b>550</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>404</b>	<b>163</b>	<b>241</b>	<b>610</b>	<b>271</b>	<b>339</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>						
Coreaú U	232	117	115	307	143	164
Coreaú R	82	43	39	106	49	57
Frecheirinha U	131	55	76	146	66	80
Frecheirinha R	63	33	30	92	43	49
Moraújo U	54	24	30	76	31	45
Moraújo R	57	29	28	67	36	31
<b>TOTAL U</b>	<b>417</b>	<b>196</b>	<b>221</b>	<b>529</b>	<b>240</b>	<b>289</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>202</b>	<b>105</b>	<b>97</b>	<b>265</b>	<b>128</b>	<b>137</b>
<b>MICRO TERRITORIO III</b>						
Graça U	113	46	67	146	61	85
Graça R	132	61	71	203	98	105
Mucambo U	204	86	118	273	118	155
Mucambo R	79	40	39	98	44	54
Pacujá U	89	38	51	103	35	68
Pacujá R	31	13	18	56	22	34
<b>TOTAL U</b>	<b>406</b>	<b>170</b>	<b>236</b>	<b>522</b>	<b>214</b>	<b>308</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>242</b>	<b>114</b>	<b>128</b>	<b>357</b>	<b>164</b>	<b>193</b>
<b>MICRO TERRITORIO IV</b>						
Forquilha U	197	86	111	241	103	138
Forquilha R	125	65	60	140	77	63
Groairas U	136	55	81	233	105	128
Groairas R	50	23	27	79	43	36
Sobral U	1768	716	1052	2322	946	1376
Sobral R	292	145	147	362	183	179
<b>TOTAL U</b>	<b>2101</b>	<b>857</b>	<b>1244</b>	<b>2796</b>	<b>1154</b>	<b>1642</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>467</b>	<b>233</b>	<b>234</b>	<b>581</b>	<b>303</b>	<b>278</b>

Municípios	População residente					
	75 a 79 anos			80 anos ou mais		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
MICRO TERRITORIO V						
Massapê U	325	140	185	448	193	255
Massapê R	159	89	70	177	88	89
Santana do Acaraú U	242	111	131	350	161	189
Santana do Acaraú R	143	81	62	211	116	95
Senador Sá U	91	44	47	101	45	56
Senador Sá R	19	9	10	21	13	8
<b>TOTAL U</b>	<b>658</b>	<b>295</b>	<b>363</b>	<b>899</b>	<b>399</b>	<b>500</b>
<b>TOTAL U</b>	<b>321</b>	<b>179</b>	<b>142</b>	<b>409</b>	<b>217</b>	<b>192</b>
MICRO TERRITORIO VI						
Alcântaras U	69	29	40	97	41	56
Alcântaras R	139	66	73	175	88	87
Meruoca U	127	62	65	169	75	94
Meruoca R	117	64	53	177	81	96
<b>TOTAL U</b>	<b>196</b>	<b>91</b>	<b>105</b>	<b>266</b>	<b>116</b>	<b>150</b>
<b>TOTAL R</b>	<b>256</b>	<b>130</b>	<b>126</b>	<b>352</b>	<b>169</b>	<b>183</b>
<b>TOTAL URBANO TERRITORIO</b>	<b>4.434</b>	<b>1.879</b>	<b>2.555</b>	<b>5.971</b>	<b>2.532</b>	<b>3.439</b>
<b>TOTAL RURAL TERRITORIO</b>	<b>1.892</b>	<b>924</b>	<b>968</b>	<b>2.574</b>	<b>1.252</b>	<b>1.322</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 3 apresenta as informações relativas à população rural e urbana, a densidade populacional, a taxa de urbanização e a taxa de ruralidade que permitem orientar a alocação de recursos públicos, como, por exemplo, o financiamento de serviços em base per capita; perceber o processo migratório da população, subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas, para adequação e funcionamento da rede de serviços sociais e da infraestrutura urbano e rural.

**Tabela 3:** População Total, Urbana e Rural, Densidade Demográfica, Percentual da População do Território de Sobral, 2010.

MUNICIPIOS	População Total	Urbana	Rural	Densidade Demográfica	% Urbano	% Rural
<b>MICRO TERRITORIO I</b>						
Cariré	18.348	8.302	10.046	24,2	45,2	54,8
Reriutaba	19460	10590	8870	50,8	54,4	45,6
Varjota	17584	14413	3171	98,1	82,0	18,0
<b>TOTAL</b>	<b>55.392</b>	<b>33.305</b>	<b>22.087</b>		<b>60,1</b>	<b>39,9</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>						
Coreaú	22.018	14.258	7.760	28,4	64,8	35,2
Frecheirinha	12991	7636	5355	71,7	58,8	41,2
Moraújo	8069	3603	4466	19,4	44,7	55,3
<b>TOTAL</b>	<b>43.078</b>	<b>25.497</b>	<b>17.581</b>		<b>59,2</b>	<b>40,8</b>
<b>MICRO TERRITORIO III</b>						
Graça	15.052	5.818	9.234	53,4	38,7	61,3
Mucambo	14102	9066	5036	74,0	64,3	35,7
Pacujá	5986	3723	2263	78,7	62,2	37,8
<b>TOTAL</b>	<b>35.140</b>	<b>18.607</b>	<b>16.533</b>		<b>53,0</b>	<b>47,0</b>
<b>MICRO TERRITORIO IV</b>						
Forquilha	21.786	15.473	6.313	42,1	71,0	29,0
Groairas	10228	7076	3152	65,6	69,2	30,8
Sobral	188271	166333	21938	88,7	88,3	11,7
<b>TOTAL</b>	<b>220.285</b>	<b>188.882</b>	<b>31.403</b>		<b>85,7</b>	<b>14,3</b>
<b>MICRO TERRITORIO V</b>						
Massapê	35.201	23.993	11.208	61,6	68,2	31,8
Santana do Acaraú	29977	15402	14575	30,9	51,4	48,6
Senador Sá	6852	5068	1784	15,9	74,0	26,0
<b>TOTAL</b>	<b>72.030</b>	<b>44.463</b>	<b>27.567</b>		<b>61,7</b>	<b>38,3</b>
<b>MICRO TERRITORIO VI</b>						
Alcântaras	10.773	3.450	7.323	77,7	32,0	68,0
Meruoca	13693	7420	6273	94,5	54,2	45,8
<b>TOTAL</b>	<b>24466</b>	<b>10870</b>	<b>13596</b>		<b>44,4</b>	<b>55,6</b>
<b>TOTAL/MEDIA DO TERRITÓRIO</b>	<b>450.391</b>	<b>321.624</b>	<b>128.767</b>		<b>71,4</b>	<b>28,6</b>

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 4 apresenta a taxa geométrica total, tanto à urbana quanto a rural no ano de 2010 que expressam em termos percentuais o crescimento médio da população em um determinado espaço e período de tempo.

Considera-se que a população experimenta um crescimento exponencial também denominado como geométrico.

**Tabela 4:** Taxa Geométrica Total (urbana e rural) do Território de Sobral, 2010.

Municípios	Taxa Geométrica Total 2010	Taxa Geométrica Urbana 2010	Taxa Geométrica Rural 2010
MICRO I			
Cariré	-0,1	4,3	-2,7
Reriutaba	-0,9	0,8	-2,6
Varjota	0,6	0,7	0,2
MICRO II			
Coreaú	1,0	2,4	-1,2
Frecherinha	0,9	1,7	0,0
Moraújo	1,4	0,7	1,9
MICRO III			
Graça	0,2	1,9	-0,8
Mucambo	0,2	1,8	-2,1
Pacujá	0,6	1,3	-0,5
MICRO IV			
Forquilha	2,2	2,9	0,7
Groairas	1,6	2,4	0,0
Sobral	1,9	2,1	0,5
MICRO V			
Massapê	1,8	2,3	0,8
Santana do Acaraú	1,4	2,1	0,6
Senador Sá	2,0	2,9	-0,1
MICRO VI			
Alcântaras	1,2	2,2	0,8
Meruoca	1,9	2,8	0,9

**Fonte:** Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

Outros indicadores de análise importantes segundo órgãos como o IBGE e o IPECE, à gestão, planejamento e avaliação do Território podem ser extraídos e considerados a partir dos dados acima explicitados, em estudos e projetos futuros que considerem em seu delineamento a análise da/o:

## RAZÃO DE DEPENDENCIA

Considera a razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 60 e mais anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 59 anos de idade), na população residente em determinado espaço. Mede a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva geográfico, no ano considerado. A razão de dependência pode ser calculada, separadamente, para as duas faixas etárias identificadas como população dependentes. Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes, o que significa consideráveis encargos assistenciais para a sociedade.

Sinalizam como indicadores utilizados para acompanhar a evolução do grau de dependência econômica em uma determinada população; sinalizar o processo de rejuvenescimento ou envelhecimento populacional e subsidiar a formulação de políticas nas áreas de saúde e de previdência social.

## TAXA DE FECUNDIDADE

Considera o número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A taxa é estimada para um ano calendário determinado, a partir de informações retrospectivas obtidas em censos e inquéritos demográficos. Ressalte-se que no mundo, no final do século XX, a taxa de fecundidade era de 2,9 filhos por mulher, Nos países mais desenvolvidos esta taxa era de 1,5, e nos países menos desenvolvidos, em torno de 3,2.

A taxa de fecundidade total é obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade para as mulheres residentes de 49 anos de idade.

As taxas específicas de fecundidade expressam o número de filhos nascidos vivos, por mulher, para cada ano de idade do período reprodutivo. O cálculo das taxas específicas de fecundidade é feito diretamente, relacionando, para cada faixa etária da população feminina, os filhos nascidos vivos.

Indiretamente, as taxas específicas de fecundidade por idade são obtidas por meio de metodologias demográficas aplicadas a dados censitários e a pesquisas especiais. Adota-se o método direto para as Unidades da Federação onde o número de nascidos vivos informado no Sinasc é igual ou superior a 90% do número de nascidos vivos estimado por métodos demográficos. Sendo inferior, recomenda-se adotar o número estimado.

### INDICE DE ENVELHECIMENTO

Considera o número de pessoas de 60 e mais anos de idade, para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Razão entre os componentes etários extremos da população, representados por idosos e jovens. Os valores elevados desse índice indicam que a transição demográfica encontra-se em estágio avançado.

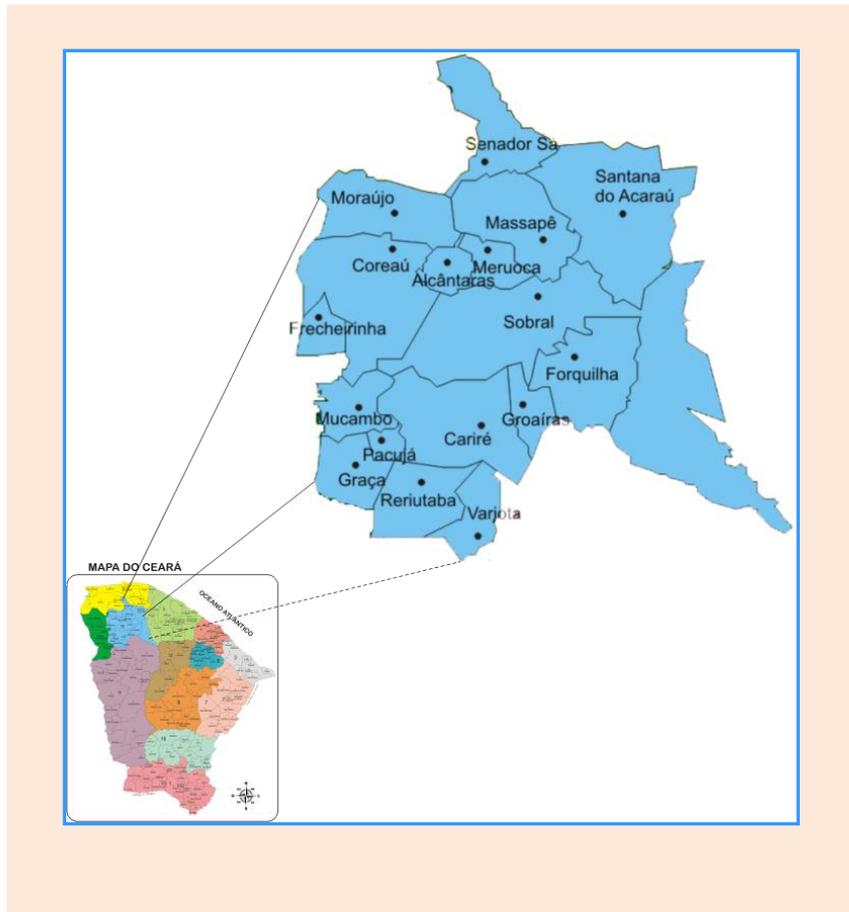
#### **4 CARACTERÍSTICAS ESTRATÉGICAS**

No ano de 2003, a partir da política experimental de territórios do governo brasileiro, houve o agrupamento de dezenove municípios que possuem identidade entre si tanto nos aspectos ambientais, culturais, como no social, político e econômico. Desde então vem sendo trabalhado a ótica do desenvolvimento dentro deste contexto territorial, o que cumulou em discussão interna para que este fosse dividido em micro territórios dado a distância espacial que é considerável.

O Instituto de Pesquisa e Estratégia do Ceará (IPECE) com o objetivo de atender as políticas públicas obter um planejamento mais eficaz e um maior aperfeiçoamento na aplicação dos recursos destinados aos territórios elaborou uma nova regionalização para o estado do Ceará, sendo esta composta por 13 regiões territoriais. O Território da Cidadania de Sobral é um desses territórios contemplados nessa política experimental do governo federal.

O Território da Cidadania Sobral tem uma extensão de 8.292,7 Km<sup>2</sup>, está localizado na região Norte do estado, limitando-se ao Norte com os município de: Uruoca, Martinopole, Morrinhos, Granja e Marco; ao Sul, com os municípios de: Pires Ferreira e Santa Quitéria; ao Leste com os municípios de: Irauçuba, Miraima e Amontada, e a Oeste com os municípios de:Tiangua, Ubajara, Ibiapina, São Benedito e Guaraciaba do Norte.

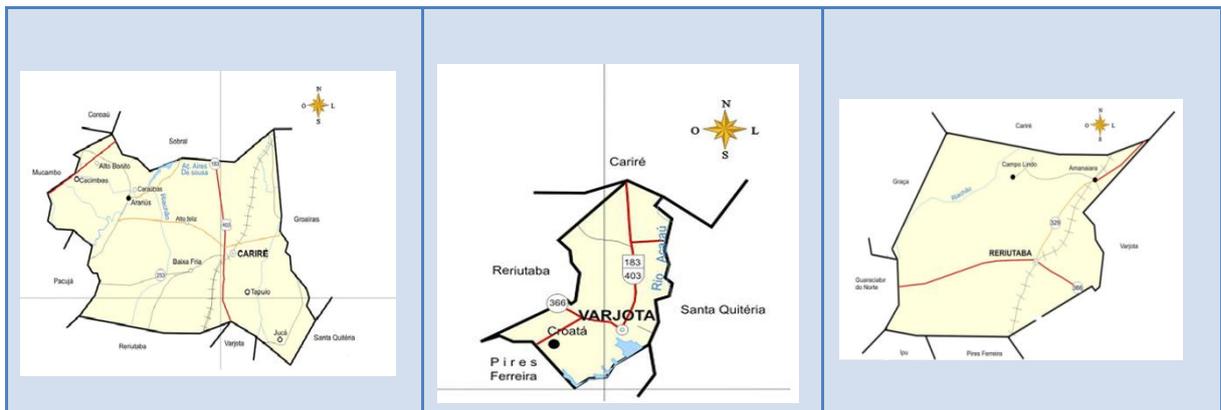
A Figura 1 mostra os municípios que compõem o Território estão divididos em seis Micro Territórios denominados: Micro Território I composto pelos municípios de Cariré, Varjota e Reruitaba; pelo Micro Território II formado por Coreaú, Frecheirinha e Moraújo; pelo Micro Território III constituído pelos municípios de Graça, Pacujá e Mucambo; pelo Micro Território IV formado por Forquilha, Groaíras e Sobral; pelo Micro Território V composto pelos municípios de Massapê, Santana do Acaraú e Senador Sá, e pelo Micro Território VI com os municípios de Alcântaras e Meruoca.



**Figura 1: Representação do Mapa do Território Sobral**  
 Fonte: Adaptado IPECE, 2010.

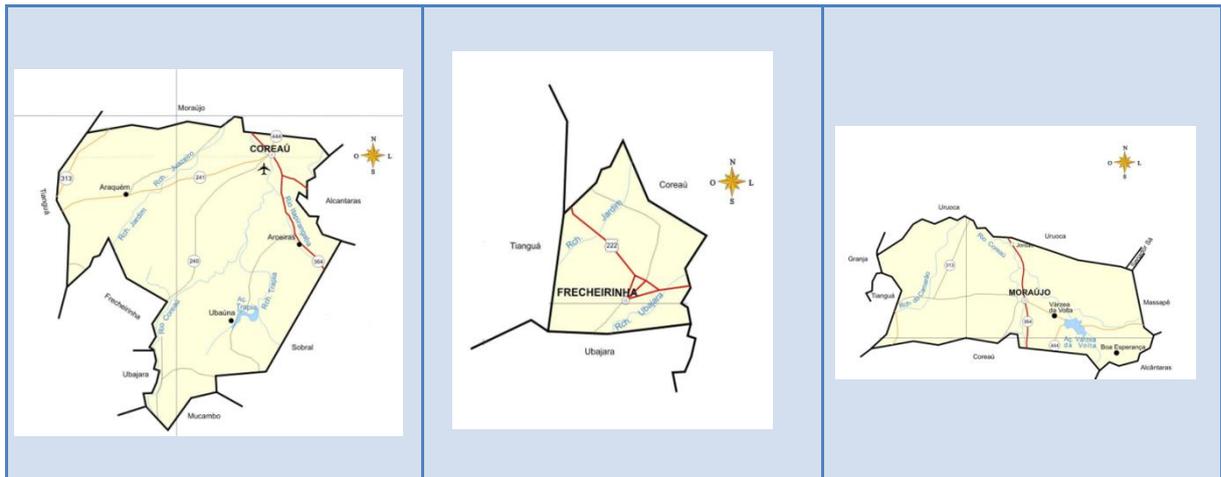
As Figuras de 2 a 7 mostram os mapas dos municípios que formam os seis Micro Territórios do Território da Cidadania Sobral.

**a) MICRO TERRITORIO I**



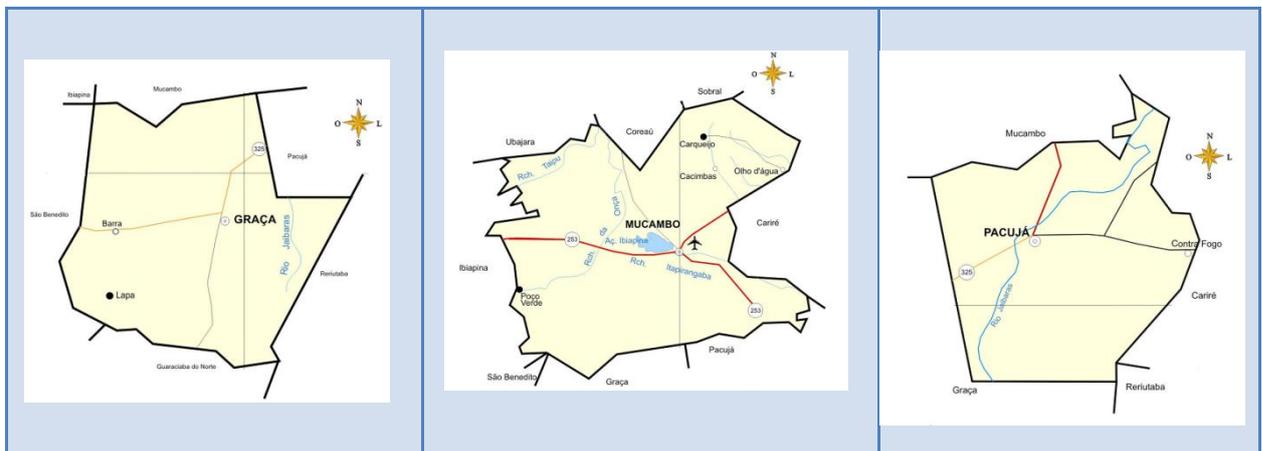
**Figura 2: Adaptação dos Mapas dos Municípios do Micro Território I**  
 Fonte: IPECE, 2002.

## b) MICRO TERRITORIO II



**Figura 3:** Adaptação dos Mapas dos Municípios do Micro Território II  
**Fonte:** IPECE, 2002.

## c) MICRO TERRITORIO III



**Figura 4:** Adaptação dos Mapas dos Municípios do Micro Território III  
**Fonte:** IPECE, 2002.

#### d) MICRO TERRITORIO IV



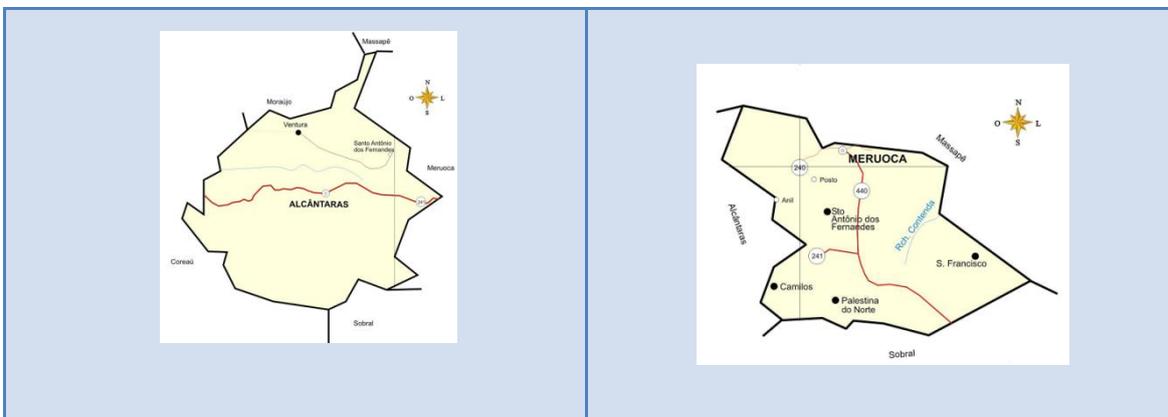
**Figura 5:** Adaptação dos Mapas dos Municípios do Micro Território IV  
**Fonte:** IPECE, 2002.

#### e) MICRO TERRITORIO V



**Figura 6:** Adaptação dos Mapas dos Municípios do Micro Território V  
**Fonte:** IPECE, 2002.

#### f) MICRO TERRITÓRIO VI



**Figura 7:** Adaptação dos Mapas dos Municípios do Micro Território VI  
**Fonte:** IPECE, 2002.

Seus municípios ficam, em média, cerca de 221,4 km distantes de Fortaleza. O Território é cortado por estradas intermunicipais e municipais interligando as sedes dos municípios aos distritos, as comunidades rurais e as áreas de assentamentos, são elas: BR-222 e CE-178, CE-179, CE-183, CE-253, CE-321, CE-351, CE-362, CE-364, CE-366, CE-440.

A maioria das estradas, ainda é carroçável e se encontram em condições precárias, dificultando o acesso aos centros urbanos e o escoamento e comercialização da produção.

O Quadro 1 apresenta a relação das vias de acesso dos municípios do Território Sobral a capital Fortaleza.

<b>Micro Territórios</b>	<b>Municípios</b>	<b>Vias de Acesso</b>	<b>Distância à Fortaleza (km)</b>
<b>Micro Território I</b>	Cariré	BR-222/CE-183	287,1
	Varjota	BR-222/CE-183	308,2
	Reriutaba	BR-222/CE-183/CE-366	309,2
<b>Micro Território II</b>	Coreaú	BR-222/CE-364	299,3
	Frecheirinha	BR-222	305,3
	Moraújo	BR-222/CE-364	308,3
<b>Micro Território III</b>	Graça	BR-222/CE-321/253/351	320,3
	Pacujá	BR-222/CE-321	309,3
	Mucambo	BR-222/CE-321	298,3
<b>Micro Território IV</b>	Groaíras	BR-222/CE-179	273,3
	Forquilha	BR-222	230,3
	Sobral	BR-222	250,3
<b>Micro Território V</b>	Massapê	BR-222/CE-362	272,3
	Santana do	BR-222/CE-178	249,1
	Senador Sá	BR-222/CE-362	297,3
<b>Micro Território VI</b>	Alcantâras	BR-222/CE-085/CE-	285,3
	Meruoca	BR-222/CE-440	277,3

**Quadro 1:** Vias de Acesso dos municípios do Território Sobral a Capital Fortaleza  
**Fonte:** DER, 2009.

O Território conta com a linha tronco Norte da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima - RFFSA, hoje, de uso restrito ao transporte de carga que interliga os municípios do território ao estado do Piauí.

A BR-222 na maioria de sua extensão que por sua grande movimentação necessita frequentemente de reparos, principalmente entre os municípios de Irauçuba e Sobral. Quanto às estradas estaduais, estas se apresentam em bom estado de conservação e manutenção.

## 5 FORMAÇÃO HISTÓRICA

A história da formação do Território da Cidadania Sobral teve seu início quando, a partir do ano de 2003, iniciaram-se as discussões em torno da política governamental de territorialização que visava estabelecer um novo modelo de desenvolvimento rural, com a perspectiva da participação conjunta do poder público e da sociedade civil.

Durante este recente período de 2003 a 2010, a sociedade civil representada por seus diversos segmentos se reúne com o poder público local, e discute os desafios os avanços, as problemáticas e as soluções necessárias, através da construção de uma ambiência territorial e de um instrumento que reúne tais discussões e os resultados esperados. Neste momento, percebe-se que o território avançou nesta proposta, pois já constituiu todas as instâncias colegiadas que dentro de sua dinâmica assumem seus papéis através de um colegiado territorial representativo com 50% de participação do poder público e a outra metade com a participação da sociedade civil que juntos buscam o desenvolvimento e melhoria de seus espaços.

A região norte do Estado do Ceará, onde se localiza o Território da Cidadania de Sobral, tem em Sobral o seu centro de desenvolvimento econômico, financeiro, populacional, acadêmico e cultural, pela situação geográfica e territorial do município, fazendo com que as outras cidades se desenvolvam a partir do crescimento gerado pela cidade e pela linha férrea que foi construída para transportar a carga dos municípios e por conseqüência fazer a ligação com a capital do estado .

O passado histórico do povoamento dos municípios que compõem o Território da Cidadania Sobral, leva a uma melhor compreensão deste momento atual, para tanto voltaremos nosso olhar para o fim do século XVII, quando várias famílias pernambucanas se estabeleceram economicamente na região, sendo beneficiadas, com a maior concessão já feita a colonos, pelo Capitão-Mor Bento de Faria de Macedo ao doar por Sesmaria uma área de 50 léguas.

A origem dos municípios de Reriutaba, em alusão aos índios “Reriús” antigos habitantes da região, e de Meruoca que no tupi significa “morada das moscas”, porque havia nas ocas muita moscas e remontam a pré-colonização, quando em seu território, incluindo serra e sertão, habitavam os Tapuias, nação guerreira que vivia em conflito com os Tremembés. Coube, então, ao padre Ascenço Gago, quando nos primórdios do Século XVIII, e em contato com esses nativos, estabeleceu a paz entre as tribos inimigas. Depois da expulsão pelos colonizadores, pouco restou da tradição indígena.

Outros municípios do Território foram se formando às margens do Rio Groaíras, que significa “mel que os pássaros gostam”, pois os colonizadores foram povoando as terras que se estendiam do Rio Acaraú e do Rio Aracatiaçu aos contrafortes da Ibiapaba, retornando em busca da Serra da Meruoca, numa extensão de 50 léguas.

O desenvolvimento desses municípios, como em todo interior do Ceará, deve-se à pecuária, marcadamente no fim do século XVII e início do século XVIII cujos rebanhos foram se instalando para prover o nordeste canavieiro e cruzavam o território rumo aos estados do Piauí e do Maranhão, estabelecendo núcleos criatórios ao longo do caminho. Os locais de parada onde os vaqueiros descansavam, foram se transformando em povoados e depois em vilas, pois a região apresentava boas condições para a estadia pela presença de recursos hídricos e proximidade de terras férteis, os aluviões do Acaraú, e a Serra da Meruoca.

Com emigração de fugitivos que fugiam dos portugueses após a rendição dos holandeses pelo Tratado de Taborda no século XVII e ao redor da Fazenda Caiçara, surgida em 1726, fundada por Antônio Rodrigues Magalhães, uma fazenda que convergia com as rotas das boiadas na época da carne de charque.

Em 1763, a Secretaria dos Domínios Ultramarinos expediu aviso autorizando o estabelecimento de novas vilas na Capitania do Siará Grande. Em 1766 o povoado de Caiçara era elevada à categoria de Vila, passando a chamar-se Vila distinta de Sobral que estando no entroncamento de várias estradas importantes, desenvolveu cedo uma vocação comercial que o

acompanharia por toda a sua história, constituindo-se no principal pólo da região Noroeste do estado do Ceará. (ARAGÃO, 1990).

Até o final do século XVIII a base da economia local continuou sendo a pecuária de corte. Com a decadência da indústria canavieira, na região nordeste e a descoberta das zonas auríferas em Minas Gerais, as grandes demandas pela carne de charque foram remanejadas para o sul do país, encerrando assim, o período da chamada “civilização do couro” no Ceará.

O povoado de Olho D’água, atual Santana do Acaraú eleva-se à Vila em 1862, com a denominação de Curral Velho. Em 1872 o povoado de Graça teve a sua elevação à categoria de Vila. Em 1879 Meruoca, subordinada a Sobral era elevada à Vila, enquanto Pacujá palavra de origem Tupi que significa "fruto da pacova", uma variedade de banana, elevou-se à categoria de Distrito em 1883. O município de Cariré que significa na língua Tupi “peixe diferente” surgiu com o advento da Ferrovia Sobral Crateús a partir de 1893. Já Reriutaba elevou-se à categoria de Vila em 1922. Os municípios de Varjota, em 1952 e de Forquilha em 1985 se formaram com a construção dos açudes Araras e Forquilha, respectivamente.

No século XIX, o algodão assume uma posição relevante como produto de exportação, fomentando a expansão das fronteiras agrícolas e o desenvolvimento dos núcleos urbanos. A indústria têxtil inglesa foi o principal cliente da produção algodoeira local, num período em que o fornecimento mundial mostrava-se retraído devido à Guerra da Secessão, nos Estados Unidos. Essa dependência, aliada aos problemas tecnológicos e climáticos, determinou a pouca sustentabilidade da cotonicultura no Ceará, bem como seus sucessivos períodos de crise.

As alterações administrativas foram dando forma à atual estrutura e divisão administrativa municipal: Cariré, Forquilha, Meruoca desmembraram-se de Sobral e transformaram-se em municípios nos anos de 1929, 1963 e 1951 respectivamente. Coreaú desmembrou-se de Granja; Frecheirinha e Moraújo de Coreaú; Graça de São Benedito; Groaíras de Cariré; Mucambo de Ibiapaba; Pacujá de São Benedito; Santana do Acaraú de Acaraú; Senador Sá de Massapê, e Varjota de Reriutaba.

Foram emancipados recentemente os municípios de Varjota e Forquilha em 1986, e Graça no ano de 1989.

A comunidade Quilombola Timbaúba no Território da Cidadania de Sobral, somando 1.137 famílias, localizada entre os municípios de Coreaú e Moraújo, está em processo de regularização fundiária pelo INCRA, e será atendida pela nova Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.

Foi implantado nesta comunidade um Centro de Referência Afro-descendentes do Quilombo Timbaúba através do Programa Nacional de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais - PROINF, convênio estabelecido entre o município de Moraújo e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA.

No Território da Cidadania de Sobral não existem comunidades indígenas remanescentes, apesar de que no início da colonização, como descrito anteriormente, haver índios nativos, todavia dizimados pelos brancos.

A divisão territorial é subdividida em micro territórios levando em consideração as especificidades locais e municipais, em relação aos aspectos históricos anteriormente muitos desses municípios já foram distritos ou localidades dos que hoje são seus municípios vizinhos.

O Micro Território I formado pelos municípios de Cariré, Varjota, Reruitaba. Varjota era a Fazenda do Padre Macário Bezerra da Paróquia do Ipu. Sua Capela foi construída sobre a égide de Santana, entre os anos de 1834 a 1840, entre algumas dezenas de casas e a população foi formando um aglomerado de residências e de comércios. Suas principais famílias eram: Bezerra Martins, Melo e Araújo, por volta de 1927 com um aglomerado de casas, Varjota já é chamada de Vila. Em 1936 Varjota foi incorporada ao município de Ipu, só vindo a ser distrito de Reruitaba, em 1946, no governo do então Dr. Raul Barbosa. A partir de 1964 se dá o desenvolvimento da cidade com a construção da hidroelétrica pelo engenheiro chefe do serviço de campo, Dr. José Jorge de Abreu Choairy, distribuindo energia elétrica aos municípios vizinhos, elevando à categoria de município com a denominação de Varjota, pela Lei Estadual nº. 11007, de 05-02-1985. Em divisão territorial datada de 17

de Janeiro de 1960, o município é constituído de 2 distritos: Varjota e Croatá. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005 (IBGE, 2009).

A inauguração da estação de Cariré pela rede de Viação Cearense a 1º de novembro de 1893, naquele referido arraial, impulsionou o seu desenvolvimento, influenciando a formação do futuro município, sendo beneficiado com a Estrada de Ferro de Sobral, na divisão territorial e administrativa do Brasil em 1911, aparecia como distrito de Sobral. Em divisão territorial datada de 2005, o município é constituído de 5 distritos: Cariré, Arariús, Cacimbas, Jucá e Tapuio. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007 (IBGE, 2009).

Reriutaba foi formada por pernambucanos descendentes de portugueses que iniciaram um povoado na região habitada pelos índios Reriús, situado numa fazenda de criar, denominada Santa Cruz. Com a construção da estação da Estrada de Ferro de Sobral, em 1º de dezembro de 1893, este local passou a progredir muito rápido. O município foi criado pela Lei Estadual nº. 2.056, de 11 de novembro de 1922, que elevou a povoação de Santa Cruz à categoria de vila. Por força do Decreto-Lei nº. 1.114, de 30 de dezembro de 1943, deu ao município a denominação de Reriutaba. Em divisão territorial datada de 17 de Janeiro de 1991, o município é constituído de 3 distritos: Reriutaba, Amanaiara e Campo Lindo. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005 (IBGE, 2009).

O Micro Território II é formado pelos municípios de Coreaú, Frecheirinha e Moraújo. E um dos mais antigos povoadores da região onde hoje se ergue o município de Coreaú foi o tenente-coronel Manuel Dias de Carvalho, cujas terras lhe foram concedidas, em 1705, por sesmarias, todas situadas nas margens férteis do riacho Coreaú, que se presta ao plantio agrícola, esbanjando nas quadras invernosas dias de fartura e de grande bonança aos fazendeiros que aí se estabeleceram.

Inicialmente o local era chamado de Várzea Grande, sucedendo-lhe o nome Palma durante muitos anos. Sobre esta denominação existe uma lenda que no arraial Várzea Grande, havia uma família de negros que se dedicava à fabricação de broas e bolos de goma muito apreciados, que atraíam gente de

muito longe para comprá-los. Em formato de palma, era comum ouvir-se dizer de quem se dirigia para Várzea Grande: "Vou para as Palmas".

Distrito criado com a denominação de Palmas, ex-povoado de Várzea Grande pela Lei Provincial nº. 1206, de 10 de Agosto de 1867. Em sua divisão territorial de 31 de Dezembro de 1968, o município é constituído de 4 distritos: Coreaú, Araquém, Aroeiras e Ubaúna (IBGE, 2009).

As terras de Frecheirinha se localizam nas proximidades da Serra da Ibiapaba, são férteis e propícias ao cultivo de cana de açúcar, arroz e milho. No começo deste século, inúmeras famílias atraídas pela fertilidade do solo se estabeleceram em fazendas da região. Em 1903 foi erguida uma capelinha rústica, de taipa, em honra de Nossa Senhora da Saúde, e construída em torno dela, residências que deram origem ao povoado. No mesmo local se ergue hoje a atual Matriz, sede da freguesia.

Elevado à categoria de município com a denominação de Frecheirinha, pela Lei Estadual nº. 1153, de 22 de Novembro de 1951, desmembrado de Coreaú. Sede no antigo distrito de Frecheirinha. Constituído do distrito sede. Instalado em 25 de Março de 1955. Em divisão territorial datado de 1 de Julho de 1960, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada em 2005 (IBGE, 2009).

Com características sertanejas e predominância da atividade pastoril surgiu o lugarejo que inicialmente se chamou Pedrinha em 1951. Intercalados por vales exuberantes, a região se tornou centro de muitas e destacadas fazendas, dominadas pelas famílias Morais e Araújo, e em homenagem as duas, com a junção dos dois nomes, o lugarejo passou a se chamar Moraújo. Distrito criado com a denominação de Pedrinhas pela Lei Estadual nº. 1153, de 22 de Novembro de 1951, subordinado ao município de Coreaú. Elevado à categoria de município com a denominação de Moraújo, pela Lei Estadual nº. 3920, de 25 de Novembro de 1957. Constituído de dois distritos: Moraújo e Várzea da Volta, criado pela mesma lei do município. Instalado em 08 de Janeiro de 1958. Em divisão territorial datada de 01 de Junho de 1995, o município é constituído de 3 distritos: Moraújo, Boa Esperança e Várzea da Volta. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005 (IBGE, 2009).

O Micro Território III é formado pelos municípios de Graça, Mucambo e Pacujá. Graça desde 1872 é povoado, subordinada ao município de São Benedito, e mantida durante anos do trabalho artesanal das redes, da fiandagem e de outros artefatos de algodão. Distrito criado com a denominação de Graça, pela Lei Provincial nº 1491, de 16 de Dezembro de 1872 e por Ato Provincial de 25 de Junho de 1873. Em divisão territorial datada de 01 de Junho de 1995, o município é constituído de dois distritos: Graça e Lapa. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005 (IBGE, 2009).

O terreno para o povoado de Pacujá foi doado por Dona Maria Rodrigues Nepomuceno, conhecida com "Maria dos Tinguíns", tendo sido construído primeiramente a casa de pedra, onde atualmente funciona a capela São Vicente de Paulo, da Família Rodrigues Nepomuceno, sendo o Padre Vicente Jorge considerado o fundador da Vila.

Distrito criado com a denominação de Pacujá, pela Lei nº. 2054, de 24 de Novembro de 1883 subordinado ao município de Ibiapina. Elevado à categoria de município com a denominação de Pacujá, pela Lei Estadual nº. 3692, de 17 de julho de 1957, desmembrado de São Benedito. Instalado em 22 de Setembro de 1957. Em divisão territorial datada de 1960, o município é constituído de distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005 (IBGE, 2009).

Mucambo quer dizer “esconderijo das mulheres índias” no período de aleitamento, é sede de distrito desde 3 de agosto de 1893, criado por Lei Municipal nº. 10 da mesma data.

Na primeira década do século XX contava com algumas moradias, dispersas nas proximidades da lagoa de Mucambo, este núcleo já reclamava da assistência espiritual. Então, em 8 de setembro de 1907, o padre Joaquim Severiano, vigário em Ibiapina, celebrou, em casa de Lourenço Pereira, a primeira missa, iniciando no mesmo ano, com a ajuda do mesmo e de Serafim Pereira, uma capelinha dedicada a Nossa Senhora de Santana, Padroeira do lugar, a qual foi considerada milagrosa no dia 25 de março de 1908.

Distrito criado com a denominação de Mucambo, pela Lei Municipal nº. 10, de 03 de Agosto de 1893, subordinado ao município de Ibiapina. Criado o município em 25 de Março de 1955. Em sua divisão territorial datada de 15 de

Julho de 1999 o município é constituído de 3 distritos: Mucambo e Carquejo e Poço Verde. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005 (IBGE, 2009).

O Micro Território IV é formado pelos municípios de Sobral, Forquilha e Groaíras. Por volta de 1700, chegam às margens do rio Groaíras, familiares de Lourenço Guimarães e fixam residência nesta região, sem imaginar a extensão do rio, achavam ser um riacho e denominaram a fazenda de "Riacho do Guimarães", em honra do fundador. Quando foi promovida, a vila passou a se chamar Vila Guimarães, quando descobriram a real extensão do rio, passaram a chamá-lo de rio Groaíras, então a vila passou a ser chamar Vila Groaíras.

Em 1956 um vereador que representava a vila, no município de Cariré, apresenta requerimento pedindo o desmembramento do distrito de Groaíras para ser elevado à categoria de município. Sendo elevada à cidade, pela Lei nº. 3.603 do dia 23 de maio de 1957 (IBGE, 2009).

A origem de Sobral remonta ao início do século XVIII, quando portugueses fugitivos de invasores estrangeiros no litoral do Nordeste se embrenhavam pelo interior cearense, instalando-se às margens dos rios Jaguaribe e Acaraú. As excelentes condições de clima, a fertilidade do solo e o espírito liberal dos assentados contribuíram para que se desenvolvesse no local um povoado que se tornou o mais populoso dentre os seus vizinhos.

Em 1728, Antônio Rodrigues Magalhães, procedente do Rio Grande do Norte instalou a Fazenda Caiçara, considerada berço do Município. Tempos depois ele e sua mulher, por Escritura de 10 de Dezembro de 1756, davam cem braças quadradas de terras a matriz de N. S. da Conceição.

A palavra Caiçara, em língua indígena, significa, segundo o escritor José de Alencar "o que se faz de pau queimado". O nome que a substituiu, Sobral, atribui-se a Carneiro de Sá, ouvidor do Ceará, português, oriundo do Distrito de Sobral, pertencente à Freguesia de Vizeu, ao norte de Portugal. A palavra, de origem latina, quer dizer abundância de souveiros (espécie de árvore de cujo tronco se extrai a cortiça).

Segundo o quadro administrativo vigente em 31 de Dezembro de 1957, o Município é constituído de 8 distritos: Sobral, Aracatiaçu, Caracará, Forquilha, Jaibaras, Jordão, Patriarca e Taperuaba (IBGE, 2009).

O município de Forquilha foi criado recentemente e têm como fundamento básico a construção do açude do mesmo nome, obra realizada em 1927, na conjunção do Rio Madalena e Riacho Oficina, em forma de forquilha.

Reduto de formação contingencial tendo como principal rua, a BR-222 e distante de Sobral apenas dezoito quilômetros, prosperou de modo rápido, atingindo os seus estágios de evolução política.

Distrito criado com a denominação Forquilha, pelo Decreto Estadual nº. 1156, de 04 de Dezembro de 1933, subordinado ao município de Sobral. Elevado à categoria de município com a mesma denominação pela Lei Estadual nº. 11012, de 05 de Fevereiro de 1985, desmembrado de Sobral. Instalado em 01 Janeiro de 1986. Em divisão territorial datada de 17 de Janeiro de 1991, o município é constituído de 2 distritos: Forquilha e Trapiá, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005 (IBGE, 2009).

O Micro Território V é formado pelos municípios de Massapê, Santana do Acaraú e Senador Sá.

Frei Cristóvão de Lisboa, custódio do Maranhão, empreendeu, em 1626, viagem ao Fortim de Nossa Senhora do Amparo, em companhia de 4 padres e 25 homens de armas, quando, acossada a comitiva pelos índios Tapuios, refugiou-se em local que hoje correspondem as terras do município de Santana do Acaraú. No dia 26 de agosto desse ano, num serrote próximo ao rio Acaraú, no lugar onde existia um jorro d'água (Serrote do Olho d'água), frei Cristóvão instalou a imagem de Sant'ana, que trouxera consigo, prometendo ali erigir sua capela. Somente em 1733 o padre Antônio dos Santos Silveira, escrivão do Cura da povoação de Caiçara, comprou terras no Olho D'água, ao Coronel Sebastião de Sá e, no lugar Curral Velho ao Sargento-mor Antônio de Sá Barreto construiu a Capela de Sant' Ana, local onde se instalou a cidade.

Dividido o Curato de Caiçara em três freguesias, em 30 de agosto de 1757, ficou a Capela subordinada à de Nossa Senhora da Caiçara, passando, em 1849, a fazer parte do Município de Acaraú, do qual se desmembrou para tornar-se autônoma em 1863, com outras denominações: Sant' Ana e Licânia.

Distrito criado com a denominação de Santana, pela Lei Provincial nº. 470, de 29-081848 e Ato Provincial de 18 de Março de 1842. Pelo Decreto Estadual de nº. 193, de 20 de Maio de 1931, e de nº. 1156 de 04 de Dezembro de 1933, o município de Santana passou a denominar-se Santana do Acaraú. Em divisão territorial datada de 17 de Janeiro de 1991, o município é constituído de oito distritos: Santana do Acaraú, Bahia, Baixa Fria, Barro Preto, João Cordeiro, Mutambeiras, Parapuí e Sapó. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005 (IBGE, 2009).

O povoado de Massapê começou a se desenvolver com a passagem da estrada de ferro ligando Sobral a Camocim em 1877 e pelos moradores das terras vizinhas e dezenas de cearenses que voltaram ricos da Amazônia, onde tinham ido explorar a borracha, e se estabelecendo no lugar construíram casas residenciais e comerciais.

Em pouco tempo, o povoado foi transformado em município com o nome de Vila da Serra Verde, sendo que dois anos depois voltou a se chamar Massapê por força da vontade da população, que é o nome dado ao solo argiloso, de coloração escura. Distrito criado com a denominação de Serra Verde, pelo Ato Provincial de 04 de Fevereiro de 1882, subordinado ao município de Santana. Pelo Decreto Estadual nº. 192, de 20 de Setembro de 1935 desmembrado do município de Massapê, o distrito de Palma, sendo elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31 de Junho de 1995, o município é constituído de sete distritos: Massapê, Aiuá, Ipaguacu, Mumbaba, Padre Linhares, Tangente e Tuína. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005 (IBGE, 2009).

Em Senador Sá em região de aspecto sertanejo surgiu o povoado inicialmente denominado Pitombeiras. Distrito de Massapê, sendo anexado ao mesmo pela Lei nº. 1.858, de nove de setembro de 1921, quando da instalação do novo município. O Decreto-Lei nº. 448, de 20 de dezembro de 1938 mudando o nome para Senador Sá que era o da estação da Estrada de Ferro de Sobral, em homenagem ao Senador Francisco Sá, mineiro de nascimento, mas de influência na política do Ceará, estado que representou no Senado Federal. Sendo também ministro de Viação e Obras.

Distrito criado com a denominação de Pitombeiras, pela Lei nº. 1858, de 09 de Setembro de 1921, subordinado ao município de Massapé. Elevado à categoria de município com a denominação de Senador Sá, pela Lei Estadual nº. 3762, de 23 de Agosto de 1957, desmembrado de Massapé. Constituído de 2 distritos: Salão e Serrota, ambos desmembrados com áreas do distrito sede Senador Sá. Instalado em 25 de Setembro de 1959. Em divisão territorial datada de 01 de Julho de 1960, o município é constituído de 3 distritos: Senador Sá, Salão e Serrota. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005 (IBGE, 2009)

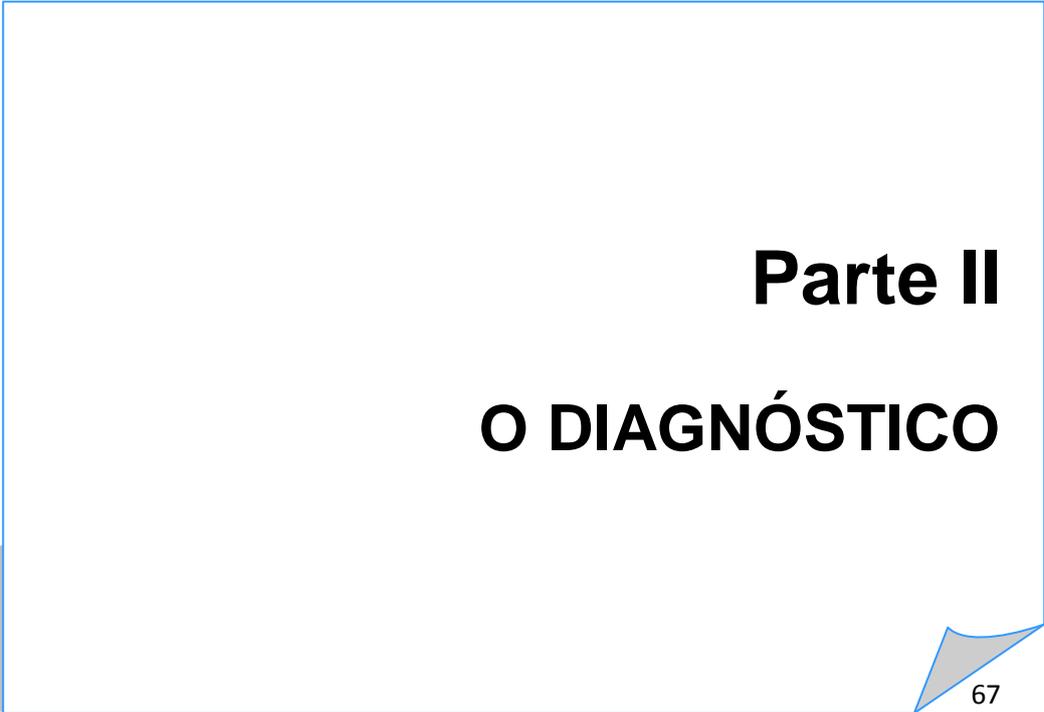
O Micro Território VI é formado pelos municípios de Alcântaras e Meruoca. Foi dado ao município o nome Alcântaras em homenagem à primeira família que se instalou no lugarejo. Os espanhóis dominaram a Colônia Brasil no período de 1580 a 1640, quando a Espanha se encontrava senhora das América do Sul e Central. Como grandes navegadores e descobridores, e tendo interesses religiosos e mercantilistas, resolveram organizar grupos para seguir caminhos diferentes, desbravando o cordão da Ibiapaba, chegando ao Ceará por volta de 1880.

Em sua divisão administrativa referente ao ano de 1933, figura no município de Massapé o distrito de São José das Alcântaras. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31 de Dezembro de 1936 e 31 de Dezembro de 1937. Elevado à categoria de distrito e município com a denominação de Alcântaras, pela Lei Estadual nº. 3.961, de 10 de Dezembro de 1957, desmembrado de Meruoca. Sede no antigo distrito de Alcântara. Criado pela mesma lei que criou o município. Instalado em 25 de Março de 1959. Em divisão territorial datada de 01 de Julho de 1960, o município é constituído de 2 distritos: Alcântaras e Ventura. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005 (IBGE, 2009).

O povoado de Meruoca foi fundado em 1727, quando foi iniciada a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição. A capela recebeu o patrimônio de meia légua de terras na serra da Meruoca, doado pelo coronel Sebastião de Sá Barroso. Esse patrimônio só foi julgado, canonicamente, em 1767, pelo visitador José Teixeira de Azeredo.

Distrito criado com a denominação de Meruoca, pela Lei Provincial, nº. 1.799, de 10 de Janeiro de 1879, subordinado ao município de Sobral. Elevado à categoria de município com a denominação de Meruoca, pela Lei Estadual nº. 1153, de 22 de Novembro de 1951, desmembrado de Sobral, sede no antigo distrito de Meruoca. Constituído de 2 distritos: Meruoca e Alcântaras. Desmembrado de Massapê. Instalado em 25 de Março de 1955. Pela Lei Estadual nº. 7167, de 14 de Janeiro de 1964, é criado o distrito de Palestina do Norte e anexado ao município de Meruoca. Em divisão territorial datada de 31 de Dezembro de 1963, o município é constituído de 5 distritos: Meruoca, Camilos, Palestina do Norte, Santo Antônio dos Fernandes e São Francisco (IBGE, 2009).





# **Parte II**

## **O DIAGNÓSTICO**



## O DIAGNÓSTICO

O diagnóstico, componente fundamental na elaboração e qualificação do PTDRS, retrata a leitura participativa da realidade na amplitude territorial, composto a partir de quatro dimensões de sustentabilidade: sociocultural educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, que analisadas a partir da matriz de planejamento FOFA geram o instrumento força motriz do desenvolvimento territorial.

A Dimensão Sociocultural Educacional procura identificar e resgatar a história da formação dos territórios a partir dos aspectos sociodemográficos, da diversidade sociocultural, bem como as suas relações com os direitos à educação, saúde e o fortalecimento da identidade cultural, visando à construção da sustentabilidade do desenvolvimento dos territórios.

A Dimensão Ambiental consiste na valorização e avaliação da situação dos aspectos geoambientais e as influências antrópicas sobre o meio ambiente dos territórios e seu bioma, assim como a diminuição dos passivos ambientais visando o resgate socioterritorial e cultural de seu equilíbrio para a sustentabilidade.

A Dimensão Socioeconômica procura a organização social e econômica dos territórios segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracteriza-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes, a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e o desenvolvimento constante da produtividade e da intersectorialidade socioprodutiva.

A Dimensão Político Institucional consiste na análise das estruturas de poder nos territórios, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade sócio-territorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública ampliada e democrática.



**Parte II a**

**DIMENSÃO SOCIOCULTURAL**

**EDUCACIONAL**

**Aspectos Sociais**

**Aspectos da Saúde**

**Aspectos Educacionais**

**Aspectos Culturais**



## 6 ASPECTOS SOCIAIS

O atual diagnóstico apresenta como são atendidas as populações rurais do ponto de vista da assistência social e apresenta ainda os programas do governo, que tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida de tais pessoas.

A Constituição Federal de 1988, no Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – dos Direitos Sociais, art. 6º consigna como direitos a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Estabelece, ainda, no artigo 7º (inciso IV), o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais dos trabalhadores. Mais importante, foi que se determinou o princípio da vinculação entre o salário mínimo e o piso dos benefícios previdenciários e assistenciais permanentes. Na parte de financiamento, reconhece a importância da Educação (artigo 205), da saúde (art. 196) e da Assistência Social (art. 203) ao aumentar a vinculação de recursos federais para estas áreas.

No caso da Assistência Social, o inciso V, do art. 203, estabelece “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portador de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família”.

A legislação complementar à CF/88 é formada por um conjunto de leis orgânicas da Previdência Social (RGPS), da Assistência Social (LOAS), da Função Social da Propriedade Fundiária, Seguro Desemprego (FAT), Ensino Fundamental (FUNDEB), Benefícios da Prestação continuada (BPC), da Lei orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Este formato das principais políticas sociais de vinculação de impostos para a Educação e à seguridade social funciona como salvaguardas jurídicas porque protegem o gasto público vinculado a direitos sociais contra cortes orçamentários.

É importante destacar, que esse arcabouço jurídico da proteção social e que constitui o núcleo central da política social brasileira, fundamentada em direitos da cidadania, precisa realmente estar amparado constitucionalmente,

no sistema das vinculações de impostos e das contribuições sociais e no princípio do salário mínimo como piso dos benefícios e não em leis ordinárias. Este formato funciona como uma espécie de blindagem e proporciona segurança jurídica/institucional contra cortes orçamentários, não ficando à mercê da vontade de governos, que poderia ser substituído a qualquer momento, até mesmo, por medida provisória.

## **6.1 Direitos Fundamentais e Ações Sociais Públicas**

### **6.1.1 Direito à Segurança alimentar e nutricional (SAN)**

O acesso à alimentação é um dos direitos fundamentais consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. Como direito fundamental do ser humano e, segundo a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), cabe ao poder público assegurá-lo.

Dentro desse propósito, as políticas públicas implantadas nos territórios devem garantir o acesso regular e permanente a alimentos (inclusive a água) de qualidade e em quantidade suficiente para uma vida saudável. Essas políticas estão voltadas a todos os cidadãos, particularmente a população em situação de vulnerabilidade social e aos povos de comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

Algumas iniciativas estão sendo desenvolvidas no Território com o intuito de garantir às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional o acesso à alimentação adequada e água de qualidade. Citamos como exemplos:

#### *6. 1.1.1 Programa de Cisternas de Placas para Captação de Água da Chuva – P1MC*

Resultado da parceria iniciada entre julho de 2003 entre o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS do Governo Federal e a Articulação do Semi-Árido (ASA), organização que reúne 750 entidades sociais no nordeste e a

Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) esse programa tinha como meta construir no final de cinco anos um milhão de reservatórios de água no semi-árido assegurando dessa forma, condições básicas de saúde e higiene, de aprendizagem e cidadania para milhares de famílias.

A construção de cisternas visa a captar água da chuva que irá servir para o consumo próprio. São necessários editais para que estados e municípios firmem convênios com o MDS para a construção dessas unidades. Além de instalá-las, o MDS financia a formação da mão-de-obra para a construção e também a qualificação das famílias beneficiadas para a manutenção das cisternas.

A atuação do MDS também se estende ao acesso à água para produção de alimentos com o Programa Segunda Água. Tecnologias de captação de água da chuva são construídas para possibilitar ao sertanejo a criação de pequenos animais e o cultivo de quintais produtivos.

Unindo os acessos à água para beber e para produzir, o MDS desenvolveu o Programa Cisternas nas Escolas. O projeto-piloto foi realizado em parceria com o Governo da Bahia. A partir desse projeto-piloto, o Ministério firmou termo de parceria com a Associação Programa 1 Milhão de Cisternas (AP1MC) para a construção de 110 cisternas nas escolas.

O público beneficiado pela ação Acesso à Água, além de morar no Semiárido, precisa estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais.

MUNICÍPIO	Nº DE CISTERNAS	REPASSE MDS
Alcântaras	-	-
Cariré	-	-
Coreaú	173	254.842
Forquilha	344	506.739
Frecheirinha	148	218.015
Graça	220	324.077
Groaíras	144	212.123
Massapê	348	512.631
Meruoca	-	-
Moraújo	-	-
Mucambo	185	272.519
Pacujá	102	150.254

MUNICÍPIO	Nº DE CISTERNAS	REPASSE MDS
Reriutaba	132	194.446
Santana do Acaraú	512	754.216
Senador Sá	154	226.854
Sobral	459	676.143
Varjota	46	67.761
<b>Total do Território</b>	<b>2.967</b>	<b>4.370.620</b>
<b>Total do Estado do Ceará</b>	<b>54.666</b>	<b>80.527.391</b>

**Quadro 2:** Número de cisternas construídas e Repasse MDS - Ano 2010  
 Fonte: MDS em números – Relatório de Informações Sintético – 2010.

No território já foram construídas mais de duas mil e novecentas cisternas via Articulação do Semiárido (ASA), beneficiando milhares de famílias em várias comunidades rurais, tendo sido repassados mais de 4 milhões de reais. Em todo o Estado do Ceará foram construídas cerca de 54.666 cisternas, cujos repasses ultrapassaram os 80 milhões de reais. Fazendo a relação com o Estado do Ceará, no território em termos percentuais, estão 5,42% das cisternas construídas, cujo montante de recursos atinge o mesmo percentual, 5,42%.

Não existem informações no *site* oficial do MDS sobre a construção das cisternas nos municípios de Alcântaras, Cariré, Meruoca e Moraújo.

#### 6.1.2 Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição

A Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição compõe uma ação estratégica da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e contribui para a redução dos índices de insegurança alimentar da população. Ela conta com uma estrutura operacional composta por Restaurantes Populares e Bancos de Alimentos (em centros urbanos com mais de 100 mil habitantes), Cozinhas Comunitárias, Feiras e Mercados Populares. Desenvolve, ainda, ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Rede atua estrategicamente no estímulo e na promoção da alimentação, produzindo e ofertando refeições gratuitas ou a

preços acessíveis e combatendo o desperdício. Estimula, ainda, a comercialização da produção dos agricultores familiares e a adoção de hábitos alimentares regionais saudáveis, visando ao consumo seguro de alimentos e à melhoria das condições gerais de saúde da população.

No Território foi instalada uma cozinha comunitária no município de Santana do Acaraú, três mercados populares em Graça, Pacujá e Santana do Acaraú, um em cada município e um restaurante popular em Sobral. Não obtivemos informações acerca do funcionamento destes equipamentos; quantas pessoas atendem por dia e que público é beneficiado; a relação destes com a agricultura familiar (no sentido de fortalecê-la); se há integração com os produtos da agricultura familiar para o abastecimento (cereais frutas e verduras oriundas da AF).

#### *6.1.2.1 Programa Bolsa Família (PBF)*

Tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.

O Bolsa Família atende mais de 12 milhões de famílias em todo território nacional. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 22 a R\$ 200. Diversos estudos apontam para a contribuição do Programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza.

O Bolsa família associa a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos – saúde, alimentação, educação e assistência social para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 140/mês.

O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

O PBF está desenhado da seguinte forma no Território, conforme número de famílias beneficiárias e volume de recursos repassados às famílias, visualizadas no Quadro 3.

Município	Nº DE FAMÍLIAS	REPASSE MENSAL	REPASSE ATÉ SET/2010
Alcântaras	1.576	153.559,00	1.371.182,00
Cariré	3.143	318.537,00	2.823.132,00
Coreaú	3.354	348.121,00	3.065.375,00
Forquilha	2.636	248.843,00	2.185.504,00
Frecheirinha	1.932	197.564,00	1.747.686,00
Graça	2.331	236.849,00	2.108.422,00
Groaíras	1.611	158.374,00	1.411.426,00
Massapê	4.974	487.209,00	4.321.860,00
Meruoca	1.822	181.919,00	1.593.172,00
Moraújo	1.316	133.634,00	1.194.239,00
Mucambo	1.925	197.933,00	1.714.454,00
Pacujá	881	88.296,00	770.459,00
Reriutaba	3.020	301.101,00	2.687.137,00
Santana do Acaraú	4.407	475.836,00	4.189.592,00
Senador Sá	1.077	114.840,00	1.026.357,00
Sobral	17.686	1.670.601,00	14.689.432,00
Varjota	2.617	270.299,00	2.375.566,00
<b>Total do Território</b>	<b>56.308</b>	<b>5.583.515</b>	<b>49.274.995</b>
<b>Total do Estado do Ceará</b>	<b>1.013.241</b>	<b>101.993.530</b>	<b>973.449.044</b>

**Quadro 3:** Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família- Ano 2010  
**Fonte:** MDS em números – Relatório de Informações Sintético – 2010

O volume de recursos do PBF repassados ao Território no ano de 2010 considerando até o mês de referência setembro de 2010 ultrapassou a casa dos R\$ 49 milhões de reais. Somente no mês de setembro/2010 esses repasses giraram em torno de mais de R\$ 5,5 milhões de reais. Para a grande maioria das famílias que são atendidas pelo programa, esse benefício tem um significado especial, pois representa a única fonte de renda que tem garantido o sustento e a sobrevivência delas, principalmente no meio rural. No Território, o número de famílias atendidas com o benefício representa um pouco mais de 56 mil beneficiários.

Mas o benefício está longe de atender às famílias do Território em situação de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional inscritas no CadÚnico, conforme se vê no Quadro 4.

MUNICÍPIOS	Estimativa de Famílias Pobres – Cadastro Único		Estimativa de Famílias Pobres		
	Nº	Cobertura Em %	Nº no Perfil	Nº Atendidas	Cobertura em %
Alcântaras	1.915	82,3	1.393	1.576	113,14
Cariré	3.680	85,41	2.727	3.143	115,25
Coreaú	4.193	79,99	3.139	3.354	106,85
Forquilha	3.928	67,11	2.814	2.636	93,67
Frecheirinha	2.711	71,27	1.991	1.932	97,04
Graça	3.155	73,88	2.388	2.331	97,61
Groaíras	1.939	83,08	1.401	1.611	114,99
Massapê	6.507	76,44	4.874	4.974	102,05
Meruoca	2.197	82,93	1.596	1.822	114,16
Moraújo	1.554	84,68	1.165	1.316	112,96
Mucambo	2.863	67,24	2.087	1.925	92,24
Pacujá	1.124	78,38	790	881	111,52
Reriutaba	3.883	77,77	2.851	3.020	105,93
Santana do Acaraú	5.103	86,36	3.798	4.407	116,03
Senador Sá	1.256	85,75	933	1.077	115,43
Sobral	25.517	69,31	17.394	17.686	101,68
Varjota	3.279	79,81	2.357	2.617	111,03
<b>Total do Território</b>	<b>74.804</b>	<b>78,33</b>	<b>53.698</b>	<b>56.308</b>	<b>107,15</b>
<b>Total do Estado do Ceará</b>	<b>1.376.048</b>	<b>74,21</b>	<b>960.379</b>	<b>1.021.127</b>	<b>106,33</b>

**Quadro 4** : Estimativa de famílias pobres – CADÚNICO e do Programa Bolsa Família- Ano 2010

**Fonte:** MDS em números – Relatório de Informações Sintético – 2010.

No CadÚnico devem ser cadastradas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no CadÚnico, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, estados ou municípios.

No CadÚnico devem constar as informações das famílias cadastradas sobre características do domicílio (número de cômodos, tipo de construção, tratamento da água, esgoto e lixo), composição familiar (número de

componentes, existência de pessoas com, deficiência), identificação e documentação de cada componente da família, qualificação escolar dos componentes da família, qualificação profissional e situação no mercado de trabalho, remuneração e despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros).

No território há uma estimativa de mais de 74 mil famílias pobres cadastradas com cobertura de atendimento em programas sociais em média de 78,33%. Sendo que destas famílias que constam do CadÚnico, mais de 53 mil, ou seja 71,62% estão enquadradas no perfil do bolsa família. Mas, o número de famílias atendidas é bem maior, sendo mais de 56 mil, ou seja, a cobertura do PBF ultrapassa os 100%, em torno de 7%.

O Estado do Ceará tem uma estimativa de 1.376.048 famílias pobres cadastradas, com cobertura de 74,21%. Comparando-se estes dados com o Território, observa-se que no Território estão 5,43% destas famílias cadastradas de todo o Estado.

Com relação ao Bolsa Família o Estado do Ceará tem uma estimativa de 960.379 famílias pobres no perfil do Bolsa Família, mas atende a 1.021.127, com cobertura de 106.33%.

Programas que utilizam o CadÚnico: Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Carteira do idoso, Tarifa Social e Minha Casa Minha Vida.

Essas famílias pobres, na estimativa do CadÚnico, apesar de não enquadradas no perfil do PBF enfrentam dificuldades no acesso aos bens de toda natureza e precisam ter a cobertura de outros programas sociais, que atendam às suas necessidades essenciais.

Para oferecer programas complementares às famílias beneficiárias do PBF a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família em nível federal desenvolve uma estratégia de articulação com diversos órgãos dos governos federal, estaduais e municipais para atender as necessidades das famílias em áreas como acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho e renda e melhoria das condições habitacionais.

Essa articulação leva em conta o perfil das famílias atendidas pelo PBF, suas vulnerabilidades e potencialidades, e as ações e serviços já

existentes. Outro ponto fundamental é o desenvolvimento de ações que explorem as potencialidades econômicas, culturais e naturais específicas de cada localidade.

No que se refere à articulação de programas complementares em nível Federal, a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família apresenta contribuições em diferentes fases de cada programa, como mostra o Quadro 5.

<b>Programa</b>	<b>Categoria</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Agente Executor</b>
<b>Programa Brasil Alfabetizado</b>	Acesso a conhecimento	Alfabetização	MEC
<b>Próximo Passo</b>	Acesso a trabalho e renda	Qualificação profissional nas áreas da construção civil e turismo	TEM
<b>Programa de Qualificação Profissional Continuada - Acreditar</b>	Acesso a trabalho e renda	Qualificação e inserção profissional em obras da construtora	Construtora Norberto Odebrecht
<b>Prominp</b>	Acesso a trabalho e renda	Reforço escolar para seleção para cursos de qualificação profissional	Governos estaduais e municipais
<b>Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF B)</b>	Acesso a trabalho e renda	Desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar	MDA
<b>Crediamigo e Agroamigo</b>	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado para população rural	BNB
<b>Programa Nacional de Microcrédito orientado</b>	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado	TEM
<b>Territórios da Cidadania</b>	Acesso a cidadania	Promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania	Casa Civil e Ministérios
<b>Assentamentos rurais</b>	Acesso a cidadania	Promover a inscrição de famílias assentadas no Cadastro Único e priorizar inserção no PBF	MDA INCRA

**Quadro 5:** Programas Complementares articulados em nível federal

Fonte: MDS.GOV.Programa Bolsa Família, *on line*, 2010.

Essas iniciativas complementares são importantes e precisam ser colocadas em prática pelos gestores e em cooperação pelas esferas governamentais, no sentido de se caminhar para a busca da autonomia dessas

famílias, porque passam a ter maiores oportunidades através de políticas de acesso à cidadania, ao conhecimento e acesso ao trabalho e renda.

#### *6.1.2.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)*

Por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em suas cinco modalidades, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) adquire alimentos da agricultura familiar. Os alimentos são disponibilizados para o atendimento de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional assistidas pela Rede de Proteção e Promoção e Social.

A ação Distribuição de Alimentos a grupos populacionais específicos é outra forma de garantir o direito humano à alimentação adequada. Política pública de caráter emergencial e complementar, a ação beneficia grupos sociais que apresentam mais dificuldades para produzir ou obter alimentos.

Uma parte significativa dos alimentos disponibilizados a esses grupos é originada da agricultura familiar por meio do PAA. Entre os grupos assistidos, estão indígenas, quilombolas, comunidades de terreiros, atingidos por barragens, acampados e pescadoras artesanais.

#### *6.1.2.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. O referido Programa tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando coloca que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia

de "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII).

As ações de SAN no PNAE possibilitam assegurar aspectos importantes, entre eles, destacam-se (1) a promoção do crescimento e desenvolvimento das crianças; (2) a dinamização da economia local e fortalecimento da agricultura familiar, onde 30% dos produtos da alimentação escolar são oriundos dos agricultores e agricultoras familiares e (3) o respeito aos hábitos alimentares e à cultura alimentar da localidade.

Outro elemento a considerar refere-se ao exercício do controle social por parte da comunidade escolar e instituições por meio do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que tem caráter deliberativo e autônomo, composto por representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade, professores e pais de alunos, com mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos conforme indicação dos seus respectivos segmentos. O principal objetivo do CAE é fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos e zelar pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando sempre atenção às boas práticas sanitárias e de higiene.

O Quadro 6 indica que o Território recebeu 5% do montante dos recursos do Programa destinados ao Estado do Ceará, no valor total de R\$ 4.647.236,00. Em relação aos 30% do repasse do FNDE para a agricultura familiar, o Território recebeu 5% do valor total destinado ao Estado, beneficiando diretamente a 21.484 agricultores/as familiares, o que representa 8% do total de agricultores/as do Estado do Ceará.

Município	Valor do Repasse do FNDE (1)	Alunado (2)	30% do repasse do FNDE***	Nº de Agricultores e Familiares	Nº de DAPs	Tipo de acesso ao PAA	Quantidade de AF necessários para atender os 30%
ALCANTARAS	122.848	2.792	36.854	1.095	159	PAA Leite	4
CARIRE	204.204	4.641	61.261	1.633	999	PAA Leite	7
COREAU	302.808	6.882	90.842	1.322	796	PAA Leite	10
FORQUILHA	253.044	5.751	75.913	654	723	PAA Leite/DS	8

Município	Valor do Repasse do FNDE (1)	Alunado (2)	30% do repasse do FNDE***	Nº de Agricultores Familiares	Nº de DAPs	Tipo de acesso ao PAA	Quantidade de AF necessários para atender os 30%
FRECHEIRINHA	150.568	3.422	45.170	849	513	PAA Leite	5
GRACA	222.772	5.063	66.832	1.394	1050	PAA Leite	7
GROAIRAS	104.280	2.370	31.284	695	249	PAA Leite	3
MASSAPE	442.772	10.063	132.832	1.481	1072	PAA Leite	15
MERUOCA	150.128	3.412	45.038	1.071	337	PAA Leite/DS	5
MORAUJO	103.356	2.349	31.007	773	388	PAA Leite	3
MUCAMBO	169.268	3.847	50.780	1.272	1011	PAA Leite	6
PACUJA	74.844	1.701	22.453	240	341		2
RERIUTABA	189.200	4.300	56.760	1.733	718	PAA Leite	6
SANTANA DO ACARAU	348.040	7.910	104.412	2.718	1666	PAA Leite/CDL AF	12
SENADOR AS	93.368	2.122	28.010	347	291	PAA Leite	3
SOBRAL	1.538.020	34.955	461.406	3.813	2855	PAA Leite/CDL AF	51
VARJOTA	177.716	4.039	53.315	394	441	PAA Leite	6
<b>Total do Território</b>	<b>4.647.236</b>	<b>105.619</b>	<b>1.394.171</b>	<b>21.484</b>	<b>13.609</b>		<b>155</b>
<b>Total do Estado Do Ceará</b>	<b>97.542.324</b>	<b>2.209.826</b>	<b>29.262.697</b>	<b>341.510</b>	<b>167.337</b>		<b>3.251</b>

**Quadro 6:** Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Fonte: FNDE e SAF/MDA – Organização das informações SAF/MDA 2009.

### 6.1.3 Direito à Seguridade Social

A instituição da Seguridade Social pela Constituição de 1988 produziu importantes efeitos de transferência de renda para indivíduos e famílias. Neste sentido, o texto constitucional ampliou consideravelmente a cobertura previdenciária para os trabalhadores rurais, consignando-lhes benefícios iguais aos dos trabalhadores urbanos, estabeleceu um piso para os benefícios previdenciários, no valor de um salário mínimo; e garantiu a cobertura via assistência social do Benefício da prestação Continuada (BPC), que destina um benefício monetário no valor de um salário mínimo a idosos (65 anos ou mais) e pessoas com deficiência que vivem em famílias com renda *per capita* de até ¼ de salário mínimo. Compõem a Seguridade Social a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde.

### 6.1.3.1 Assistência Social

Política pública não contributiva, sendo dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Marco legal: CF/88 e LOAS.

#### Proteção Básica

- Centros de Referência Social (CRAS) – responsável pela organização e oferta de serviços de proteção básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

- Centros de Atendimento à criança e ao adolescente, juventude e ao idoso.

#### Proteção Especial

- Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida.

Diferentemente da Proteção Social Básica que tem um caráter preventivo, a PSE atua com natureza protetiva. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo.

- Benefício da prestação Continuada (BPC)

- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

MUNICÍPIO	CRAS	CREAS	REPASSE MENSAL AÇÕES ATÉ SET/2010	REPASSE TOTAL AÇÕES ATÉ SET/2010
ALCANTÁRAS	1	0	69.444,15	624.232,90
CARIRÉ	1	0	163.435,60	1.260.664,60
COREAÚ	2	0	212.053,45	2.002.797,90
FRECHEIRINHA	1	0	151.198,30	1.176.691,55

MUNICÍPIO	CRAS	CREAS	REPASSE MENSAL AÇÕES ATÉ SET/2010	REPASSE TOTAL AÇÕES ATÉ SET/2010
FORQUILHA	1	1	227.497,30	1.751.351,50
GRAÇA	2	0	120.782,70	970.436,80
GROAIRAS	1	0	78.925,20	648.177,45
MASSAPÊ	2	1	377.960,45	2.897.556,10
MERUOCA	2	0	131.972,05	1.034.489,85
MORAÚJO	1	0	40.778,50	313.242,00
MUCAMBO	1	0	119.466,75	961.987,40
PACUJÁ	1	0	61.742,15	445.842,30
RERIUTABA	2	0	231.517,50	1.842.283,75
SANTANA DO ACARAÚ	2	1	417.286,30	3.204.006,52
SENADOR SÁ	1	0	43.209,60	336.337,60
SOBRAL	4	1	3.172.253,85	24.863.003,79
VARJOTA	2	0	340.375,40	2.689.476,10
<b>TOTAL TERRITÓRIO</b>	<b>27</b>	<b>4</b>	<b>5.959.899,25</b>	<b>47.022.577,90</b>
<b>TOTAL DO ESTADO DO CEARÁ</b>	<b>354</b>	<b>99</b>	<b>106.700,94</b>	<b>933.701,75</b>

**Quadro 7:** Ações, beneficiários e repasses da Assistência Social – Ano base 2010  
Fonte: MDS em números – Relatório de Informações Sintético – 2010.

No território, todos os municípios oferecem atendimento de proteção básica aos grupos e/ou pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, através dos CRAS. Quanto à oferta de serviços de proteção especial somente quatro municípios implantaram os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), sendo eles: Forquilha, Massapê, Santana do Acaraú e Sobral. Relacionando estas informações com o Estado do Ceará, no Território estão 7,62% dos CRAS e 4,04% dos CREAS.

Todos os municípios adotam programas como o Projovem, PETI, Idoso e em alguns municípios, há programas específicos para trabalhar o artesanato com grupos de mulheres e ou grupos de gestantes. Alguns municípios promovem projetos para trabalhar com famílias que estão incluídas no PBF como é o caso de Moraújo, através do Estação Família, custeado pelo PROARES que consiste em acompanhar e orientar as famílias e colocar as crianças na escola.

Com relação ao funcionamento dos CRAS e dos CREAS alguns municípios têm boa infraestrutura, mas em outros funcionam em péssimas condições físicas e com poucos profissionais para desempenhar as ações. Ainda há o problema da alta rotatividade dos profissionais, em razão dos baixos salários e das condições de trabalho.

Para o atendimento de serviços/ações como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas portadoras de deficiência; Serviços Específicos de Proteção Social Básica (Idosos e/ou Crianças de 0 a 6 anos); ProJovem Adolescente Serviço de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias; Ações Sócio-educativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho (PETI) e Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Sócio-educativa até setembro de 2010, foram repassados ao Território mais de R\$ 47 milhões de reais. Relacionando esses repasses para o Território com o total do Estado do Ceará, verifica-se que até set/2010 significou em termos percentuais, cerca de 5,03%.

A participação das transferências têm tido rebatimentos significativos na vida das famílias e produzido efeitos, sobretudo, nos rendimentos familiares, segundo estudos do IPEA (2010). A ampliação de benefícios e beneficiários e no volume total das transferências Monetárias da previdência e assistência social têm repercutido na vida destas pessoas, principalmente entre os idosos, graças às políticas previdenciárias (aposentadoria rural na condição de segurado especial) e ao Benefício da prestação Continuada (BPC).

MUNICÍPIOS	PETI		BPC				BOLSA FAMÍLIA	
			IDOSO		PESSOA COM DEFICIÊNCIA			
	Nº	REPASSE	Nº	REPASSE	Nº	REPASSE	Nº	REPASSE
Alcântaras	-	124.000,00	62	104.040,00	25	275.400,00	1.576	1.371.182,00
Cariré	-	23.000,00	57	245.310,00	172	748.680,00	3.143	2.823.132,00
Coreaú	-	25.500,00	72	324.360,00	274	1.205.054,50	3.354	3.065.375,00
Forquilha	-	31.000,00	131	577.320,00	248	1.101.606,00	2.636	2.185.504,00
Frecheirinha	-	14.500,00	42	169.320,00	193	845.580,00	1.932	1.747.686,00
Graça	-	0,00	46	209.610,00	140	622.200,00	2.331	2.108.422,00
Groaíras	-	14.500,00	20	90.270,00	86	368.220,00	1.611	1.411.426,00
Massapê	-	34.000,00	148	644.640,00	406	1.815.730,05	4.974	4.321.860,00
Meruoca	-	24.000,00	52	237.471,90	144	639.030,00	1.822	1.593.172,00
Moraújo	-	20.000,00	17	72.420,00	31	129.540,00	1.316	1.194.239,00
Mucambo	-	0,00	43	195.840,00	146	657.390,00	1.925	1.714.454,00
Pacujá	-	19.000,00	16	70.890,00	64	277.950,00	881	770.459,00
Reriutaba	-	0,00	118	544.680,00	197	894.540,00	3.020	2.687.137,00
Santana do Acaraú	-	30.000,00	108	494.693,00	507	2.251.452,50	4.407	4.189.592,00
Senador Sá	-	27.500,00	10	39.270,00	51	215.730,00	1.077	1.026.357,00
Sobral	-	61.500,00	2416	10.771.761,15	2643	11.821.595,50	17.686	14.689.432,00
Varjota	-	33.000,00	266	1.199.520,00	303	1.339.943,40	2.617	2.375.566,00
Total do Território	-	481.500,00	3.624	15.991.416,05	5.630	25.209.641,95	56.308	49.274.995,00
Total do Estado do Ceará	-	6.391.500	67.911	304.006.627	103.249	457.005.057	1.013.241	973.449.044

**Quadro 8:** Comparativo entre benefícios sociais com cobertura via Assistência Social (BPC e PETI) e bolsa Família com repasses direto aos beneficiários-2010

Fonte: MDS em números – Relatório de Informações Sintético – 2010

No Território, para o BPC foram destinados mais de 41 milhões de reais para o atendimento aos idosos e pessoas com deficiência que comprovarem não ter condições e nem a sua família de prover o seu sustento, beneficiando 9.254 pessoas. O PETI destina pouco mais de 481 mil reais para a retirada de crianças e adolescentes que de qualquer forma foram submetidas a algum tipo de trabalho degradante. Não foram encontrados os números de crianças e adolescentes atendidos pelo PETI no Território. Quando juntamos com o PBF, estes recursos juntos chegam a mais de 90 milhões de reais (Quadro 7), o que pode significar que estas transferências, mesmo que consideradas assistencialistas por alguns analistas da política social brasileira, como é o caso do PBF sejam responsáveis pela diminuição da pobreza e da desigualdade.

Comparando as informações relativas ao Território com o total do Estado do Ceará, verifica-se que para o PETI foram destinados em termos percentuais 7,53%; atende 5,33% de idosos do BPC, cujos valores de repasses significam 5,26%; enquanto pessoas com deficiência são atendidas 5,45% e repasses chegam a 5,51%.

### 6.1.3.2 *Previdência Social*

A previdência social, juntamente com a saúde e a assistência social, compõe a Seguridade Social, que é a política de proteção integrada da cidadania. É uma espécie de seguro público coletivo para aqueles que contribuem com a previdência visa cobrir riscos sociais como acidentes, morte, velhice, deficiência, maternidade, reclusão e desemprego. Tem como leis básicas: a Constituição Federal de 1988, Leis N.º 8.212/91 e N.º 8.213/91 e Decreto N.º 3.048/99.

É uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceber direitos aos seus segurados.

Os benefícios oferecidos hoje pela previdência são: aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-reclusão, pensão por morte, salário-maternidade, salário-família e auxílio acidente.

O quadro 9 trata da quantidade de benefícios emitidos que corresponde a quantidade de créditos emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social - INSS para pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, Encargos Previdenciários da União e Amparos Assistenciais previstos na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, classificados de acordo com o município do órgão pagador e clientela (urbana ou rural). Do ano de 2000 a 2009 aumentou o número de benefícios em cerca de 15 mil, significando em termos percentuais, 30,14%.

MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Alcântaras	1.270	1.285	1.377	1.185	1.152	1.092	500	582	669	755
Cariré	2.964	3.040	3.325	3.345	3.380	3.412	3.381	3.520	3.598	3.674
Forquilha	623	732	1.038	1.617	1.872	1.939	2065	2187	2322	2517
Frecheirinha	1.691	1.738	1.886	1.905	1.973	1.969	1.999	2.083	2.147	2.245
Graça	686	804	975	1.057	1.218	1.444	1539	1706	1842	1996
Groáiras	1.106	1.169	1.317	1.357	1.110	1.077	932	987	1.055	1.129
Massapê	6.049	6.010	6.082	5.174	4.840	4.765	4755	4874	5005	5154
Meruoca	527	577	842	1.401	1.510	1.608	1.686	1.762	1.852	1.992
Moraújo	268	306	380	400	404	389	43	118	212	322
Mucambo	688	776	983	1.281	1.537	1.699	1.841	1.988	2.127	2.258
Pacujá	307	352	463	518	437	646	722	798	871	949
Reriutaba	3.063	3.121	3.243	3.275	3.370	3.456	3.445	3.487	3.539	3.596
Santana do Acaraú	7.151	6.795	7.313	7.567	7.580	7.617	7847	7765	4600	4659
Senador Sá	733	750	788	674	639	589	445	486	552	608
Sobral	20.890	20.860	22.052	22.763	24.369	25.723	28384	28740	28853	29596
Varjota	2.100	2.129	2.272	2.338	2.577	2.852	3.412	3.501	3.626	3.775
<b>Total</b>	<b>50.116</b>	<b>50.444</b>	<b>54.336</b>	<b>55.857</b>	<b>57.968</b>	<b>60.277</b>	<b>62.996</b>	<b>64.584</b>	<b>62.870</b>	<b>65.225</b>

**Quadro 9:** Quantidade de benefícios emitidos pelo INSS – 2000 a 2009

**Fonte:** Ministério da Previdência Social – Estatísticas Municipais 2000 a 2009.

O Valor dos benefícios emitidos corresponde ao valor líquido (diferença entre valor bruto e descontos) dos créditos emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social - INSS para pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, Encargos Previdenciários da União e Amparos Assistenciais, classificados de acordo com o município do órgão pagador e clientela. Nestes dez anos, de 2000 a 2009 foram repassados para o território mais de 2 bilhões de reais para pagamento de aposentadorias(rurais e urbanas). Em percentuais, houve um aumento significativo de 72% e em recursos aproximou-se dos 280 milhões de reais.

Município	VALOR DE BENEFÍCIOS EMITIDOS INSS									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Alcântaras	2.384.951	2.865.687	3.442.216	3.711.694	3.795.973	4.137.318	3.822.570	2.570.537	3.287.907	4.192.864
Cariré	5.816.065	7.009.224	8.328.631	10.292.023	11.424.663	13.031.028	14.913.813	16.593.382	18.575.591	21.440.854
Forquilha	1.112.499	1.604.210	2.415.876	3.767.262	6.164.334	7.289.956	8.753.662	10.001.436	11.594.245	13.898.731
Frecheirinha	3.293.375	3.983.500	4.735.094	5.826.799	6.524.987	7.522.661	8.798.710	9.705.102	10.963.362	12.876.495
Graça	1.139.547	1.726.906	2.289.955	3.121.345	3.833.996	4.970.016	6.269.148	7.443.666	8.865.251	10.878.029
Groaíras	2.095.499	2.618.038	3.227.032	4.099.353	3.972.220	4.086.998	4.371.748	4.570.258	5.303.322	6.422.609
Massapê	11.976.114	14.120.669	15.911.767	18.054.260	16.659.308	18.066.938	20.548.174	22.144.762	24.648.661	28.602.949
Meruoca	909.814	1.270.137	1.821.605	3.059.378	4.889.757	5.710.373	6.965.909	7.859.619	8.889.742	10.893.094
Moraújo	493.854	658.415	873.324	1.165.464	1.346.561	1.438.440	873.913	385.784	834.706	1.561.422
Mucambo	1.288.055	1.793.471	2.452.706	3.473.190	4.996.739	6.274.511	8.008.579	9.335.783	10.950.703	13.054.373
Pacujá	553.195	778.507	1.100.265	1.521.581	1.628.221	2.202.209	2.972.206	3.621.762	4.307.687	5.313.009
Reriutaba	6.445.696	7.621.812	8.753.631	10.526.051	11.889.603	13.797.019	15.635.832	17.007.472	18.664.504	21.427.812
Santana do Acaraú	13.500.382	16.435.164	18.504.661	22.743.054	25.505.594	28.455.503	33.021.777	35.742.844	22.719.056	26.182.588
Senador Sá	1.360.417	1.693.402	1.968.603	2.143.277	2.098.813	2.251.183	2.258.397	2.142.772	2.587.251	3.187.656
Sobral	50.848.657	58.311.914	67.038.570	81.987.734	94.712.720	109.679.094	131.119.127	147.881.431	161.424.115	185.763.285
Varjota	4.166.530	4.973.376	5.848.619	7.215.574	8.443.966	10.518.115	13.622.364	16.410.043	18.201.703	21.517.662
<b>Total</b>	<b>107.384.650</b>	<b>127.464.432</b>	<b>148.712.554</b>	<b>182.708.039</b>	<b>207.887.454</b>	<b>239.431.360</b>	<b>281.955.927</b>	<b>313.416.653</b>	<b>331.817.807</b>	<b>387.213.431</b>
<b>TOTAL TERRITÓRIO</b>	<b>2.327.992.307</b>									

**Quadro 10:** Valor dos Benefícios emitidos pelo INSS – 2000 a 2009

**Fonte:** Ministério da Previdência Social – Estatísticas Municipais 2000 a 2009.

Municípios	Quantidade (1)						Valor acumulado (R\$ 1.000)					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
<b>Alcântaras</b>	582	669	185	231	397	438	2.571	3.288	848	1.159	1.723	2.129
<b>Cariré</b>	3.520	3.598	592	626	2.928	2.972	16.593	18.576	3.233	3.634	13.360	14.941
<b>Coreaú</b>	3650	3808	844	903	2806	2905	17.071	19.237	4313	4.972	12.758	14.265
<b>Forquilha</b>	2.187	2.322	650	737	1.537	1.585	10.001	11.594	3.259	3.979	6.743	7.615
<b>Frecheirinha</b>	2083	2147	478	508	1605	1639	9.705	10.963	2391	2.774	7.315	8.189
<b>Graça</b>	1.706	1.842	315	353	1.391	1.489	7.444	8.865	1.475	1.815	5.969	7.050
<b>Groaíras</b>	987	1055	306	355	681	700	4.570	5.303	1444	1.799	3.127	3.504
<b>Massapê</b>	4.874	5.005	1245	1307	3.629	3.698	22.145	24.649	6.328	7.198	15.817	17.451
<b>Meruoca</b>	1762	1852	415	438	1347	1414	7.860	8.890	1995	2.246	5.865	6.644
<b>Moraújo</b>	118	212	29	56	89	156	386	835	104	214	281	620
<b>Mucambo</b>	1988	2127	468	521	1520	1606	9.336	10.951	2521	2.987	6.815	7.964
<b>Pacujá</b>	798	871	184	196	614	675	3.622	4.308	900	1.046	2.722	3.262
<b>Reriutaba</b>	3487	3539	1060	1078	2427	2461	17.007	18.665	6069	6.570	10.939	12.095
<b>Santana do Acaraú</b>	4.513	4.600	1025	1065	3.488	3.535	20.373	22.719	5.236	5.833	15.137	16.886
<b>Senador Sá</b>	486	552	120	139	366	413	2.143	2.587	525	656	1.617	1.932
<b>Sobral</b>	28.740	28.853	15020	15624	13.720	13.229	147.881	161.424	87.040	96.880	60.841	64.544
<b>Varjota</b>	3501	3626	1097	1160	2404	2466	16.410	18.202	5599	6.322	10.811	11.880
<b>Total</b>	<b>64.982</b>	<b>66.678</b>	<b>24.033</b>	<b>25.297</b>	<b>40.949</b>	<b>41.381</b>	<b>315.118</b>	<b>351.055</b>	<b>133.279</b>	<b>150.085</b>	<b>181.839</b>	<b>200.970</b>

**Quadro 11:** Quantidade e Valor dos Benefícios emitidos pelo INSS – Urbano e Rural 2007 e 2008

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará – 2009.

Pesquisas mostram que a garantia desses direitos aos trabalhadores, principalmente aos trabalhadores rurais e urbanos contribuiu para a elevação importante elevação do nível de renda no meio rural e conseqüentes melhorias no bem estar e na forma de produzir da população que vive no campo. A universalização previdenciária tem refletido sobre o bem-estar da população rural, que pode ser observado na melhoria das condições de moradia das famílias, no acesso a bens de consumo e liberação da mão-de-obra infantil do trabalho para a freqüência à escola (essa realidade tem mudado também, graças à implementação de outros programas sociais como Bolsa família e PETI).

De todos os impactos da universalização da previdência social rural, a mais animadora é de que ela tem sido responsável pela redução da pobreza rural e da desigualdade na distribuição de renda. A previdência social rural permitiu a inclusão das mulheres rurais como beneficiárias (direito à aposentadoria por idade e salário-maternidade).

Para termos uma idéia do impacto gerado na economia dos pequenos municípios, basta verificar o montante dos recursos repassados ao território no ano de 2008 que se aproximou dos R\$ 350 milhões de reais. Somente para as aposentadorias rurais, os benefícios ultrapassaram os valores de R\$ 200 milhões de reais.

#### 6.1.4 Direito à Segurança Pública

A Constituição Federal, no art. 144, se refere aos municípios apenas para lhes atribuir competência para constituírem guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações. A Guarda Municipal tem a função de guarda patrimonial. Não se trata de órgão policial. Não é atribuição das guardas municipais, segundo a Constituição Federal, realizar nem investigação criminal nem policiamento ostensivo.

Além dessa prerrogativa de instituírem guardas municipais, os municípios podem atuar na segurança pública através da imposição de restrições administrativas a direitos e liberdades. O município pode, por exemplo, delimitar o horário de funcionamento de bares e restaurantes, ou os

locais da venda de bebidas alcoólicas. Tais restrições, de caráter administrativo, exercem importante função na segurança pública, prevenindo a prática de delitos.

A CF/88, ao caracterizar a segurança pública como “direito e responsabilidade de todos” e ao positivar o princípio democrático, estabelece o fundamento jurídico dos arranjos institucionais que permitem a participação popular na formulação e no controle da gestão das políticas de segurança. É o que ocorre, por exemplo, nas experiências de policiamento comunitário ou, ainda, na dos conselhos de segurança pública. Tais experiências, particulares ao campo da segurança pública, se inserem no contexto atual de ampliação dos espaços de participação popular, no sentido da superação dos limites da democracia meramente representativa.

No Território, a maioria dos municípios criaram as suas guardas municipais voltadas para a defesa do patrimônio público e para garantir a segurança e a tranqüilidade nos prédios públicos, principalmente nas escolas. Também, são adotadas em alguns municípios restrições administrativas com relação a horários, funcionamentos de bares e clubes. No município de Sobral existe uma lei municipal que estabelece regras com previsão de penalidades, em caso de descumprimento.

Na sua maioria, os municípios são atendidos pelo Programa de Policiamento Comunitário – PROCIDADANIA, mas com poucos recursos materiais e humanos. Em média, o contingente policial tem de 3 a 4 policiais por município. Com relação ao acompanhamento e controle social da segurança pública, no Território, somente quatro municípios disseram ter constituído os Conselhos Comunitários de Defesa Social – CCDS, sendo eles: Pacujá, Sobral, Santana do Acaraú e Varjota. No entanto, estes conselhos têm funcionado de forma incipiente e pouco atuante, a exemplo de Santana do Acaraú e Varjota e no caso de Sobral e Pacujá, de forma mais atuante.

Sabe-se que alguns municípios têm problemas relacionados com drogas, principalmente entre o público mais jovem. Há adoção de políticas educativas nas escolas, no sentido de ajudar esse público mais vulnerável no âmbito preventivo. Mas, não existe em nenhum município equipamentos

públicos para atendimento aos usuários que necessitam de tratamento e para recuperação de drogados.

#### 6.1.5 Direito ao acesso à justiça

Do ponto de vista da Justiça Global, o acesso à justiça não se resume a que a população chegue às instâncias jurisdicionais do Estado, mas também diz respeito ao direito à investigação adequada, às garantias judiciais e a um julgamento imparcial. O alto índice de impunidade no Brasil é um fator determinante para a continuidade das violações de direitos humanos no país. Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública indicam que somente 7,8% de aproximadamente 49.000 (quarenta e nove mil) homicídios cometidos no Brasil a cada ano são investigados e processados com êxito, fato que demonstra uma evidente falha do Estado em exercer a devida diligência no funcionamento da justiça.

Isto pressupõe, que os municípios para garantir esse direito consagrado constitucionalmente, devam ter uma polícia judiciária/investigativa qualificada e de alto nível, defensores públicos para assegurar que aqueles que não tem condições para contratar um advogado e nem arcar com as custas judiciais possam litigar com equilíbrio na relação processual e serem asseguradas as garantias judiciais do devido processo legal, do contraditório e ampla defesa, bem como a presença de promotores de justiça para acompanhar os casos envolvendo família, criança, adolescentes, idosos e populações indígenas. O Ministério Público, no Brasil, é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

É fundamental a existência de instituições e/ou órgãos municipais de defesa dos direitos humanos e exercício da cidadania, a exemplo do direito do consumidor onde a população tenha informações sobre os seus direitos e o conhecimento da lei.

MUNICÍPIO	PROMOTORES DE JUSTIÇA	DELEGACIAS	DEFENSORES PÚBLICOS
ALCANTÁRA	0	--	0
CARIRÉ	1	-	0
COREAÚ	1	-	0
FRECHEIRINHA	0	-	0
FORQUILHA	1	-	0
GRAÇA	1	-	0
GROAÍRAS	1	-	0
MASSAPÊ	1	-	0
MERUOCA	1	-	0
MORAÚJO	0	-	0
MUCAMBO	1	-	0
PACUJÁ	0	-	0
RERIUTABA	0	-	0
SANTANA DO ACARAÚ	1	-	1
SENADOR SÁ	0	-	0
SOBRAL	6	Regional	8
		Delegacia de Defesa da Mulher	
VARJOTA	0	-	0
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>1</b>	<b>9</b>

**Quadro 12:** Número de promotores de justiça, Delegacias de Polícia e Defensores Públicos nos municípios - 2010

**Fonte:** sites oficiais Ministério Público do Ceará, Defensoria Pública Geral do Ceará e Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) – 2010.

No Território são quinze promotores de justiça para o atendimento nos dezessete municípios. Municípios como Alcântaras, Frecheirinha, Moraújo, Pacujá, Reriutaba e Senador Sá tem atendimento por promotores públicos de outras comarcas. O município de Sobral possui cinco promotorias públicas.

A defensoria pública está presente em apenas dois municípios, sendo eles: Santana do Acaraú e Sobral. No caso do município de Sobral, são oito defensores públicos para atender ao território. O que significa a impossibilidade do acesso à justiça dos declarados pobres que necessitam da tutela jurisdicional.

Todos os municípios têm cadeia pública, mas a grande maioria está mal equipada e com estruturas físicas comprometidas. Há uma delegacia regional em Sobral onde estão concentradas as investigações dos crimes da

região e uma cadeia municipal em Santana do Acaraú. Em alguns municípios, há delegados trabalhando em regime de plantões, mas lotados em outras comarcas.

O município de Sobral instalou a Delegacia de Defesa da Mulher e a equipou com uma viatura e computadores. Mas, a equipe multidisciplinar precisa ser ampliada, diante do aumento de casos de violência contra a mulher, como tem sido constatado no Território.

Não há estatísticas da tipologia dos crimes praticados no Território (n<sup>o</sup> de homicídios, violência contra a mulher, exploração de crianças e adolescentes e outros)

#### 6.1.6 Direito à moradia

O Estatuto das Cidades criou uma série de instrumentos para que o administrador pudesse buscar o desenvolvimento urbano, sendo o principal o plano diretor. O Estatuto atribuiu aos municípios a implementação de planos diretores participativos, definindo uma série de instrumentos urbanísticos que têm no combate à especulação imobiliária e na regularização fundiária dos imóveis urbanos seus principais objetivos.

Além de definir uma nova regulamentação para o uso do solo urbano, o Estatuto prevê a cobrança de IPTU progressivo até 15% para terrenos ociosos, a simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a aumentar a oferta de lotes, e a proteção e a recuperação do meio ambiente urbano.

De acordo com a própria lei, o Plano Diretor é "o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana", obrigatório para municípios:

- Com mais de vinte mil habitantes ou conurbados;
- Integrantes de "área de especial interesse turístico" ou área em que haja atividades com significativo impacto ambiental;
- Que queiram utilizar de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios de imóvel.

Em virtude da complexidade da tarefa, dentre outros motivos, muitos municípios deixaram de cumprir o prazo original de cinco anos dado pelo Estatuto para criarem seus planos diretores. Diante dessa situação, foi promulgada a lei 11.673 em 2008, adiando o fim do prazo para 30 de junho de 2008.

A maioria dos municípios não elaboraram seus planos diretores, adotando em alguns casos, as regras do Código de Postura do Município. A obrigatoriedade da lei (municípios acima de vinte mil habitantes) chama os municípios de Coreaú, Forquilha, Massapê, Santana do Acaraú e Sobral para instituir este instrumento importante de política urbana. Foram criados, mas precisam ser melhor acompanhados pela sociedade civil. Há problemas de construção de casas em beira de rios e de lagoas, provocando assoreamento e o aterramento destes mananciais, e em áreas de risco, mas não há políticas específicas para coibir esta prática.

Os municípios não possuem órgãos específicos de atuação no setor habitacional, nem possuem programas na área de habitação, apenas fazem o cadastro de famílias sem moradias para solicitar recursos federais e incluir essas famílias em programas habitacionais de moradia popular.

#### 6.1.7 Direito à acessibilidade

A Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana – SeMob foi instituída no Ministério das Cidades com a finalidade de formular e implementar a política de mobilidade urbana sustentável, entendida como “a reunião das políticas de transporte e de circulação, e integrada com a política de desenvolvimento urbano, com a finalidade de proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, priorizando os modos de transporte coletivo e os não-motorizados, de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável”. As atuais condições de mobilidade e dos serviços de transporte público no Brasil direcionam a atuação da SeMob em três eixos estratégicos que agrupam as questões a serem enfrentadas, quais sejam:

1. Promover a cidadania e a inclusão social por meio da universalização do acesso aos serviços públicos de transporte coletivo e do aumento da mobilidade urbana;

2. Promover o aperfeiçoamento institucional, regulatório e da gestão no setor;

3. Coordenar ações para a integração das políticas da mobilidade e destas com as demais políticas de desenvolvimento urbano e de proteção ao meio ambiente.

A acessibilidade se configura então, como o direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos, mas também de acessar a rede de informações.

Dizem as Leis n°s 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade que formulação, implementação e manutenção das ações de acessibilidade atenderão às seguintes premissas básicas:

I - a priorização das necessidades, a programação em cronograma e a reserva de recursos para a implantação das ações;

II - o planejamento, de forma continuada e articulada, entre os setores envolvidos.

Não há informações do número de deficientes nos municípios e com relação às políticas de acessibilidade, algumas escolas construíram rampas e adaptaram as portas dos banheiros. Somente o município de Sobral está adaptando os prédios públicos para atender os usuários com deficiência ou mobilidade reduzida.

#### 6.1.8 Direitos Humanos das Mulheres

O Brasil no âmbito internacional assumiu diversos compromissos, tendo sido a CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES – CEDAW (ONU) de 1979 o

primeiro instrumento internacional de direitos humanos voltado para as demandas das mulheres. Essa convenção define o que se constitui discriminação contra a mulher e estabelece uma ampla agenda de ações a fim de acabar com a discriminação.

Em 1983, o Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos (Conferência de Viena) (ONU) define que os direitos humanos das mulheres e meninas são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais. Reforça que os direitos humanos das mulheres devem fazer parte das preocupações das nações Unidas.

Em 1994 a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção Belém do Pará) (OEA) estabelece que a violência contra as mulheres constitui uma violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais das mulheres. Apresenta a definição da violência contra a mulher como uma violência física, psicológica, ou sexual, baseada no gênero, que ocorre tanto na esfera pública, como na privada.

Ainda em 1994 a Declaração e Plataforma de Ação da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento (Cairo) (ONU) tomou a questão dos direitos reprodutivos das mulheres um parâmetro para os debates e resoluções na área de políticas populacionais

No ano de 1995 a Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing) (ONU) chamou a atenção para a feminização pobreza, a violência contra as mulheres e sua exclusão das esferas de poder. Reforçou a necessidade de institucionalização da política de promoção de igualdade entre homens e mulheres ao adotar a premissa de que todas as políticas e programas nacionais reflitam uma perspectiva de gênero.

Em 1999 no Protocolo Facultativo CEDAW (ONU) foi destacada a importância da criação de um sistema mais eficiente de acompanhamento do cumprimento da CEDAW, mediante a elaboração de um protocolo Facultativo. Este garante às mulheres o acesso à justiça internacional, de forma mais direta e eficaz, nos momentos em que o sistema nacional se mostrar falho ou omissos na proteção de seus direitos humanos.

Esses instrumentos representam a luta histórica dos movimentos feminista e de mulheres para incluir na agenda internacional os direitos das

mulheres como direitos humanos. Estes devem ser garantidos pelo Estado e observados pela sociedade, sendo de competência dos Estados e governos implementar políticas públicas orientadas por estes instrumentos internacionais, e da sociedade através de suas organizações e instituições acompanhar seu cumprimento e colaborar com sua reflexão e crítica para seu aprimoramento.

#### 6.1.8.1 Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)

Promoção da cidadania e autonomia das mulheres do campo com a realização de mutirões para a emissão gratuita de documentação civil. Sem contar sequer com uma certidão de nascimento, muitas mulheres não são reconhecidas como cidadãs perante o Estado. Portanto, estão impedidas de acessar direitos básicos da cidadania: a aposentadoria rural e auxílio maternidade; o crédito e outras políticas de apoio à agricultura familiar; os programas sociais como o Bolsa Família e programas de apoio à reforma agrária.

Quem executa tais ações são: MDA/DFDA, INCRA, INSS, Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, CEF, BNB, Ministério da Pesca e Aquicultura, em articulação com os movimentos locais de mulheres e STTRS.

ANO	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	QUANTIDADE DE DOCUMENTOS EMITIDOS	PESSOAS ATENDIDAS
			TOTAL
2006	Sobral	1622	893
<b>Total</b>		<b>1622</b>	<b>893</b>
2007	Santana do Acaraú	1769	856
<b>Total</b>		<b>1769</b>	<b>856</b>
2009	Reriutaba, Graça, Pacujá, Cariré, Groairas, Forquilha, Mucambo, Frecheirinha, Coreaú, Alcântaras, Meruoca, Massapê	3.494	4.469

ANO	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	QUANTIDADE DE DOCUMENTOS	PESSOAS ATENDIDAS
	Senador Sá e Moraújo	950	880
<b>Total</b>		<b>4.444</b>	<b>5.349</b>
<b>2010</b>	Forquilha, Sobral, Reriutaba e Varjota	550	961
<b>Total</b>		<b>550</b>	<b>961</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>8.385</b>	<b>8.059</b>

**Quadro 13:** Documentos emitidos: RG, CPF, Carteira Profissional e Registro INSS

**Fonte:** Delegacia do MDA – Ceará – 2010.

No período de 2006 a 2010 foram emitidos cerca de 8.385 documentos, beneficiando mais de 8 mil pessoas, lembrando que dentre estas pessoas atendidas, o MDA não fornece exatamente o número de mulheres beneficiadas, porque nos mutirões são atendidos também homens, embora em número menor. O programa visa atingir as trabalhadoras rurais que não tem documento civil, e portanto, não estão acessando as políticas públicas. Todos os dezessete municípios do território já foram beneficiadas com os mutirões para a emissão gratuita de documentação civil.

## 6.2 Análise territorial das ações sociais

A Constituição Federal de 1988, no Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – dos Direitos Sociais, art. 6º consigna como direitos a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Na parte de financiamento, reconhece a importância da Educação (artigo 205), da saúde (art. 196) e da Assistência Social (art. 203) ao aumentar a vinculação de recursos federais para estas áreas.

A legislação complementar à CF/88 é formada por um conjunto de leis orgânicas – da Previdência Social (RGPS), da Assistência Social (LOAS), da Função Social da Propriedade Fundiária, Seguro Desemprego (FAT), Ensino Fundamental (FUNDEB), Benefícios da Prestação continuada (BPC), da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Este formato

das principais políticas sociais de vinculação de impostos para a Educação e à seguridade social funciona como salvaguardas jurídicas porque protegem o gasto público vinculado a direitos sociais contra cortes orçamentários.

Dentro da lógica dos direitos e das políticas universalizantes, cabe ao Estado adotar as políticas públicas, programas/projetos/ações que se façam necessárias para promover e garantir à população o acesso aos direitos fundamentais da pessoa humana, tendo sido debatido no Território os direitos à segurança alimentar e nutricional (SAN), com o acesso à alimentação e à água; à seguridade social (assistência social, saúde e previdência social); à segurança pública; ao acesso à justiça; à moradia; à acessibilidade e os direitos humanos das mulheres.

Alguns programas e projetos estão sendo desenvolvidos no Território com o intuito de garantir esses direitos, quais sejam:

- Programa de Cisternas de Placas para Captação de Água da Chuva – P1MC. No território já foram construídas mais de duas mil e novecentas cisternas via Articulação do Semiárido (ASA), beneficiando milhares de famílias em várias comunidades rurais, tendo sido repassados mais de 4 milhões de reais. Em todo o Estado do Ceará foram construídas cerca de 54.666 cisternas, cujos repasses ultrapassaram os 80 milhões de reais. Fazendo a relação com o Estado do Ceará, no território em termos percentuais, estão 5,42% das cisternas construídas, cujo montante de recursos atinge o mesmo percentual, 5,42%.

Não existem informações no *site* oficial do MDS sobre a construção das cisternas nos municípios de Alcântaras, Cariré, Meruoca e Moraújo.

- Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição onde foi instalada uma cozinha comunitária no município de Santana do Acaraú(1); três mercados populares em Graça(1), Pacujá(1) e Santana do Acaraú(1), um em cada município e um restaurante popular em Sobral.

- O Programa Bolsa Família (PBF) que atende a mais de 56 mil beneficiários e o volume de recursos do PBF repassados ao Território no ano de 2010 considerando o mês de referência setembro de 2010 ultrapassaram R\$ 49 milhões de reais.

No território há uma estimativa de mais de 74 mil famílias pobres cadastradas com cobertura de atendimento em programas sociais em média de 78,33%. Sendo que destas famílias que constam do Cadúnico, mais de 53 mil, ou seja 71,62% estão enquadradas no perfil do bolsa família. Mas, o número de famílias atendidas é bem maior, sendo mais de 56 mil, ou seja, a cobertura do PBF ultrapassa os 100%, em torno de 7%.

O Estado do Ceará tem uma estimativa de 1.376.048 famílias pobres cadastradas, com cobertura de 74,21%. Comparando-se estes dados com o Território, observa-se que no Território estão 5,43% destas famílias cadastradas de todo o Estado.

Com relação ao Bolsa Família o Estado do Ceará tem uma estimativa de 960.379 famílias pobres no perfil do Bolsa Família, mas atende a 1.021.127, com cobertura de 106.33%.

- O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo que deste último, o Território recebeu 5% do montante dos recursos do Programa destinados ao Estado do Ceará, no valor total de R\$ 4.647.236,00. Em relação aos 30% do repasse do FNDE para a agricultura familiar, o Território recebeu 5% do valor total destinado ao Estado, beneficiando diretamente a 21.484 agricultores/as familiares, o que representa 8% do total de agricultores/as do Estado do Ceará.

- Políticas da assistência social através dos Centros de Referência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) com a adoção de programas como o ProJovem, Idoso, Benefício da Prestação Continuada (BPC) e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Quanto à oferta de serviços de proteção especial somente quatro municípios implantaram os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), sendo eles: Forquilha, Massapê, Santana do Acaraú e Sobral. Relacionando estas informações com o Estado do Ceará, no Território estão 7,62% dos CRAS e 4,04% dos CREAS.

No Território, para o BPC foram destinados mais de 41 milhões de reais para o atendimento aos idosos e pessoas com deficiência que comprovarem não ter condições e nem a sua família de prover o seu sustento,

beneficiando 9.254 pessoas. O PETI destina pouco mais de 481 mil reais para a retirada de crianças e adolescentes que de qualquer forma foram submetidas a algum tipo de trabalho degradante. Não foram encontrados os números de crianças e adolescentes atendidos pelo PETI no Território. Quando juntamos com o PBF, estes recursos juntos chegam a mais de 90 milhões de reais, o que pode significar que estas transferências, mesmo que consideradas assistencialistas por alguns analistas da política social brasileira, como é o caso do PBF sejam responsáveis pela diminuição da pobreza e da desigualdade.

Comparando as informações relativas ao Território com o total do Estado do Ceará, verifica-se que para o PETI foram destinados em termos percentuais 7,53%; atende 5,33% de idosos do BPC, cujos valores de repasses significam 5,26%; enquanto pessoas com deficiência são atendidas 5,45% e repasses chegam a 5,51%.

- Políticas de Previdência Social onde as pesquisas têm mostrado que a garantia desses direitos aos trabalhadores, principalmente aos trabalhadores rurais e urbanos, possibilitou uma elevação do nível de renda na vida dessas pessoas, principalmente no meio rural, com uma conseqüente melhoria no bem estar e na forma de produzir da população que vive no campo. A universalização previdenciária tem refletido sobre o bem-estar da população rural, que pode ser observado na melhoria das condições de moradia das famílias; no acesso a bens de consumo e liberação da mão-de-obra infantil do trabalho para a freqüência à escola (essa realidade tem mudado também, graças à implementação de outros programas sociais – Bolsa família, PETI.).

De todos os impactos da universalização da previdência social rural, a mais animadora é de que ela tem sido responsável pela redução da pobreza rural e da desigualdade na distribuição de renda. A previdência social rural permitiu a inclusão das mulheres rurais como beneficiárias (direito à aposentadoria por idade e salário-maternidade).

Para termos uma idéia do impacto gerado na economia dos pequenos municípios, basta verificar o montante dos recursos repassados ao território no ano de 2008 que se aproximou dos R\$ 350 milhões de reais.

Somente para as aposentadorias rurais, os benefícios ultrapassaram os valores de R\$ 200 milhões de reais.

- Direito à Segurança Pública onde em alguns municípios foram criados as suas guardas municipais e estão sendo atendidos pelo Programa Ronda do Quarteirão – policiamento comunitário nos municípios com população estimada entre 50 mil a 80 mil habitantes, que passam a contar com viaturas equipadas com câmeras, sistema de monitoramento via satélite e um computador que permitirá aos policiais acompanhar os mandados de prisão. O município de Sobral foi contemplado com o Programa.

O Governo do Estado criou o Programa de Proteção à Cidadania (Pró-Cidadania) para dar mais estrutura de segurança pública nos municípios que não contam com o Ronda do Quarteirão (municípios com menos de 50 mil habitantes). O programa coopera com as autoridades municipais na preservação do patrimônio público e proteção aos cidadãos, sem, no entanto, entrar em atividades específicas e constitucionais das polícias civil, militar ou guardas municipais. Na concepção do Programa, deva ser um agente de cidadania para cada 500 habitantes. Em média, o contingente policial varia entre três a dez policiais por município.

Com relação ao acompanhamento e controle social da segurança pública, no Território, somente quatro municípios disseram ter constituído os Conselhos Comunitários de Defesa Social – CCDS, sendo eles: Pacujá, Sobral, Santana do Acaraú e Varjota. No entanto, estes conselhos têm funcionado de forma incipiente e pouco atuante, a exemplo de Santana do Acaraú e Varjota e no caso de Sobral e Pacujá, de forma mais atuante.

- Direito ao Acesso à Justiça sendo que no Território são quinze promotores de justiça para o atendimento nos dezessete municípios. Municípios como Alcântaras, Frecheirinha, Moraújo, Pacujá, Reriutaba e Senador Sá tem atendimento por promotores públicos de outras comarcas. O município de Sobral possui cinco promotorias públicas.

A defensoria pública está presente em apenas dois municípios, sendo eles: Santana do Acaraú e Sobral. No caso do município de Sobral, são oito defensores públicos para atender ao território. O que significa a

impossibilidade do acesso à justiça dos declarados pobres que necessitam da tutela jurisdicional.

Todos os municípios têm cadeia pública, mas a grande maioria está mal equipada e com estruturas físicas comprometidas. Há uma delegacia regional em Sobral onde estão concentradas as investigações dos crimes da região e uma cadeia municipal em Santana do Acaraú. Em alguns municípios, há delegados trabalhando em regime de plantões, mas lotados em outras comarcas.

O município de Sobral instalou a Delegacia de Defesa da Mulher e a equipou com uma viatura e computadores. Mas, a equipe multidisciplinar precisa ser ampliada, diante do aumento de casos de violência contra a mulher, como tem sido constatado no Território.

Não há estatísticas da tipologia dos crimes praticados no Território (n.º de homicídios, violência contra a mulher, exploração de crianças e adolescentes e outros)

- Direito à moradia, onde a maioria dos municípios não elaboraram seus planos diretores, adotando em alguns casos, as regras do Código de Postura do Município. A obrigatoriedade da lei (municípios acima de 20 mil habitantes) chama os municípios de Coreaú, Forquilha, Massapê, Santana do Acaraú e Sobral para instituir este instrumento importante de política urbana. Foram criados, mas precisam ser melhor acompanhados pela sociedade civil. Há problemas de construção de casas em beira de rios e de lagoas, provocando assoreamento e o aterramento destes mananciais, e em áreas de risco, mas não há políticas específicas para coibir esta prática.

Os municípios não possuem órgãos específicos de atuação no setor habitacional, nem possuem programas na área de habitação, apenas fazem o cadastro de famílias sem moradias para solicitar recursos federais e incluir essas famílias em programas habitacionais de moradia popular.

Direito à acessibilidade. Não há informações do número de deficientes nos municípios e com relação às políticas de acessibilidade, algumas escolas construíram rampas e adaptaram as portas dos banheiros. Somente o município de Sobral está adaptando os prédios públicos para atender os usuários com deficiência ou mobilidade reduzida.

- Direitos Humanos das Mulheres. No sentido, de se garantir a efetivação dos direitos humanos das mulheres, promovendo a inserção das mulheres urbanas e rurais no contexto do desenvolvimento territorial e sustentável, algumas iniciativas//ações/projetos estão sendo desenvolvidos, a exemplo:

- Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)

No período de 2006 a 2010 foram emitidos cerca de 8.385 documentos, beneficiando mais de oito mil pessoas, lembrando que dentre estas pessoas atendidas, o MDA não fornece exatamente o número de mulheres beneficiadas, porque nos mutirões são atendidos também homens, embora em número menor. O programa visa atingir as trabalhadoras rurais que não tem documento civil, e, portanto, não estão acessando as políticas públicas. Todos os dezessete municípios do território já foram beneficiados com os mutirões para a emissão gratuita de documentação civil.

- Programa Nacional da Agricultura Familiar – Pronaf Mulher

- Participação das Mulheres em Programas de Formação/Capacitação – Educação não Formal

Nos debates territoriais ficou evidente a fragilidade do Colegiado de ocupar os espaços onde as discussões sobre esses direitos são realizados.

Constata-se que há um avanço no acompanhamento e monitoramento dessas políticas públicas, mas os municípios e a sociedade civil ainda carecem de instrumentos de controle social.

Ainda há uma dificuldade das famílias saírem das políticas compensatórias (porque dadas as condições de vulnerabilidade e de insegurança alimentar em que se encontram) para políticas de inclusão produtiva.

Isso requer um trabalho intersetorial pelas diversas secretarias municipais (assistência social, saúde e educação) no sentido de acompanhar as famílias beneficiárias de programas sociais, principalmente as atendidas pelo programa bolsa família (tendo em vista, as condicionalidades do programa), que atualmente se configura como o programa de transferência de

renda que tem maior cobertura no atendimento às famílias pobres dos municípios.

Percebe-se no Território, que ainda há um longo caminho a se percorrer para que cidadãos e cidadãs possam enxergar que a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência, o acesso à alimentação e à água, à justiça, à moradia são direitos inerentes a qualquer ser humano e que apesar de estarem positivados, precisam ser postos em prática, se materializar para que tenhamos realmente, uma sociedade mais justa, mais humana e solidária.

## 7 ASPECTOS DA SAÚDE

A avaliação sobre a saúde do território requer o conhecimento de algumas variáveis que vão além das específicas da saúde, as informações sócio demográficas, interferem diretamente nos resultados na saúde de uma população. Destacamos as variáveis como a população total do município e por faixas etárias, o saneamento básico, a escolaridade, o nível socioeconômico são exemplos de informações imprescindíveis no processo de planejamento que vão influir diretamente na formulação de Políticas Públicas para que tenham um forte substrato e base na equidade e na inclusão social. Citamos que é válido perceber que o território é um espaço vivo e se expressa à busca do equilíbrio entre os diversos interesses e contrastes.

O planejamento participativo, discutido e vivenciado é uma planificação da democracia política. Ressalta-se aqui a importância do caráter do Plano Territorial do Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, que institui um marco no Estado pela proposta de construção e elaboração com os diversos olhares e atores que constroem essa história. Outro ponto de destaque é a sustentabilidade aliada ao desenvolvimento, que vai de encontro à proposta da Agenda 21, que faz recomendações detalhadas para a mudança dos padrões de comportamento e desenvolvimento causadores de condições precárias de saúde, afetando o meio ambiente. Portanto, pensar uma nova atitude de desenvolvimento sustentável em saúde é pensar em um PTDRS ascendente, dialogando com as especificidades do território e sua realidade.

O conceito de território tem sua importância na concepção dos sistemas públicos de saúde desde sua origem na primeira metade do século XX no intuito de se organizar as redes regionais de atenção à saúde, essas redes e definições dos territórios das Coordenadorias Regionais de Saúde são concebidas em uma lógica diferente da configuração dos territórios trabalhados no PTDRS, tornando-se, portanto, um desafio avaliar a situação de saúde a partir da organização dos territórios discutidos.

Faz-se necessária uma colocação sobre algumas dificuldades encontradas, como a de especificar os dados relacionados à saúde da

população rural, diferenciando e comparando às condições de saúde da população urbana, portanto os dados apresentados referem-se a situação de saúde dos seis municípios que perfazem o Território Sobral: Cariré, Reriutaba, Varjota, Frecherinha, Moraújo, Coreaú, Graça, Mucambo, Pacujá, Forquilha, Groairas, Sobral, Massapê, Santana do Acaraú, Senador Sá, Alcantâras e Meruoca.

Os dados e informações que alimentam o Sistema de Vigilância Epidemiológica são os seguintes:

### **7.1 Dados Demográficos e Ambientais**

Permitem quantificar a população: número de habitantes e características de sua distribuição, condições de saneamento, climáticas, ecológicas, habitacionais e culturais.

### **7.2 Dados de Morbidade**

Podem ser obtidos através de notificação de casos e surtos, de produção de serviços ambulatoriais e hospitalares, de investigação epidemiológica, de busca ativa de casos, de estudos amostrais e de inquéritos, entre outras formas.

### **7.3 Dados de Mortalidade**

São obtidos através das declarações de óbitos que são processadas pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade. Mesmo considerando o subregistro, que é significativo em algumas regiões do país, e a necessidade de um correto preenchimento das declarações, trata-se de um dado que assume importância capital como indicador de saúde. Esse sistema está sendo descentralizado, objetivando o uso imediato dos dados pelo nível local de saúde.

## **7.4 Notificação de Surtos e Epidemias**

A detecção precoce de surtos e epidemias ocorre quando o sistema de vigilância epidemiológica local está bem estruturado com acompanhamento constante da situação geral de saúde e da ocorrência de casos de cada doença e agravo sujeito à notificação. Essa prática possibilita a constatação de qualquer indício de elevação do número de casos de uma patologia, ou a introdução de outras doenças não incidentes no local, e, conseqüente mente, o diagnóstico de uma situação epidêmica inicial para a adoção imediata das medidas de controle. Em geral, deve-se notificar esses fatos aos níveis superiores do sistema para que sejam alertadas as áreas vizinhas e/ou para solicitar colaboração, quando necessário.

## **7.5 Conceitos básicos**

A disponibilidade de informação apoiada em dados válidos e confiáveis é condição essencial para a análise objetiva da situação sanitária, assim como para a tomada de decisões baseadas em evidências e para a programação de ações de saúde. A busca de medidas do estado de saúde da população é uma antiga tradição em saúde pública, iniciada com o registro sistemático de dados de mortalidade e de sobrevivência. Com os avanços obtidos no controle das doenças infecciosas e a melhor compreensão do conceito de saúde e de seus determinantes populacionais a análise da situação sanitária passou a incorporar outras dimensões do estado de saúde, medidas por dados de morbidade, incapacidade, acesso a serviços, qualidade da atenção, condições de vida e fatores ambientais.

Os indicadores de saúde foram desenvolvidos para facilitar a quantificação e a avaliação das informações produzidas com tal finalidade. Em termos gerais, os indicadores são medidas-síntese que contêm informação relevante sobre determinados atributos e dimensões do estado de saúde, bem como do desempenho do sistema de saúde. Vistos em conjunto, devem refletir a situação sanitária de uma população e servir para a vigilância das condições de saúde. A construção de um indicador é um processo cuja complexidade

pode variar desde a simples contagem direta de casos de determinada doença, até o cálculo de proporções, razões, taxas ou índices mais sofisticados, como a esperança de vida ao nascer.

Se forem gerados de forma regular e manejados em um sistema dinâmico, os indicadores de saúde constituem ferramenta fundamental para a gestão e avaliação da situação de saúde, em todos os níveis. Um conjunto de indicadores de saúde tem como propósito produzir evidência sobre a situação sanitária e suas tendências, inclusive documentando as desigualdades em saúde. Essa evidência deve servir de base empírica para determinar grupos humanos com maiores necessidades de saúde, estratificar o risco epidemiológico e identificar áreas críticas. Constitui, assim, insumo para o estabelecimento de políticas e prioridades melhor ajustadas às necessidades de saúde da população. Além de prover matéria prima essencial para a análise de saúde, a disponibilidade de um conjunto básico de indicadores tende a facilitar o monitoramento de objetivos e metas em saúde, estimular o fortalecimento da capacidade analítica das equipes de saúde e promover o desenvolvimento de sistemas de informação de saúde intercomunicados.

A construção da matriz de indicadores baseou-se nos critérios de: relevância para a compreensão da situação de saúde, bem como de suas causas e conseqüências; validade para orientar decisões de política e apoiar o controle social do SUS; identidade com processos de trabalho próprios à gestão do sistema de saúde; e disponibilidade de bases de dados, sistemas de informação ou estudos nacionais. Esses critérios vêm sendo mantidos no processo de revisão e atualização periódicas da matriz, ainda que sujeito a acréscimo e exclusão de indicadores, bem como a alteração de conceitos, fontes e métodos de cálculo.

Os indicadores estão agrupados em seis subconjuntos temáticos demográficos, socioeconômicos, mortalidade, morbidade e fatores de risco, recursos e cobertura – e são apresentados, na matriz, segundo a sua denominação, conceituação, método de cálculo, categorias de análise e fontes de dados. A produção de cada indicador é de responsabilidade da instituição-fonte melhor identificada com o tema, a qual fornece anualmente os dados

brutos utilizados no cálculo, em planilha eletrônica padronizada, preparada pelo DATASUS.

## **7.6 Análise da Situação de Saúde**

### **7.6.1 Morbidades crônicas e transmissíveis**

A prevalência estimada de hipertensão no Brasil atualmente é de 35% da população acima de 40 anos. Isso representa em números absolutos um total de 17 milhões de portadores da doença, segundo estimativa de 2004 do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Cerca de 75% dessas pessoas recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS) para receber atendimento na Atenção Básica. Para atender os portadores de hipertensão, o Ministério da Saúde possui o Programa Nacional de Atenção a Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus. O programa compreende um conjunto de ações de promoção de saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento dos agravos da hipertensão. O objetivo é reduzir o número de internações, a procura por pronto-atendimento, os gastos com tratamentos de complicações, aposentadorias precoces e mortalidade cardiovascular, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida dos portadores. Avaliamos as informações referentes à morbidade onde priorizamos algumas informações do território, primeiro sobre as duas doenças crônicas que mais se correlacionam às causas de mortalidade geral, que são as doenças do aparelho circulatório. Estas morbidades demandam demasiado gasto público para seu controle, tratamento e reabilitação, pois causam várias e sérias complicações e limitações que vão interferir na qualidade de vida das pessoas. Outro fato preocupante é que as pessoas que tem uma doença crônica geralmente tem outras morbidades associadas.

Outras morbidades analisadas foram as relacionadas a doenças infectocontagiosas como a dengue, por ser uma zoonose diretamente relacionada com o manejo ambiental, a tuberculose por ter relação com as condições sócio econômicas e existirem várias iniciativas para o controle do avanço desta doença com pouco êxito e por fim avaliamos a sífilis em gestantes que é uma morbidade de notificação compulsória e está intimamente

ligada ao processo de trabalho das equipes de saúde e sua resolutividade e na qualidade da atenção ao pré-natal também por ter implicações severas após o nascimento. E após as oficinas nos territórios foi incluída a hanseníase, outra morbidade relevante para a avaliação em saúde.

**Tabela 5:** Morbidade proporcional por doenças crônicas e transmissíveis no Território de Sobral em 2008

<b>Nº DE PESSOAS ACOMETIDAS POR MORBIDADES CRÔNICAS E TRANSMISSÍVEIS</b>						
Municípios	Doenças Crônicas		Doenças Transmissíveis			
	Hipertensão Arterial * 2009	Diabetes* 2009	Dengue** 2009	Tuberculose* 2009	Sífilis *** Congênita 2009	Hanseníase* 2009
<b>MICRO TERRITORIO I</b>						
Cariré	880	243	2	9	-	15
Reriutaba	717	185	4	7	1	1
Varjota	701	163	2	-	4	10
<b>TOTAL</b>	<b>2298</b>	<b>591</b>	<b>8</b>	<b>16</b>	<b>5</b>	<b>26</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>						
Coreaú	869	244	6	10	2	14
Frecheirinha	310	117	-	5	1	0
Moraújo	294	66	2	1	1	2
<b>TOTAL</b>	<b>1473</b>	<b>427</b>	<b>8</b>	<b>16</b>	<b>4</b>	<b>16</b>
<b>MICRO TERRITORIO III</b>						
Graça	375	73	6	5	3	0
Mucambo	398	153	8	12	-	0
Pacujá	382	139	3	2	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>1155</b>	<b>365</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>3</b>	<b>1</b>
<b>MICRO TERRITORIO IV</b>						
Forquilha	273	40	4	10	1	0
Groairas	670	188	20	6	-	8
Sobral	3458	1399	39	181	28	104
<b>TOTAL</b>	<b>4401</b>	<b>1627</b>	<b>63</b>	<b>197</b>	<b>29</b>	<b>112</b>
<b>MICRO TERRITORIO V</b>						
Massapê	359	116	6	18	-	6
Santana do Acaraú	651	166	2	11	1	4
Senador Sá	201	60	-	3	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>1211</b>	<b>342</b>	<b>8</b>	<b>32</b>	<b>1</b>	<b>11</b>
<b>MICRO TERRITORIO VI</b>						
Alcântaras	387	91	-	4	-	1

Nº DE PESSOAS ACOMETIDAS POR MORBIDADES CRÔNICAS E TRANSMISSÍVEIS						
Municípios	Doenças Crônicas		Doenças Transmissíveis			
	Hipertensão Arterial * 2009	Diabetes* 2009	Dengue** 2009	Tuberculose* 2009	Sífilis *** Congênita 2009	Hanseníase* 2009
Meruoca	225	88	-	6	-	1
TOTAL	612	179	-	10	-	2
<b>TOTAL DO TERRITÓRIO</b>	<b>11150</b>	<b>3531</b>	<b>104</b>	<b>290</b>	<b>42</b>	<b>168</b>

\*Portadores de hipertensão arterial e diabetes mellitus cadastrados no Hiperdia

\*\* Número de casos 2009

\*\*\*incidência de sífilis em gestantes

Observa-se que os municípios que tem maior número de pessoas com hipertensão e diabetes são Sobral, Coreaú e Cariré, Apesar dos numeros elevados atualmene no Brasil estes índices encontram-se bem abaixo comparando-se ao Brasil pois, estima-se que 35% da população acima de 40 hipertensa.

Com relação aos indicadores de prevalência destas duas morbidades no território obtivemos que para a hipertensão tem-se a prevalência de 4,2 casos para 100 habitantes, já para com relação à diabetes temos como resultado 0,8 casos para 100 habitantes . nem sempre o número de caso corresponda a realidade dos municípios. Vale ressaltar que verificamos as informações dos cadastros pelo Sistema Nacional de Hipertensão e Diabetes – HIPERDIA, neste sistema os cadastros são realizados e devem ser permanentemente atualizados para que haja melhor planejamento de insumos como medicamentos, segundo os representantes dos municípios há uma grande dificuldade de manipulação deste sistema de informação pois existem muitas falhas, não há como atualizar este cadastro, nem dar baixa nos cadastros de pessoas que já foram a óbito ou mesmo alterar dados entre outros entraves.

Avaliando os índices das doenças transmissíveis, com relação a dengue observamos que apesar de os municípios terem ocorrido praticamente numeros baixos so casos de dengue no periodo totalizaram 104, quando avaliamos a incidência do território observamos que temos um resultado de 23,2 casos para cada 100.000 habitantes, este indice caracteriza uma situação

controlada da endemia neste território. É importante destacar que o histórico do município de Sobral apesar de ter sido alvo das atenções das autoridades de saúde do Estado hoje constatamos que no ano de 2009 houveram apenas 39 casos. As estratégias encontradas para o controle da dengue vão desde os mutirões onde os profissionais de saúde vão aos domicílios com objetivo de orientar e tomar medidas sanitárias para o controle do vetor e evitem a disseminação da doença.

Para a tuberculose, temos que o município de Sobral concentra o maior número de casos (181). Quando calculamos a taxa de incidência desta morbidade no território em 2009, o resultado é de (6,4) casos para 100.000 habitantes, o que nos traz uma certa preocupação com relação ao controle e cura destes pacientes. Taxas elevadas de incidência de tuberculose estão geralmente associadas a baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico. Constatamos a partir de avaliações dos outros eixos trabalhados no PTDRS que Sobral concentra todos os investimentos, recursos, conseqüentemente tem melhores oportunidades de desenvolvimento socioeconômico. Outro fator a ser considerado é a cobertura de vacinação pelo BCG que protege contra as formas graves da doença. As informações relatadas pelos participantes das oficinas sobre a cobertura da vacinação da BCG são muito boas, devido a iniciativa de vacinar as crianças ainda na maternidade. A infecção concomitante pelo HIV pode resultar em aumento da morbidade por tuberculose, apesar de não ter sido pesquisada o número de casos de HIV, foi relatado pelos participantes que existe um número considerável desta morbidade neste território. Quando questionamos sobre a busca pelos sintomáticos respiratórios os participantes relataram que os municípios fazem a busca, porém não quantificaram a informação.

## **7.7 Mortalidade proporcional**

### **7.7.1 Taxa de mortalidade infantil**

A taxa de mortalidade infantil é o número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado

espaço geográfico, no ano considerado. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. As taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em *altas* (50 por mil ou mais), *médias* (20-49) e *baixas* (menos de 20). Esses parâmetros devem ser periodicamente ajustados às mudanças verificadas no perfil epidemiológico. Atualmente, vários países apresentam valores abaixo de 10 por mil. No território Sobral, a taxa média de mortalidade infantil no ano de 2008 foi de 12,6 óbitos infantis por 1000 nascidos vivos. Avaliando a partir do parâmetro referido anteriormente, constatamos que o território encontra-se em uma situação sob controle, custando aos municípios que fazem parte deste território melhorar ainda mais este indicador. Três municípios destoam deste resultado como Graça (26,9) , Moraújo (22,7) e Mucambo (21,4) sendo necessária a intensificação de estratégias de monitoramento e busca das causas para este resultado.

Quando a taxa de mortalidade infantil é alta, o componente pós-neonatal é predominante. Quando a taxa é baixa, o seu principal componente é a mortalidade neonatal, com predomínio da mortalidade neonatal precoce. Altas taxas de mortalidade infantil refletem, de maneira geral, baixos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico. As taxas reduzidas também podem encobrir más condições de vida em segmentos sociais específicos. Este indicador é útil para contribuir na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população, bem como subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção pré-natal e ao parto, bem como para a proteção da saúde infantil.

De 1991 a 2007 o Ceará teve redução de 58,23% na taxa de mortalidade infantil. Foi o Estado com a maior queda do país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1991, a média de mortes de crianças com até um ano de idade era de 71,1 e, em 2007, a taxa ficou em 29,7 por mil nascidos vivos. A taxa do ano passado, segundo a Secretaria da Saúde do Estado, foi ainda menor. Ainda sujeita a revisão, está em 16,2 por mil nascidos vivos. No território Sobral este indicador corresponde a 12,1 óbitos por 1000 nascidos vivos estando abaixo do resultado do Estado do Ceará em 2008.

Enfatizamos que este indicador está diretamente relacionado às condições de nascimento e qualidade da saúde de uma população, além de estar intimamente relacionado ao desenvolvimento e perfil sócio econômico, além de estarem relacionados aos níveis de saneamento os quais iremos falar mais adiante. É relevante considerar as causas de mortalidade em menores de um ano para avaliar a consolidação da mudança no padrão da mortalidade infantil.

Vale ressaltar que a redução das mortes por doenças parasitárias e infecciosas ocorrida nas Regiões Nordeste e Norte atingiram proporções inferiores a 8,0%, em 2008. Portanto, é importante o acompanhamento pré-natal, após o nascimento como a visita de puerpério, o acompanhamento da criança nos dois primeiros anos de vida, observando seu crescimento e desenvolvimento. Segundo (SUCUPIRA, 2003), na Estratégia saúde da Família, toda criança deve ser visitada pela enfermeira nos primeiros sete dias de vida após a alta hospitalar. A ênfase nesses atendimentos deve ser o processo de acolhimento da mãe e criança.

Sobre as estratégias de enfrentamento da mortalidade infantil encontramos algumas ainda pouco consolidadas, pois segundo os colaboradores do plano no território, algumas atividades essenciais na atenção básica como a puericultura, as ações de promoção e prevenção ficam em segundo plano, tal fato é justificado devido a grande demanda e o reduzido número de profissionais para execução o que limita as atividades desenvolvidas pelas equipes. Sobre as visitas domiciliares de puerpério não existe a priorização desta ação ou a compreensão da importância desta ação, fragilizando um elo de todo o cuidado que se teve durante o pré-natal, sabemos que encontramos os maiores percentuais de mortalidade infantil no período neonatal, que compreende o período desde o nascimento até 28 dias após o nascimento.

### **7.7.2 Mortalidade proporcional por grupos de causas**

A mortalidade proporcional por grupos de causas é a distribuição percentual de óbitos por grupos de causas definidas, na população residente

em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Este indicador mede a participação relativa dos principais grupos de causas de morte no total de óbitos com causa definida. De modo geral é influenciado pela participação de fatores que contribuem para aumentar ou diminuir determinadas causas, alterando a distribuição proporcional das demais: condições socioeconômicas, perfil demográfico, infra-estrutura de serviços públicos, acesso e qualidade dos serviços de saúde.

Com a avaliação deste indicador podemos contribuir no conhecimento dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas visando à adoção de medidas preventivas e assistenciais relativas a cada grupo de causas.

Avaliamos as causas relativas a mortalidade pelos grandes grupos de causas no anos de 2008: neoplasias, doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho respiratório, doenças infecciosas e parasitárias, doenças do período perinatal, as causas externas onde são incluídos os acidentes e violências, e por fim os demais causas.

Outro indicador avaliado foi número de óbitos por 1000 habitantes, que é calculado através da taxa bruta de mortalidade: Número total de óbitos, por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Este indicador expressa a frequência anual de mortes, taxas elevadas podem estar associadas a baixas condições socioeconômicas ou refletir elevada proporção de pessoas idosas na população total, além de contribuir para estimar o componente migratório da variação demográfica, correlacionando-se o crescimento vegetativo com o crescimento total da população.

O uso de dados de mortalidade derivados de sistemas de registro contínuo está condicionado a correções da sub notificação de óbitos, que é freqüente em áreas menos desenvolvidas. Como a taxa é fortemente influenciada pela estrutura etária da população, a análise comparada entre populações de composição distinta exige padronização das estruturas etárias.

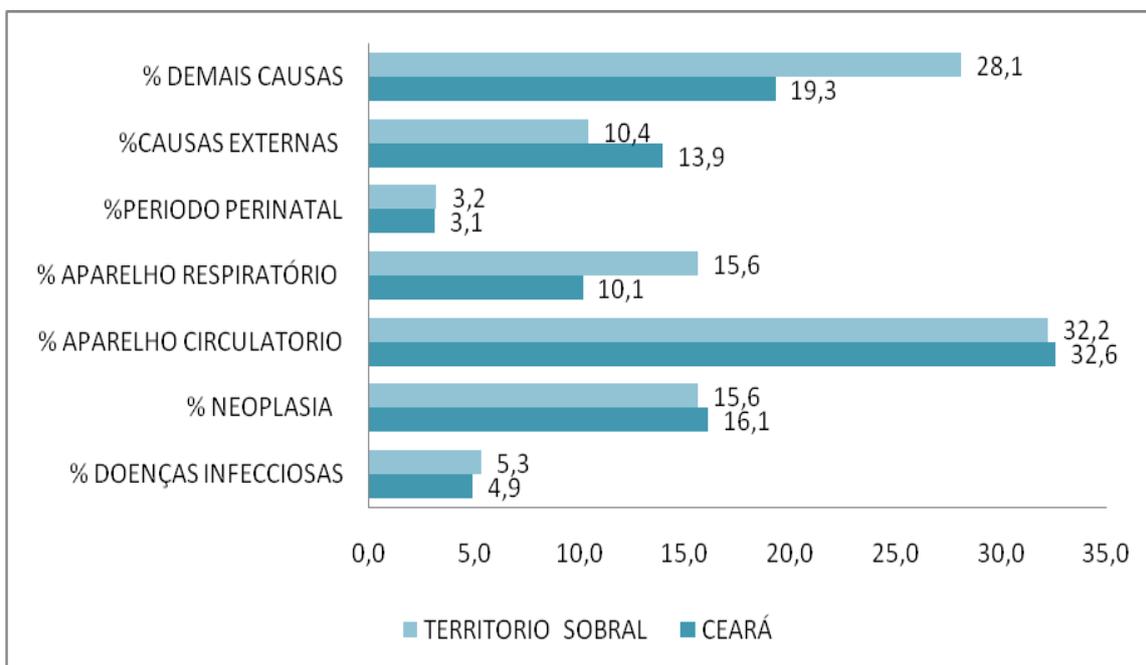
**Tabela 6:** Mortalidade proporcional por grupos de causas no Território de Sobral em 2008.

MUNICIPIOS	MORTALIDADE PROPORCIONAL GERAL 2008									
	Total 2008	Nº Óbitos P/ 1000 Habitantes	Mortalidade Infantil P/ 1000 Nascidos	% Neoplasia	% Aparelho Respiratório	% Aparelho Circulatório	%Causas Externas	% Demais Causas	%Período Peri natal	% Doenças Infecciosas
MICRO TERRITORIO I										
Cariré	96	5,0	17,9	17,6	21,2	23,5	14,1	15,3	3,5	4,7
Reriutaba	120	6,1	14,9	23,6	13,6	32,7	6,4	15,5	1,8	6,4
Varjota	120	6,5	13,3	15,1	6,7	36,1	16	20	0,6	5
TOTAL/MEDIA	336	5,9	15,4	18,8	13,8	30,8	12,2	16,9	2,0	5,4
MICRO TERRITORIO II										
Coreaú	91	4,1	6	18,7	16,5	33	11	17,6	1,1	2,2
Frecheirinha	87	6,5	12,3	16,9	16,9	31,3	13,3	14,5	-	7,2
Moraújo	36	4,3	22,7	8,3	19,4	22,2	25	16,7	5,6	2,6
TOTAL/MEDIA	214	5,0	13,7	14,6	17,6	28,8	16,4	16,3	3,4	4,0
MICRO TERRITORIO III										
Graça	99	6,2	26,9	13,1	22,7	34	7,2	15,5	5,2	2,1
Mucambo	116	8,0	21,9	17,9	15,2	37,5	8,9	12,5	2,7	5,4
Pacujá	51	8,2	11,4	8	14	46	10	18	2	2
TOTAL/MEDIA	266	7,5	20,1	13,0	17,3	39,2	8,7	15,3	3,3	3,2
MICRO TERRITORIO IV										
Forquilha	-	-	8,5	17,3	11,5	31,7	8,7	24	1,9	4,8
Groairas	64	6,5	6,7	16,1	24,2	17,7	11,3	14,5	1,6	14,5
Sobral	820	4,6	13,9	14,9	13,9	25,9	14,2	20,9	4,2	5,9
TOTAL/MEDIA	884	5,6	9,7	16,1	16,5	25,1	11,4	19,8	2,6	8,4

MUNICÍPIOS	MORTALIDADE PROPORCIONAL GERAL 2008									
	Total 2008	Nº Óbitos P/ 1000 Habitantes	Mortalidade Infantil P/ 1000 Nascidos	% Neoplasia	% Aparelho Respiratório	% Aparelho Circulatório	%Causas Externas	% Demais Causas	%Período Peri natal	% Doenças Infecciosas
MICRO TERRITORIO V										
Massapê	182	5,2	13,3	11,4	22,3	33,7	5,4	16,3	5,4	7,2
Santana do Acaraú	131	4,4	9,9	20	16,9	29,2	10	188	1,5	3,8
Senador Sá	36	5,5	13,8	11,8	11,8	32,4	5,9	26,5	2,9	8,8
<b>TOTAL/MEDIA</b>	<b>349</b>	<b>5,0</b>	<b>12,3</b>	<b>14,4</b>	<b>17,0</b>	<b>31,8</b>	<b>7,1</b>	<b>76,9</b>	<b>3,3</b>	<b>6,6</b>
MICRO TERRITORIO VI										
Alcântaras	60	6,4	0	16,4	9	37,3	7,5	25,4	7,5	4,6
Meruoca	69	5,5	9,4	16,4	13,4	37,3	6	20,9	1,5	4,5
<b>TOTAL/MEDIA</b>	<b>129</b>	<b>6,0</b>	<b>4,7</b>	<b>16,4</b>	<b>11,2</b>	<b>37,3</b>	<b>6,8</b>	<b>23,2</b>	<b>4,5</b>	<b>4,6</b>
<b>TOTAL DO TERRITORIO</b>	<b>1912</b>	<b>5,8</b>	<b>12,6</b>	<b>15,6</b>	<b>15,6</b>	<b>32,2</b>	<b>10,4</b>	<b>28,1</b>	<b>3,2</b>	<b>5,3</b>

Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade-SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009 dados de 2008

No Território de Sobral avaliando a mortalidade proporcional por causas definidas encontramos no ano de 2008 a seguinte distribuição.



**Figura 8 :** Mortalidade por Grupos de Causas no Território Sobral em 2008

**Fonte:** Sistema de Informação de Mortalidade-SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009 dados de 2008.

As doenças cardiovasculares são as principais causas de morte em todo o mundo. No Brasil (29,5%), as doenças do aparelho circulatório são também as principais causas de óbito para todas as idades em ambos os sexos, fato que se repete no Ceará (32,6%).

Ressaltamos a importância deste indicador especificando as grandes causas de morte na comunidade rural o que direcionaria melhor o Plano - PTDRS e detalharia a situação da mortalidade para este seguimento da população.

Podemos observar que média das mortes relacionadas ao período Perinatal (3,2%), tem menos impacto diante das demais causas seguidas das doenças infecciosas(5,32%). As causas com maior representatividade foram as relacionadas ao aparelho circulatório 32,2% das causas de morte neste território, este resultado está associado a vários fatores que contribuem para as complicações e por vezes levam ao óbito como: o sedentarismo, o tabagismo,

a hipertensão arterial, ao acesso e consumo de produtos industrializados e a outra característica demográfica que é a tendência de envelhecimento da população. O percentual de óbitos por doenças do aparelho respiratório no território (15,6%) estão acima da média do Estado (10,5%). Alguns municípios têm contribuído significativamente com este resultado como Groairas (24,2%); Graça (22,7%); Massapê (22,3%) e Cariré (21,2%). Recomendamos uma investigação mais detalhada sobre os tipos de doenças respiratórias que tem atingido estas comunidades.

As doenças cardiovasculares são as principais causas de morte em todo o mundo. No Brasil (29,5%), as doenças do aparelho circulatório são também as principais causas de óbito para todas as idades em ambos os sexos, fato que se repete no Ceará (32,6%).

Ressaltamos a importância deste indicador especificando as grandes causas de morte na comunidade rural o que direcionaria melhor o Plano - PTDRS e detalharia a situação da mortalidade para este seguimento da população.

Uma alteração nas causas de mortalidade tanto no território como no país é a substituição progressiva de óbitos por doenças infecciosas e transmissíveis por doenças crônicas, degenerativas e causas externas ligadas a acidentes e a violência.

Com relação às causas externas para o percentual de mortalidade dentre as causas gerais temos que do total de óbitos 10,4% ocorrem por causas externas, na Matriz de Fortalezas, oportunidades, Fraquezas e ameaças, encontramos que na avaliação devem diminuir os acidentes de trânsito, portanto acreditamos que pelo aporte tecnológico para a atenção terciária localizado no município de Sobral, as pessoas tem sobrevivido, porém é importante investigar ainda as causas de internamentos para esta situação. Segundo o estudo do IBGE, a mortalidade masculina por causas externas afetam um segmento populacional em fase produtiva, reduzindo, em termos de anos de vida, os ganhos obtidos com a redução da mortalidade ocorrida na infância.

Segundo os participantes das oficinas locais foi dito que para o controle e a redução dos percentuais de mortalidade por doenças do aparelho

circulatório existem iniciativas como o apoio do NASF, as estratégias de controle das doenças como a hipertensão e diabetes pelo acompanhamento através da equipe de saúde da família e alguns grupos e palestra executadas, porém percebemos que são atividades pontuais sem avaliação e acompanhamento dos resultados ou embasadas nas características epidemiológicas e demográficas da população.

## 7.8 Condições de Nascimento

As variáveis sobre as condições de nascimento trabalhadas inicialmente foram o total de nascidos, o percentual de partos vaginais e cesáreos, o percentual de crianças nascidas com baixo peso, o percentual de prematuros e o percentual de mães adolescentes que compreendem a faixa etária de 10 a 19 anos.

**Tabela 7:** Condições de nascimento no Território Sobral em 2008

MUNICÍPIOS	INFORMAÇÕES SOBRE CONDIÇÕES DE NASCIMENTO					
	Total Nascidos 2008	% De Partos Cesáreos	% De Partos Vaginais	% Com Baixo Peso	% De Prematuros	% De Mães De 10 - 19 Anos
<b>MICRO TERRITÓRIO I</b>						
Cariré	224	21,4	78,6	7,6	4,9	25,9
Reriuatuba	258	29,8	70,2	5,2	4,5	25,4
Varjota	225	34,5	65,5	8,0	6,6	23,9
TOTAL/MEDIA	707	28,6	71,4	6,9	5,3	25,1
<b>MICRO TERRITÓRIO II</b>						
Coreaú	335	39,2	60,8	5,7	5,7	19,7
Frecheirinha	243	36,0	64,0	5,4	4,1	23,0
Moraújo	132	24,2	75,8	4,5	1,5	15,9
TOTAL/MEDIA	710	33,1	66,9	5,2	3,8	19,5
<b>MICRO TERRITÓRIO III</b>						
Graça	250	25,0	75,0	10,4	7,3	20,8
Mucambo	228	42,5	57,5	9,6	5,7	21,9
Pacujá	88	37,5	62,5	4,5	1,1	25,0
TOTAL/MEDIA	566	35,0	65,0	8,2	4,7	22,6
<b>MICRO TERRITÓRIO IV</b>						
Forquilha	355	36,3	63,7	10,2	7,0	25,6
Groairas	150	30,7	69,3	7,3	7,3	18,0
Sobral	3099	45,4	54,6	8,1	7,0	22,9

MUNICÍPIOS	INFORMAÇÕES SOBRE CONDIÇÕES DE NASCIMENTO					
	Total Nascidos 2008	% De Partos Cesáreos	% De Partos Vaginais	% Com Baixo Peso	% De Prematuros	% De Mães De 10 - 19 Anos
TOTAL/MEDIA	3604	37,5	62,5	8,5	7,1	22,2
MICRO TERRITORIO V						
Massapê	526	29,5	70,5	6,1	5,7	21,9
Santana do Acaraú	506	24,4	75,6	6,3	4,3	22,7
Senador Sá	145	26,2	73,8	10,3	10,3	26,9
TOTAL/MEDIA	1177	26,7	73,3	7,6	6,8	23,8
MICRO TERRITORIO VI						
Alcântaras	132	40,2	59,8	6,1	3,8	22,7
Meruoca	212	37,7	62,3	12,7	9,9	23,1
TOTAL/MEDIA	344	39,0	61,1	9,4	6,9	22,9
<b>TOTAL DO TERRITORIO</b>	<b>7108</b>	<b>33,3</b>	<b>66,7</b>	<b>7,6</b>	<b>5,8</b>	<b>22,7</b>

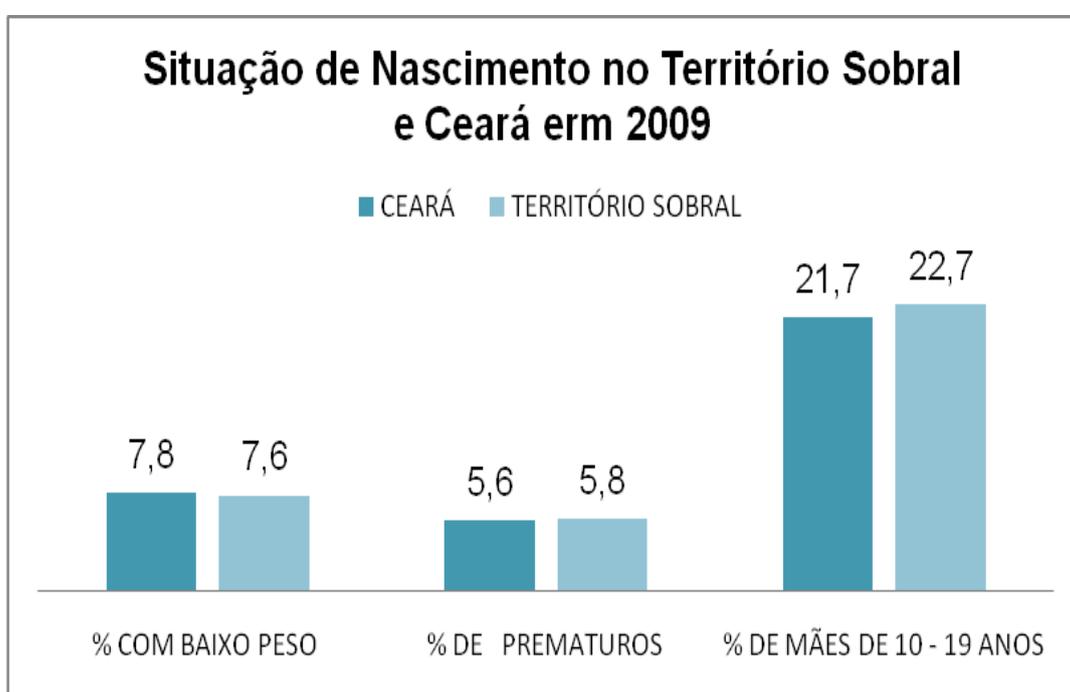
Fonte: SINASC. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

De acordo com os índices da Tabela 9, percebemos que o percentual de partos cesáreos em relação aos partos vaginais está acima do percentual recomendado pelos Pacto Pela Saúde no Estado que é de 30%, porém o percentual alcançado pelo Estado do Ceará em 2008 foi que 42,7 % do total dos partos, foram cesáreos. Praticamente metade dos municípios encontram-se acima da média do território e da meta estabelecida. Os municípios que se destacam são Sobral (45,4%); Mucambo (42,5%) e Alcântaras (40,2%).

Percentuais elevados podem significar, entre outros fatores, a concentração de partos considerados de alto risco, em municípios onde existem unidades de referência para a assistência ao parto. Este indicador é útil para subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção à saúde da mulher e da criança. Devido às restrições impostas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) limitando os partos cesáreos ao máximo de 30% do total de partos financiados, os excessos que sejam encontrados podem estar relacionados principalmente aos partos não-SUS (por planos de saúde ou privados). De fato, pequena amplitude e variabilidade desse indicador são observadas entre os partos SUS.

Sobre a maternidade entre as mães adolescentes (10 a 19 anos), encontramos que 22,7% das mulheres que pariram em 2008 eram

adolescentes, O objetivo de conhecer esta variável é que esta se propõe a contribuir na avaliação dos níveis de saúde infantil e dos fatores socioeconômicos e culturais que intervêm na ocorrência da gravidez. Alguns municípios apresentam um percentual acima da média encontrada. Pelo menos sete dos municípios que fazem parte do Território. Os municípios com percentuais mais elevados foram Senador Sá (26,9%) e Pacujá (25,6%). Relacionamos este indicador a uma condição socioeducacional que é a escolaridade destas mães, o acesso ao mercado de trabalho de trabalho, ao padrão familiar entre outros fatores importantes.



**Figura 9:** Situação de nascimento no Território Sobral (percentual de nascidos com baixo peso, prematuros e mães adolescentes (10- 19 anos) em 2008).  
**Fonte:** SINASC. Situação da base de dados nacional em 14/12/2010.

O objetivo de conhecer esta variável é que esta se propõe a contribuir na avaliação dos níveis de saúde infantil e dos fatores socioeconômicos e culturais que intervêm na ocorrência da gravidez. Quando solicitamos a informação sobre as situação do planejamento familiar nos municípios do território para os adolescentes, foi dito que há poucas iniciativas que vão de encontro a este público, existe um certo preconceito tanto dos próprios adolescente como dos pais em procurar a unidade de saúde para este fim, outro ponto colocado foi o despreparo dos profissionais de saúde em lidar com

este público e abordar assuntos referentes a sexualidade, reprodução, entre outros temas. Além da sobrecarga dos profissionais da atenção básica que desenvolvem ações a muitas linhas de cuidado, que são priorizadas para alguns seguimentos da população em detrimento de outros. Quando questionamos sobre o Programa Saúde na Escola – PSE foi comentado que existe o programa implantado e em andamento em alguns municípios, porém, este é direcionado aos alunos de outro programa que é o Mais Educação, restringindo as ações de saúde na escola a este público. Uma reivindicação deste território é rever os critérios adotados pelo Ministério da Educação para a adesão a alguns programas como este por exemplo.

Sobre a prematuridade e o baixo peso ao nascer encontramos que a média do Território Sobral foi de 5,8% dos nascidos vivos foram prematuros, este percentual encontrado, foi matematicamente o mesmo para o Estado do Ceará (5,6%).

Sobre o baixo peso ao nascer temos uma média de 7,6 % dos partos, são de crianças nascem nesta situação. Destacamos o municípios como Graça, Forquilha e Senador Sá onde mai de 10% das crianças nascem com baixo peso, percentual acima da média do território.

O indicador serve como preditor da sobrevivência infantil: quanto menor o peso ao nascer, maior a probabilidade de morte precoce. Valores de baixo peso ao nascer em torno de 5-6% são encontrados em países desenvolvidos. Convenções internacionais estabelecem que essa proporção não deve ultrapassar 10%.

Proporções elevadas de nascidos vivos de baixo peso estão associadas, em geral, a baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico e de assistência materno-infantil. A idade materna pode estar associada a condições de risco para o recém-nascido, tais como a prematuridade e o baixo peso ao nascer, que tendem a ser mais freqüentes nos nascidos de mães adolescentes e idosas.

## 7.9 Tipos de estabelecimentos

Constatamos que no Território Sobral existem vários tipos de estabelecimentos de saúde sendo a sua maioria feita por Centros de Saúde/ Unidade básica de saúde (103), seguida policlínicas/ centro de especialidades (16) e posto de saúde (14).

Dentre os projetos a serem apresentados neste Território, há um destaque para a implementação de farmácias populares. De fato constatamos que apenas o município de Sobral implantou a farmácia popular até agora.

Em junho de 2004, o Governo Federal criou o Programa Farmácia Popular do Brasil, com o objetivo de levar medicamentos essenciais a um baixo custo para mais perto da população, melhorando o acesso e beneficiando uma maior quantidade de pessoas.

O Programa atua sobre dois eixos de ação: as UNIDADES PRÓPRIAS, em funcionamento desde junho de 2004, que são desenvolvidas em parceria com Municípios e Estados e o SISTEMA DE COPAGAMENTO, lançado em março de 2006, desenvolvido em parceria com farmácias e drogarias privadas.

As UNIDADES PRÓPRIAS são operacionalizadas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fio cruz), que coordena a estruturação das unidades e executa a compra dos medicamentos, o abastecimento das unidades e a capacitação dos profissionais. Contam, atualmente, com um elenco de 108 medicamentos mais o preservativo masculino, os quais são dispensados pelo seu valor de custo representando uma redução de até 90% do valor comparando-se com farmácias e drogarias privadas. A única condição para a aquisição dos medicamentos disponíveis nas unidades, neste caso, é a apresentação de receita médica ou odontológica.

Já no SISTEMA DE CO-PAGAMENTO, o Governo Federal paga uma parte do valor dos medicamentos e o cidadão paga o restante. O valor pago pelo Governo é fixo e equivale a 90% do Valor de Referência (consulte os valores na legislação do Programa). Por esse motivo, o cidadão pode pagar menos para alguns medicamentos do que para outros, de acordo com a marca e o preço praticado pelo estabelecimento. Para ter acesso a essa economia, basta que a pessoa procure uma drogaria com a marca “Aqui tem Farmácia

Popular” e apresente a receita médica acompanhada do seu CPF e documento com foto. Atualmente, o Sistema de Copagamento está trabalhando com medicamentos para hipertensão, diabetes, colesterol e anticoncepcionais.

Outro ponto a destacar é o Serviço de Atendimento Médico de Urgência-SAMU. Este se encontra apenas em um dos 17 municípios é importante o diálogo entre os gestores para a formação de consórcios intermunicipais para a implementação desta política de atenção á saúde da população. E nenhum município tem UPA implantada.

Com relação ao Centro de Atenção Psicossocial – CAPS existem quatro estabelecimentos de saúde deste tipo em funcionamento de acordo com a pesquisa nos sites referidos, ou seja, o acesso de alguns municípios a atenção à saúde mental está possivelmente comprometido. Destacamos que as situações que interferem diretamente do processo de adoecimento da população devem ser identificadas e prevenidas pelos Profissionais da Estratégia de Saúde da Família, pelos profissionais que atuam nos Núcleos de apoio à Saúde da Família e pelos Centros de Referência da Assistência Social. Estas estruturas devem tanto identificar agravos e morbidades impactantes na situação de saúde e social do Território bem como a prevenir estas diversas situações. No caso de tratamento e reabilitação de pessoas drogaditas/ usuárias de drogas, o CAPS - AD (álcool e drogas) é a referência para acompanhar as pessoas usuárias de drogas que desejam uma nova perspectiva de vida. Vale ressaltar que existem algumas limitações para instalação deste serviço, por necessitar de especialistas na área de saúde mental, além de aprovação nas Comissões Intergestoras Regionais e Estaduais.

O perfil populacional dos municípios é sem dúvida um dos principais critérios para o planejamento da rede de atenção à saúde mental nas cidades, e para a implantação de centros de Atenção Psicossocial. O critério populacional, no entanto, deve ser compreendido apenas como um orientador para o planejamento das ações de saúde. De fato, é o gestor local, articulado com as outras instâncias de gestão do SUS, que terá as condições mais adequadas para definir os equipamentos que melhor respondem às demandas de saúde mental de seu município.

Estes serviços devem ser substitutivos e não complementares ao hospital psiquiátrico. De fato, o CAPS é o núcleo de uma nova clínica, produtora de autonomia, que convida o usuário à responsabilização e ao protagonismo em toda a trajetória do seu tratamento.

Segundo as informações colhidas a partir da oficina a atenção à saúde mental é um nó crítico o crescente aumento de dependentes químicos, gera a necessidade de ampliar as estruturas que trabalham este tema no território o serviço que acolhe esta demanda é o CAPS-AD. Temos um numero reduzido de estabelecimentos deste tipo, havendo a necessidade de descentralização deste serviço.

#### 7.9.1 Centro Especialidade Odontológicas – CEO

No território Sobral existem cinco Centros de Especialidades Odontológicas – CEO, Sobral concentra dois destes, e Santana do Acaraú, Coreaú, Massapê, Forquilha . É necessário ampliar o acesso dos outros municípios que fazem parte do território a este serviço especializado. É interessante um levantamento epidemiológico e das necessidades de saúde bucal dos municípios que tem este centro de especialidade como referência. Os CEO são estabelecimentos de saúde, participantes do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, classificadas como Clínica Especializada ou Ambulatório de Especialidade. Os Centros de especialidades Odontológicas estão preparados para oferecer à população, no mínimo, os seguintes serviços:

- >|Diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca.
- >|Periodontia especializada
- >|Cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros
- >|Endodontia
- >|Atendimento a portadores de necessidades especiais

Cada Centro de Especialidade Odontológica credenciado passa a receber recursos do Ministério da saúde, de acordo com o que está definido

pela Portaria Nº 599/GM de 23 de março de 2006. A implantação de Centros de especialidades funciona por meio de parceria entre estados, municípios e o governo federal, isto é o Ministério da Saúde faz o repasse de uma parte dos recursos e Estados e municípios contribuem cada um com outra parcela.

De acordo com as Portarias Nº 599/GM de 23 de março de 2006 que define critérios, normas e requisitos para implantação e credenciamento de Centros de Especialidades Odontológicas e a Portaria Nº600/GM de mesma data que institui o financiamento dos Centros de Especialidades Odontológicas: para os CEOs tipo I, aqueles com três cadeiras odontológicas, são destinados mensalmente R\$ 6,6mil para custeio e R\$ 40 mil em parcela única para implantação - correspondente à custa com reformas, ampliação do espaço físico e aquisição de equipamentos; CEOs tipo II, com quatro ou mais cadeiras, o valor mensal é de R\$ 8,8 mil e R\$ 50 mil para implantação CEOs tipo III, que possuem no mínimo de 7 cadeiras, o recurso de custeio é no valor de R\$ 15.400,00 e o de implantação R\$ 80 mil reais.

Além da implantação de CEOs, há também a implantação de Laboratórios Regionais de Prótese Dentária – LRPD – que são unidades próprias do município ou unidades terceirizadas credenciadas para confecção de próteses totais, próteses parciais removíveis e prótese coronária/intrarradiculares e fixas/adesivas.

Ao lado do câncer de boca, a ausência de dentes é um dos mais graves problemas da saúde bucal no Brasil. Hoje 75% dos idosos são desdentados. Entre adultos com idade de 30 a 44 anos esse índice é de 30%. O Ministério da Saúde registra, ainda, um total de 5 mil adolescentes desdentados sem prótese na boca. Estima-se que 8 milhões de pessoa precisam de prótese dentária no país.

De acordo com as portarias N.º 2.374 e 2.375 GM/MS de 07 de outubro de 2009 que alteram o pagamento de próteses dentárias em Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias - LRPD no valor de R\$ 30,00 para R\$ 60,00 para prótese total; de R\$ 40,00 para R\$ 60,00 para prótese parcial removível; e R\$ 60,00 para Próteses Coronárias/ Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por elemento).

Agora o financiamento está incluído no Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) e a forma de pagamento mudou. O Município/Estado passa a receber mensalmente de acordo com sua produção, sendo os valores repassados:

>|Até 50 próteses/mês: R\$ 3.000,00 mensais

>|Entre 51 e 150 próteses/mês: R\$ 9.000,00 mensais

>|Acima de 151 próteses/ mês: R\$ 12.000,00 mensais

Esta produção será acompanhada de acordo com as informações prestadas pelos municípios através do Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA/SUS). Serão feitas avaliações trimestrais destes dados para redefinir a distribuição dos recursos. Estes recursos são repassados diretamente do Ministério da Saúde para os municípios ou estados que possuem laboratórios credenciados não comprometendo seus recursos de saúde já existentes, ou seja, recursos extra teto.

#### 7.9.2 Núcleo de apoio à Saúde da Família – NASF

Percebemos carências no que se refere aos núcleos de apoio/atendimento à Saúde da Família - NASF que totalizam apenas 6 dentre os 17 municípios que fazem parte deste território sendo que estão praticamente concentrados em Sobral, sendo que um também encontramos um em Santana do Acaraú. Existe ainda um situação de possível equívoco sobre o papel desta estrutura representada nos municípios, pois atualmente os NASF se ligam às equipes de Saúde da Família completas com o objetivo de apoiar estas equipes em suas limitações da especificidade das profissões que fazem parte da equipe mínima (Enfermeiros, Dentistas e Médicos, além dos Agentes Comunitários de Saúde). Descrevemos a seguir as modalidades e os tipos de núcleos possíveis para atuação.

##### 7.9.2.1 *Modalidades*

Os núcleos são divididos em duas modalidades, de acordo com o número de equipes de saúde da família atuantes em cada estado. O NASF 1 é

voltado para os municípios com equipes de até cinco profissionais de nível superior. Eles recebem R\$ 20 mil por mês para manutenção a partir do início de suas atividades. O NASF 2 funciona em cidades com equipes de até três profissionais e recebem R\$ 6 mil mensais para custeio. Todos os Nasf autorizados no Ceará são do tipo I.

De acordo com o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, as cidades têm até dezembro deste ano para implementar os núcleos. Cada cidade beneficiada é responsável por escolher os profissionais que irão compor o núcleo, de acordo com a realidade de suas comunidades. No entanto, a recomendação é para que os municípios do Nordeste e da Amazônia Legal, cujo objetivo é priorizar ações dos núcleos para a redução da mortalidade infantil, como parte do Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil nos municípios prioritários.

#### *7.9.2.2 Núcleo*

Para implantar o NASF, o município deve elaborar um projeto, informando o território de atuação e as atividades que serão desenvolvidas. Além disso, é preciso especificar os profissionais e sua forma de contratação com número de carga horária, identificação das equipes da saúde da família vinculadas ao NASF e a unidade de saúde onde os núcleos serão credenciados. Esse projeto deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e pelas Comissões Intergestoras do Estado.

#### *7.9.2.3 Número de leitos hospitalares por habitante*

Número de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por mil habitantes residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Este indicador mede a relação entre a oferta de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo SUS, por tipo de vínculo (público, privado e universitário), e a população residente na mesma área geográfica. Não inclui os leitos privados sem vínculo com o SUS.

O indicador é influenciado pelas condições socioeconômicas, epidemiológicas e demográficas da população, bem como pelas políticas de atenção à saúde no SUS. Entre essas últimas, destacam-se a oferta de serviços especializados (doenças crônico-degenerativas, agravos à saúde mental etc.) e a cobertura da atenção básica à saúde.

Este Indicador serve para analisar variações geográficas e temporais da oferta de leitos hospitalares pelo SUS (públicos, privados e universitários), identificando situações de desequilíbrio que podem demandar a realização de estudos especiais, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para a assistência médico-hospitalar de responsabilidade do SUS.

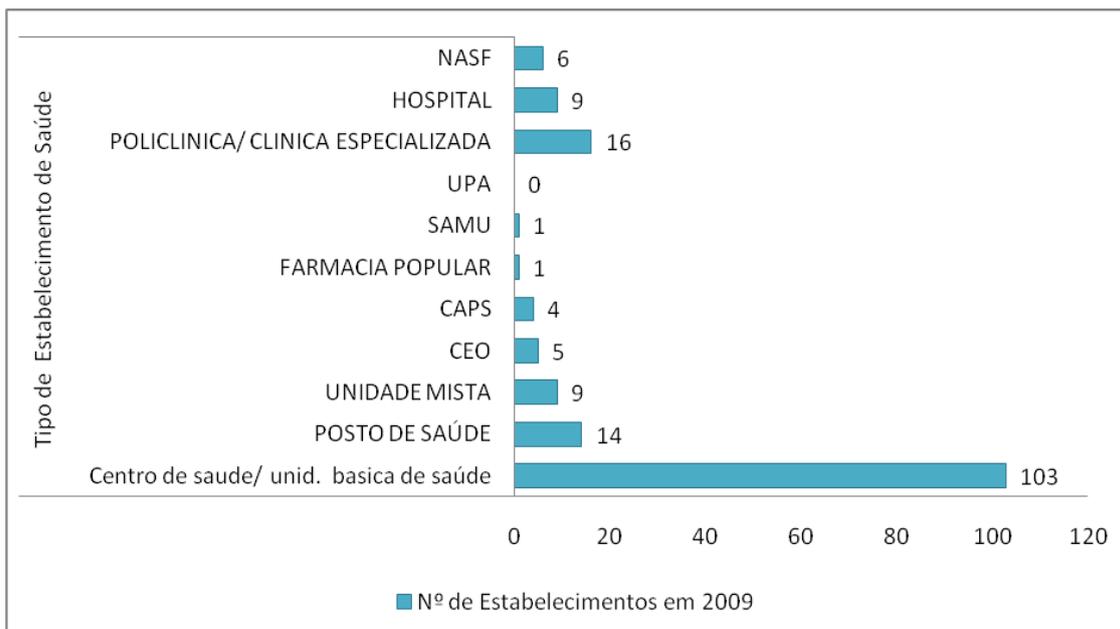
Encontramos que no Território Sobral uma média de 2,1 leitos para 1000 habitantes. Ao compararmos este dado com o resultado do Estado do Ceará temos que existem 1,7 leitos - SUS para cada 1000 habitantes e 2,2 leitos em geral. O que é uma situação equilibrada.

**Tabela 8:** Tipos de estabelecimentos atenção básica e especializada no Território de Sobral dados de 2008 e 2009 e 2010.

MUNICIPIOS	TIPO DE ESTABELECIMENTO SUS / OUTROS													
	ATENÇÃO BÁSICA							ATENÇÃO ESPECIALIZADA						
	Centro de saúde/ unid. básica de saúde	POSTO DE SAÚDE	Nº DE ESF2010	% COBERTURA ESF2010	NASF	UNIDADE MISTA /PARTO NORMAL	CEO	CAPS	FARMACIA POPULAR	SAMU	UPA	POLICLINICA/ CLINICA ESPECIALIZADA	HOSPITAL	Nº DE LEITOS POR 1000 HAB
MICRO TERRITORIO I														
Cariré	9	1	8	100,2	-	1	-	-	-	-	-	2	1	1,1
Reriutaba	4	-	5	87,89	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1,3
Varjota	5	1	5	97,44	-	1	-	-	-	-	-	1	-	1,1
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>2</b>	<b>18,0</b>	<b>95,2</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>1,2</b>
MICRO TERRITORIO II														
Coreaú	6	2	6	93,99	-	-	1	1	-	-	-	2	1	0,8
Frecheirinha	5	1	5	101,1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2,3
Moraújo	2	2	5	101,6	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1,4
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	<b>4</b>	<b>16</b>	<b>98,89</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2,2</b>
MICRO TERRITORIO III														
Graça	6	2	5,0	100,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mucambo	6	1	5	100,4	-	1	-	-	-	-	-	1	1	2,8
Pacujá	1	1	2,0	100,8	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	<b>100,6</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2,8</b>
MICRO TERRITORIO IV														
Forquilha	4	3	8	101,7	-	1	1	1	-	-	-	2	-	0,1
Groairas	2	2	4	101,1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2,4
Sobral	37	1	48	91,8	6	-	2	2	1	1	-	7	5	3,2

MUNICIPIOS	TIPO DE ESTABELECIMENTO SUS / OUTROS													
	ATENÇÃO BÁSICA							ATENÇÃO ESPECIALIZADA						
	Centro de saúde/ unid. básica de saúde	POSTO DE SAÚDE	Nº DE ESF2010	% COBERTURA ESF2010	NASF	UNIDADE MISTA /PARTO NORMAL	CEO	CAPS	FARMACIA POPULAR	SAMU	UPA	POLICLINICA/ CLINICA ESPECIALIZADA	HOSPITAL	Nº DE LEITOS POR 1000 HAB
TOTAL	43	4	60	98,20	6	1	3	3	1	1	-	9	5	3,3
MICRO TERRITORIO V														
Massapé	11	-	8	79,14	-	-	1	-	-	-	-	1	1	0,8
Santana do Acaraú	9	-	10	101	1	-	1	1	-	-	-	1	1	1,3
Senador Sá	2	1	2	101	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	22	1	20	93,71	-	1	1	-	-	-	-	1	1	1,8
MICRO TERRITORIO VI														
Alcântaras	3	2	4	101	-	3	-	-	-	-	-	-	-	0
Meruoca	4	1	4	101	-	1	1	-	-	-	-	-	-	1,3
TOTAL	7	3	8	101	-	4	1	-	-	-	-	-	-	1,3
<b>TOTAL DO TERRITORIO/ MEDIA</b>	<b>103</b>	<b>14</b>	<b>122</b>	<b>97,9</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>16</b>	<b>9</b>	<b>2,1</b>

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.



**Figura 10:** Tipos de estabelecimentos no Território de Sobral  
**Fonte:** CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

## 7.10 Recursos Humanos

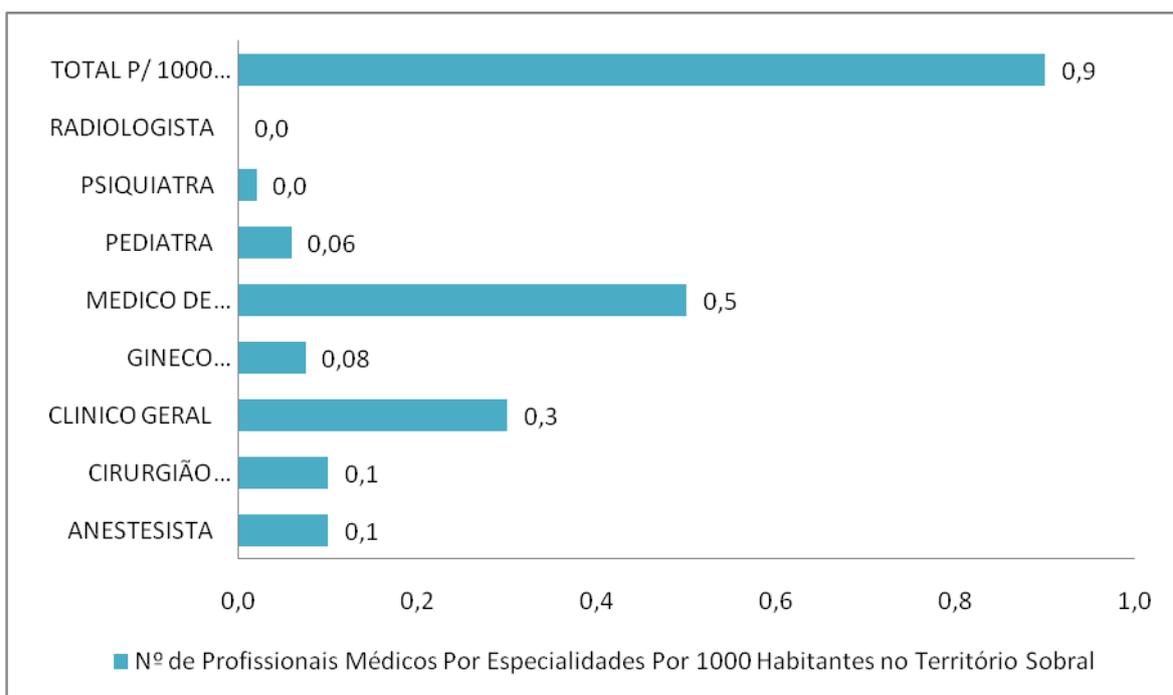
### 7.10.1 Ofertas de profissionais médicos por especialidades por 1.000 habitantes

No território Sobral encontramos várias deficiências no que diz respeito às especialidades médicas os números que mais chamam a atenção são os de psiquiatra (0,0) seguido de pediatra (0,06) e anestesista (0,0). Entretanto quando calculamos o total de profissionais por 1000 habitantes percebemos que o Território está praticamente de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde – OMS, que recomenda que haja pelo menos um profissional médico para cada 1000 habitantes. A disponibilidade de médicos atualmente no território no geral é 1,2 de profissionais por 1000 habitantes. Percebemos que estes profissionais estão concentrados praticamente no município de Sobral. Com o novo modelo e proposta do Ministério da Saúde que recomenda a atuação em redes e linhas de cuidado, colocamos a importância de estruturar as redes de apoio à saúde no Território.

Um ponto citado como projeto foi o fortalecimento da estratégia saúde da família porém, para que isto seja possível é necessário ampliar o número de médicos de família no território pois atualmente número de médicos atuando na

Estratégia Saúde da Família é de 0,5 para cada 1000 habitantes. A inserção e fixação desta categoria em pequenos municípios e nesta proposta de atuação tem sido uma dificuldade enfrentada pelos gestores da saúde nos mais diversos municípios. Faz-se necessária uma investigação mais detalhada sobre estas causas para que se possa intervir diretamente no intuito de reverter esta situação.

Há um amplo consenso sobre a necessidade de superar entraves e limitações dos processos gerenciais de recursos humanos tradicionalmente adotados pelas instituições de saúde. Para isso, torna-se indispensável elaborar propostas e trabalhar sua viabilidade, buscando sempre a inovação e o aperfeiçoamento das práticas de administração do trabalho nos serviços de saúde.



**Figura 11:** Número de profissionais de médicos por 1000 habitantes no território sobral em 2008

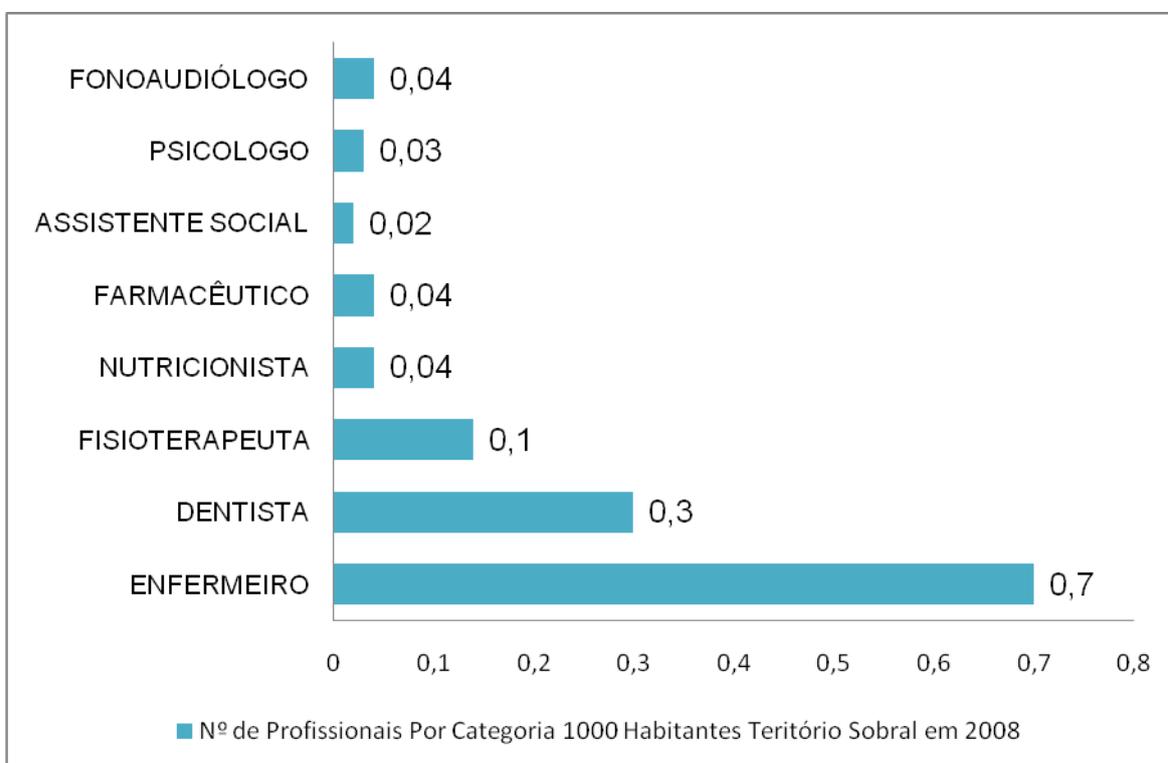
**Fonte:** CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

### 7.11 Ofertas de outros profissionais de saúde por 1.000 habitantes

Este indicador mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica é fortemente

influenciado pelas condições socioeconômicas da população e pelas políticas públicas de atenção à saúde.

Ao analisarmos variações da situação da distribuição de profissionais de saúde, identificamos situações carência principalmente entre as categorias de fonoaudiólogo, assistente social, nutricionista, psicólogo e farmacêutico. Nas categorias enfermeiro e dentista ainda encontramos uma déficit. A identificação destas deficiências de profissionais é fundamental para subsidiar políticas de incentivo à interiorização de profissionais de saúde e contribuir nos processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações voltadas para a formação de profissionais de saúde e sua inserção no mercado de trabalho.



**Figura 12: Número de profissionais de saúde por 1000 habitantes em 2008**

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010

## 7.12 Saneamento Básico

### 7.12.2 Abastecimento e tipos de instalação de água

#### 7.7.1.1 Cobertura de redes de abastecimento de água

A cobertura de redes de abastecimento de água é o percentual da população residente servida por rede geral de abastecimento, com ou sem canalização domiciliar, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Considera-se a cobertura de rede de abastecimento de água:

(i) com canalização interna, quando o domicílio possui canalização em pelo menos um cômodo e a água utilizada for proveniente de rede geral de distribuição;

(ii) sem canalização, quando a água utilizada no domicílio for proveniente de rede geral de distribuição canalizada para o terreno ou propriedade onde está localizado o domicílio.

Este indicador mede a cobertura de serviços de abastecimento adequado de água à população, através de rede geral de distribuição. Baixas coberturas favorecem a proliferação de doenças transmissíveis decorrentes de contaminação ambiental.

Ao analisarmos situação da cobertura de abastecimento de água à população, identificamos que os domicílios que tem abastecimento totalizam o percentual de 77,1% no Território Sobral.

Quando este percentual corresponde a insuficiência, pode indicar medidas de intervenção, fornecer elementos para a análise de riscos para a saúde associados a fatores ambientais, contribuir na análise da situação socioeconômica da população e subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para o saneamento básico, especialmente as relacionadas ao abastecimento de água.

Seria interessante destacar que o indicador refere-se somente à disponibilidade de rede geral de abastecimento, não considerando o uso efetivo pela população. Também não permite avaliar a quantidade *per capita*, a qualidade da água de abastecimento e a intermitência de fluxo. Outro ponto

relevante a ser indagado é a fluoretação da água como fator de proteção à saúde bucal das pessoas que utilizam a água.

**Tabela 9:** Situação de abastecimento de água e esgotamento sanitário no território sobral em 2006.

<b>Municípios</b>	<b>% domicílios com abastecimento de água</b>	<b>% domicílios com esgotamento sanitário</b>
<b>MICROTERRITORIO I</b>		
Cariré	93,9	0
Reriutaba	81,5	0
Varjota	97,7	3,5
<b>TOTAL/media</b>	<b>91,0</b>	<b>1,2</b>
<b>MICROTERRITORIO II</b>		
Coreaú	89,7	6,9
Frecheirinha	91,6	0
Moraújo	88,0	0
<b>TOTAL/media</b>	<b>89,8</b>	<b>2,3</b>
<b>MICROTERRITORIO III</b>		
Graça	97,9	18,5
Mucambo	87,5	0
Pacujá	94,5	0
<b>TOTAL/media</b>	<b>93,3</b>	<b>6,2</b>
<b>MICROTERRITORIO IV</b>		
Forquilha	99,8	12,4
Groaíras	93,4	0
Sobral	96,4	30,6
<b>TOTAL/media</b>	<b>96,5</b>	<b>14,3</b>
<b>MICROTERRITORIO V</b>		
Massapé	87,5	3,2
Santana do Acaraú	79,4	24,4
Senador Sá	88,5	15,9
<b>TOTAL/media</b>	<b>85,1</b>	<b>14,5</b>
<b>MICROTERRITORIO VI</b>		
Alcantaras	85,8	0
Meruoca	91,8	11,7
<b>TOTAL/media</b>	<b>88,8</b>	<b>5,9</b>
<b>MEDIA DO TERRITORIO</b>	<b>77,8</b>	<b>6,3</b>

Fonte: Pacto das Águas 2006.

Observamos que é bastante significativo o percentual de moradias que não possuem esgotamento sanitário a media do território corresponde a 6,3 % uma cobertura que possivelmente compromete a situação de saúde deste território por estar muito distante da cobertura ideal. Alertamos que baixas coberturas favorecem a proliferação de doenças transmissíveis decorrentes de contaminação ambiental.

Quando relacionamos este fato às causas de mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias temos um percentual de 6,3% do total de óbitos no território. Recomendamos investigação das causas de internamentos para fornecer elementos para a análise de riscos para a saúde associados a fatores ambientais. Investigação esta que poderá subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para o saneamento básico, especialmente as relacionadas ao esgotamento sanitário.

Foi colocado pelos participantes da oficina que existe um consórcio para a construção de um aterro sanitário e a elaboração do plano municipal de saneamento básico. Os participantes relataram que houve uma melhoria e ampliação da rede de abastecimento de água além da qualidade da água disponibilizada pelo serviço público. Apesar de citarem alguns avanços foi colocado que os açudes que abastecem alguns municípios estão com a capacidade comprometida por vários fatores, o açude de Forquilha é freqüentemente contaminado com dejetos e o açude Aires de Sousa que tem criatório de peixes encontra-se com um baixo nível de água o problema referido é que esses peixes são alimentados com ração

## 8 ASPECTOS EDUCACIONAIS

A avaliação sobre a Educação e a Cultura do Território requer o conhecimento de algumas variáveis que vão além das específicas da educação e da cultura, como são as informações sócio demográficas, que interferem diretamente nos resultados da educação de uma população.

Enfatizamos as variáveis: população total alfabetizada do Estado por faixas etárias, e o nível de escolaridade, que são exemplos de elementos indispensáveis no processo de planejamento que vão implicar diretamente na formulação de Políticas Públicas para a Educação.

Faz parte da democracia política, o planejamento participativo, debatido e vivenciado. Dentro desta perspectiva o Plano Territorial do Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS é um marco deste processo.

Apesar da concepção do Território ter sido constituída a partir do segundo semestre de 2003, ainda existem concepções diferentes desta lógica, como é o caso da Educação, que segundo a Secretaria Estadual de Educação, os municípios que formam o Território da Cidadania Sobral são atendidos pela Coordenação Regional de Desenvolvimento da Educação - CREDE 6, com sede em Sobral, mas, que atende também os municípios de Hidrolândia, Irauçuba e Pires Ferreira que pertencem a outro Território, por isto as informações dos referidos municípios não estão contidas neste documento.

Em relação à educação do campo, é pertinente ressaltar que a concepção de educação que vem sendo empregada, não tem favorecido para combater o analfabetismo, e nem aumentar a escolaridade da população, nem sua cultura e nem seu padrão de vida. Há ainda o ingresso tardio à escola que na maioria das vezes, é atrasado porque o indivíduo precisou trabalhar. Nos municípios de pequeno porte, não são oferecidas oportunidades de saberes para a criança, o adolescente, os jovens e adultos devido à precariedade de investimentos dessa política pública, isso representa, sem dúvida, uma das maiores dívidas históricas para com as populações do campo.

Os dados e informações sobre a Educação no Território serão avaliados no Ensino Infantil, pelos números de matrículas nas escolas por dependência administrativa e zona de moradia, pela infraestrutura oferecida

nas escolas, com a quantidade de biblioteca, de laboratórios de informática e de ciências, a quantidade de quadras de esportes, e quantidade das escolas que recebem merenda escolar por dependência administrativa e zona de moradia. Ressalta-se também a formação dos docentes que em alguns municípios já estão oferecendo aos seus professores a formação continuada da educação infantil.

O Ensino Fundamental que tem caráter obrigatório e gratuito na escola pública, com duração de nove anos, é medido pelas variáveis: número de matrículas, por dependência administrativa e localização urbana ou rural, número de escolas e seus equipamentos de biblioteca, laboratório de informática e de ciências, de quadras de esporte e se a merenda escolar chega a seus alunos. Este nível de escolaridade também é avaliado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, e pelo grau de formação dos docentes.

O outro nível escolar calculado é o Ensino Médio no Território que é ofertado pelo Governo Estadual, e será descrito pelas variáveis do número de matrículas e número de escolas e seus equipamentos de biblioteca, laboratório de informática e de ciências, de quadras de esporte e se a merenda escolar chega a seus alunos.

A educação especial, o ensino profissional também são comentados nesta dimensão educacional, como também número de matrículas da Educação de Jovens e Adultos - EJA - presencial e semi-presencial por dependência administrativa e zona de moradia.

E sobre o Ensino Superior a informação é referente ao número de universidades por dependência administrativa e zona de moradia. Ressaltamos também os programas educativos rurais e a taxa de analfabetismo da população do Estado do Ceará por gênero e zona de moradia.

Em relação aos aspectos culturais o Plano Territorial menciona a composição étnica e religiosa da população do Território por Micro Territórios e dentro destes, por municípios, ressaltando as comunidades indígenas e quilombolas, além de identificar o patrimônio histórico material e imaterial com seu conjunto de indicadores de identidade: expressões culturais, memória territorial, tradições, lendas, grupos de expressões culturais, fatos históricos,

festejos religiosos, folguedos folclóricos, lingüística, gastronomia, música, história econômica e campeonatos esportivos.

Todos esses elementos são indispensáveis no processo de planejamento e que vão implicar diretamente na formulação de Políticas Públicas para a Cultura.

Todos os municípios do Território têm seu Calendário de Eventos anual onde às comemorações e festividades em sua maioria são ligadas ao aniversário da cidade ou a festa do padroeiro, reunindo atrações musicais, grupos folclóricos, torneios culturais e esportivos, que atraem tanto os moradores como as pessoas dos municípios vizinhos, e até os filhos da terra que voltam neste período para rever a família e matar a saudade da terra.

O incentivo à cultura no Território é feito através dos programas, projetos e ações governamentais, operacionalizados pelo Banco do Nordeste, INCRA, ou por instituições não-governamentais, como o SESC, Igreja, ONG'S pela responsabilidade social.

A Infraestrutura cultural mostra se existem pontos de cultura, teatros, bibliotecas públicas, cinemas, museus, centro cultural, centros e feiras de artesanato e se foram localizados Parques Temáticos com inscrições pré-históricas, ou rupestres.

Identificar e relacionar os instrumentos e ferramentas de apoio e incentivo à cultura territorial como as rádios comunitárias e locais, jornais etc.

No esporte, intenta-se relacionar o número de ligas esportivas, associações esportivas (de fato e de direito) secretarias municipais e departamentos de esporte e lazer conselhos de esporte, identificar a existência de programas existentes no município na área de esporte lazer, identificar a existência de infraestruturas esportivas e de lazer, tais como: ginásios poli - esportivos, estádios, tanto na zona urbana como na área rural, e identificar eventos esportivos existentes nos municípios, regional, estadual e nacional.

E por fim catalogar as ações culturais que contribuem para o incremento econômico e geração de emprego e renda no território.

## 8.1 Infraestrutura educacional

Um indicador de extrema importância na educação é o quantitativo da população alfabetizada com idade maior ou igual há cinco anos, pois esta taxa de alfabetização se refere ao percentual da população que pode ler e escrever e entender mensagens simples em qualquer idioma ou dialeto. No caso do Ceará, em 2008 houve um crescimento da população que aprendeu a ler e escrever.

A Tabela 10 mostra que considerando a população alfabetizada no Estado por faixa etária, verifica-se que em 2008 a maior concentração está presente na faixa de 7 a 14 anos, vindo em seguida à faixa de 30 a 39 anos, representando 17,6% e 14,7%, respectivamente.

**Tabela 10:** População Total e Alfabetizada no Estado por Faixa Etária e Zona de Moradia

Grupo de Idade	2008					
	Total			Alfabetizada		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
<b>TOTAL</b>	7.845.050	6.023.661	1.821.399	6.295.558	5.070.973	1.224.645
<b>5 a 6 anos</b>	268.228	194.602	73.616	73.022	62.189	10.833
<b>7 a 14 anos</b>	1.379.494	1.001.755	377.739	1.206.661	903.625	303.036
<b>15 a 19 anos</b>	852.537	652.385	200.152	819.460	632.491	186.969
<b>20 a 24 anos</b>	827.501	663.391	164.110	787.239	642.600	144.639
<b>25 a 29 anos</b>	695.504	559.223	136.281	642.389	528.752	113.637
<b>30 a 39 anos</b>	1.156.159	905.014	251.145	978.854	804.073	174.781
<b>40 a 49 anos</b>	1.051.325	853.058	198.267	813.381	699.894	113.487
<b>50 a 59 anos</b>	694.788	535.181	159.607	482.387	397.700	84.687
<b>60 anos ou mais</b>	919.514	659.042	260.472	492.165	399.589	92.576
<b>Idade ignorada</b>	-	-	-	-	-	-

Fonte: IPECE, 2009.

## 8.2 Nível de escolaridade

A Educação Infantil se constitui na primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Segundo a Lei

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional esta educação é promovida em duas fases da infância, a primeira para crianças de 4 meses de idade até os três anos de idade em creches, ou entidades equivalentes, e para as crianças de quatro a seis anos de idade nas denominadas pré-escolas (LDB, 1996).

Este nível de escolaridade será visto por três variáveis que são o número de matrícula, número de escolas e seus equipamentos de biblioteca, laboratório de informática e de ciências, se tem quadras de esporte e se a merenda escolar chega a seus alunos.

De acordo com a Tabela 11, as matrículas do Ensino Infantil se concentram na zona urbana.

**Tabela 11:** Educação Infantil - Número de matrículas nas escolas por dependência administrativa e zona de moradia

MUNICIPIOS	Escolas		Educação Infantil		
	Rede	Zona	Creche	Pré-escola	Total
CARIRE	Municipal	Rural	49	323	372
		Urbana	33	166	199
	Subtotal:		82	489	571
	Particular	Urbana	0	40	40
<b>Total:</b>			82	529	611
RERIUTABA	Municipal	Rural	119	297	416
		Urbana	84	226	310
	Subtotal:		203	523	726
	Particular	Rural	261	0	261
		Urbana	30	78	108
	Subtotal:		291	78	369
<b>Total:</b>			494	601	1.095
VARJOTA	Municipal	Rural	75	87	162
		Urbana	265	340	605
	Subtotal:		340	427	767
	Particular	Urbana	6	171	177
<b>Total:</b>	Subtotal:		346	598	944
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO I</b>			<b>922</b>	<b>289</b>	<b>1.211</b>
COREAU	Municipal	Rural	61	190	251
		Urbana	153	409	562
	Subtotal:		214	599	813
	Particular	Urbana	13	57	70
<b>Total:</b>			<b>227</b>	<b>656</b>	<b>883</b>
MORAUJO	Municipal	Rural	5	103	108
		Urbana	35	184	219
	Subtotal:		40	287	327
	Particular	Urbana	11	18	29
<b>Total:</b>			51	305	356
<b>FRECHEIRINHA</b>	Municipal	Rural	48	202	250

MUNICIPIOS	Escolas		Educação Infantil		
	Rede	Zona	Creche	Pré-escola	Total
		Urbana	139	215	354
	Subtotal		187	417	604
	Particular	Urbana	14	52	66
<b>Total:</b>			201	469	670
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO II</b>			<b>479</b>	<b>1.430</b>	<b>1.909</b>
<b>GRACA</b>	Municipal	Rural	148	236	384
		Urbana	135	173	308
	Subtotal:		283	409	692
<b>Total:</b>			283	409	692
<b>MUCAMBO</b>	Municipal	Rural	92	167	259
		Urbana	153	243	396
	Subtotal:		245	410	655
	Particular	Urbana	20	50	70
<b>Total:</b>			265	460	725
<b>PACUJA</b>	Municipal	Rural	44	42	86
		Urbana	82	176	258
	Subtotal:		126	218	344
	Particular	Urbana	0	0	0
<b>Total:</b>			126	218	344
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO III</b>			<b>674</b>	<b>1.087</b>	<b>1.761</b>
<b>SOBRAL</b>	Municipal	Rural	523	1.453	1.976
		Urbana	1.783	3.256	5.039
	Subtotal:		2.306	4.709	7.015
	Particular	Urbana	534	1.330	1.864
<b>Total:</b>			2.840	6.039	8.879
<b>GROAIRAS</b>	Municipal	Rural	6	94	100
		Urbana	85	152	237
	Subtotal:		91	246	337
	Particular	Urbana	8	4	12
<b>Total:</b>			99	250	349
<b>FORQUILHA</b>	Municipal	Rural	68	236	304
		Urbana	136	430	566
	Subtotal:		204	666	870
	Particular	Urbana	0	56	56
<b>Total:</b>			204	722	926
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO IV</b>			<b>674</b>	<b>1.087</b>	<b>1.761</b>
<b>MASSAPE</b>	Municipal	Rural	203	368	571
		Urbana	328	698	1.026
	Subtotal:		531	1.066	1.597
	Particular	Urbana	96	135	231
<b>Total:</b>			627	1.201	1.828
<b>SANTANA DO ACARAU</b>	Municipal	Rural	393	504	897
		Urbana	223	356	579
	Subtotal:		616	860	1.476
	Particular	Urbana	0	206	206
<b>Total:</b>			616	1.066	1.682
<b>SENADOR AS</b>	Municipal	Rural	76	118	194
		<b>Urbana</b>	<b>110</b>	<b>138</b>	<b>248</b>

MUNICÍPIOS	Escolas		Educação Infantil		
	Rede	Zona	Creche	Pré-escola	Total
	Subtotal:		186	256	442
<b>Total:</b>			186	256	442
<b>TOTAL MICRO TERRITÓRIO V</b>			<b>1.429</b>	<b>2.523</b>	<b>3.952</b>
ALCANTARAS	Municipal	Rural	155	211	366
		Urbana	73	72	145
	Subtotal:		228	283	511
	Particular	Urbana	15	73	88
<b>Total:</b>			243	356	599
MERUOCA	Municipal	Rural	3	223	226
		Urbana	45	141	186
	Subtotal:		48	364	412
	Particular	Urbana	39	35	74
<b>Total:</b>			87	399	486
<b>TOTAL MICRO TERRITÓRIO VI</b>			<b>330</b>	<b>755</b>	<b>1.085</b>

Fonte: SEDUC, 2009.

Com relação ao Ensino Infantil no município de Senador Sá, as escolas funcionam em prédios próprios com anexos próprios na zona rural.

Nos municípios de Santana do Acaraú e de Sobral funcionam em prédios próprios na zona urbana, mas existem anexos em casas alugadas na zona urbana e rural.

Já em Forquilha as escolas do ensino infantil funcionam em prédios próprios.

Em alguns municípios que formam o Território, se faz necessário a formação continuada dos docentes da educação infantil, pois estes profissionais devem estar atualizados com os conteúdos oferecidos aos alunos, e suas habilidades didáticas devem condizer com as disciplinas por ele ministradas, que às vezes na prática isso não vem ocorrendo, prejudicando o ensino para essas crianças; e a competência política da escola onde este profissional leciona, deve estar voltada para a qualidade da gestão educacional, então os dirigentes também devem estar abertos para as ações e programas oferecidos pelo Estado e União.

A Tabela 12 mostra o número de escolas, a quantidade de biblioteca, de laboratórios de informática e de ciências, a quantidade de quadras de esportes e quantidade de que recebe merenda escolar por dependência administrativa e zona de moradia no Ensino Infantil.

**Tabela 12:** Ensino Infantil - Número de escolas, biblioteca, de laboratório de informática e ciências, quadras de esportes, escola que recebe a merenda escolar, por dependência administrativa e zona de moradia

MUNICIPIOS	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
CARIRE	Municipal	Rural	24	5	1	0	2	24
		Urbana	3	2	1	0	1	3
	Subtotal:		27	7	2	0	3	27
	Privada	Urbana	1	1	0	0	1	0
<b>Total:</b>			<b>28</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>27</b>
RERIUTABA	Municipal	Rural	20	1	2	0	1	20
		Urbana	5	1	2	0	2	5
	Subtotal:		25	2	4	0	3	25
	Privada	Rural	1	0	0	0	0	1
		Urbana	3	3	2	1	1	0
	Subtotal:		4	3	2	1	1	1
<b>Total:</b>			<b>29</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>26</b>
VARJOTA	Municipal	Rural	9	0	1	0	0	9
		Urbana	8	1	0	0	0	8
	Subtotal:		17	1	1	0	0	17
	Privada	Urbana	5	5	2	1	0	0
<b>Total:</b>			<b>22</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>17</b>
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO I</b>			<b>79</b>	<b>19</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>70</b>
COREAU	Municipal	Rural	8	0	0	0	0	8
		Urbana	8	0	0	0	1	7
	Subtotal:		16	0	0	0	1	15
	Privada	Urbana	3	0	2	0	0	2
<b>Total:</b>			<b>19</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>17</b>
MORAUJO	Municipal	Rural	7	0	0	0	1	6
		Urbana	4	2	0	0	0	4
	Subtotal:		11	2	0	0	1	10
	Privada	Urbana	1	0	0	0	0	0
<b>Total:</b>			<b>12</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>10</b>
FRECHEIRINHA	Municipal	Rural	14	1	0	0	0	14
		Urbana	3	0	0	0	0	3
	Subtotal:		17	1	0	0	0	17
	Privada	Urbana	1	1	0	0	1	0
<b>Total:</b>			<b>18</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>17</b>
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO II</b>			<b>49</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>44</b>

MUNICIPIOS	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
GRACA	Municipal	Rural	19	2	0	0	1	19
		Urbana	3	2	2	0	0	3
<b>Total:</b>			22	4	2	0	1	22
MUCAMBO	Municipal	Rural	16	2	0	0	0	16
		Urbana	2	0	0	0	0	2
	<b>Subtotal:</b>		18	2	0	0	0	18
	Privada	Urbana	2	1	0	0	1	1
<b>Total:</b>			20	3	0	0	1	19
PACUJA	Municipal	Rural	7	1	2	0	0	7
		Urbana	1	0	0	0	1	1
<b>Total:</b>			8	1	2	0	1	8
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO III</b>			<b>50</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>49</b>
SOBRAL	Municipal	Rural	23	10	1	0	5	22
		Urbana	25	10	7	0	8	25
	<b>Subtotal:</b>		48	20	8	0	13	47
	Privada	Urbana	25	15	19	6	13	0
<b>Total:</b>			73	35	27	6	26	47
GROAIRAS	Municipal	Rural	5	0	3	0	4	5
		Urbana	3	0	0	0	0	3
	<b>Subtotal:</b>		8	0	3	0	4	8
	Privada	Urbana	1	0	0	0	0	0
<b>Total:</b>			9	0	3	0	4	8
FORQUILHA	Municipal	Rural	19	1	6	0	0	19
		Urbana	2	1	0	0	0	2
	<b>Subtotal:</b>		21	2	6	0	0	21
	Privada	Urbana	2	2	0	0	0	0
<b>Total:</b>			23	4	6	0	0	21
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO IV</b>			<b>105</b>	<b>39</b>	<b>36</b>	<b>6</b>	<b>30</b>	<b>76</b>
SANTANA DO ACARAU	Municipal	Rural	35	2	2	0	1	35
		Urbana	5	1	0	0	2	5
	<b>Subtotal:</b>		40	3	2	0	3	40
	Privada	Urbana	4	2	3	0	2	0
<b>Total:</b>			44	5	5	0	5	40
SENADOR SA	Municipal	Rural	12	0	0	0	2	12
		Urbana	3	0	0	0	0	3
<b>Total:</b>			15	0	0	0	2	15

MUNICIPIOS	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
MASSAPE	Municipal	Rural	28	17	0	0	0	28
		Urbana	15	10	0	0	1	15
	Subtotal:		43	27	0	0	1	43
	Privada	Urbana	6	2	1	0	2	1
Total:			49	29	1	0	3	44
<b>TOTAL MICRO TERRITÓRIO V</b>			<b>108</b>	<b>34</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>99</b>
ALCANTARA	Municipal	Rural	13	1	1	0	1	12
		Urbana	2	0	1	0	0	2
	Subtotal:		15	1	2	0	1	14
	Privada	Urbana	2	0	0	0	0	0
Total:			17	1	2	0	1	14
MERUOCA	Municipal	Rural	10	2	3	0	0	10
		Urbana	2	2	0	0	1	2
	Subtotal:		12	4	3	0	1	12
	Privada	Urbana	2	1	0	0	0	0
Total:			14	5	3	0	1	12
<b>TOTAL MICRO TERRITÓRIO VI</b>			<b>31</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>26</b>

Fonte: SEDUC, 2009.

Com relação à infraestrutura, vemos que já existe uma preocupação tanto das escolas da rede pública como das privadas em adotar as bibliotecas como espaços de acesso à cultura e de exercício de cidadania para os alunos e a comunidade escolar, mas infelizmente não podemos dizer o mesmo com relação aos laboratórios de informática e de ciências, principalmente deste último, pois através das experiências de ciências, o aluno desperta para profissões nesta área.

Uma das alternativas para a presença deste equipamento seria a aquisição de Laboratórios Móveis de Ciências que seriam usados por um número bem maior de alunos em toda a rede municipal.

Outro equipamento que precisa ser criado nas escolas são as quadras poliesportivas, pois sabemos que o esporte é a porta de entrada para muitos jovens que precisam de um futuro garantido, e o lazer faz parte da qualidade

de vida e bem estar para os alunos que freqüentam as escolas, e juntos mostram que a saúde do corpo faz bem para a saúde da alma.

A merenda escolar nos municípios de Reriutaba e Santana do Acaraú são elaboradas por nutricionistas, desde o ano de 2005, e uma parte do abastecimento de frutas e verduras é feito pelo Programa de Aquisição de Alimentos - PAA da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, que compra da agricultura familiar do perímetro irrigado produtos como a carne bovina e caprina, batata doce, cheiro verde, leite, mel de abelha, ovos, bolos dentre outros. Em Coreaú as frutas são adquiridas através das Associações Comunitárias, e a outra parte é feita através de licitação. Nos municípios de Forquilha, Frecheirinha, Senador Sá e Sobral, a merenda também recebe orientações de uma nutricionista.

Com relação ao cardápio da merenda escolar ele é único para os três níveis educacionais nas escolas de Reriutaba, Forquilha, Coreaú, Frecheirinha, Senador Sá, Santana do Acaraú e Sobral.

As escolas não têm espaço específico para seus alunos merendarem, a maioria não dispõe de geladeira ou refrigerador, e não são abastecidas por água encanada.

O Ensino Fundamental tem caráter obrigatório e gratuito na escola pública, com duração de nove anos, inicia-se aos seis anos de idade, ou aos cinco anos, para as crianças que estiveram matriculadas e freqüentaram por mais de dois anos a Pré-Escola. Este ensino se subdivide em dois períodos atendendo a duas faixas etárias, que inicia a partir dos 5 até os 10 anos denominada Ensino Fundamental I (1<sup>o</sup> ao 5<sup>o</sup>), e a segunda faixa de 11 a 14 anos (6<sup>o</sup> ao 9<sup>o</sup>) Ensino Fundamental II.

Para este nível os currículos devem ter uma base nacional comum, complementada por uma parte diversificada com as características regionais e locais do município. Em 2003 foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação as 'diretrizes operacionais da educação do campo' e que a maioria dos sistemas municipais de educação desconsideram.

Este nível de escolaridade como mostra a Tabela 13 é medido pelas variáveis: número de matrículas, número de escolas e seus equipamentos de

biblioteca, laboratório de informática e de ciências, de quadras de esporte e se a merenda escolar chega a seus alunos.

Este nível de escolaridade é avaliado também pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

**Tabela 13:** Ensino Fundamental - Número de matrículas por dependência administrativa e zona de moradia

Municípios	Escolas		Ensino Fundamental		
	Rede	Zona	1° ao 5°	6° ao 9°	Total
CARIRE	Municipal	Rural	1.166	951	2.117
		Urbana	651	692	1.343
	Subtotal:		1.817	1.643	3.460
	Particular	Urbana	87	0	87
Total:			1.904	1.643	3.547
RERIUTABA	Estadual	Urbana	0	129	129
	Municipal	Rural	1.094	804	1.898
		Urbana	903	656	1.559
	Subtotal:		1.997	1.460	3.457
	Particular	Urbana	189	100	289
	Subtotal:		2.186	1.689	3.875
Total:			2.186	1.689	3.875
VARJOTA	Municipal	Rural	339	53	392
		Urbana	1.498	1.548	3.046
	Subtotal:		1.837	1.601	3.438
	Particular	Urbana	320	137	457
Total:			2.157	1.738	3.895
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO I</b>			<b>6.247</b>	<b>5.070</b>	<b>11.317</b>
COREAU	Municipal	Rural	731	601	1.332
		Urbana	1.727	1.446	3.173
	Subtotal:		2.458	2.047	4.505
	Particular	Urbana	180	66	246
Total:			2.638	2.113	4.751
MORAUJO	Municipal	Rural	358	145	503
		Urbana	690	617	1.307
	Subtotal:		1.048	762	1.810
Total:			1.048	762	1.810
FRECHEIRINHA	Municipal	Rural	677	208	885
		Urbana	793	1.037	1.830
	Subtotal:		1.470	1.245	2.715
	Particular	Urbana	94	66	160
Total:			1.564	1.311	2.875
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO II</b>			<b>5.250</b>	<b>4.186</b>	<b>9.436</b>
GRACA	Municipal	Rural	1.116	736	1.852
		Urbana	783	748	1.531
	Subtotal:		1.899	1.484	3.383
Total:			1.899	1.484	3.383

Municípios	Escolas		Ensino Fundamental		
	Rede	Zona	1° ao 5°	6° ao 9°	Total
MUCAMBO	Municipal	Rural	697	490	1.187
		Urbana	772	977	1.749
	Total:		1.469	1.467	2.936
	Particular	Urbana	73	45	118
Total:			1.542	1.512	3.054
PACUJA	Municipal	Rural	197	155	352
		Urbana	437	456	893
	Total:		634	611	1.245
	Particular	Urbana	56	51	107
Total:			690	662	1.352
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO III</b>			<b>4.131</b>	<b>3.658</b>	<b>7.789</b>
SOBRAL		Urbana	0	5.263	5.263
	Total:		0	5.263	5.263
	Municipal	Rural	4.000	3.593	7.593
		Urbana	10.662	6.083	16.745
	Total:		14.662	9.676	24.338
	Particular	Urbana	3.187	2.846	6.033
Total:			17.849	17.785	35.634
GROAIRAS	Municipal	Rural	388	228	616
		Urbana	731	583	1.314
	Total:		1.119	811	1.930
	Particular	Urbana	14	0	14
			1.133	811	1.944
Total:	Municipal	Rural	723	716	1.439
FORQUILHA		Urbana	1.059	1.280	2.339
	Total:		1.782	1.996	3.778
	Particular	Urbana	146	80	226
Total:			1.928	2.076	4.004
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO IV</b>			<b>20.910</b>	<b>20.672</b>	<b>41.582</b>
MASSAPE	Estadual	Urbana	0	351	351
	Municipal	Rural	1.358	437	1.795
		Urbana	2.606	2.972	5.578
	Total:		3.964	3.409	7.373
	Particular	Urbana	392	179	571
Total:			4.356	3.939	8.295
SANTANA DO ACARAU	Estadual	Urbana	0	218	218
	Municipal	Rural	2.209	808	3.017
		Urbana	1.720	1.402	3.122
	Total:		3.929	2.210	6.139
	Particular	Urbana	359	186	545
Total:			4.288	2.614	6.902
SENADOR SA	Municipal	Rural	442	323	765
		Urbana	407	321	728
	Total:		849	644	1.493
Total:			849	644	1.493
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO V</b>			<b>9.493</b>	<b>7.197</b>	<b>16.690</b>
ALCANTARAS	Municipal	Rural	831	409	1.240

Municípios	Escolas		Ensino Fundamental		
	Rede	Zona	1° ao 5°	6° ao 9°	Total
		Urbana	360	574	934
	Total:		1.191	983	2.174
	Particular	Urbana	72	5	77
Total:			1.263	988	2.251
MERUOCA	Estadual	Urbana	0	36	36
	Municipal	Rural	816	623	1.439
		Urbana	573	595	1.168
	Total:		1.389	1.218	2.607
	Particular	Urbana	98	0	98
Total:			1.487	1.254	2.741
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO VI</b>			<b>2.750</b>	<b>4.443</b>	<b>7.193</b>

Fonte: SEDUC, 2010.

O número de matrículas no Ensino Fundamental apresentado na Tabela 14 foi bastante expressivo neste nível educacional, principalmente nas primeiras turmas localizadas na zona urbana, com destaque para o Micro Território IV, que tem em Sobral o município que se destaca neste nível de ensino, seguido pelo Micro Território V, nos outros quatro Micro Territórios vemos que há um equilíbrio nas matrículas nas duas fases, mas com uma tendência para as séries iniciais.

Em Reriutaba as escolas funcionam em prédio próprio, mas os mesmos precisam de reformas, tanto na zona urbana, como na rural. Já nos municípios de Coreaú e Frecheirinha as escolas funcionam em prédio próprio, mas apesar dos anexos funcionarem também em prédios próprios, os mesmos precisam de reformas na zona rural.

Em Forquilha as escolas funcionam em prédios próprios, mas algumas também precisam de reformas.

Com relação ao transporte escolar, apesar dos municípios de Sobral, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Senador Sá, Reriutaba, Santana do Acaraú e Forquilha serem contemplados com o Programa Caminho da Escola e completarem a frota com o transporte municipal, como camionetes, infelizmente a condução dos alunos não atende a demanda desta população.

Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2006 do IBGE, o acesso à escola não garante a frequência dos estudantes aos estabelecimentos de ensino. E quando este acesso se torna um desafio no período invernos, por causa das chuvas, as estradas vicinais ficam

intransitáveis necessitando de manutenção adequada durante esse período, sob o risco da paralisação das escolas principalmente na zona rural.

Nos municípios de Reriutaba e Coreaú, Frecheirinha, Senador Sá e Santana do Acaraú existia uma demanda de jovens entre 18 e 29 anos que não tinham concluído o ensino fundamental I e II foram contemplados com os projetos com o Pro Jovem do Campo e Pro Jovem Urbano. Em Santana do Acaraú a primeira turma do Pro Jovem do Campo termina em julho 2011, e em Reriutaba a primeira turma inicia em janeiro 2011.

A Tabela 14 apresenta o número de escolas, a quantidade de bibliotecas, de laboratórios de informática e de ciências por dependência administrativa e zona de moradia e a quantidade de escolas que recebem merenda escolar no Ensino Fundamental no Território.

**Tabela 14:** Ensino Fundamental - Número de escolas, escolas com biblioteca, com laboratório de informática e de ciências, recebem merenda escolar por dependência administrativa e zona de moradia

Municípios	Rede	Zona	Estabelecimentos					
			Total de Escolas	Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
CARIRÉ	Municipal	Rural	24	5	1	0	2	24
		Urbana	3	2	1	0	1	3
	Subtotal:		27	7	2	0	3	27
	Privada	Urbana	1	1	0	0	1	0
Total:			28	8	2	0	4	27
RERIUTABA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	Municipal	Rural	17	1	2	0	1	17
		Urbana	6	1	3	0	2	6
	Subtotal:		23	2	5	0	3	23
	Privada	Urbana	3	3	2	1	1	0
Total:			26	5	7	1	4	23
VARJOTA	Municipal	Rural	9	0	1	0	0	9
		Urbana	10	7	0	0	1	10
	Total:		19	7	1	0	1	19
	Privada	Urbana	5	5	2	1	1	0
Total:			24	12	3	1	2	19
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO I</b>			<b>79</b>	<b>26</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>70</b>
COREAU	Municipal	Rural	8	0	0	0	0	8
		Urbana	9	4	1	0	1	9

Municípios	Rede	Zona	Estabelecimentos					
			Total de Escolas	Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
	Total:		17	4	1	0	1	17
	Privada	Urbana	2	0	2	0	0	1
Total:			19	4	3	0	1	18
MORAUJO	Municipal	Rural	8	0	0	0	1	7
		Urbana	5	4	0	0	2	5
			13	4	0	0	3	12
Total:								
FRECHEIRINHA	Municipal	Rural	14	2	1	0	1	14
		Urbana	5	1	1	0	1	5
	Total:		19	3	2	0	2	19
	Privada	Urbana	1	1	0	0	1	0
Total:			20	4	2	0	3	19
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO II</b>			<b>52</b>	<b>12</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>50</b>
GRACA	Municipal	Rural	20	2	0	0	1	20
		Urbana	4	3	3	0	1	4
Total:			24	5	3	0	2	24
MUCAMBO	Municipal	Rural	17	2	0	0	0	17
		Urbana	4	3	2	0	2	4
	Total:		21	5	2	0	2	21
	Privada	Urbana	2	1	0	0	1	1
Total:			23	6	2	0	3	22
PACUJA	Municipal	Rural	7	1	2	0	0	7
		Urbana	4	1	2	0	2	4
	Total:		11	2	4	0	2	11
	Privada	Urbana	1	1	0	0	0	0
Total:			12	3	4	0	2	11
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO III</b>			<b>59</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>57</b>
SOBRAL	Estadual	Urbana	12	12	12	9	8	12
	Municipal	Rural	19	10	1	0	5	19
		Urbana	22	20	8	0	16	22
	Total:		41	30	9	0	21	41
	Privada	Urbana	26	16	20	7	14	0
Total:			79	58	41	16	43	53
GROAIRAS	Municipal	Rural	5	0	3	0	4	5
		Urbana	3	3	3	0	3	3
	Total:		8	3	6	0	7	8
	Privada	Urbana	1	0	0	0	0	0
Total:			9	3	6	0	7	8
FORQUILHA	Municipal	Rural	16	1	6	0	0	16
		Urbana	5	5	3	0	2	5
	Total:		21	6	9	0	2	21

Municípios	Rede	Zona	Estabelecimentos					
			Total de Escolas	Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
	Privada	Urbana	2	2	0	0	0	0
Total:			23	8	9	0	2	21
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO IV</b>			<b>111</b>	<b>69</b>	<b>56</b>	<b>7</b>	<b>52</b>	<b>82</b>
MASSAPE	Estadual	Urbana	2	2	2	2	2	2
	Municipal	Rural	28	17	0	0	0	28
		Urbana	21	17	1	0	3	21
	Total:		49	34	1	0	3	49
	Privada	Urbana	6	2	1	0	2	1
Total:			57	38	4	2	7	52
SANTANA DO ACARAU	Estadual	Urbana	2	2	2	1	1	2
	Municipal	Rural	37	2	2	0	1	37
		Urbana	5	1	1	0	3	5
	Total:		42	3	3	0	4	42
	Privada	Urbana	4	2	3	0	2	0
Total:			48	7	8	1	7	44
SENADOR SA	Municipal	Rural	11	0	0	0	2	11
		Urbana	1	1	1	0	1	1
Total:			12	1	1	0	3	12
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO V</b>			<b>117</b>	<b>46</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>17</b>	<b>108</b>
ALCANTARAS	Municipal	Rural	10	1	2	0	1	9
		Urbana	4	1	3	0	1	4
	Total:		14	2	5	0	2	13
	Privada	Urbana	2	0	0	0	0	0
Total:			16	2	5	0	2	13
MERUOCA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	Municipal	Rural	11	2	4	0	0	11
		Urbana	3	2	1	0	2	3
	Total:		15	5	6	0	3	15
	Privada	Urbana	2	1	0	0	0	0
Total			17	6	6	1	3	28
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO VI</b>			<b>33</b>	<b>8</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>41</b>

Fonte: SEDUC, 2010.

Em relação ao cardápio da merenda no Ensino Fundamental nas escolas dos municípios de Reriutaba, Forquilha, Coreaú, Frecheirinha, Senador Sá, Santana do Acaraú e Sobral, ele é o mesmo dos outros dois níveis.

A merenda escolar nos municípios de Reriutaba e Santana do Acaraú é elaborada por nutricionistas, desde o ano de 2005, e uma parte do

abastecimento de frutas e verduras é feito pelo Programa de Aquisição de Alimentos - PAA da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, que compra da agricultura familiar do perímetro irrigado, estes produtos: carne bovina e caprina, batata doce, cheiro verde, leite, mel de abelha, ovos, bolos dentre outros. Em Coreaú as frutas são adquiridas através das Associações Comunitárias, a outra parte é feita licitação

As escolas deste nível de ensino também não têm espaço específico para seus alunos merendarem, a maioria não dispõe de geladeira ou refrigerador, e não são abastecidas por água encanada.

A Tabela 16 traz informações relativas ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB do Ensino Fundamental I - Séries Iniciais (até o 5<sup>o</sup> ano) dos municípios do Território, conforme se percebe:

**Tabela 15:** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB do Ensino Fundamental

Município	Ensino Fundamental	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEB 2009	Projeções							
					2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Carire	Anos Iniciais	3,1	3,0	4,0	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
	Anos Finais	3,3	3,5	3,4	3,3	3,5	3,7	4,1	4,5	4,8	5,0	5,3
Reritaba	Anos Iniciais	-	3,5	4,1	-	3,7	4,0	4,3	4,6	4,8	5,1	5,4
	Anos Finais	3,2	3,2	3,8	3,3	3,4	3,7	4,1	4,5	4,7	5,0	5,3
Varjota	Anos Iniciais	3,1	3,5	4,1	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
	Anos Finais	2,7	3,2	3,5	2,7	2,9	3,1	3,5	3,9	4,2	4,4	4,7
Coreau	Anos Iniciais	3,0	3,1	3,9	3,0	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
	Anos Finais	2,9	3,2	3,6	2,9	3,0	3,3	3,7	4,1	4,3	4,6	4,9
Moraujo	Anos Iniciais	-	3,3	3,9	-	3,5	3,9	4,2	4,5	4,7	5,0	5,3
	Anos Finais	4,0	3,9	4,1	4,0	4,2	4,4	4,8	5,2	5,5	5,7	5,9
Frecheirinha	Anos Iniciais	2,9	3,4	4,3	3,0	3,3	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2
	Anos Finais	2,9	2,7	3,4	2,9	3,0	3,3	3,7	4,1	4,3	4,6	4,9
Graca	Anos Iniciais	3,7	2,8	4,2	3,7	4,1	4,5	4,8	5,1	5,3	5,6	5,9
	Anos Finais	3,4	2,7	3,8	3,5	3,6	3,9	4,3	4,7	4,9	5,2	5,4
Mucambo	Anos Iniciais	3,5	4,5	4,9	3,5	3,9	4,3	4,6	4,9	5,2	5,4	5,7
	Anos Finais	3,3	3,6	4,3	3,3	3,5	3,8	4,2	4,5	4,8	5,1	5,3
Pacuja	Anos Iniciais	3,3	3,3	3,6	3,4	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6
	Anos Finais	-	3,2	3,3	-	3,3	3,5	3,8	4,2	4,4	4,7	4,9
Sobral	Anos Iniciais	4,0	4,9	6,6	4,0	4,4	4,8	5,0	5,3	5,6	5,9	6,1
	Anos Finais	3,3	3,5	4,0	3,3	3,4	3,7	4,1	4,5	4,8	5,0	5,3
Groairas	Anos Iniciais	-	4,3	5,6	-	4,5	4,8	5,1	5,4	5,6	5,9	6,1
	Anos Finais	3,2	3,7	4,6	3,2	3,4	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,2
Forquilha	Anos Iniciais	3,2	3,8	4,8	3,3	3,6	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
	Anos Finais	3,0	3,0	4,3	3,0	3,2	3,4	3,8	4,2	4,5	4,7	5,0
Massape	Anos Iniciais	3,2	3,7	4,0	3,2	3,6	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
	Anos Finais	3,2	3,4	3,6	3,2	3,4	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,2
Santana Do Acarau	Anos Iniciais	2,5	2,9	3,4	2,5	2,8	3,2	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7
	Anos Finais	3,0	3,0	3,1	3,0	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,0
Senador Sa	Anos Iniciais	3,1	3,7	-	3,2	3,5	4,0	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
	Anos Finais	3,7	3,9	4,0	3,7	3,8	4,1	4,5	4,9	5,1	5,4	5,6
Alcantaras	Anos Iniciais	2,7	3,4	4,0	2,8	3,1	3,6	3,8	4,1	4,4	4,7	5,1
	Anos Finais	2,7	3,3	3,3	2,7	2,8	3,1	3,5	3,9	4,2	4,4	4,7
Meruoca	Anos Iniciais	2,8	3,2	4,6	2,9	3,2	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1
	Anos Finais	2,9	3,6	4,4	3,0	3,1	3,4	3,8	4,2	4,4	4,7	5,0

Fonte: MEC. INEP, 2009.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB que mede a qualidade do ensino público no país, foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, em 2007. Este índice é calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e no desempenho dos alunos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB e na Prova Brasil. Toda escola pública tem uma nota de 0 a 10 no IDEB, quanto maior a nota, melhor a qualidade do ensino da escola, do aluno, do seu município e do seu estado. Uma nova nota do IDEB é divulgada a cada dois anos. O resultado mais recente do IDEB aponta uma média nacional de: 4,2 para as séries iniciais do ensino fundamental, 3,8 para as últimas séries do ensino fundamental, 3,5 para as do ensino médio. Nesta última avaliação do IDEB, o município de Sobral, que concentra escolas de qualidade nas séries iniciais do ensino fundamental I (1<sup>o</sup> ao 5<sup>o</sup>), foi exemplo para o Ceará e para o Nordeste, cinco escolas públicas - três localizadas na sede e duas na zona rural – foram responsáveis pela nota 6,6 alcançada pelo município ultrapassando a projeção feita pelo MEC para 2021.

Outro município que se destaca no Micro Território IV é Forquilha que recebeu o Premio UNICEF edição 2009, pois suas escolas públicas apresentam propostas pedagógicas dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais, apontando metas de qualidade destinadas a ajudar os alunos a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo, autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres. Tendo recebido este prêmio em duas edições anteriores.

Aos educadores das séries iniciais do ensino fundamental, são oferecidos encontros mensais regidos pela gerência do PAIC, pelas técnicas de apoio pedagógico da Secretaria Municipal da Educação, pela Editora Aprender, pelo Pró-Letramento, pelo Formador de Leitor e pela SEDUC, em benefício ao fortalecimento de suas práticas pedagógicas, atendidos, ainda, pelo reforço da 6<sup>a</sup> CREDE, tudo em prol da qualidade do ensino-aprendizagem.

Esta realidade acontece também em outros municípios do Território, mostrando a preocupação dos secretários de educação municipal com a qualificação dos docentes de suas escolas neste nível escolar. A Tabela 16

apresenta o grau de formação dos docentes do Ensino Fundamental dos municípios do Território.

**Tabela 16:** Grau de formação dos docentes do Ensino Fundamental dos municípios do Território de Sobral

Municípios	Docentes do Ensino Fundamental													
	Total		Grau de Formação											
			Fundamental				Médio				Superior			
			Incompleto		Completo		Magistério Completo		Outra formação Completa		Licenciatura Completa		Completo sem Licenciatura	
2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	
<b>MICRO I</b>														
Cariré	180	204	-	-	2	1	51	51	12	25	79	127	36	-
Reritaba	159	181	-	-	-	-	18	20	8	13	123	148	10	-
Varjota	203	203	-	-	-	-	31	31	6	14	156	158	10	-
<b>MICRO II</b>														
Coreaú	233	246	-	-	1	-	33	56	11	13	179	177	9	-
Moraújo	75	85	-	-	-	-	4	6	-	5	67	74	4	-
Frecheirinha	134	138	-	-	1	1	1	1	6	11	115	125	11	-
<b>MICRO III</b>														
Graça	176	180	-	-	-	-	31	28	2	4	125	148	18	-
Mucambo	147	164	-	-	-	-	24	20	6	9	109	135	8	-
Pacujá	92	82	-	-	-	-	18	26	19	14	46	42	9	-
<b>MICRO IV</b>														
Sobral	1.161	1.124	-	-	4	2	50	54	116	193	902	875	89	-
Groaíras	66	69	-	-	-	1	2	5	-	4	57	59	7	-
Forquilha	182	197	-	-	-	1	32	34	22	31	100	131	28	-
<b>MICRO V</b>														
Massapê	367	386	-	-	2	3	45	42	39	68	224	273	57	-
Santana do Acaraú	293	348	-	-	-	-	61	81	14	11	203	256	15	-
Senador Sá	79	92	1	1	4	7	21	20	17	25	33	39	3	-
<b>MICRO VI</b>														
Alcântaras	104	111	-	-	-	1	33	18	17	15	52	77	2	-
Meruoca	121	139	-	-	4	3	27	34	26	24	54	78	10	-

Fonte: IPECE, 2009.

O Ensino Médio no Território Sobral será descrito pelas variáveis do número de matrículas e número de escolas e seus equipamentos de biblioteca, laboratório de informática e de ciências, de quadras de esporte e se a merenda escolar chega a seus alunos, como mostra a Tabela 17.

**Tabela 17:** Ensino Médio - Número de matrículas nas escolas por dependência administrativa e zona de moradia

Municípios	Escolas		Ensino Médio			
	Rede	Zona	Médio	Integrado a EP	Normal	Total
CARIRE	Estadual	Urbana	770	0	0	770
Sub Total:			770	0	0	770
RERIUTABA	Estadual	Urbana	630	130	0	760
	Particular	Urbana	49	0	0	49
Subtotal:			679	130	0	809
VARJOTA	Estadual	Urbana	684	0	0	684
	Particular	Urbana	22	0	0	22
Subtotal:			706	0	0	706
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO I</b>			<b>2.155</b>	<b>130</b>	<b>0</b>	<b>2.285</b>
COREAU	Estadual	Urbana	1.126	0	0	1.126
	Municipal	Urbana	0	0	297	297
Subtotal:			1.126	0	297	1.423
MORAUJO	Estadual	Urbana	394	0	0	394
Subtotal:			394	0	0	394
FRECHEIRINHA	Estadual	Urbana	610	0	0	610
Subtotal:			610	0	0	610
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO II</b>			<b>2.130</b>	<b>0</b>	<b>297</b>	<b>2.427</b>
GRACA	Estadual	Urbana	661	0	0	661
Subtotal:			661	0	0	661
MUCAMBO	Estadual	Urbana	670	0	0	670
Subtotal:			670	0	0	670
PACUJA	Estadual	Urbana	328	0	0	328
Subtotal:			328	0	0	328
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO III</b>			<b>1.659</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.659</b>
SOBRAL	Estadual	Rural	522	0	0	522
		Urbana	8.832	331	0	9.163
	Total:		9.354	331	0	9.685
	Particular	Urbana	2.218	0	0	2.218
Subtotal:			11.572	331	0	11.903
GROAIRAS	Estadual	Urbana	563	0	0	563
Subtotal:			563	0	0	563
FORQUILHA	Estadual	Urbana	1.298	0	0	1.298
Subtotal:			1.298	0	0	1.298
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO IV</b>			<b>13.433</b>	<b>331</b>	<b>0</b>	<b>13.764</b>
MASSAPE	Estadual	Urbana	2.061	0	0	2.061
	Particular	Urbana	42	0	0	42
Subtotal:			2.103	0	0	2.103
SANTANA DO ACARAU	Estadual	Urbana	1.100	0	0	1.100
	Particular	Urbana	112	0	0	112
Subtotal:			1.212	0	0	1.212
SENADOR SA	Estadual	Urbana	369	0	0	369
Subtotal:			369	0	0	369
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO V</b>			<b>3.684</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.684</b>
ALCANTARAS	Estadual	Urbana	357	0	0	357

Municípios	Escolas		Ensino Médio			
	Rede	Zona	Médio	Integrado a EP	Normal	Total
Sub Total:			357	0	0	357
MERUOCA	Estadual	Urbana	668	0	0	668
Subtotal:			668	0	0	668
<b>TOTAL MICRO TERRITORIO VI</b>			<b>1.025</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.025</b>

Fonte: SEDUC, 2009.

A modalidade de Ensino Médio é ofertada nos municípios do Território pelo Governo Estadual do Ceará. Em Forquilha com a qualidade do ensino oferecido aos alunos, eles têm possibilidades reais de ingressar no Ensino Superior, a matrícula atual é de 1.298 discentes, distribuídos em três turnos de aula ofertados por um quadro docente de 50 professores.

A Tabela 18 apresenta o número de escolas, a quantidade de bibliotecas, de laboratórios de informática e de ciências por dependência administrativa e zona de moradia e a quantidade de escolas que recebem merenda escolar no Ensino Médio no Território.

**Tabela 18:** Tabela Ensino Médio - Número de escolas, escolas com biblioteca, com laboratório de informática, de ciências, quadra de esporte escolas que recebem merenda escolar por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
CARIRE	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
RERIUTABA	Estadual	Urbana	2	2	2	1	1	2
	Privada	Urbana	1	1	1	1	1	0
<b>Subtotal:</b>			3	3	3	2	2	2
VARJOTA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
	Privada	Urbana	1	1	0	0	1	0
<b>Subtotal:</b>			2	2	1	1	2	1
COREAU	Estadual	Urbana	2	2	2	1	2	2
	Municipal	Urbana	1	0	0	0	0	1
<b>Subtotal:</b>			3	2	2	1	2	3
MORAUJO	Estadual	Urbana	1	1	1	0	1	1
FRECHEIRINHA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
GRACA	Estadual	Urbana	1	1	1	0	1	1
MUCAMBO	Estadual	Urbana	1	1	1	1	0	1
PACUJA	Estadual	Urbana	1	1	1	0	0	0
SOBRAL	Estadual	Rural	1	1	1	0	0	1
		Urbana	16	16	16	10	9	16
	Subtotal		17	17	17	10	9	17
	Privada	Urbana	8	7	8	4	7	0
<b>Subtotal:</b>			25	24	25	14	16	17
GROAIRAS	Estadual	Urbana	1	1	1	0	0	1
FORQUILHA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	0	1
MASSAPE	Estadual	Urbana	2	2	2	2	2	2
	Privada	Urbana	1	0	0	0	1	0
<b>Subtotal:</b>			3	2	2	2	3	2

Município	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
SANTANA DO ACARAU	Estadual	Urbana	2	2	2	1	1	2
	Privada	Urbana	1	0	1	0	1	0
<b>Subtotal:</b>			3	2	3	1	2	2
SENADOR SA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
<b>Subtotal:</b>			1	1	1	1	1	1
ALCANTARAS	Estadual	Urbana	1	1	1	0	0	1
MERUOCA	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
<b>Subtotal:</b>			2	2	2	1	1	2

Fonte: SEDUC, 2009.

Mais uma vez o Micro Território IV se sobressai em relação aos demais micros, pois o mesmo apresenta um maior número de escolas de Ensino Médio equipadas com biblioteca, laboratório de informática, laboratório de ciências por dependência administrativa e zona de moradia.

Na modalidade do Ensino Médio a realidade dos municípios que formam o Território de Sobral também tem merenda escolar fornecida pelo estado.

Em alguns municípios os prédios são próprios, mas precisam de reformas.

Em Frecheirinha e Reriutaba, as escolas com merenda escolar funcionam nos três turnos, no entanto, em Coreaú não há oferta de merenda a noite, e em Senador Sá existem aulas nos distritos a noite com a distribuição de merenda.

Com relação ao transporte escolar, apesar dos municípios de Sobral, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Senador Sá, Reriutaba, Santana do Acaraú e Forquilha serem contemplados com o Programa Caminho da Escola e completarem a frota com o transporte municipal, com camionetes, a condução dos alunos não atende a demanda desta população.

E quando este acesso se torna um desafio no período invernos, por causa das chuvas, as estradas vicinais ficam intransitáveis necessitando de manutenção adequada durante esse período, sob o risco da paralisação das escolas, principalmente na zona rural, onde os estudantes dependem desse transporte para se deslocarem até a escola.

A Secretaria de Educação Especial - SEESP desenvolve programas, projetos e ações a fim de implementar no país a Política Nacional de Educação Especial. A partir da nova política, os alunos considerados público-alvo da educação especial são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades, como superdotação, por exemplo.

Dentre as ações desenvolvidas pela SEESP está o apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino para a oferta e garantia de atendimento educacional especializado, complementar à escolarização, de acordo com o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.

Para apoiar os sistemas de ensino, a Secretaria desenvolve o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial - presencialmente e a distância - Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, Programa Escola Acessível (adequação de prédios escolares para a acessibilidade), Programa BPC na Escola e Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que forma gestores e educadores para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos.

Destacam-se ainda as ações de garantia de acessibilidade nos Programas Nacionais do Livro, implementados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Dos municípios que pertencem ao CREDE 6 da Secretaria Estadual de Educação e fazem parte do Território Sobral ocorreram dezoito matrículas de alunos especiais em escolas particulares urbanas no município de Cariré, dezesseis em Groaíras em escolas municipais urbanas, em Sobral ocorreram trinta e três e em escolas municipais rurais e 219 em escolas particulares urbanas.

Dos municípios que pertencem ao CREDE 6 da Secretaria Estadual de Educação e são do Território Sobral, somente Reriutaba e Sobral apresentaram matrículas no Ensino Profissional, respectivamente 61 e 351 alunos em Escolas Particulares localizadas na zona urbana.

Em Reriutaba existe uma escola com biblioteca, mas a mesma não possui laboratório de informática, de ciências, quadra de esporte e também não recebe merenda escolar. Já em Sobral são três escolas e todas têm biblioteca, mas somente uma possui laboratório de informática e de ciências, não possuem quadra de esporte e nem recebem merenda escolar.

Não há escolas específicas para a Educação Indígena nos municípios que formam o Território Sobral.

A Tabela 19 apresenta o número de matrículas da Educação de Jovens e Adultos - EJA - presencial e semi-presencial por dependência administrativa e zona de moradia. Evidencia que somente nos municípios que formam o Micro Território IV, o curso oferecido é integrado a educação profissional, em escolas municipais localizadas na zona urbana.

**Tabela 19:** Educação de Jovens e Adultos- presencial e semi-presencial Número de matrículas e número de escolas - por dependência administrativa e zona de moradia

Municípios	Escolas		EJA			
	Rede	Zona	Presencial	Semi	Integrado a EP	Total
RERIUTABA	Municipal	Rural	54	0	0	54
		Urbana	83	67	0	150
	Total:		137	67	0	204
<b>Subtotal:</b>			137	67	0	204
CARIRE	Municipal	Rural	374	0	0	374
		Urbana	63	170	0	233
	Total:		437	170	0	607
<b>Subtotal:</b>			437	170	0	607
VARJOTA	Municipal	Rural	57	23	0	80
		Urbana	306	0	0	306
	Total:		363	23	0	386
<b>Subtotal:</b>			363	23	0	386
<b>TOTAL MICRO I</b>			<b>937</b>	<b>260</b>	<b>0</b>	<b>1.197</b>
COREAU	Municipal	Rural	86	22	0	108
		Urbana	274	30	0	304
	Total:		360	52	0	412
<b>Subtotal:</b>			360	52	0	412
FRECHEIRINHA	Municipal	Rural	43	0	0	43
		Urbana	37	0	0	37
	Total:		80	0	0	80
<b>Subtotal:</b>			80	0	0	80
MORAUJO	Municipal	Rural	52	0	0	52
		Urbana	132	0	0	132
	Total:		184	0	0	184
<b>Subtotal:</b>			184	0	0	184
<b>TOTAL MICRO II</b>			<b>624</b>	<b>52</b>	<b>0</b>	<b>676</b>
GRACA	Municipal	Rural	355	0	0	355
		Urbana	364	112	0	476
	Total:		719	112	0	831
<b>Subtotal:</b>			719	112	0	831
MUCAMBO	Municipal	Rural	189	0	0	189
		Urbana	114	0	0	114
	Total:		303	0	0	303
<b>Subtotal:</b>			303	0	0	303
PACUJA	Municipal	Rural	91	0	0	91
		Urbana	68	55	0	123
	Total:		159	55	0	214
<b>Subtotal:</b>			159	55	0	214
<b>TOTAL MICRO III</b>			<b>1.181</b>	<b>167</b>	<b>0</b>	<b>1.348</b>
SOBRAL		Urbana	1.138	949	0	2.087
	Total:		1.138	949	0	2.087
	Municipal	Rural	1.844	0	0	1.844
		Urbana	1.993	0	0	1.993
	Total:		3.837	0	0	3.837
	Particular	Urbana	414	0	0	414

Municípios	Escolas		EJA			
	Rede	Zona	Presencial	Semi	Integrado a EP	Total
<b>Subtotal:</b>			5.389	949	0	6.338
<b>FORQUILHA</b>	Municipal	Rural	196	18	0	214
		Urbana	191	265	0	456
	<b>Total:</b>		387	283	0	670
<b>Subtotal:</b>			387	283	0	670
<b>GROAIRAS</b>	Municipal	Rural	11	0	3	14
		Urbana	14	27	69	110
<b>Subtotal:</b>			25	27	72	124
<b>TOTAL MICRO IV</b>			<b>4.663</b>	<b>310</b>	<b>72</b>	<b>5.045</b>
<b>MASSAPE</b>	Municipal	Rural	228	12	0	240
		Urbana	403	50	0	453
<b>Subtotal:</b>			631	62	0	693
<b>SANTANA DO ACARAU</b>	Municipal	Rural	206	0	0	206
		Urbana	88	348	0	436
<b>Subtotal:</b>			294	348	0	642
<b>SENADOR SA</b>	Municipal	Rural	108	0	0	108
		Urbana	99	53	0	152
<b>Subtotal:</b>			207	53	0	260
<b>TOTAL MICRO V</b>			<b>1.132</b>	<b>463</b>	<b>0</b>	<b>1.595</b>
<b>ALCANTARAS</b>	Municipal	Urbana	0	158	0	158
<b>Subtotal:</b>			0	158	0	158
<b>MERUOCA</b>	Municipal	Rural	112	17	0	129
		Urbana	131	0	0	131
<b>Subtotal:</b>			243	17	0	260
<b>TOTAL MICRO VI</b>			<b>243</b>	<b>175</b>	<b>0</b>	<b>418</b>

Fonte: SEDUC, 2009.

Em Sobral, Reriutaba, Santana do Acaraú, Coreaú e Senador Sá, Frecheirinha e Forquilha existe a Educação de Jovens e Adultos - EJA, mas a metodologia para este nível de escolaridade precisa sensibilizar e atrair os alunos para a sala de aula através da multidisciplinaridade e de projetos pedagógicos que atendam a necessidade do ensino de ler e escrever e de cursos profissionalizantes ou a transversalidade do ensino.

Em Frecheirinhas não há deslocamento de alunos do EJA, por esse motivo não há transporte para alunos desse nível.

Segundo o Quadro 14, o segmento que merece destaque no Território é o da Educação Superior, que concentra em Sobral instituições de ensino superior como a Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, Universidade Federal do Ceará - UFC, CENTEC, Luciano Feijão, INTA, entre outras instituições de ensino privado que apresentam um elevado capital cultural.

Instituição Ensino Superior	Dependência administrativa	Zona de moradia
Faculdade INTA Clínica Pedagógica	Particular	Urbana
Faculdades Luciano Feijão – FLF	Particular	Urbana
Faculdades Montenegro	Particular	Urbana
Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC	Particular	Urbana
Faculdade de Tecnologia Internacional – FATEC INTERNACIONAL	Particular	Urbana
Faculdade Internacional de Curitiba FACINTER	Particular	Urbana
Faculdade Educacional da Lapa – FAEL	Particular	Urbana
Instituto Centro de Estudos Tecnológico– Sobral – CENTEC	Pública	Urbana
Memorial de Ensino Superior de Sobral	Pública	Urbana
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA – Betania	Pública	Urbana
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA – Derby Club	Pública	Urbana
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA – Junco	Pública	Urbana
Instituto de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA	Pública	Urbana
ISTEP- Instituto de Teologia e Pastoral - Betania	Pública	Urbana
Legião do Bom Samaritano	Pública	Urbana
Instituto Superior de Educação do Nordeste do Ceará – Dom Expedito	Pública	Urbana
Instituto de Educação Superior e Profissional – IESP	Particular	Urbana
Instituto de Estudos e Desenvolvimento Humano – IEDUCARE	Particular	Urbana
Escola de Formação Permanente do Magistério – ESFAPEM	Particular	Urbana
Instituto Evolução	Particular	Urbana
Universidade Federal do Ceará UFC – Campus Sobral	Pública	Urbana
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE	Pública	Urbana
UNOPAR Virtual (com sede no Paraná) oferece cursos de Educação A Distância	Particular	Urbana
Universidade Anhanguera – UNIDERP	Particular	Urbana

**Quadro 14:** Ensino Superior - Número de universidades - por dependência administrativa e zona de moradia e Cursos Ofertados

**Fonte:** Quadro adaptado dados E-MEC, 2010.

A atuação da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA merece destaque pois, atualmente oferece em Sobral 19 cursos de graduação com um total de 6.204 alunos matriculados (semestre 2008.1). Seu corpo docente é formado por 301 profissionais divididos por titulação: 120 especialistas, 4

mestrandos, 105 mestres, 25 doutorandos, 41 doutores e 6 pós-doutores. Na cidade de Sobral existem quatro campi: Betânia, Derby, Junco e CIDAO. Hoje a UVA ainda oferece especializações e cursos de graduação regular nas mais diversas cidades do Ceará e também em outros estados do Brasil. Essa prática tem se tornado cada vez mais comum e é apoiada pelo poder público local (FREIRE; HOLANDA, 2010).

Diante desse dinamismo e da diversidade de equipamentos de ensino superior presentes em seu território, muitas pessoas vem a Sobral em busca de uma melhor qualificação profissional. Esses estudantes são provenientes de diversos municípios de nosso estado. Segundo dados, só na Universidade Estadual Vale do Acaraú temos o montante de 56% dos estudantes que moram em Sobral, os demais são provenientes de 46 municípios, distribuídos em 12 microrregiões do Estado do Ceará.

No município de Senador Sá existe campos avançados do IESB, com os cursos de graduação e pós-graduação em Pedagogia, e o curso de graduação em Administração. Em Frecheirinha existe campos avançados também.

## **8.2 Programas educativos rurais (cobertura, funcionamento, fóruns e) (comitês)**

O município de Sobral vem se destacando no cenário educacional cearense e atrai cada vez mais um fluxo de pessoas que vem de municípios circunvizinhos para estudar na cidade. Esses números também são consolidados por projetos desenvolvidos pela prefeitura como o Programa de Valorização do Magistério. Entre as suas principais ações está a criação do Centro de Formação do Professor, que tem o objetivo de desenvolver uma política de formação continuada para o magistério.

Dentre os muitos programas do governo federal, o Brasil Alfabetizado, tem a alvitre de reparar uma dificuldade estrutural, de alfabetizar jovens e adultos que, apesar da idade e de ter muitos anos de escolaridade, ainda não sabem ler e escrever.

Existe ainda o Programa Professores Bolsistas, que é um projeto com duração de 8 meses, existente nos municípios de Reriutaba, Senador Sá, Santana do Acaraú, Sobral, Coreaú, Forquilha e Frecheirinha.

Ainda existem os projetos das Organizações Não-Governamentais (ONG'S) que agem com a finalidade de promover a qualidade no ensino em alguns dos municípios do Território Sobral.

O Concurso Tempos de Escola, promovido pelo Instituto Votorantin, em parceria com o MEC e o Canal Futura, que tem como objetivos estimular a prática da escrita e reconhecer o trabalho de alunos e professores, mostrando, assim, a importância do valor da educação, premiou alunos e professores de escolas do ensino fundamental e médio.

Existe o Plano de CT&I e Educação Superior, que tem como objetivos: estabelecer um conjunto de Programas que reflitam as opções estratégicas, oriundas da sociedade, orientar os Projetos e Ações do Sistema Local de Inovação, principalmente os da SECITECE e suas Vinculadas. Com uma metodologia que se orienta por Princípios e Diretrizes do Governo Federal (PDP/MDIC, PACTI/MCT, PDE/MEC), do Setor Produtivo (Mapa Estratégico da Indústria/CNI) e do Governo Estadual (Diretrizes e Objetivos, Plano Plurianual 2008-2011).

Em Forquilha existem os Programas – PAIC – PBA – PROINFO – PAR – FUNDEF – PDDE – PDE – PNLD – Plataforma Freire – ENCEJA - SPE – CAJ – UNICEF. Dentre os parceiros dos Projetos desenvolvidos estão a Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Agricultura; Secretaria Municipal Ação Social, Secretaria Municipal de esporte e Secretaria Municipal de Cultura.

Em Forquilha o Conselho Escolar é o órgão máximo em nível de escola, responsável pelo estabelecimento de objetivos e de direções que a mesma tomará no futuro. Ele desempenha um papel importante em assegurar que toda a comunidade seja envolvida nas decisões importantes tomadas pela escola, sendo atuante, participativo e comprometido numa relação de estreita parceria com a direção escolar, caracterizado pela transparência e objetivos comuns.

### 8.3 Taxa de Analfabetismo

No Ceará, os cinco municípios que apresentam os índices mais elevados de analfabetismo atingem quase a metade da população. Não será fácil reverter esses índices, uma vez que, desde a década de 1970, discute-se a erradicação do analfabetismo no País. Mesmo assim, nenhum programa governamental foi capaz de atingir este objetivo, pois para que isso aconteça os programas devem ser elaborados de acordo com a realidade de cada região ou mesmo do Estado.

Apesar da taxa de analfabetismo no Estado do Ceará ter diminuído 33,20% na década passada, o Estado ainda necessita melhorar seu desempenho para poder se aproximar da média nacional que ficou situada em 13,6% neste período. Ressalta-se que o combate ao analfabetismo é muito importante, pois o conhecimento da leitura e da escrita são requisitos indispensáveis para o exercício da cidadania.

Sobral que faz parte do Micro Território IV foi escolhido como um dos 37 municípios brasileiros de melhor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

A educação quando não recebe atenção necessária, incluindo investimentos financeiros, capacitação de professores e estrutura das escolas, apresenta uma conseqüência bastante visível: a ineficácia do ensino, e como resultados desta circunstância, os jovens concluem o Ensino Médio sem os conhecimentos exigidos de leitura e escrita, ou seja, saem da escola semi-analfabetos.

A Tabela 20 mostra a taxa de analfabetismo da população do estado do Ceará por gênero e zona de moradia no ano de 2008.

**Tabela 20:** Taxa de analfabetismo da população - por gênero e zona de moradia

Grupos de Idade	Taxa de Analfabetismo (%)				
	2008				
	Total	Situação do Domicílio		Sexo	
Urbana		Rural	Homens	Mulheres	
7 a 14 anos	12,5	9,8	19,8	14,5	10,4
15 a 19 anos	3,9	3,0	6,6	5,8	1,9
20 anos ou mais	19,1	15,0	33,5	21,7	16,7

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, 2003/2008.

Os dados sobre o alfabetismo funcional confirmam que a educação básica é o pilar fundamental para promover a leitura, o acesso à informação, a cultura e a aprendizagem ao longo de toda a vida. Assim, para que tenhamos um Brasil com níveis satisfatórios de participação social e competitividade no mundo globalizado, um primeiro compromisso a ser reafirmado é com a extensão do ensino fundamental de pelo menos oito anos a todos os brasileiros, independentemente da faixa etária, com oferta flexível e diversificada aos jovens e adultos que não puderam realizá-lo na idade adequada.

#### **8.4 Análise territorial educacional**

Dentre os municípios que fazem parte da CREDE 6 e pertencem ao Território Sobral somente em três existem escolas de Educação Especial. Em Cariré há uma escola particular localizada na zona urbana, recebendo merenda escolar, mas sem biblioteca, laboratório de informática e de ciências e nem quadra de esportes, com cinco salas de aula mas sendo utilizadas apenas três. Em Groaíras há uma escola da Rede Municipal localizada na zona urbana, com biblioteca, laboratório de informática e quadra de esportes, mas não possui laboratório de ciências, a mesma recebe merenda escolar, utiliza todas as oito salas de aula existentes. Em Sobral são duas escolas da rede municipal localizadas na zona rural. As duas possuem biblioteca, mas só uma tem laboratório de informática e quadra de esportes, mas não possuem laboratório de ciências, ambas recebendo merenda escolar, e das cinquenta e uma salas de aula existentes são utilizadas quarenta e oito. Existe também uma Escola Particular localizada na zona urbana com laboratório de informática e quadra de esportes que recebe merenda escolar e das dez salas de aula existentes são utilizadas seis.

Desde a década de 90, quando o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB e outros índices foram criados, ficou possível ver se a escola estava cumprindo o seu papel de ensinar e se o jovem havia sido atendido em seu direito de aprender. Vendo os problemas de aprendizagem do aluno ficou possível melhorar o sistema de ensino da escola. Como não é possível

melhorar tudo de uma vez, especialistas ligados ao Movimento Todos pela Educação (TPE), que articulam os esforços da sociedade civil, da iniciativa privada e de governos, reuniram-se, para definir as metas para a melhoria da Educação básica do país. Os mesmos traçaram um planejamento ano a ano e estabeleceram prazos para o cumprimento dessas metas até 2022. Se o Brasil alcançar todas as projeções até lá, terá chegado a um nível de Educação semelhante ao que têm hoje alguns dos países desenvolvidos como Estados Unidos e França.

Na prática, as metas do Todos pela Educação, se efetivadas, garantem que todas as crianças estariam na escola e teriam adquirido pelo menos o conhecimento mínimo esperado para chegar ao ensino superior. As cinco Metas do movimento compreendem o atendimento escolar, a alfabetização das crianças, a aprendizagem escolar, a conclusão das etapas da Educação Básica, e também o volume e gestão dos investimentos públicos em Educação.

## **9 ASPECTOS CULTURAIS**

### **9.1 Composição étnica e religiosa da população**

A população do Território da Cidadania Sobral constituída em sua grande maioria de brancos, descendentes de portugueses, afro-descendentes, que fugiram das fazendas da região no século XVII, e dos índios que habitavam as margens do rio Acaraú divididos em diversas etnias, dentre elas os Aleriú, Jaibara, hoje, formam a base da população do Território, quando abriam espaços e fundavam vilas para levar o gado que cruzava os sertões cearenses.

Outras colonias de imigrantes que aportaram no Território, precisamente em Sobral, foram os libaneses e os ingleses, estes últimos que vieram com a expedição organizada pela Royal Astronomical Society para a observação científica sobre a Teoria Geral da Relatividade, publicada por Einstein em 1915, chefiada pelo astrônomo Andrew Crommelin, não retornaram, ficando na cidade, onde casaram com as filhas da terra, constituindo família, e sendo o tronco de várias gerações de sobralenses.

Com relação aos afro-descendentes muitos também fixaram moradia na região e hoje, na divisa entre os municípios de Moraujo e Coreaú existe a comunidade quilombola Timbaúba que foi auto-reconhecida no dia 07 de março de 2007.

### **9.2 Manifestações Culturais**

As manifestações culturais que se destacam no Território Sobral, são: Reisado, Bumba-meu-boi, Folia de Reis, Festas dos Padroeiros, Festas Juninas com Festivais de Quadrilha onde todos se mobilizam para apresentar a comunidade, que as tradições e os costumes do território estão sendo preservados.

Em Meruoca, acontece o Festival de Inverno. O carnaval, enquanto festa popular perdeu muito da sua caracterização. Hoje, há uma tentativa de resgatar o carnaval de rua, das bandinhas, mas o que prevalece fortemente é

os trios elétricos nas praças, tocando principalmente músicas de axé e outros ritmos baianos.

Em alguns municípios como em Meruoca há destaque para as artes plásticas, literatura e arte cênica, onde existe a Companhia de Teatro de Meruoca – CTM e outros grupos teatrais.

O forró, que representava o autêntico ritmo nordestino descaracterizou-se e aparece fortemente no Ceará por meio de bandas (utilização de equipamentos eletrônicos e apresentação com grupos de dançarinos) distanciando-se do autêntico forró pé-de-serra (sanfona, zabumba, pandeiro e triângulo).

A diversidade do artesanato também serve como indicativo dos saberes da população local, revelando sua identidade. Destacam-se os trabalhos de palha, os bordados e crochês.

As Feiras Semanais que acontecem em todos os municípios do território são espaços onde encontramos diversas manifestações culturais: repentistas, violeiros, vendedores de raízes, de plantas medicinais e remédios caseiros que são passados de geração a geração etc.

Em Reriutaba acontece o Reriurio e o Reriufor que é um momento cultural do município que apresenta suas manifestações folclóricas e culturais no Rio de Janeiro e em Fortaleza, respectivamente em Janeiro e Julho, momento em que os reriutabenses se confraternizam.

Em Forquilha, Uruoca, Coreaú, Reriutaba, Alcantaras existem os Festivais de Quadrilha Junina Regional onde há intercâmbio cultural. O município de Forquilha já foi contemplado 5 vezes no edital Ceará Junino, programa do governo estadual.

Na região existem grupos autônomos que elaboram e produzem filmes retratando a realidade local ou fatos pitorescos da região. A maioria desses grupos não conta com incentivos financeiros por parte do poder público.

Em Senador Sá o Grupo de Teatro Companhia do Riso está trabalhando no Projeto Saúde Proteção nas Escolas - SPE, com a peça o auto da camisinha.

Na cidade de Reriutaba tem a Companhia de Teatro Caras e Bocas, que apresenta peças, como Paixão de Cristo e fatos ligados a história do município.

Em Frecheirinha durante a Festa da Padroeira acontecem muitas manifestações populares: apresentações de danças, concursos de piadas, bandas. Outra manifestação são as rezadeiras da região. Em Varjota acontece o Projeto Pescando Letras.

### **9.3 Patrimônio Histórico**

Nas sedes municipais, os largos e as praças da Igreja Matriz são espaços de convívio social e ao redor dos santuários é que se encontra a maior concentração do patrimônio construído. Santana do Acaraú, Massapê e Meruoca são cidades que se sobressaem pelo número de edificações e pela preservação das características originais. O patrimônio histórico e arquitetônico é constituído dos bens imóveis já identificados, listados para tombamentos ou já tombados. O município que apresenta maior número de bens listados para tombamento é Sobral. A cidade teve o seu centro histórico delimitado como área de proteção em 1999. De acordo com critérios estabelecidos pelo IPHAN/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi iniciado um inventário de 247 imóveis situados na área selecionada e em seu entorno, objetivando classificá-los segundo o seu valor arquitetônico e estado de conservação. O município de Santana do Acaraú tem um único imóvel listado para tombamento.

#### **a) Micro território I – Reriutaba, Cariré e Varjota**

Os Pontos Turísticos do Micro Território I são a Igreja Matriz, a Estação Rodoviária, o Arco da Cidade em Reriutaba. Em Cariré podem ser visitados a Igreja Matriz, o Pólo de Lazer Eriberto de Sá Ponte, a Igreja São Francisco, o Mercado Público e o Açude Japão. Seus atrativos naturais são os Rios Acaraú, Jaibaras e Riachão, Serrote Matias e Serrote da Onça, e o Açude Chuí. Varjota tem como principais Pontos Turísticos a Usina de Araras e a Sangria do

Açude Araras. Seus atrativos naturais são: o Rio Aracati, o Riacho da Farinha e o de São José. Existe um ponto turístico em Reriutaba, conhecido como Cruz Maria Isabel, é uma capela onde existem visitas de turismo religioso.

**b) Micro território II – Coreaú, Moraujo e Frecheirinha**

Os Pontos Turísticos do Micro Território II são: a Igreja Matriz e a Praça em Coreaú. Como atrativos naturais, o Rio Coreaú e o Rio Juazeiro, o Riacho Trapiá, e o Açude Trapiá, Em Frecheirinha a Praça na entrada da cidade, a Feira Tradicional do Município e a Cavalgada Tradicional do Município são atrativos culturais, como atrativo natural o Rio Coreaú e o Riacho Jardim são opções de lazer. Em Moraújo, a Igreja Matriz, a Passagem Molhada e o Arco da Cidade são pontos que devem ser conhecidos.

**c) Micro território III – Graça, Mucambo e Pacujá**

Os Pontos Turísticos do Micro Território III encontrados no município de Graça são a Igreja Matriz, o Centro da cidade, e como atrativos naturais o Rio Jaibaras, o Riacho Itapirangaba e o Pacujá, as Cachoeira que se formam na Serra de Ibiapaba. Em Mucambo a Igreja Matriz como ponto turístico, e como atrativos naturais o lago e a cachoeira de Mucambo. Em Pacujá os pontos de visita são: o Centro Histórico de Pacujá e a Praça Central, e como atrativos naturais são o Rio Pacujá e o Jaibaras, a Serras da Bananeira.

**d) Micro território IV – Sobral, Groaíras e Forquilha**

Os Pontos Turísticos e atrativos naturais do Micro Território IV encontrados no município de Forquilha são a Igreja Matriz, a Galeria do Açude de Forquilha e a Praça dos Emancipadores. Em Groairas são o Salão Paroquial e Praça Matriz. E, em Sobral, destacam-se: Arco de N. Sra. de Fátima: Situado no Boulevard Pedro I, hoje Av. Dr. Guarany, o Arco de Nossa Senhora de Fátima é um dos monumentos que mais caracterizam a Cidade. No local, existia o Cruzeiro das Almas, erguido por iniciativa do missionário Frei Vidal da Penha, como símbolo de fé, na sua passagem por Sobral, no final do

século XVIII. Frei Vidal de Fraccardo veio do Convento da Penha, de Recife, para Sobral em 1797, para pregar Missões, tendo incentivado os fiéis a construir a Igreja de Nossa Senhora das Dores. A Cruz das Almas foi demolida em 1929 pelo Prefeito José Jácome de Oliveira. Por iniciativa de Dom José, o Arco de Nossa Senhora de Fátima foi construído em 1953, na administração do Prefeito Antônio Frota como marco da visita da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima a Sobral. Projetado por Falb Rangel, o Arco de Nossa Senhora de Fátima foi executado por Francisco Frutuoso do Vale, que também foi o autor da imagem de Nossa Senhora que esta em cima do monumento.

Becco do Cotovelo: No final do século XVIII, surgiram as primeiras casas no Largo do Rosário, construídas sem alinhamento, provocando uma visível irregularidade no traçado das primitivas ruas. Aos poucos as vias foram se formando, ligando esse espaço urbano ao núcleo inicial da povoação de Caiçara, a praça da Matriz. Entre a Rua Velha do Rosário, hoje Cel. José Sabóia, e a Rua Nova do Rosário, hoje Cel. Ernesto Deocleciano, foi aberto um beco interligando as duas vias, o Becco do Cotovelo nascido para facilitar o acesso dos pedestres entre as movimentadas ruas. No Becco do Cotovelo encontram-se bares, restaurantes, loterias, vendedores ambulantes e uma banca onde são feitas apostas sobre os mais variados assuntos. É considerado um dos locais mais pitorescos da Cidade, em virtude da fácil comunicação e movimento dos cidadãos que por ali marcam encontro.

A Casa da Cultura de Sobral é o principal espaço de artistas de Sobral e da região, dotada de uma dinâmica infra-estrutura e moderno acervo de arte e cultura, a Casa da Cultura de Sobral se sobressai dentre os demais projetos já implantados na Cidade, pelo seu papel de revitalizadora do patrimônio histórico cultural. Nela constam uma biblioteca virtual, oficinas de arte e sala de cinema. Nascida sobre os escombros do tradicional solar dos Figueiredo, a Casa da Cultura de Sobral serve como símbolo do nascimento de uma nova consciência cultural sobralense, dando aos artistas um espaço digno e a oportunidade de novas pessoas ingressarem na vida artística.

O Museu Dom José de Sobral é dotado de incansável espírito empreendedor, Dom José Tupinambá da Frota coletou, entre os anos de 1916 e 1959, um acervo de quase 5.000 peças reunidas no Museu Diocesano, que é

considerado o 5º do Brasil em Arte-Sacra e Decorativa, pelo Conselho Internacional de Museus – ICOM, fundado a 29 de março de 1951 e inaugurado oficialmente a 10 de março de 1971, Museu Dom José, é um painel da história social de Sobral e dos municípios do norte cearenses. Possui coleções raras de meio de transportes, como liteiras e cadeiras de arruar; porcelanas e cristais da Boêmia, Baccarat, Limoges, e louças de Companhia das Índias Ocidentais; pratarias, artesanato regional, arte indígena, peças arqueológicas que suscitam a curiosidade dos estudiosos que buscam sítios da região. Possui coleção de arte-sacra, cálices, oratórios, castiçais e demais objetos de culto que confirmam, por sua variedade e quantidade, o elevado sentimento de religiosidade do povo sobralense. O prédio onde está instalado o Museu Dom José foi construído em 1844.

O Museu do Eclipse foi construído em comemoração aos 80 anos da comprovação da Teoria da Relatividade, Sobral inaugurou, no dia 29 de maio de 1999, o Museu do Eclipse. Totalmente climatizado, ele tem um moderno observatório, filiado à Associação Mundial de Astronomia, equipado com telescópio potente e avançado. Nele estão em exposição a luneta e as fotos originais utilizadas para comprovar a Teoria de Einstein, além das fotos que registraram a presença da expedição científica em Sobral. Também existem fotos de galáxias e planetas, o primeiro mapa lunar do Brasil e o jornal The New York Times que noticiou a comprovação da Teoria da Relatividade. Construído na Praça do Patrocínio, o Museu do Eclipse está localizado no ponto de onde foi observado o eclipse de 1919. Sua arquitetura arrojada, com projeto do sobralense Antenor Coelho, tem a forma de duas meias luas. Elas ficam parcialmente no subsolo, encobertas por um gramado, não agredindo o projeto urbanístico da praça.

O Paço Municipal passou a ser utilizado a partir de 1979, a Prefeitura de Sobral passou a funcionar em novo prédio, no Bairro do Junco. Antes, funcionava no edifício da atual Câmara de Vereadores, na Praça da Matriz. Denominado Palácio Municipal de Sobral, foi construído na gestão do Prefeito Dr. José Euclides Ferreira Gomes Júnior, com recursos municipais. É a mais moderna e confortável obra arquitetônica desta cidade, reassumindo a postura de Prefeitura mais bonita do Ceará.

O Teatro São João possui uma inspiração italiana em estilo neoclássico, é um dos raros exemplos brasileiros do período que apresentam na fachada um frontão em arco, o que não ocorre com o Teatro Santa Isabel, do Recife, considerado por muitos como o modelo inspirador do projeto do teatro de Sobral. Juntamente com o Teatro José de Alencar, em Fortaleza, e com o Teatro da Ribeira dos Icó, o Teatro São João forma a tríade dos teatros-monumentos existentes no Ceará. Localizado na Praça São João, hoje Dr. Antônio Ibiapina, o Teatro foi tombado pelo Patrimônio Histórico do Estado, através do Decreto nº. 16237, de 30/11/1983. A Praça do Teatro São João é um dos mais importantes espaços culturais de Sobral, por abrigar o Teatro, o Museu Dom José, a Igreja Menino Deus e a Casa da Cultura.

O Parque Ecológico Lagoa da Fazenda está encravada na Fazenda dos Macacos, a Lagoa da Fazenda foi inicialmente cortada pela Estrada da Bethânia, construída por Dom José para dar acesso à sua casa de campo. Por muitos anos, a Lagoa permaneceu sendo ponto de lazer dos habitantes de Sobral, que vinham se beneficiar da amena paisagem do lugar e contemplar os perfumados aguapés. Entre 1987 e 1990, recuperada, saneada e urbanizada, a Lagoa foi transformada em Parque Ecológico inaugurado em outubro de 1993. Possui o Ginásio Poliesportivo Plínio Pompeu de Saboya Magalhães, administrado pela UVA, com capacidade para 2 mil pessoas, um bosque, área de lazer com restaurantes, play-ground, pista de cooper, quadra de esporte aberta e espelho d'água natural da Lagoa da Fazenda.

#### **e) Micro território V – Massapê, Santana do Acaraú e Senador Sá**

Os Pontos Turísticos e atrativos naturais do Micro Território V encontrados no município de Massapê são a ponte que ligam os municípios as demais localidades, prédios de beleza arquitetônica. Como atrativos naturais os Rios Acaraú e Tucunduba, o Riacho Caranguejo e Pico de Aiuá. Em Santana do Acaraú os pontos visitados são Igreja Matriz. Igreja de São João e Casarão do Padre Arakem. E em Senador Sá, a Antiga Estação e o Sangradouro de Serrota são os pontos turísticos mais visitados. E os atrativos naturais são a Serra da Gurgueja e da Tucunduba.

#### **f) Micro território VI – Alcântaras e Meruoca**

No Micro Território VI os Pontos Turísticos encontrados no município de Alcântaras são: a Igreja Matriz e as praças públicas. Como atrativo cultural as festas da Padroeira. Os pontos turísticos de Meruoca são a Igreja Matriz, e as praças. Como atrativo cultural as festas da Padroeira Nossa Senhora da Conceição. E os Atrativos Naturais são: Bica da Itacaranha, Pedra da Bandeira, Pedra do Bocão, Sítio Quebra, Açude Quebra, Sítio Monte, Sítio Genipapo, Bica do Sabiá, Sítio Sales, Sítio Caiana, Serra da Meruoca, e os Riachos Meruoca e Santo Antônio. Existem na região de Taperoaba, Distrito de Sobral parques temáticos com inscrições pré-históricas. No município de Forquilha existem sítios arqueológicos nas localidades: Riacho Oficina, Serra do Barriga, Mauricio. No município de Reriutaba, na localidade de Serrote do Muniz, área rica em minérios de ouro e com bastante exploração.

#### **9.4 Instrumentos e ferramentas de apoio e incentivo à cultura territorial**

Em Reriutaba existe a Rádio Educativa FM. Em Forquilha existe a Radio Pioneira AM e a Radio Comunitária Forquilha FM 98.7, que tem alcance apenas local. Em Coreaú existe uma Rádio Comunitária pertencente a paróquia.

O município de Sobral está ligado ao mundo nas áreas de telefonia pública e privada pelas operadoras Claro, Oi e Tim, que oferecem uma cobertura de mais de 90% do município. A cidade possui vários provedores de acesso à rede mundial de computadores via linha discada, cabo, rádio e sistema Velox, pelo Provedor Municipal Gratuito do Brasil - Sobral Internet Grátis, dispõe também de cinco repetidores de TV, cinco emissoras de rádio AM, três emissoras de rádio FM e quatro jornais com periodicidades semanal e quinzenal.

Em Forquilha, Sobral, Reriutaba, Coreaú existem as Secretarias Municipais de Esporte, e em Frecheirinha, o Departamento Municipal de Esporte e Lazer. Em Sobral tem a Associação Esportiva Guarany de Sobral.

Em Sobral, Reriutaba, Forquilha, Frecheirinha, Coreaú existe o Projeto segundo tempo. Em Sobral, Reriutaba e Forquilha existe o Dia do Desafio e em Sobral, os Jogos escolares Sobralenses.

Os locais destinados à prática de esporte, em Sobral, são o Ginásio Poliesportivo (uma vila olímpica em construção), o Estádio Juncão, além das quadras nas escolas e praças, kartódromo, Jóquei, e clubes sociais de grande porte. Em Forquilha existe o Ginásio Poliesportivo Real Madrid, o Estádio Siqueirão (inacabado), duas quadras na zona rural e duas na zona urbana. Em Coreau existe uma quadra esportiva e o Estádio Armandão. Em Frecheirinha tem o Estádio Anchieta (a ser reformado), e quadras esportivas e o Ginásio Poliesportivo. Em Reriutaba, tem quatro quadras nas escolas da zona rural, e nas escolas da zona urbana duas quadras.

Os eventos esportivos existentes nos municípios do Território, são: Jogos Escolares Sobralenses, Escolhinhas de Futsal, Basquete, Voleibol, Handebol, como também Torneios de Futebol entre Bairros em Sobral. Em Frecheirinha e em Coreau Torneios e Campeonatos de Futsal e Campo, Escolhinhas de Futebol de Campo em Frecheirinha. Em Forquilha, Torneios e Campeonatos de Futsal de Campo e Campeonato de Voleibol. Em Reriutaba Seleção Feminina de Futebol e Escolhinhas de Futebol Infanto-Juvenil.

#### **9.5 Ações que articulam educação e cultura e contribuem para o incremento econômico e geração de emprego e renda no território**

Semanalmente, em Sobral, acontece a Feirinha de Artesanato e Culinária. Em Reriutaba acontece a Feirinha mensalmente na Praça da Matriz. Existe tendas eletrônicas com DJS em Reriutaba e em Coreau. Os eventos citados geram emprego e renda.

#### **9.6 Análise Territorial Cultura**

Os aspectos culturais do Território Sobral são refletidos nos patrimônios materiais, como construções de cunho histórico e outras que retratam a identidade cultural da população local, além dos patrimônios imateriais como a tradição oral, as danças, a música, a literatura, a gastronomia e outras.

É possível notar que, em alguns municípios, este tipo de patrimônio é mais valorizado que em outros. Então, é importante que haja investimentos com o intuito de diminuir essa desigualdade.

O território conta com diversas manifestações culturais, dentre as quais destacamos as que são comuns a todos os municípios, como a comemoração do dia do padroeiro ou da padroeira, santo da igreja católica, que figura dentre os principais eventos. Revela a influência da cultura cristã iniciada desde a época da ocupação desses territórios. Muitos municípios também organizam festas no aniversário de sua fundação e as destacam no seu calendário de eventos.

Na grande maioria dos municípios também são comuns as festas de vaquejada, que agregam pessoas dos arredores com apresentações musicais, comidas e bebidas. Estes eventos retratam o desenvolvimento da pecuária bovina e a cultura que se manifestou a partir daí. Alguns grupos, porém, criticam a violência praticada contra os animais nessas competições.

Outra festa bastante popular não só no Território da Cidadania de Sobral, mas em todo o Ceará, e Nordeste brasileiro, são as festas juninas. No mês de junho, festejando Santo Antonio, São Pedro e São João, são organizadas as quadrilhas, que são grupos de dança típicas do período em que as pessoas vestem-se com roupas coloridas, ao som do arrasta-pé, xote e baião, que são os ritmos tradicionais, além das comidas típicas, como milho e seus derivados (pamonha, canjica, mungunzá), bolos (batata-doce, milho, pé-de-moleque), baião-de-dois e paçoca, aluá.

Durante a Semana Santa, ou Páscoa, são realizados festejos típicos do período, como a malhação do Judas, quando um boneco de pano, papel e folhagens é feito e representa Judas (ou outra personagem de má popularidade da época). Então, no Sábado de Aleluia da Semana Santa, o boneco é açoitado e, finalmente, queimado.

Com relação ao patrimônio arquitetônico, o município de Sobral preserva e mantém seus espaços culturais, mas, infelizmente em outros municípios do Território, nota-se descaso na conservação, manutenção e até dificuldades no acesso para as construções que simbolizam uma época de fatos históricos de cada município.

As ações que articulam educação e cultura e contribuem para o incremento econômico e geração de emprego e renda no território ainda ficam em torno das feiras e exposições locais, então eventos de grande porte precisam ser pensados e elaborados entre os municípios para que ocorra uma congregação de acontecimentos para atrair pessoas aos municípios, e um deste suporte poderia ser no segmento do turismo, com o turismo rural, de aventura e mesmo o de lazer.

## 10 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL

O diagnóstico da Dimensão Sociocultural Educacional possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 15, conforme áreas trabalhadas, quais seja: aspectos sociais, aspectos da saúde, aspectos educacionais e culturais, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico

<b>ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL</b>	
<b>AMBIENTE INTERNO</b>	
<b>FRAQUEZAS</b>	<b>FORTALEZAS</b>
<b>Saúde</b>	<b>Saúde</b>
<p>1. Serviços de saúde e educação em quantidade e qualidade ainda não satisfatórias para responder as demandas da população do território, principalmente em relação aos recursos humanos (número, formação e qualidade do atendimento).</p> <p>2. Baixa participação das instituições públicas municipais e regionais no processo de constituição e desenvolvimento do território.</p> <p>3. Desvalorização ou entrave na implantação das ações territoriais por parte de alguns gestores municipais.</p> <p>4. Gestores municipais, lideranças institucionais e movimentos sociais, populares e sindicais do local não dão o devido reconhecimento e valorização à cultura como expressão de história compartilhada, sentido de pertença, aumento da auto-estima da população e práticas sociais comuns com vistas a potencializar as relações entre cultura e desenvolvimento como o primeiro passo para a formulação de estratégias de desenvolvimento viáveis, efetivas e legítimas.</p>	<p>1. Existência de um significativo e diversificado conjunto de instituições e organizações, públicas e privadas, no âmbito do estado, da sociedade civil e do mercado.</p> <p>2. Existência de vontade e compromisso político de uma razoável parcela desse conjunto, com o processo de constituição, afirmação e consolidação do desenvolvimento do território.</p>
<b>AMBIENTE EXTERNO</b>	

<b>AMEAÇAS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
<b>Saúde</b>	<b>Saúde</b>
Esvaziamento ou interrupção da política de desenvolvimento territorial por parte do governo federal, estadual e municipal Insuficiência de recursos técnicos e financeiros para as ações de desenvolvimento institucional Entre outras.	Política Pública de Saúde (SUS) Diálogo estabelecido entre as esferas de governo federal e estadual no incentivo aos processos de planejamento e organização social, ou seja, na implantação de políticas públicas em caráter mais articulado e complementar Presença regional de instituições estratégicas PRONAF – diversas linhas de ação Financiamento de ONGs e fundações Fundação Banco do Brasil Bancos públicos (BB e BNB) FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador Política Pública de Educação (PNDE),
<b>AMBIENTE INTERNO</b>	
<b>PONTOS FORTES</b>	<b>PONTOS FRACOS</b>
<b>(Educação e cultura)</b>	<b>(Educação e cultura)</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O debate sobre a educação na dinâmica territorial;</li> <li>2. Maior qualificação e profissionais do magistério;</li> <li>3. Melhoria da infraestrutura escolar para o Ensino Fundamental;</li> <li>4. Nucleação nas escolas de forma planejada;</li> <li>5. Educação musical das escolas;</li> <li>6. Melhoria do ensino avaliado através dos indicadores do IDEB (muitas escolas atingiram a projeção 2011 em 2009);</li> <li>7. Parceria entre educação e saúde para conscientização das famílias no intuito de incrementar matrículas da educação infantil;</li> <li>8. Cursos de formação superior em todos os municípios;</li> <li>9. Experiência prática de Educação do Campo;</li> <li>10. Presença de instituições de Ensino Superior com ofertas de Cursos de Mestrado e Doutorado;</li> <li>11. Existência de instrumentos de monitoramento e avaliação da qualidade de ensino (IDEB)</li> <li>12. Diversidade cultural, principalmente de artistas locais;</li> <li>13. Implantação de secretarias de cultura;</li> <li>14. Presença de sítios arqueológicos no</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Rotatividade de profissionais.</li> <li>2. Escassez de equipamento para educação</li> <li>3. Número reduzido de matrícula na educação infantil</li> <li>4. Número insuficiente de refeitório nas escolas</li> <li>5. Número reduzido de matrícula no ensino médio em relação ao ensino fundamental</li> <li>6. Ingresso prematuro de jovens no mercado de trabalho e abandono escolar.</li> <li>7. Falta de manutenção da infraestrutura escolar, principalmente, no ensino médio.</li> <li>8. Situação precária do transporte escolar</li> <li>9. Número insuficiente de escolas profissionalizantes.</li> <li>10. Fragilidade na divulgação da cultura</li> <li>11. Baixa qualificação dos profissionais nas áreas de cultura</li> <li>12. Inexistências de um fórum de cultura e turismo no território</li> <li>13. Não preservação do patrimônio material e imaterial</li> <li>14. Originalidade dos movimentos culturais populares não preservadas.</li> </ol>

território; 15. Manifestações culturais dos (as) padroeiros (as);	
<b>AMBIENTE EXTERNO</b>	
<b>OPORTUNIDADES (Educação e Cultura)</b>	<b>AMEAÇAS (Educação e Cultura)</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Realização de concursos públicos nos municípios.</li> <li>2. Maior presença e integração das políticas públicas (pacto federativo);</li> <li>3. Programa PAIC;</li> <li>4. Programa caminhos na escola;</li> <li>5. Piso nacional dos salários para os professores</li> <li>6. Programa segundo tempo;</li> <li>7. Programa Brasil alfabetizado.</li> <li>8. Política pública de educação (FNDE)</li> <li>9. Avanço nas políticas públicas nas áreas de cultura</li> <li>10. Editais para atender a projetos na área da cultura.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Interferência política no sistema de educação (Sistema permeado por politicagens)</li> <li>2. Descontinuidades da gestão (unidade)</li> <li>3. Demora na implantação das políticas ligadas a cultura</li> <li>4. Não valorização dos grupos culturais e artistas locais pelos gestores municipais, lideranças institucionais e movimentos sociais, populares e sindicais do local não dão o devido reconhecimento e valorização à cultura como expressão de história compartilhada.</li> <li>5. Serviços de saúde e educação de quantidade e qualidade ainda não satisfatória</li> </ol>

**Quadro 15:** Análise Territorial do Ambiente interno e externo da Dimensão Sociocultural Educacional

**Fonte:** Oficina Territorial- CETREX – Caucaia, 2010.

**Parte II b**  
**DIMENSÃO AMBIENTAL**

**Aspectos Geoambientais**  
**Aspectos Antrópicos**



## 11 ASPECTOS GEOAMBIENTAIS

A presente dimensão trata das características ambientais, levando em consideração os aspectos inerentes de cada território, tal como o clima, geomorfologia e relevo, vegetação, bacias hidrográficas e outros. Tal dimensão é um reflexo do nível educacional e cultural de tais municípios.

Neste documento se encontra um diagnóstico de como estão sendo tratados os patrimônios naturais do território, que ações estão em andamento para conservar tal patrimônio e que práticas foram pensadas pelo próprio território para uma realização futura de metodologias de preservação de tais ambientes.

Por patrimônio ambiental entende-se, os bens naturais que, dado o seu valor em termos de biodiversidade, valor econômico ou paisagístico, merecem ser protegidos pela sociedade.

Como Patrimônios naturais do território destacam-se os vales dos Rios Acaraú, Jucurutu e do rio Coreaú e as faixas de serras recobertas pelas matas secas, bem como os rios e lagoas, a depressão sertaneja, as áreas de ocorrência das matas secas e o Stock Granítico de Meruoca.

Também se ressalta a presença de sítios arqueológicos encontrados em Pacujá, na comunidade serrinha, bem como a ocorrência de uma cachoeira de valor paisagístico, conhecida como cachoeira do Tucano e encontra-se ainda uma gruta conhecida como fumaça da Onça de importância ambiental, pois apresenta uma riqueza faunística que vem sendo estudada pela Universidade Estadual Vale do Acaraú.

Em Sobral destaca-se o olho d'água do pajé e a pedra da Andorinha e em Massapê encontra-se o serrote dos Picos.

Em Reriutaba também se apresentam sítios de valores paisagísticos não explorados, passíveis de preservação, tais como as cachoeiras do Sassá, a cachoeira do Céu e do Urubu e ainda na mesma região existe o serrote do Muniz. Em Moraújo, existe ainda a Cachoeira Poção na comunidade Boa Esperança.

O Território da Cidadania de Sobral é composto por dezessete municípios, aglomerados em seis microterritórios, sendo que o micro território I é composto pelos municípios de Varjota, Cariré e Reriutaba, o micro território II é composto pelos municípios de Coreaú, Frecheirinha e Moraújo, o microterritório III é formado pelos municípios de Graça, Pacujá e Mucambo, o microterritório IV é formado pelos municípios de Forquilha, Groaíras e Sobral, o microterritório V é composto pelos municípios de Massapê, Santana do Acaraú e Senador Sá, e o microterritório VI é formado pelos municípios de Alcantaras e Meruoca.

O território apresenta quase que sua totalidade inserida no semiárido nordestino, porém existem municípios inseridos na região serrana como ocorre com a cidade de Meruoca, que se localiza na serra da Meruoca.

Tal geografia encontrada no território influencia em diferenças no clima e conseqüentemente em diferenças na distribuição de chuvas, de temperaturas e nos tipos de cultivos utilizados.

No distrito de Jordão em Sobral, existe um epicentro sísmico, que vem ocasionando transtornos à população local, porém já existem estudos sendo realizados pela Universidade Federal do Ceará e outras instituições.

### **11.1 Unidades de Conservação por Grupo**

Na sua essência as unidades de conservação são espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, aos quais se aplicam garantias adequadas de proteção (definição dada pela Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC) (Constituição, 1998). As Unidades de Conservação (UC's) podem ser classificadas em dois grandes grupos, de acordo com a forma de uso dos seus recursos naturais:

As unidades de proteção integral, nas quais é permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, como a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de

recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico, inclui as seguintes categorias: Estação ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento natural e Refúgio de vida silvestre.

Nas unidades de Uso Sustentável, nas quais é permitido o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, em compatibilidade com a conservação da natureza, inclui as seguintes categorias: Área de proteção Ambiental, Área de Relevante interessante Ecológico, Floresta Nacional, Reserva extrativista, Reserva de fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular de Patrimônio Natural.

O território apresenta algumas Unidades de conservação, tais como:

- Floresta Nacional de Sobral criada a partir da Portaria Nº 358, de 27/09/01 com 598,00 há. Encontra-se inserida completamente no município de Sobral, e é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a mesma está completamente imersa no Bioma Caatinga.

Existe ainda a Área de Proteção Ambiental da Serra da Ibiapaba que compreende vinte municípios do estado do Piauí e seis municípios do estado do Ceará dentre eles o município de Moraújo que faz parte do território de Sobral. O bioma característico de tal unidade é a Caatinga e ecótonos (relevo de transição entre dois biomas) caatinga - floresta amazônica. A unidade foi criada visando garantir a conservação dos remanescentes de Cerrado e Caatinga arbórea no entorno do Parque Nacional de Sete Cidades e, ainda, das Florestas Estacional Ombrófila (densa vegetação) aberta e de Transição, nas serras da região. A mesma é mantida pelo IBAMA e foi criada em 26/11/1996. (SALES, 2008)

O Parque Ecológico da Lagoa da Fazenda, em Sobral, possui 19 ha e foi criada com o objetivo de proteger o ecossistema lacustre, o parque foi inaugurado em Outubro de 1993. Dentro de tal Unidade encontra-se também o Parque Botânico do Semiárido que se encontra desativado, havendo portanto a necessidade de um processo de revitalização.

Também se encontra no território, a Reserva Ecológica Particular (REP) Mata Fresca, com 107,9 ha que pertence ao grupo IMARF. A REP encontra-se inserida na Serra da Meruoca, a sudeste da sede daquele

município, compreendendo áreas de encosta, topo de morros, sopé da serra e os riachos Mata Fresca e dos Prazeres. A cobertura florestal caracteriza-se por uma formação vegetal do tipo perenifólia e subperenifólia, própria das serras úmidas, além de vegetação de caatinga do tipo hiperxerófila.

Existe ainda a APA da Serra da Meruoca, localizada na zona norte do estado e que é gerenciada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. A Lei 11.891 regulamenta a conservação de uma área com mais de 600 hectares e proíbe a captura de espécies raras, o uso de inseticidas e fertilizantes irregulares e a retirada de areia e material rochoso das encostas das bacias e dos rios da região. O objetivo da APA é garantir qualidade de vida para a população, conservação de florestas remanescentes e proteger os recursos hídricos, a fauna e a flora silvestres.

## **11.2 Áreas Prioritárias para a Conservação**

No território segundo fontes primárias, existem algumas áreas consideradas de grande importância ambiental e passíveis de proteção. No município de Pacujá, por exemplo, existe uma área que abrange as comunidades de Serrinha, Zipú e Serrote do Sanharão, que apresentam espécies já em fase de extinção, como é o caso da onça vermelha e também apresenta dentro da mesma área uma possível ocorrência de um sítio arqueológico ainda não identificado.

Outras áreas que por lei já deveriam ser protegidas, porém estão sofrendo degradação, são as matas ciliares e as nascentes encontradas na Serra da Meruoca. A Mata Ciliar exerce um papel fundamental na proteção dos rios, funcionando como uma esponja. A mesma não só protege os rios como evita o ressecamento do solo, a erosão e o desbarrancamento, mas também preserva a flora e a fauna que habitam estas áreas, contribuindo para evitar o desaparecimento de espécies.

A Mata Ciliar é protegida pela Lei 4.771, o Código Florestal. Segundo esta lei, a área de proteção das margens dos rios, varia de acordo com a largura do rio. Para rios com 10 metros de largura, a lei estabelece uma área de proteção de 30 metros para cada margem. Para rios que possuem entre 10 e

50 metros de largura, a lei determina 50 metros de área protegida para cada margem. Para rios que possuem de 50 a 200 metros de largura a área protegida deve ser de 100 metros. Para rios com largura entre 200 a 600 metros a área da margem a ser protegida é de 200 metros e para rios com largura superior a 600 metros a faixa de proteção é de 500 metros para cada margem.

As matas ciliares do território estão quase que completamente extintas, tal ação antrópica de degradação vem ocasionando o assoreamento dos rios. É comum a retirada de areia dos leitos dos rios para a construção civil, bem como é prática regular, da utilização das margens para pastoreio de animais. Próximo às cidades as margens são habitadas por casas que também não respeitam a área legal de proteção. Por isso existe uma demanda do território pela revitalização de tais áreas que servem de abrigo para muitas espécies de animais silvestres.

### **11.3 Comunidades Remanescentes de Quilombolas**

No território existe uma comunidade quilombola atendida pela fundação palmares, localizada no município de Moraújo conhecida como comunidade Timbaúba, formada por 88 famílias (Bennett, 2007).

Existe ainda um movimento pelo reconhecimento da comunidade Batoque localizada no município de Pacujá.

Tal reconhecimento é importante para que haja um resgate da cultura e tradições das comunidades quilombolas.

### **11.4 Outras Populações Tradicionais Identificadas no Território**

Em tal território encontram-se diversas comunidades de pescadores artesanais, muitas delas inclusive organizados em associações e cooperativas. Em Massapê, por exemplo, existe uma associação de pescadores, bem como também se encontram colônias de pescadores, na localidade de Itaguassumirim. Em quase todos os grandes açudes existe a presença de colônias e pescadores artesanais, muitos com projetos de piscicultura

financiados via PRONAF, os cadastrados no Ministério da Pesca recebem o seguro defeso no período de reprodução e desova das espécies nativas.

Existe ainda no território, uma comunidade chamada bairro Sumaré, no município de Sobral que se reconhecem como ciganos. No entanto não existem ações específicas voltadas para tal comunidade.

## **11.5 Biomas**

O território se apresenta totalmente inserido no semi-árido cearense e, portanto caracterizado pelo Bioma Caatinga, com flora e fauna específicas.

A Flora é composta por plantas em geral pequenas, retorcidas e espinhosas, que perdem as suas folhas no período de estiagem quando se acentua o déficit hídrico, para então renascerem quando chegam às primeiras chuvas trazendo de volta o verde.

As espécies mais comuns são: Marmeleiro, Jurema preta, Catingueira, Pereiro, Jucá, Sabiá, Juazeiro, Mandacaru, Aroeira, Faveleira, Pau-ferro dentre outros. (SUDEC/DNOCS, 1978).

Dentre as plantas herbáceas, as mais comuns são: o Capim mimoso, Malva branca, Malva, Bamburral e o Capim panasco.

Em relação à Fauna terrestre, a mesma é composta por mamíferos, aves de pequeno e médio porte, roedores e lagartos, todos típicos das áreas semi-áridas.

A fauna do Ceará é estudada desde o Século XVII, contudo, neste Estado existem territórios pouco investigados por zoólogos. Pesquisas conduzidas pelo Programa de Biodiversidade para quantificar os esforços empreendidos no levantamento da fauna cearense, avaliando criticamente o teor de cada trabalho, já estão sendo executadas. Informações adicionais são geradas num esforço contínuo de levantamento de espécies no campo, sendo cada registro documentado através de gravações, fotografias e filmagens, permitindo o cruzamento de informações para a eleição de áreas prioritárias para a conservação, além de apoiar estudos de sistemática e taxonomia que permitem o conhecimento sobre a biodiversidade cearense (AQUASIS, 2010)

Dentre as espécies pertencentes a este bioma encontram-se: a raposa, a paca, o macaco prego, ema, seriema, canarinho da terra, onça vermelha, jaguatirica, pebas, tatus, tamanduá mirim, furão, asa branca, guaxinim, gatos-do-mato, o sagüi, várias espécies de morcego, o preá, aves como o gavião carcará, a casaca de couro e mamíferos raros hoje em dia, como o veado, muitas destas já em fase de extinção, como ocorre com os sagüis e o gato-do-mato e outros já em processo de extinção devido a redução de seus habitat's.

Com relação à fauna aquática, as espécies mais comuns de peixes são: a Curimatã, a Tilápia (peixe exótico mais que a partir da década de 60 foi introduzido pelo DNOC'S no Brasil para incentivar a piscicultura, mas que acabou virando um problema, pois com rápida proliferação sobrepôs os peixes nativos, inibindo a presença dos mesmos), a Traíra, o Piau e o Cará, Mandi, Cangati, dentre tantas outras espécies que ainda exigem estudos e que já começam a desaparecer dos nossos rios e açudes.

#### 11.5.1 Características Geoclimáticas

As informações sobre precipitação pluvial do território de Sobral foram obtidas pelos dados de precipitação de séries anuais históricas compiladas pela FUNCEME.

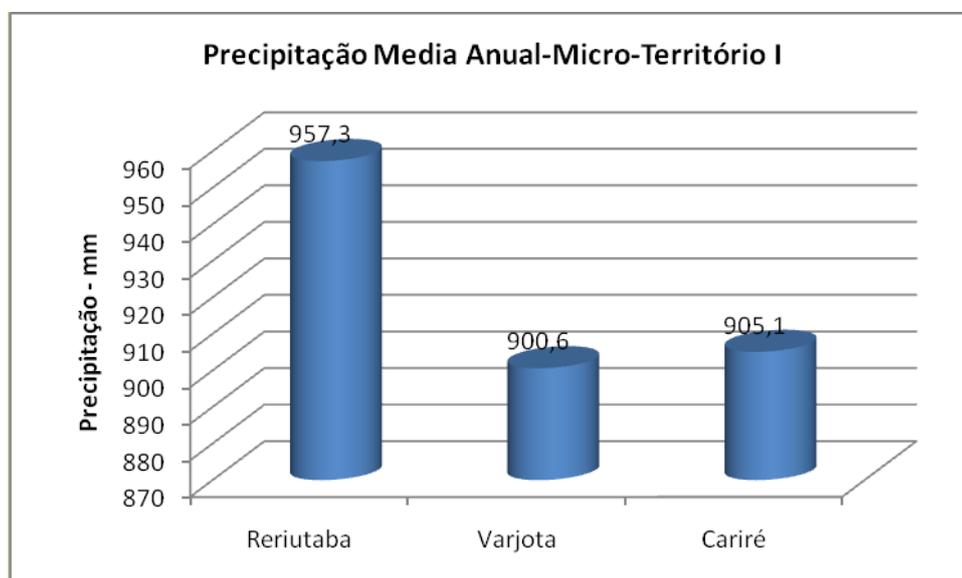
As informações sobre pluviometria foram extraídas dos seguintes postos representados no Quadro 16.

<b>Postos Pluviométricos</b>	<b>Município</b>
<b>Meruoca</b>	Meruoca
<b>Alcântaras</b>	Alcântaras
<b>Sobral</b>	Sobral
<b>Reriutaba</b>	Sobral
<b>Varjota</b>	Sobral
<b>Frecheirinha</b>	Coreaú
<b>Cariré</b>	Coreaú
<b>Forquilha</b>	Forquilha
<b>Groairas</b>	Groaíras
<b>Senador Sá</b>	Senador Sá
<b>Santana do Acaraú</b>	Santana do Acaraú
<b>Massapê</b>	Massapê

Postos Pluviométricos	Município
Graça	Graça
Pacujá	Pacujá
Moraújo	Moraújo
Mucambo	Mucambo

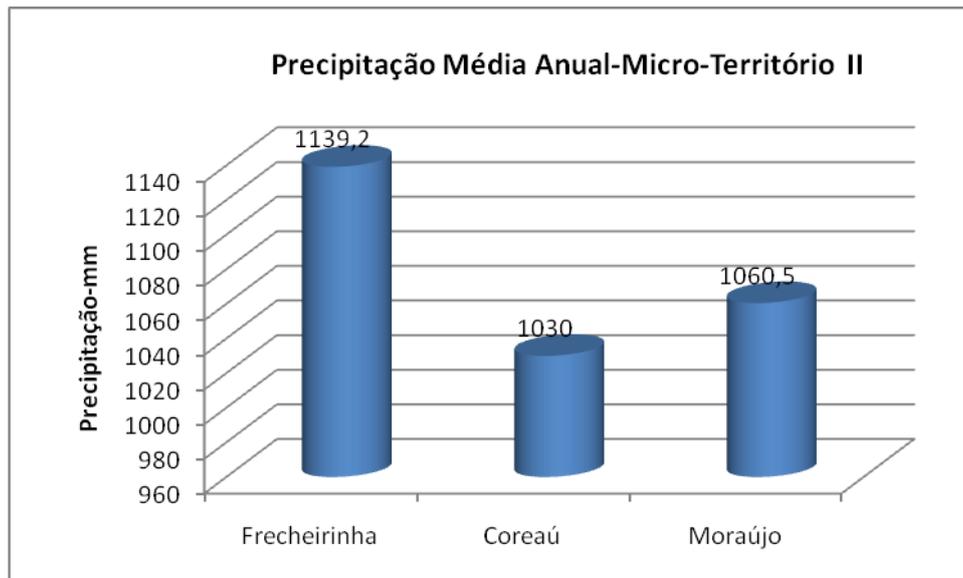
**Quadro 16:** Postos Pluviométricos selecionados para esta pesquisa  
**Fonte:** FUNCEME (2008) & \* IPECE (2008), \*\* SUDENE (1990)

No território os índices pluviométricos com totais de chuva anual variam entre 900 a 1500 mm anuais, e uma média de chuva total para os municípios de 1074.80 mm. O município com maior precipitação é o município de Meruoca, por estar situado a barlavento (de onde sopra o vento) da Serra da Meruoca.

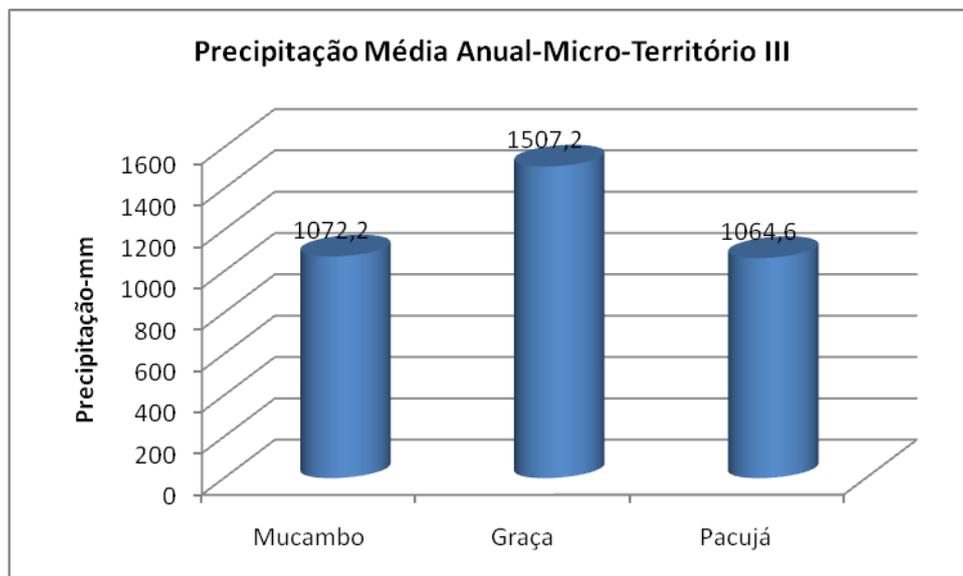


**Figura 13:** Dados de Precipitação Média Anual do Micro Território I  
**Fonte:** FUNCEME, 2009.

O micro-território I está localizado a sotavento (para onde sopra o vento) da Chapada da Ibiapaba e por isso apresenta baixos índices de precipitação (Figura 13). O Município de Reriutaba, por estar mais próximo da chapada possui uma maior média anual de precipitação. Os outros municípios apresentam média inferior a 1000 mm, índice comum aos municípios que se localizam na depressão sertaneja.

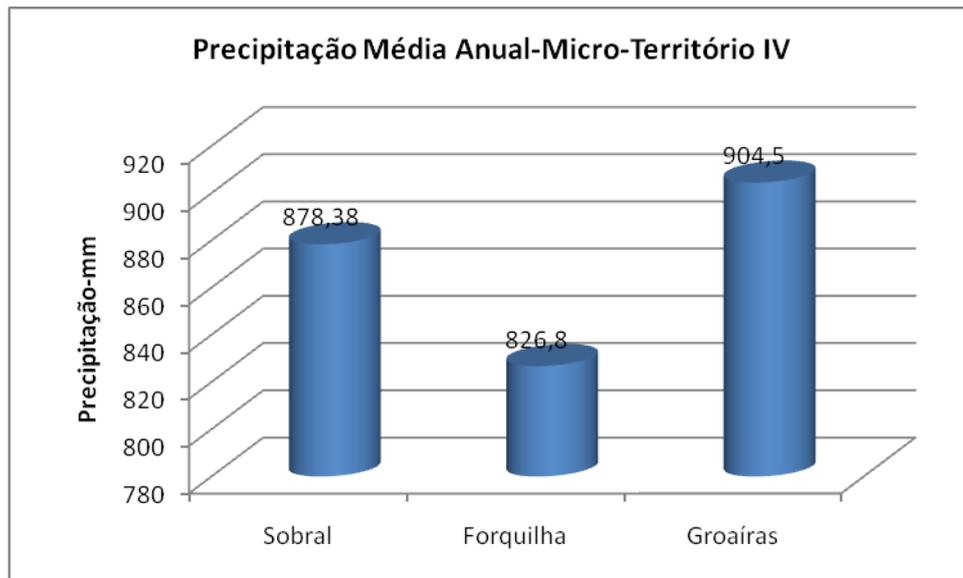


**Figura 14:** Precipitação Média Anual do Micro território II  
**Fonte:** FUNCEME, 2009.



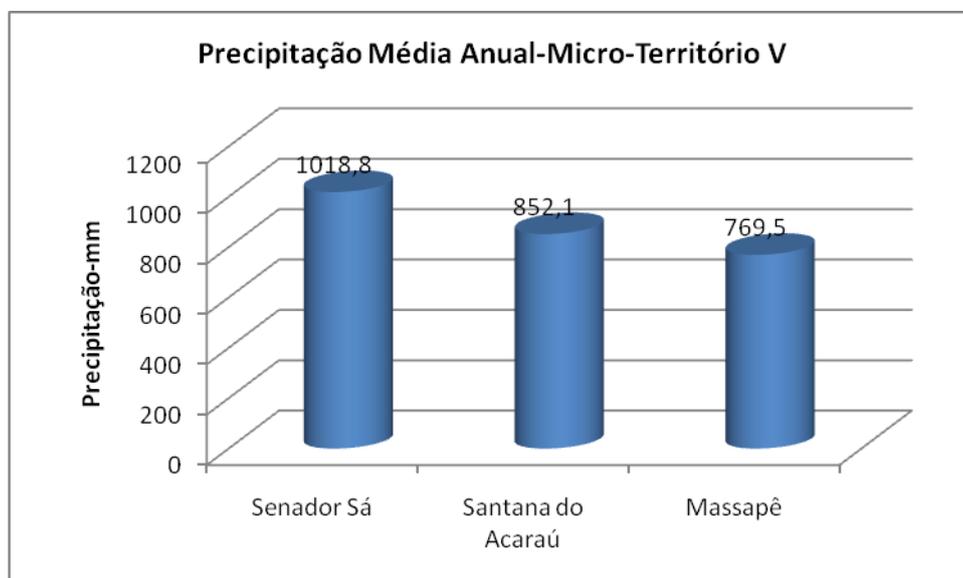
**Figura 15:** Precipitação Média Anual do Micro Território III  
**Fonte:** FUNCEME, 2009.

Os municípios dos microterritórios II e III , figuras 14 e 15 são influenciados diretamente pela chapada da Ibiapaba e por isso apresentam altos índices de precipitação, com média anual de precipitação superior a 1.000mm anuais. O município de Graça apresenta uma média anual de 1.507,2 mm, apresentando portanto a maior média dos municípios de seu micro-território. Esse índice pode ser justificado pelo município estar mais próximo da Chapada da Ibiapaba e por isso apresentar semelhanças do ponto de vista fisiográfico da mesma.



**Figura 16:** Precipitação Média Anual do Micro Território IV  
**Fonte:** FUNCEME, 2009.

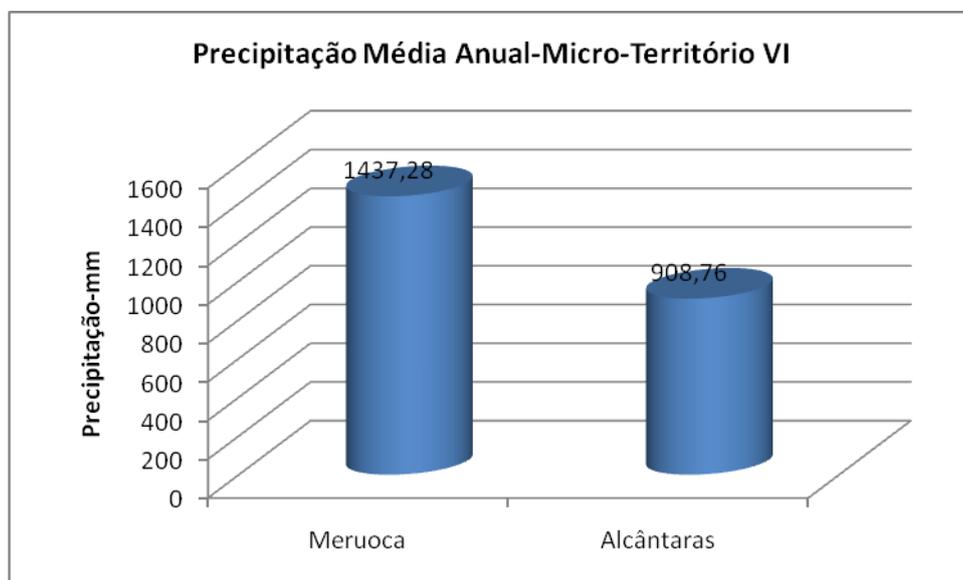
No micro-território IV as chuvas também se distribuem de janeiro a junho. Os meses mais chuvosos correspondem a fevereiro, março e abril chegando a ultrapassar os 200 mm, com maior pico no mês de abril. Assim como nos outros micro-territórios nos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro a precipitação é nula.



**Figura 17:** Precipitação Média Anual do Micro Território V  
**Fonte:** FUNCEME, 2009.

Assim como no Nordeste, a maior parte das chuvas do território se concentra no primeiro semestre do ano, onde os meses de março e abril

apresentam os maiores índices. Esse fato é explicado pela forte presença da Zona de Convergência Intertropical nessa época do ano, conforme pode ser observado nas figuras 13, 14, 15, 16, 17 e 18 que mostram a média anual de precipitação dos municípios do território de Sobral.



**Figura 18:** Precipitação Média Anual do Micro Território VI  
**Fonte:** FUNCEME, 2009.

Através da figura 18 é possível observar que a quantidade de chuva é bem variável no tempo e no espaço. O município de Meruoca localizado á barlavento do Maciço Residual da Meruoca apresenta média anual de 1.437.28mm, condicionada, sobretudo pela altitude e orientação do relevo em relação ao litoral, onde ocorrem as chuvas orográficas.

O município de Alcântaras também localizado neste maciço apresenta menores cotas altimétricas, com precipitação média anual de 908.76mm, muito próximo aos índices do município de Sobral que apresentam média de 878.48mm.

No território de Sobral as precipitações são bastante irregulares do ponto de vista pluviométrico. Existem períodos em que a media não é atingida e outros em que essa média é ultrapassada. Essa forte irregularidade é explicada, sobretudo pela presença dos fenômenos El Nino e La Nina, que causam efeitos variados, além do Dipolo do Atlântico. O El Nino provoca períodos de seca prolongados enquanto o La Nina contribui para a presença de

chuvas na região. O dipolo negativo é favorável a chuvas enquanto o contrário é percebido quando as temperaturas médias do Atlântico Norte são mais quentes.

Os dados analisados fazem-nos concluir que o principal problema da precipitação no território é a má distribuição desta no espaço e no tempo. Fazendo com que haja anos de cheias e outros de escassez prolongada.

No território o segundo semestre do ano apresenta escassos índices pluviométricos associados à forte incidência de radiação solar e altas temperaturas, contribuindo assim para o aumento considerado da evaporação. Nos meses mais chuvosos, em março, abril e maio registra-se uma queda da evaporação.

Os municípios que se localizam na Serra da Meruoca e nas proximidades da Chapada da Ibiapaba apresentam um clima local condicionado principalmente pelo seu relevo, pois possui cotas altimétricas elevadas, que chegam a atingir 900m em algumas áreas. A Serra da Meruoca, assim como as outras serras do Estado do Ceará, funcionam como barreiras orográficas e a barlavento dessas a precipitação é bem mais significativa em relação às outras unidades geomorfológicas, exceto o litoral. As áreas localizadas a barlavento dessas serras são conhecidas como verdadeiros brejos úmidos, enquanto a sotavento a semi-aridez é acentuada.

Com relação à temperatura, a latitude e, por sua vez, a forte insolação não proporcionam variações significativas da mesma durante o ano. A menor temperatura foi observada no Município de Meruoca (Maciço Residual da Meruoca) e a maior temperatura ocorreu no município de Sobral (Depressão Sertaneja). Os meses de junho e julho apresentam menor temperatura. A média mensal das máximas varia de 22,2 °C a 27,6 ° C e a média das mínimas 21,2° C a 21,9° C.

Conforme a tabela 19 os municípios de Alcântaras, Coreaú e Meruoca apresentam a menor média de temperatura. (22,0°C a 24° C) Sendo o mês de julho o mais frio (21,1°C). Em Coreaú os meses mais frios são março e abril. Essas baixas temperaturas são justificadas pelas altas altitudes desses municípios. Em Sobral o mês de menor temperatura é abril (25,9° C e 25,3°C). Em todos os municípios os meses de setembro, outubro, novembro, dezembro

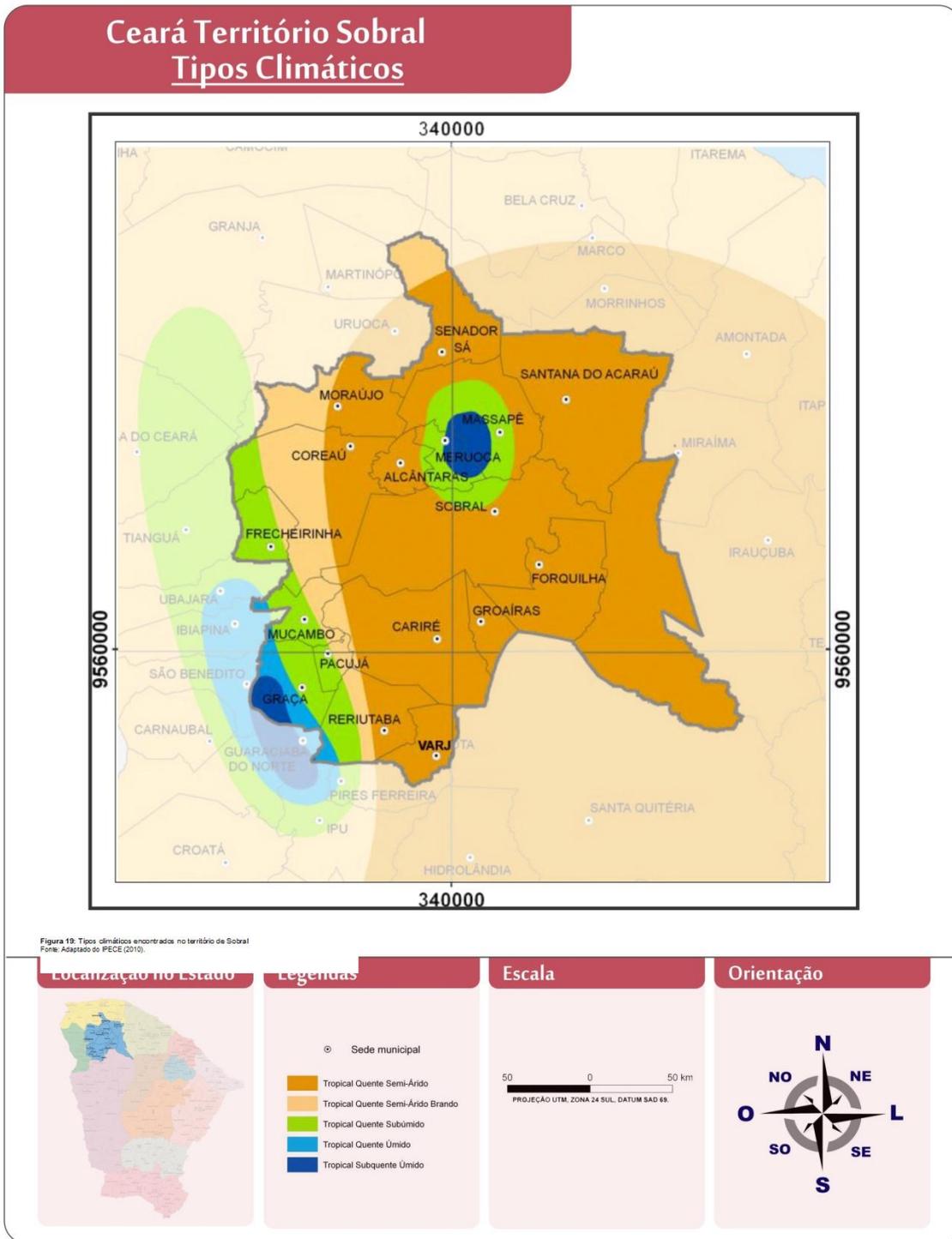
possuem as maiores médias de temperatura.

**Tabela 23:** Municípios com suas temperaturas médias, períodos chuvosos e clima característicos

<b>Municípios</b>	<b>TEMPERATURA MÉDIA (°C)</b>	<b>PERÍODO CHUVOSO</b>
<b>Alcântaras</b>	22° a 24°	Janeiro a maio
<b>Cariré</b>	26° a 28°	Janeiro a abril
<b>Coreaú</b>	24° a 26°	Janeiro a maio
<b>Forquilha</b>	26° a 28°	Fevereiro a abril
<b>Frecheirinha</b>	26° a 28°	Janeiro a maio
<b>Graça</b>	26° a 28°	Janeiro a abril
<b>Groaíras</b>	26° a 28°	Janeiro a abril
<b>Massapê</b>	26° a 28°	Janeiro a maio
<b>Meruoca</b>	24° a 26°	Janeiro a maio
<b>Moraújo</b>	26° a 28°	Janeiro a abril
<b>Mucambo</b>	26° a 28°	Janeiro a maio
<b>Pacujá</b>	26° a 28°	Janeiro a abril
<b>Reriutaba</b>	26° a 28°	Janeiro a abril
<b>Santana do Acaraú</b>	26° a 28°	Janeiro a abril
<b>Senador Sá</b>	26° a 28°	Janeiro a abril
<b>Sobral</b>	26° a 28°	Janeiro a maio
<b>Varjota</b>	26° a 28°	Fevereiro a abril

Fonte: FUNCEME, 2010.

A Figura 19 apresenta os tipos climáticos presentes no território.

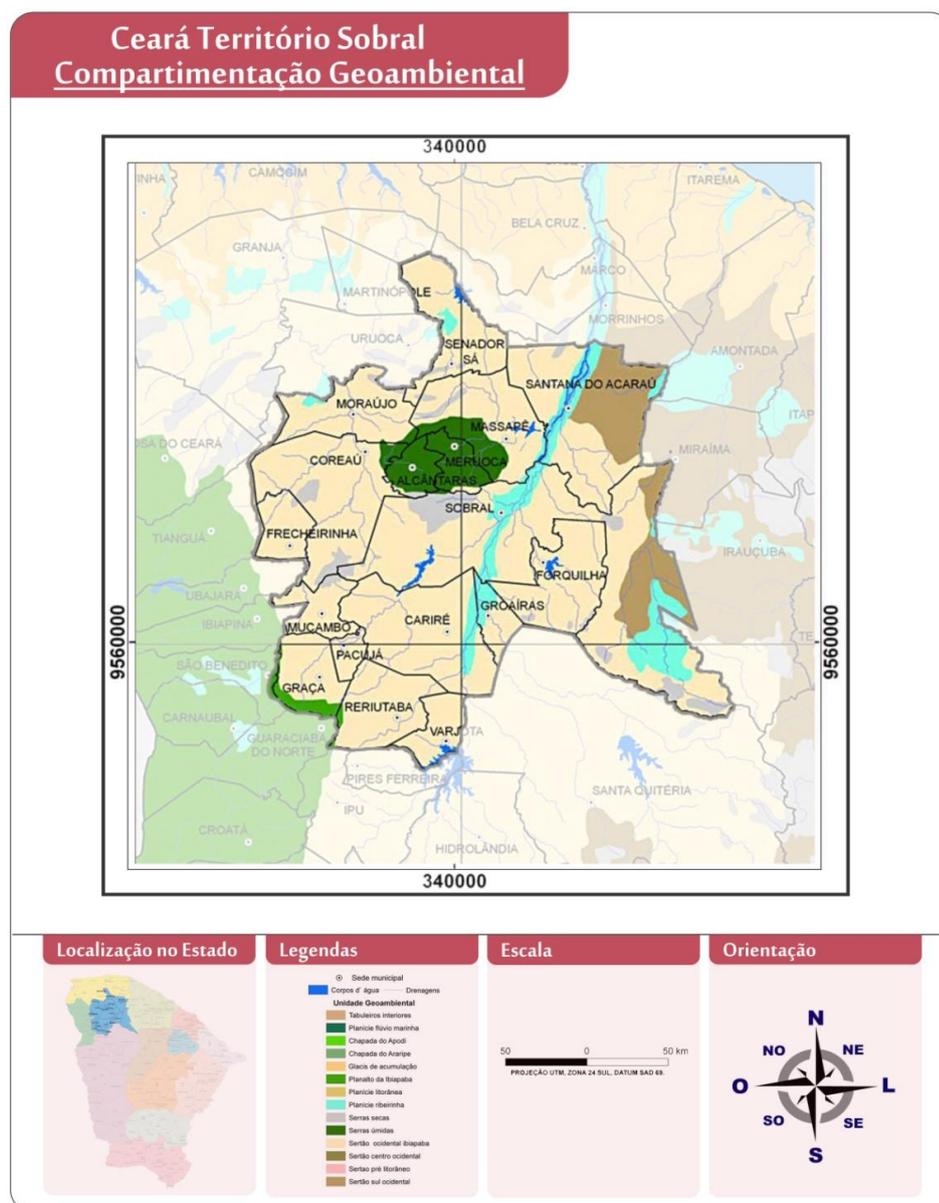


Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

**Figura 19:** Tipos Climáticos Encontrados no Território de Sobral  
 Fonte: Adaptado do IPECE (2010).

## 11.5.2 Características Geomorfológicas

A área em estudo, a bacia hidrográfica do rio Mucambinho, apresenta nitidamente três compartimentos bem representativos dos Domínios Morfoestruturais do Estado do Ceará. São eles, respectivamente, o Maciço Residual Meruoca-Rosário e a Depressão Sertaneja de Sobral, estes fazendo parte, portanto, do Domínio dos Escudos Antigos (Souza, 1988). A figura 20 apresenta tais feições.



Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

**Figura 20:** Mapa da compartimentação geoambiental do Território Sobral  
**Fonte:** Adaptado do IPECE, 2010.

O terceiro compartimento é a Planície de Acumulação Aluvial do rio Mucambinho e as áreas de inundação sazonal do mesmo rio. Estas áreas se diferenciam do ponto de vista ecológico da depressão sertaneja, pois apresentam melhores condições de solos e maior disponibilidade hídrica. Estão inseridas no Domínio dos Depósitos Sedimentares. (SOUZA, 2007).

Os Maciços Residuais compreendem os relevos residuais resultantes dos processos erosivos que ocorreram na era Cenozóica, fase em que se deu a maior modificação e modelação do relevo nordestino, sendo o pediplano desgastado até tornar-se depressão sertaneja. (SOUZA et al., 1979).

Essas feições geomorfológicas, as serras cristalinas, aparecem como pequenos pontos sobre a superfície sertaneja interrompendo assim, a monotonia do relevo do interior do Estado do Ceará.

Manifestam extensões variadas com cotas altimétricas que variam entre 400-800m e, raramente ultrapassam os 900-1000m. São consideradas áreas de exceção, representando verdadeiras ilhas de umidade no quadro geral do semi-árido, contribuindo assim, para a diversificação fisiográfica e ecológica do território cearense. Essas diferenças são tanto do ponto de vista altimétricas, quanto relativamente à composição litológica, às feições de dissecação e a abrangência geral. (FERNANDES 1990). A figura 21 apresenta um mapa da Hipsometria do território.

Os maciços úmidos possuem estação chuvosa mais intensa sendo umidificados pelo efeito orográfico e favorecido principalmente pelo seu relevo. São considerados oásis, ou conhecidos como brejos úmidos, ao lado da semi-aridez que se verifica no interior do Estado do Ceará.

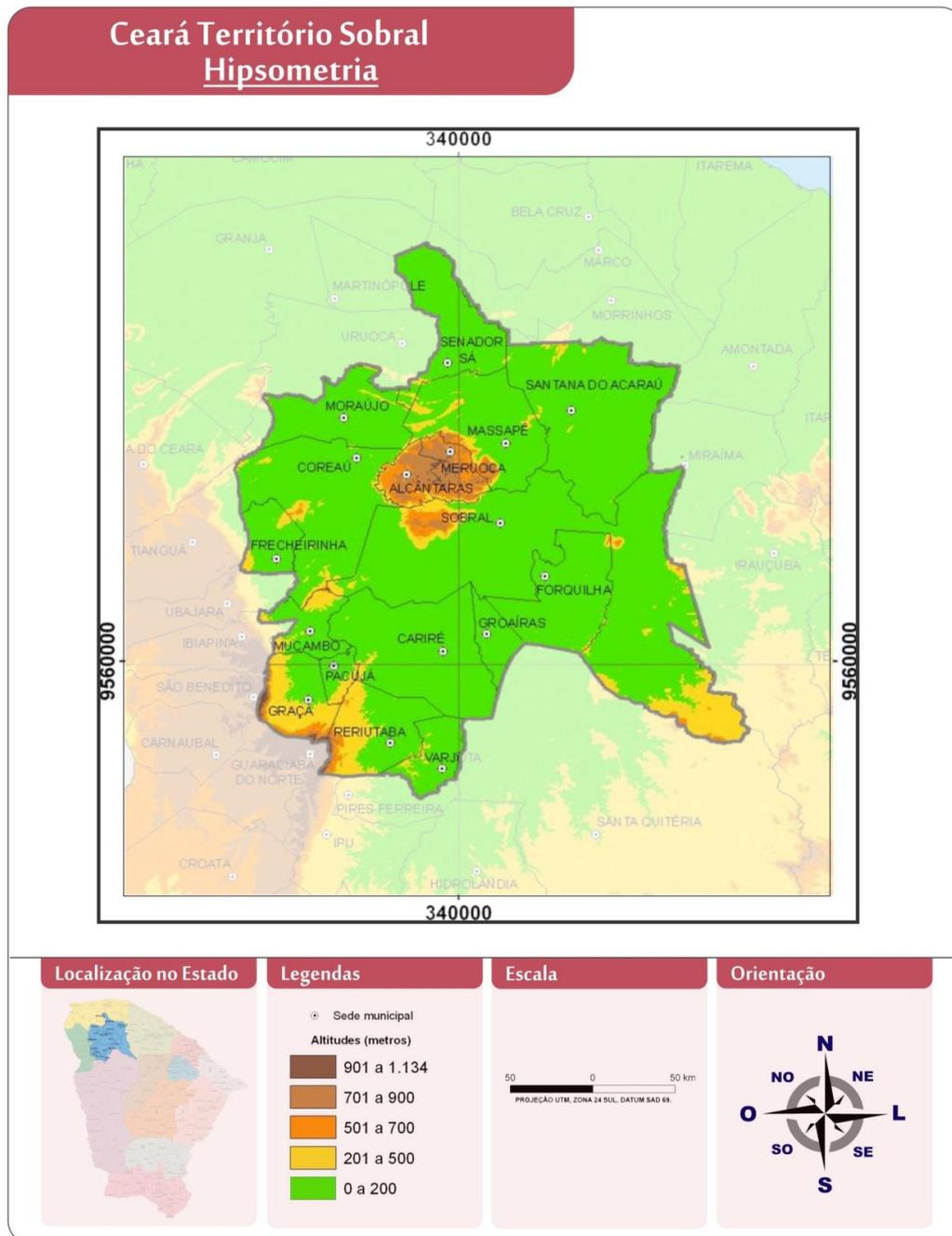
Em função desse quadro climático e das características geológicas, se instala aí uma rede de drenagem densa, de padrão dentrítico e sub-dentrítico, com alta densidade de rios, vales em V, denotando intensa atividade erosiva dos canais fluviais, responsáveis pela dissecação do relevo.

Já os maciços secos apresentam formas menos dissecadas tendo em vista a redução dos totais pluviométricos nessas áreas. A densidade de rios também se apresentam inferiores a dos maciços úmidos.

O maciço residual Meruoca-Rosário, localiza-se a oeste do rio Acaraú inserida nos municípios de Sobral e Massapê. Possui comprimento e largura de

20 e 25 km respectivamente e formato que se aproxima de um losango. Seu relevo foi modelado apresentando-se em forma de topos aguçados e vales em V.

Sua drenagem apresenta várias intensidades de aprofundamento. A leste localizam-se os blocos que possuem relevos mais compactos, chegando a alcançar os 990m de altitude apresentando vales muito profundos.



Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

**Figura 21:** Representação Gráfica do Mapa de Hipsometria  
**Fonte:** Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2010).

A área de depressão sertaneja se estende até o interior desse maciço através dos vales dos riachos Gabriel e Boqueirão. Este último divide parte da serra em dois setores bem diferenciados ecologicamente: Meruoca Norte e Meruoca Sul, ou Rosário.

Para Moreira e Gatto (1981), o setor norte da Serra da Meruoca está dissecado em formas aguçadas, com vales em V e encostas bastante ravinadas, os vales são preenchidos por material de natureza coluvial oriundo das vertentes íngremes.

Essa encosta norte oriental se situa ao nível de 750 m de altitude e encontra-se beneficiada por um regime de chuvas bem representativo e melhor distribuído. Possui estação chuvosa se estendendo de janeiro a junho, chegando a atingir 1.400mm anuais. A drenagem possui padrão dentrítico e rios intermitentes, o que favorece o surgimento de um brejo de cimeira revestido originalmente por floresta, oferecendo assim boas condições naturais para a prática da atividade agrícola, tendo destaque para as culturas de subsistência principalmente de mandioca, feijão e milho, plantio de espécies frutíferas, especialmente de mangueiras, de bananeira e cajueiro.

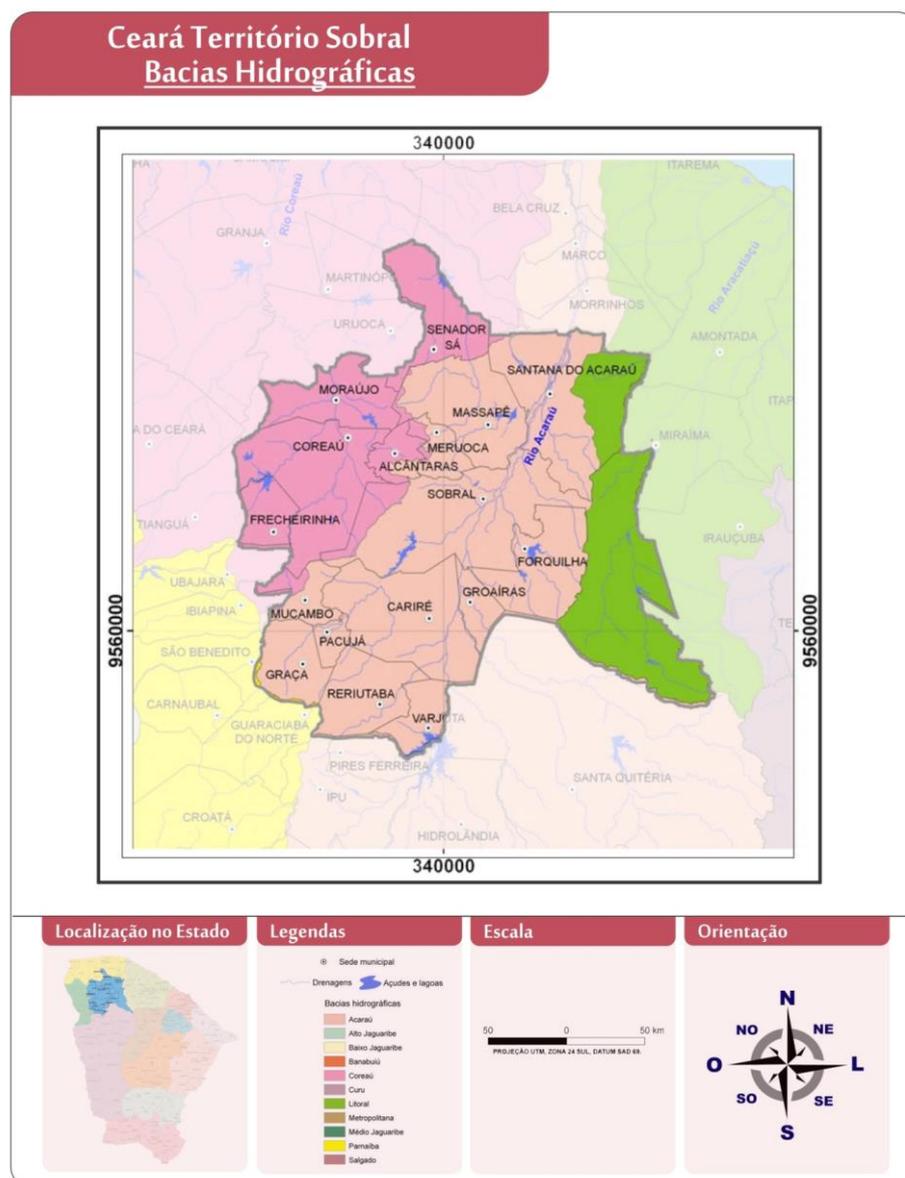
A Serra da Meruoca ao sul, também conhecida como Serra do Rosário, possui características fisiográficas e ecológicas distintas daquelas encontradas no setor norte, assemelhando-se à depressão sertaneja. Ali se observa uma diminuição significativa do regime de chuvas. O relevo foi dissecado em forma de cristas, assim como no norte, porém com topos mais rebaixados, menor amplitude entre os fundos dos vales e vertentes cobertas por matacões.

Como Unidades Geomorfológicas este território apresenta os maciços residuais dissecados em cristas e colinas, depressão sertaneja submetida a processos de sedimentação e complexo cristalino, planícies fluviais e tabuleiros pré-litoraneos, depressão sertaneja composta por formas deprimidas com superfícies planas ou ligeiramente dissecadas.

### 11.5.3 Características Hidrológicas

Quanto à cobertura hídrica do Território, o Território da Cidadania de Sobral apresenta-se banhado por duas importantes bacias hidrográficas, a

Bacia do Coreaú e a Bacia do Acaraú. De acordo com o zoneamento utilizado pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH, os municípios integrantes destas bacias são: A Bacia Hidrográfica do Coreaú, a qual abrange os municípios: Coreaú, Senador Sá e Moraujo, a Bacia Hidrográfica do Acaraú, que abrange os municípios: Massapê, Forquilha, Santana do Acaraú, Sobral e os Reservatórios hídricos monitorados no Território de Sobral. A figura 22 apresenta as bacias que fazem parte do território.



Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

**Figura 22:** Mapa das Bacias Hidrográficas que banham o território de Sobral  
**Fonte:** Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2010).

O Território da Cidadania de Sobral apresenta também, em sua área espacial, importantes reservatórios hídricos, sendo estes monitorados tecnicamente pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra a Seca) e pela COGERH (Companhia de Gerenciamento dos Recursos Hídricos), servindo como fonte de abastecimento para consumo humano, atividades agrícolas, esportivas e de lazer, sendo as mesmas apresentadas na Tabela 22 e Tabela 23.

**Tabela 22:** Açudes Monitorados na Bacia do Coreaú

<b>Açude</b>	<b>Município</b>	<b>Capacidade (m<sup>3</sup>)</b>	<b>Cota (m)</b>	<b>Volume (m<sup>3</sup>)</b>	<b>Volume (%)</b>	<b>Vazão (L/s) *</b>
<b>Angicos</b>	Coreaú	56.050.000	104.33	44.047.400	78.6	400
<b>Diamante</b>	Coreaú	13.200.000	97.11	10.797.000	81.8	0
<b>Gangorra</b>	Granja	62.500.000	37.05	50.948.000	81.5	150
<b>Itaúna</b>	Chaval	77.500.000	30.71	48.236.000	62.2	800
<b>Martinópolis</b>	Martinópolis	23.200.000	98.78	21.820.600	94.1	0
<b>Premuoca</b>	Uruoca	5.200.000	86.9	3.866.000	74.3	50
<b>Trapiá III</b>	Coreaú	5.510.000	98.6	3.900.000	70.8	0
<b>Tucunduba</b>	Senador Sá	41.430.000	107.98	31.150.000	75.2	50
<b>Várzea da Volta</b>	Moraújo	12.500.000	107.32	9.270.000	74.2	0
<b>Total</b>	<b>9 açudes</b>	<b>297.090.000</b>	<b>-</b>	<b>224.035.000</b>	<b>75.4</b>	<b>-</b>

Fonte: COGERH, 2009.

\* Vazão liberada pela tomada d'água para perenização do rio.

**Tabela 23:** Açudes Monitorados - Bacia do Acaraú

Açude	Município	Capacidade (m <sup>3</sup> )	Cota (m)	Volume (m <sup>3</sup> )	Volume (%)	Vazão (L/s)*
Acaraú Mirim	Massapê	52.000.000	113.98	45.276.000	87.1	200
Araras	Varjota	891.000.000	151.29	735.861.760	82.6	5200
Arrebita	Forquilha	19.600.000	111.07	16.019.500	81.7	0
Ayres De Souza	Sobral	104.430.000	93.01	82.342.500	78.8	600
Bonito	Ipu	6.000.000	103.75	4.825.000	80.4	12
Carão	Tamboril	26.230.000	95.02	20.732.280	79.0	0
Carmina	Catunda	13.628.000	278.95	10.805.031	79.3	0
Edson Queiroz	Santa Quitéria	254.000.000	199.45	211.241.000	83.2	700
Farias De Sousa	Nova Russas	12.230.000	96.65	9.452.000	77.3	0
Forquilha	Forquilha	50.130.000	111.01	40.269.600	80.3	170
São Vicente	Santana do Acaraú	9.840.000	99.69	6.634.200	67.4	0
Sobral	Sobral	4.675.000	97.98	3.896.200	83.3	20
<b>Total</b>	12 açudes	1.443.763.000		1.187.355.071	82.2	

Fonte: COGERH, 2009

\* Vazão liberada pela tomada d'água para perenização do rio.

**Tabela 24:** Obras de abastecimento do projeto São José em municípios do território de Sobral no período de 2000 a 2009

Município	Nº de Obras	Nº de famílias atendidas
Alcântaras	4	354
Cariré	7	608
Coreaú	3	190
Forquilha	16	947
Graça	-	-
Groaíras	14	1018
Massapé	20	1799
Meruoca	3	105
Moraújo	4	281
Pacujá	2	120
Reriutaba	12	619
Santana do Acaraú	18	1069
Senador Sá	2	75
Sobral	5	230
Varjota	3	162
Frecheirinha	-	-
Mucambo	3	283

Fonte: SDA, julho de 2009.

**Tabela 25:** Participação municipal na etapa Regional do Pacto das águas

Município	Oficina regional		Diálogo municipal		Seminário regional	
	Instituições	Participantes	Instituições	Participantes	Instituições	Participante
Alcantaras	0	0	2	5		
Cariré	0	0	1	3	0	03
Coreaú	0	0		4	0	06
Forquilha	0	0	2	3	0	08
Frecheirinha						-
Graça	0	0	1	2	0	08
Groaíras	0	0				-
Massapê	0	0		3	0	05
Meruoca	0	0			0	07
Moraújo			2	3	0	06
Mucambo						-
Pacujá	0	0			0	03
Reriutaba	0	0	1	5	0	06
Santana do Acaraú	0	0	1	10	1	19
Senador Sá	0	0				-
Sobral	0	0	2	3		-
Varjota	0	0			0	01

Fonte: Pacto das águas, 2009.

A bacia do Acaraú possui como principal rio, o rio Acaraú e possui como principais afluentes os rios Groaíras, Jaibaras, Macacos e Jacurutu. Tal bacia drena 28 municípios, 10 integralmente, dentre eles: Cariré, Forquilha, Graça, Groaíras, Massapê, Pacujá, Reriutaba e Varjota, e os demais, parcialmente, Alcântara (19,48%), Meruoca (83,84%), Mucambo (71,38%), Santana do Acaraú (69,71%) e Sobral (45,01%).

A bacia do rio Coreaú é composta da área drenada pelo rio e seus tributários, além de microbacias que se abrem diretamente para o Oceano Atlântico. A bacia hidrográfica do rio Coreaú drena os municípios de Coreaú, Frecheirinha, Senador Sá, e parcialmente, Alcântaras (80,21%), Meruoca (11,82%), Mucambo (28,62%) e Sobral (5,60%).

#### 11.5.4 Características Edafológicas

Predominam neste território os solos Planossolo Solódico (PLANOSSOLOS), Podzólico Vermelho-Amarelo (ARGISSOLOS), Bruno Não Cálcico (LUVISSOLOS), Litólicos (NEOSSOLOS LITÓLICOS) e Aluviais (NEOSSOLOS FLÚVICOS), sendo esses solos apropriados para a exploração da fruticultura, e cultivo do feijão, milho, mandioca, caju, coco, carnaúba e pecuária.

De acordo com a EMBRAPA (1999) os Argissolos (Podzólicos Vermelho-Amarelo Eutrófico) compreendem solos constituídos por material mineral, que têm como características diferenciais argila de atividade baixa e horizonte B textural (Bt), imediatamente abaixo de qualquer tipo de horizonte superficial, exceto o hístico, sem apresentar, contudo, os requisitos estabelecidos para serem enquadrados nas classes dos Alissolos, Planossolos ou Gleissolos.

Parte dos solos desta classe apresenta um evidente incremento no teor de argila, com ou sem decréscimo, do horizonte B para baixo no perfil. A transição entre os horizontes A e Bt é usualmente clara, abrupta ou gradual.

São de profundidade variável, desde forte e imperfeitamente drenados, de cores avermelhadas ou amareladas, e mais raramente, brunadas ou acinzentadas. A textura varia de arenosa a argilosa no horizonte A e de média a muito argilosa no horizonte Bt, sempre havendo aumento de argila daquele para este.

Na área em estudo, principalmente nas áreas mais elevadas onde às cotas alcançam os 800m, os argissolos encontram-se recobertos por uma vegetação de floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular, onde predomina espécies de Babaçu, Cedro, Mororó, Jatobá e o Pau D'arco Amarelo, favorecidas pela ocorrência da precipitação em forma de névoa na maior parte do ano.

Fernandes (1990) divide essa vegetação florestal em três estratos: um superior (árvores de 15 a 20 m de altura), um intermediário (arvoretas e arbustos de 3 a 5 metros) e um inferior (com subarbustos e espécies herbáceas).

Os Neossolos Litólicos (Solos Litólicos) são encontrados principalmente no sopé da Serra da Meruoca. Compreendem solos rasos (profundidade igual ou inferior a 50 cm), com fraca evolução pedológica, textura arenosa ou média e normalmente cascalhenta, drenagem variando de moderada à acentuada. No geral, apresenta um horizonte A existente diretamente sobre a rocha – R, ou sobre a camada de alteração desta. Possuem pedregosidade ou rochosidade na superfície e freqüentemente são encontrados associados com afloramentos rochosos.

Possuem grandes limitações quanto ao uso agrícola devido a vários fatores como: alta susceptibilidade à erosão, pedregosidade, rochosidade, pouca profundidade, falta d'água. São formados a partir de materiais de várias rochas de diversas formações geológicas como gnaisses, granitos, migmatitos, arenitos, folhelhos, entre outras.

Estes solos encontram-se recobertos por uma vegetação de caráter caducifólio, predominando espécies da caatinga arbustiva. A vegetação xerófila é um tipo vegetacional característico das serras secas, especialmente nas isoladas de encostas íngremes. São encontradas ainda nos flancos das demais serras elevadas onde se desenvolve uma vegetação caducifólia de caráter xerófilo, denominada de caatinga.

Nas partes mais elevadas são encontradas espécies da caatinga alta seguida inferiormente pela caatinga baixa, que é predominante, dando assim continuidade àquela da depressão sertaneja. As espécies mais encontradas foram o Angico, Aroeira da Serra, Imburana, Jucazeiro, Jurema Preta, Mandacaru, Marmeleiro, Pau Branco, Pau d'arco Amarelo e Pereiro .

Os Planossolos (Planossolo Solódico e Solonetz Solodizado) se encontram distribuídos nas áreas de relevo plano e suave ondulados, ocupando as partes mais baixas da depressão sertaneja e ainda nas áreas de várzea, onde há condições favoráveis ao acúmulo de sódio. Quanto à química possuem média a alta saturação por bases, apresentando elevados teores de sódio no horizonte B, com valores entre 6 e 15 % (característica Solódico), mas também acima de 15%. Por apresentar estes valores possuem caráter solódico, reação alcalina, e a condição de solo halomórfico (salino).

Por possuírem condições físicas e químicas desfavoráveis e ainda deficiência hídrica, apresentam fortes limitações ao uso agrícola, sendo aproveitados, portanto para uso na pecuária e pastagens. São originados principalmente de materiais provenientes de alteração de rochas gnáissicas e migmatitos, e em superfície são influenciados às vezes por recobrimento de material pedimentar. São recobertos principalmente por vegetação de Caatinga Arbustiva e Vegetação de Várzea.

Os Luvisolos (Bruno Não Cálcico) são encontrados principalmente nas partes mais rebaixadas. Compreendem solos minerais, não hidromórficos, com horizonte B textural ou B nítico, com argila de atividade alta e saturação por base alta, imediatamente abaixo do horizonte A fraco ou moderado, ou horizonte E.

Estes solos variam de bem a imperfeitamente drenados, sendo normalmente pouco profundos (60 a 120 cm). São revestidos principalmente por espécies da caatinga arbustiva, caracterizando-se por vegetação espinhosa, garrancheira, que representam mecanismos de defesa em virtude da forte limitação hídrica.

Os Neossolos Flúvicos (Solos Aluviais) são encontrados percorrendo toda a calha do rio Mucambinho. Constituem solos poucos evoluídos, variando de profundos a muito profundos, possuindo um perfil que comumente apresenta um horizonte A sobreposto ao horizonte C, quase sempre composto por uma seqüência de várias camadas que se diferenciam principalmente pela textura e granulometria, não guardando entre si, relações genéticas.

Esses solos possuem alta fertilidade natural, por isso dotados de elevado potencial ao uso agrícola, o que os torna bastante utilizados, inclusive com sistemas de irrigação. Ocupam as partes marginais dos cursos d'água, preferencialmente em áreas de várzea, formados por sedimentos que não se consolidaram, como argila, silte, areias, que são originados de deposições fluviais quaternárias.

São constituídos por material mineral ou por material orgânico pouco espesso, com menos de 30 cm em consequência da baixa intensidade de atuação dos processos pedogenéticos que não conduziram, ainda, modificações do material originário, de características do próprio material, pela

sua resistência ao intemperismo ou composição química e do relevo que podem impedir ou limitar a evolução desses solos.

Possuem seqüência de horizonte A-B, A-C-B, A - Cr-R, A - Cr, A-C, O-R ou H-C tipos de horizontes superficiais, incluindo o horizonte O ou H hístico, com menos de 30 cm de espessura quando sobrejacente à rocha ou a material mineral.

Alguns solos têm horizonte B com fraca expressão dos atributos (com estrutura ou acumulação de minerais secundários e/ou colóides), não se enquadrando em qualquer tipo de horizonte B.

São revestidos por mata galeria (AB'SABER, 1974), ou regionalmente por floresta mista dicótilo-palmácea (FERNANDES, 1990), representadas principalmente na área em estudo pela oiticica (*Licânia rígida* Benth) e carnaúba (*Copernícia prunifera*)

Na Serra da Meruoca os solos são utilizados com culturas cíclicas (milho e feijão), café em coco, fumo em folha, mandioca, citricultura (laranja), fruticultura (manga, mamão, banana), horticultura, cana-de-açúcar, pastagem natural e artificial. Nas áreas de várzea da depressão sertaneja são cultivadas principalmente culturas cíclicas como o milho e o feijão e ainda algumas frutíferas como a banana, o mamão, dentre outros.

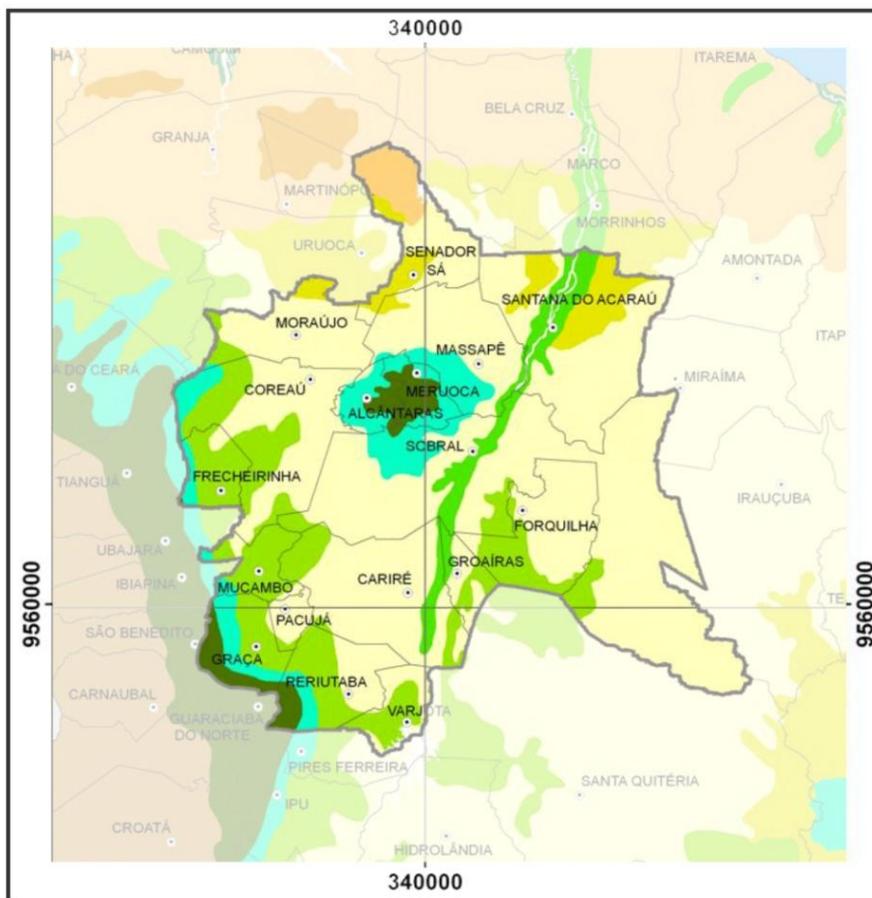
#### 11.5.5 Características Vegetais

Predominam no território as características de Unidades Fitoecológicas Floresta mista dicótilo-palmácea (mata ciliar com carnaúba e dicotiledôneas), em áreas dos municípios de Sobral, Massapê, Cariré e Santana do Acaraú, Floresta subperenifólia tropical pluvio-nebular (mata úmida, serranas), nos municípios de Meruoca, Alcântaras, Sobral, Frecheirinha, Forquilha e Graça, Floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca), em Mucambo, Moraújo, Groaíras, Coreaú, Frecheirinha, Reriutaba, Graça, Meruoca, Alcântaras, Sobral e Massapé, Caatinga arbustiva densa e aberta com áreas em todos os municípios e complexo vegetacional da zona litorânea com faixas no município de Senador Sá.

A cobertura vegetal predominante em boa parte desses municípios é a caatinga, associada aos domínios dos terrenos cristalinos da depressão sertaneja, onde a deficiência hídrica é a característica mais marcante, juntamente com solos de pouca profundidade, freqüentemente revestidos por pavimentos detríticos (seixos). Constitui a vegetação típica dos sertões, ostentando padrões fisionômicos e florísticos heterogêneos, incluindo faixas de transição para outras unidades fitoecológicas. Apresenta espécies arbóreas e arbustivas, podendo ser densa ou aberta, refletindo as relações mútuas entre os componentes do meio físico, tais como: relevo, tipo de rocha, tipo de solo e grau de umidade. As espécies mais representativas são: jurema, catingueira, angico, sabiá, marmeleiro, juazeiro e mandacaru.

A caatinga encontra-se bastante descaracterizada, tanto pela interferência antrópica, através da agricultura (dominante de subsistência), da pecuária (principalmente a caprinocultura) e da retirada de lenha e carvão, como pela incidência de períodos críticos de estiagem acentuada. A degradação da caatinga determina a maior expansão das espécies arbustivas, reduzindo a diversidade da flora e modificando o equilíbrio ecológico. Tendo em vista os fatores limitantes para a atividade agrícola (clima, profundidade do solo, pedregosidade, deficiência hídrica e erosão), tem-se praticado nesses ambientes uma agricultura de rotação de terras, em que, após dois ou três anos, a área é abandonada, favorecendo o aparecimento de uma vegetação secundária que não oferece nenhuma proteção ao solo e não possui nenhum valor econômico.

## Ceará Território Sobral Unidades Fitoecológicas



### Localização no Estado



### Legendas



### Escala



### Orientação



Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

**Figura 23:** Representação gráfica do mapa do território Sobral apresentando as principais unidades fitoecológicas

Fonte: Adaptado do IPECE, 2010.

Nos níveis mais elevados da serra da Meruoca, ocorre a vegetação de Mata Úmida (Floresta Pluvio-nubular). Sua composição florística caracteriza-se por árvores que alcançam até 30 metros, com espécies que conservam 75 a

100% das folhas durante o ano. Dentre as espécies dominantes nessa umidade, destacam-se: babaçu, potumuju, jatobá, tururubá, piroá etc.

A figura 24 apresenta as características vegetais presentes no território de Sobral.

As planícies fluviais são áreas que apresentam boas condições hídricas e solos férteis, favorecendo, em alguns trechos, a instalação de uma cobertura vegetal, cuja fisionomia de mata Galeria ou ciliar, dominada por carnaubais, contrasta com a vegetação caducifólia e de baixo porte dos interflúvios sertanejos. As principais espécies que habitam esses ecossistemas são a carnaúba, associada ao mulungu, juazeiro, oiticica e ingá-bravo, além de espécies arbustivas e trepadeiras.

#### **11.6. Características Geoambientais dos Sistemas Produtivos da Agricultura Familiar**

A caracterização ambiental do território da cidadania de Sobral congrega dois sistemas distintos: o sistema de sertão e o de serra, cujas características principais são as seguintes:

O sistema de Sertão se caracteriza pela sua formação geomorfológica de depressão sertaneja submetida a processos de sedimentação, cristalino e planícies fluviais apresentando como unidades fitoecológicas a floresta caducifólia espinhosa e tropical e caatinga arbustiva densa e aberta. Nele são identificadas situações ambientais que promovem condições diferenciadas para a exploração produtiva, em função da qualidade da terra e da disponibilidade da água. Os municípios com presença mais significativa desse sistema são: Varjota, Senador Sá, Santana do Acaraú, Pacujá, Mocambo, Moraújo, Groaíras, Forquilha e Coreaú.

Tal sistema apresenta o Subsistema de Caatinga que corresponde às áreas de serrotes, serras secas, chapadas e superfícies planas com fundos de vale abertos e áreas de relevo mais ondulado e fundo de vales mais estreitos. Os tipos de solos mais encontrados são: barro branco, vermelho, roxo,

massapê e arisco, que se sucedem e se mesclam, tornando-se apropriados para uma exploração diversificada de culturas. São utilizados com a pastagem nativa (mata), a pastagem nativa melhorada (capoeira, raleamento, rebaixamento e recenseamento) e cultivada (palma forrageira, mandioca, sorgo, milho, capins de pisoteio de sequeiro e leucena), a tradicional agricultura de subsistência com a exploração do milho, mandioca, arroz e do feijão e a fruticultura de sequeira na produção do caju.

Tal sistema ainda apresenta o Subsistema de Baixio de Sequeiro que corresponde a área de solos aluviais comumente chamados de beira de rio ou croa, utilizado fortemente com a agricultura de subsistência de milho e feijão, uma pequena parte na produção de forragem cultivada de sequeiro e irrigada de corte (capim elefante) e superficialmente na produção de fruteiras de sequeiro (manga), plantas medicinais e hortaliças (cheiro verde) para consumo das famílias. As culturas mais apropriadas para pequena irrigação nesse sistema são: as hortaliças, as fruteiras, o milho, o feijão e as campineiras de corte. Outra atividade potencial para esses locais é a irrigação de salvação para as culturas de milho e feijão de sequeiro no período invernososo e as fruteiras de sequeiro (manga, graviola, acerola, cajá, siriguela, etc.). A criação animal se integra a esse sistema no aproveitamento dos restos culturais e na oferta de forragem de corte. As espécies criadas nesta região são o bovino misto, o ovino de corte, o caprino misto, a abelha e as aves.

Outro Subsistema é o de Baixio Perenizado que corresponde a área de solos aluvionais comumente chamados de beira de rio/riacho, baixio ou croa, localizado no lado jusante (para onde o rio corre) de médios e grandes açudes, com disponibilidade permanente de água no leito dos rios ou riachos dessas áreas. Tem um grande potencial para ser utilizado fortemente com a produção irrigada de milho, feijão, fruteiras (mamão, laranja, manga, ata, limão, banana, coco, goiaba, graviola, etc.), e hortaliças (cenoura, beterraba, alface, cheiro-verde, tomate, pimentão, etc.), para consumo e venda, como também na produção de forragem cultivada de corte (capim elefante, mineirão, paulistinha, cana, sorgo, milho, cunha e leucena) para consumo animal. A criação animal se integra a esse sistema no aproveitamento dos restos culturais e na oferta de

forragem de corte. As espécies mais utilizadas são o bovino leiteiro e misto, o ovino de corte, o caprino leiteiro de corte e misto, a abelha, o peixe e as aves.

Ainda há o Subsistema de Vazante que apresenta diferenciação com as demais situações ambientais decorrente de uma intervenção humana mais significativa no ambiente natural. Esse sistema se caracteriza pela localização da sua área no lado montante (beira do açude) do açude e comumente é conhecida como vazante. Outra característica desse sistema é a utilização do plantio de culturas temporárias (milho, feijão, batata doce, jerimum, etc.) em função da variação do fluxo de água nos períodos invernosos e verão. O seu potencial é diferenciado e varia de acordo com o porte do açude e com a qualidade das terras do seu entorno. Comumente esse sistema é desenvolvido nas montantes dos grandes açudes públicos, e nos médios e pequenos açudes particulares e de áreas de assentamentos.

No Sistema Ecológico de Serra Úmida também foram identificadas situações ambientais diferenciadas e se caracteriza por um conjunto de elementos naturais com destaque para a altitude, topografia, temperatura, umidade e uma variação significativa dos solos. A sua composição é formada por unidades fitoecológicas de floresta subperenifólia tropical pluvio-nebular e unidades geomorfológicas de maciços residuais dissecados em cristais e colinas. Os municípios de Meruoca, Alcântara, Sobral, Massapê e Cariré são os mais representativos nesse sistema. Os sistemas ambientais identificados nesse ecossistema são: Alto da Serra, Costela da Serra e Pé de Serra.

O Sistema de Alto da Serra, como o próprio nome já indica se caracteriza pela altitude, garantindo um clima mais ameno e automaticamente um solo mais úmido e bastante variado. Essa condição viabiliza a exploração nativa e cultivo de fruteiras (abacate, graviola, manga, laranja, limão, ata, mamão, etc.), em especial o caju e a banana, como também o café e a agricultura de subsistência (milho, feijão de arranca e mandioca). Na alimentação animal é utilizado para a produção de pastagem cultivada (capim de pisoteio e de corte, cana de açúcar, sorgo e milho) e da pastagem nativa. Na criação animal as espécies mais apropriadas para este sistema são: bovino, ovino, suíno, abelha, peixe e aves.

O Sistema de costela da Serra caracteriza-se fortemente pela sua irregularidade topográfica. Localiza-se no lado íngreme da serra (costela) tornando muito difícil as condições de trabalho além de ser protegida pela legislação ambiental tornando-a área de reserva permanente, portanto, proibida de exploração agropecuária tradicional ou modernizante. Na parte mais úmida (serra úmida) são apropriadas para exploração de fruteiras arbóreas (jaca, ata, cajá, manga, etc), todas em sistemas agroflorestais, como também a criação de abelha e o turismo ecológico comunitário.

O Sistema de Pé de Serra corresponde à área de terra que fica entre a parte de sertão e se eleva gradativamente até o início de formação da serra propriamente dita ocorrendo uma mudança climática, caracterizando-se, portanto, como um clima de transição, entre o sertão (quente e semi – árido) e a serra (quente e úmida) o que também determina uma vegetação peculiar para este ambiente. Nessa área é mais apropriada para a exploração animal, a criação de bovinos, ovinos e caprinos no aproveitamento da pastagem nativa e nativa melhorada, na produção de forragens cultivadas (capim de pisoteio de sequeiro, sorgo, milho, etc.) como também na agricultura de subsistência (milho e feijão), complementado com criação de aves caipiras e abelha.

## 12 ASPECTOS ANTRÓPICOS

Em relação às características antrópicas do território, este não se diferencia muito de outras áreas do Estado. São características visíveis em todos os municípios que se agravam a cada dia em razão da vulnerabilidade ambiental e social que existe.

Tendo a base da economia na agricultura e pecuária, o meio natural é explorado de forma inadequada para o cultivo de áreas e a implantação de pastagens, sem a preocupação com a conservação dos recursos naturais. Também há no território a extração de madeira, onde estas atividades colaboram com a acentuada devastação causada pelo homem.

É comum também a extração de coco babaçu na serra da Meruoca, que é utilizado como carvão nas padarias da região. Al

É comum também a retirada de areia dos leitos dos rios, o que ocasionam um processo de assoreamento dos mesmos e uma diminuição das “cacimbas” naturais que nos períodos secos servem de reservatórios de água para as comunidades.

Com relação aos aspectos conservacionistas do solo, os agricultores do território ainda utilizam técnicas arcaicas de cultivo, no qual ocorre um uso exacerbado do mesmo sem um prazo de descanso e muitas vezes tais práticas são consorciadas com o cultivo de animais que pisoteiam o solo, compactando o mesmo e modificando as características físicas, desencadeando processos de desertificação.

Existem ações pontuais no território com relação à educação ambiental. Conscientização por parte dos técnicos do Instituto Agropolos do Ceará e ações de ONG's como acontece com a CACTUS. A SEMACE também realiza ações no território, capacitando multiplicadores em educação ambiental.

Em Forquilha houve uma tentativa de implantação de energia solar, não muito aceito por parte da população e que por isso foi paralisada.

Com relação ao Saneamento Ambiental, a situação é grave, pois é quase inexistente nas cidades e, em comunidades rurais e vilarejos, esta não existe. Dessa forma todos os dejetos são lançados a céu aberto poluindo rios,

riachos, açudes, lagoas, olhos d'água e até mesmo as precárias águas existentes no subsolo.

O Lixo é outro fator preocupante. As áreas rurais antes limpas hoje estão com um visual que é calamitoso. O acúmulo de sacolas plásticas, garrafas pet, vidros e outros materiais são de enorme proporção e ficam ao sabor dos ventos degradando todo o meio natural. A tabela 28 apresenta essa realidade da problemática do lixo no território como um todo.

**Tabela 26:** Proporção de Moradores por tipo de Destino de Lixo

Municípios	Coletado	Queimado	Enterrado	Jogado	Outro
<b>MICRO TERRITORIO I</b>					
Cariré	16,2	17,2	2,0	2,0	0,1
Reriutaba	32,1	12,8	1,3	53,1	0,7
Varjota	21,2	27,4	0,6	47,7	3,2
<b>TOTAL</b>	<b>23,2</b>	<b>19,1</b>	<b>1,3</b>	<b>34,3</b>	<b>1,3</b>
<b>MICRO TERRITORIO II</b>					
Coreaú	15,7	9,6	0,3	68	6,5
Frecheirinha	49,7	9,5	0,2	40,3	0,3
Moraújo	28,9	5,1	0,1	65,8	0,1
<b>TOTAL</b>	<b>31,4</b>	<b>8,1</b>	<b>0,2</b>	<b>58,0</b>	<b>2,3</b>
<b>MICRO TERRITORIO III</b>					
Graça	16,8	11,6	0,6	70,9	0,1
Mucambo	41,1	10,3	0,6	46,8	1,2
Pacujá	40,2	10,6	0,3	48,8	0
<b>TOTAL</b>	<b>32,7</b>	<b>10,8</b>	<b>0,5</b>	<b>55,5</b>	<b>0,4</b>
<b>MICRO TERRITORIO IV</b>					
Forquilha	48,4	5,3	0,1	45,9	0,2
Groairas	46,4	10,6	0,3	42,7	0
Sobral	65,4	6,5	0,1	23,2	0,8
<b>TOTAL</b>	<b>53,4</b>	<b>7,5</b>	<b>0,2</b>	<b>37,3</b>	<b>0,3</b>
<b>MICRO TERRITORIO V</b>					
Massapê	32,3	13,8	0,2	34,3	19,5

Municípios	Coletado	Queimado	Enterrado	Jogado	Outro
Santana do Acaraú	35,8	10,2	0,6	52,9	0,5
Senador Sá	27,4	11,2	0,8	60,1	0,5
<b>TOTAL</b>	<b>31,8</b>	<b>11,7</b>	<b>0,5</b>	<b>49,1</b>	<b>6,8</b>
<b>MICRO TERRITORIO VI</b>					
Alcantaras	22,5	20,4	1	49,8	6,4
Meruoca	28	26	0,7	37,3	9,2
<b>TOTAL</b>	<b>25,3</b>	<b>23,2</b>	<b>0,9</b>	<b>43,6</b>	<b>7,8</b>
<b>TOTAL DO TERRITORIO</b>	<b>33,0</b>	<b>13,4</b>	<b>0,6</b>	<b>46,3</b>	<b>3,2</b>

Fonte: IBGE, 2000.

Nas cidades a poluição do ar já tem um significativo aumento por conta do grande número de veículos automotores, principalmente motos que circulam sem qualquer cuidado de regulação no que diz respeito à emissão de gases poluentes.

Outro fator que preocupa é a pavimentação asfáltica que algumas cidades estão recebendo, e em um futuro próximo com a impermeabilização destas vias que provocarão alagamentos das áreas mais rebaixadas onde moram maior parte da população em situação social desfavorável. Também pode se verificar com esta medida o aumento de temperaturas causando um desconforto térmico acentuado, e não há estudos ou planejamento que venham mitigar as conseqüências que estes fatores acima citados venham causar a população.

## 12.1 Desmatamento e Queimadas

A existência de matas e recursos hídricos de importância territorial e a necessidade de preservá-los e a consciência ambiental por parte do poder Público e da sociedade é uma preocupação no território. Exemplo disso são os mecanismos e instrumentos criados para a proteção dessas áreas tal como a Estação Florestal de Experimentação. E em Sobral, com 598 ha, para proteção

da Bacia Hidrográfica do Açude Aires de Sousa e do Parque Ecológico da Lagoa da Fazenda com 19 ha para proteção do ecossistema lacustre.

Mas, essa preocupação e consciência ecológica e ambiental não têm sido suficiente para impedir o processo de degradação ambiental por que passam esses municípios, exemplo disso são os rios e riachos que se encontram assoreados pelo desmatamento das matas ciliares, causando a diminuição dos leitos dos mesmos e a extinção e migração de espécies animais do seu habitat natural.

São inúmeros os fatores que associados atuam em diferentes intensidades para a degradação ambiental, seja em decorrência do elevado nível de concentração fundiária, conduzindo a uma superexploração dos recursos naturais ou pela exploração de imensas áreas de monocultura que têm um impacto marcante sobre a paisagem natural, com efeitos sobre a flora e a fauna, seja pela instabilidade climática ou pelas práticas inadequadas levando à exaustão dos solos com o uso de equipamentos mecânicos pesados e agroquímicos e pela eliminação da cobertura vegetal natural, tanto nos pequenos estabelecimentos, quanto sobretudo, nos grandes.

A constatação dos impactos ambientais por meio da prática da agricultura predatória, de queimadas, do desmatamento tem uma forte relação com o aumento da pobreza, uma vez que a deterioração da base de recursos naturais enfraquece a capacidade produtiva, propiciam condições desfavoráveis de produção e sobrevivência e incrementa a taxa de migração rural-urbana. Além disso, a degradação ambiental pode conduzir ao processo de desertificação em áreas de ecossistemas mais comprometidos.

Em relação às queimadas elas ocorrem de maneira sistemática sendo que nos meses de agosto a dezembro elas são uma constante, pois ainda podem ser consideradas como uma das principais formas de preparo de solo para o plantio e formação de pastagem.

No território não existem brigadas de incêndios em pleno funcionamento, tendo que vir uma unidade de fora quando necessário. Um fator preocupante segundo a população da região é a utilização do uso de queimadas, mesmo que controladas, por parte do DER e DERT, para a limpeza do acostamento das rodovias.

No caso do desmatamento existem dados ainda mais alarmantes, seja ele para fins produtivos, ou de matriz energética. Pela última pesquisa divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente em março de 2010 o Ceará aparece como o segundo estado pertencente ao Bioma Caatinga que mais desmatou no período de 2002 a 2008 com 4.132 Km<sup>2</sup>.

## **12.2 Práticas Agrícolas e Tipos de Erosão**

Um problema relacionado à produção agrícola é o terreno onde estas áreas são situadas. Como temos escassez de solos bons, as áreas mais procuradas são as encostas de serras e serrotes com declive às vezes maiores que 45° (APPs - Áreas de Preservação Permanentes) e são plantados morro acima facilitando a erosão laminar (causada pela água das chuvas), que erodem os solos e os transportam para os fundos de vales no sopé das encostas, deixando as áreas mais elevadas praticamente na rocha mãe.

Portanto, a recuperação destas áreas é de difícil solução, pois a constituição do solo é algo secular e sem este em geral a vegetação pioneira não mais se recria no ambiente, vindo a ser povoada por espécies invasoras que colonizam todo o ambiente que lhe é propício.

O uso dos tratores é feito de forma indiscriminada, sem qualquer preocupação de uso de técnicas de conservação do mesmo, os tratoristas em geral não têm qualquer formação para a lida com a terra, fazendo de forma convencional e agressiva.

A Agricultura de subsistência é uma atividade que tem maior destaque no território, portanto acarreta impactos ao meio ambiente. Dentre os impactos negativos provocados por essa atividade podemos citar: a redução da diversidade das espécies, através do desmatamento intenso, a erosão principalmente a laminar, provocada pela ação da água, compactação do solo e redução da fertilidade dos mesmos, poluição do ar por fumaça devido às queimadas e aumento da velocidade do vento, devido ao desmatamento.

### **12. 3 Tipos de Poluição e Contaminação**

O território de Sobral é rico em recursos hídricos, principalmente em lagos e lagoas. Durante muitos anos, com o processo de desenvolvimento das cidades esses ecossistemas foram afetados. Diversas lagoas foram aterradas, diminuindo significativamente esses recursos.

Os rios e riachos que estão localizados na zona urbana devido a uma maior concentração demográfica provoca um grau mais elevado de degradação dos recursos naturais. Nesses setores os rios sofrem alterações na sua dinâmica pelos seguintes fatores: derrubada da mata ciliar, ocupação humana indevida na planície de aluviões, retirada de areia de seu leito, despejo de esgotos “in natura”, entre outros. São problemas causados por uma política de descaso por parte dos órgãos públicos responsáveis pelo bem estar social e cumprimento de leis que assegurem um meio ambiente saudável associado à falta de consciência e educação ambiental dos moradores.

Os impactos ambientais também ocorrem em sua dinâmica, principalmente por atividades como a agricultura convencional, pecuária extensiva, mineração, plantio em várzea, dentre outras. Apesar dessas formas de uso e ocupação inadequadas na área rural os impactos ambientais são menor de idade intensidade. Como já mencionado, os problemas mais graves são percebidos, na cidade de Sobral, ou seja, na área urbana. Nesse território observa-se uma grande precariedade da rede de esgoto e saneamento básico. Os esgotos são lançados diretamente nos rios e riachos, o que representa um risco aos moradores. O lançamento de águas residuárias “in natura” nesses corpos d’água também é um problema facilmente detectado, o que têm contribuído para a deterioração da qualidade ambiental, evidenciada pela poluição das águas, dos solos e, conseqüentemente, o desaparecimento desses recursos hídricos.

Segundo representantes do território, o açude forquilha possui uma péssima qualidade de água, devido ao uso indiscriminado de agrotóxicos que escoam para dentro do mesmo, bem como pelo recebimento de esgotos urbanos e efluentes de indústrias da região sem tratamento prévio.

O açude de Varjota, o Paulo Sarasate, também apresenta contaminação e o mesmo é responsável pelo abastecimento da cidade de Reriutaba e muitas outras. E embora haja um tratamento feito pela CAGECE para o abastecimento das casas, o mesmo necessita de um acompanhamento da qualidade de suas águas.

#### **12.4 Desequilíbrios Ambientais**

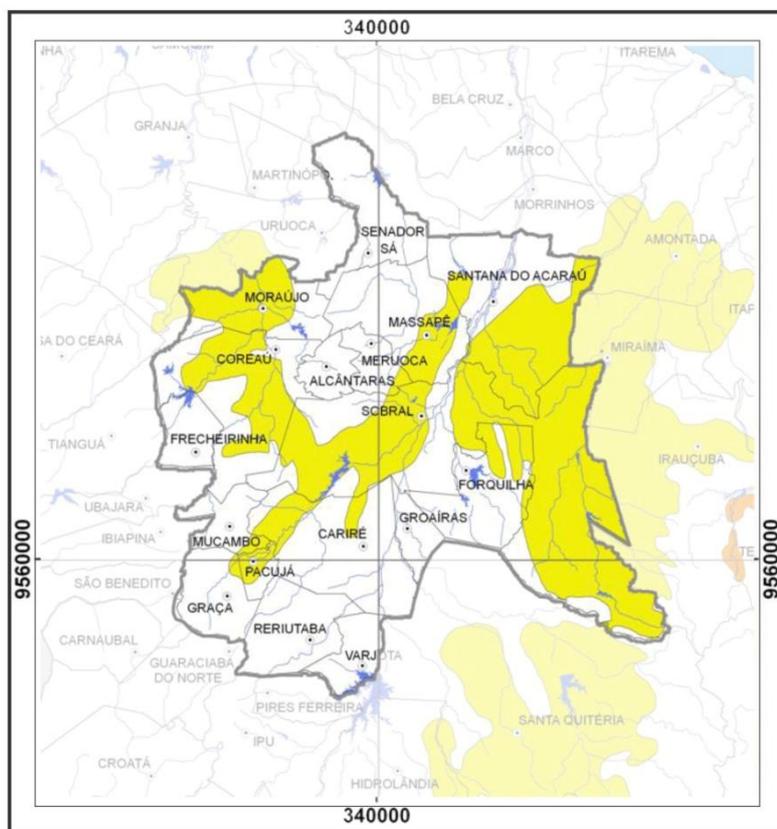
A degradação ambiental é resultado da pressão excessiva do uso das terras e envolve componentes espaciais e temporais, resultando na redução da produtividade de biomassa e da biodiversidade, em mudanças na qualidade e disponibilidade de água e na diminuição da viabilidade econômica local (KAZMIERCZAK; SEABRA, 2007).

A degradação ambiental é resultado da dinâmica entre elementos socioeconômicos, institucionais e atividades tecnológicas. Fatores como o crescimento econômico, crescimento da população, pobreza, urbanização, intensificação da agricultura, aumento no uso de transportes e necessidades de novas fontes de energia, resultam em problemas ambientais, ou seja, as causas ou fatores de degradação ambiental são resultados de aspectos sociais, econômicos e ambientais de uma região.

A contenção da degradação está atrelada à identificação das suas causas, as quais variam de região para região. Atualmente, muitas pesquisas estão sendo realizadas com o intuito de conhecer as principais causas, os causadores e as principais conseqüências da degradação do meio ambiente, assim como pesquisas voltadas à busca de alternativas para a resolução dos problemas trazidos pela degradação (WAQUIL et al., 2004).

O Ceará encontra-se dividido em Agropolos de Desenvolvimento. Cada Agropolo possui características particulares e desenvolvem atividades diferenciadas, que de certa forma, vêm contribuindo para o aparecimento de problemas ambientais. A inadequação dos sistemas produtivos e formas inapropriadas de manejo da terra, por exemplo, vêm provocando degradação dos solos, da vegetação e da biodiversidade.

## Ceará Território Sobral Áreas susceptíveis a desertificação



### Localização no Estado



### Legendas



### Escala



### Orientação



Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

**Figura 24:** Áreas degradadas susceptíveis aos processos de desertificação no Território de Sobral

**Fonte:** Adaptado do IPECE, 2010.

O índice Interdisciplinar de propensão (IPD) leva em consideração as categorias de variáveis: agrícolas e econômicas, demográficas, sociais e naturais. O índice intencionalmente fundamenta-se no conceito interdisciplinar de desertificação pelas Nações Unidas, a fim de se classificar os municípios do Ceará em seis níveis de suscetibilidade à desertificação: grave, muito forte,

forte, moderado, fraco e muito fraco. O IPD pode ser um instrumento útil preliminar para a identificação, planejamento e manejo de áreas semi-áridas e outras suscetíveis à degradação dos solos e a processos de desertificação.

Os fatores principais que têm contribuído para os processos de desertificação no Estado do Ceará, e sem dúvida, nos municípios do território de Itapipoca são as práticas agrícolas tradicionais/convencionais, altas densidades demográficas, intensas atividades pastoris em ecossistemas frágeis, desmatamento sem controle, irrigação inadequada e queimadas.

No território, os municípios são classificados segundo os níveis de susceptibilidade à desertificação em moderada propensão, como é o caso de Alcântaras, Varjota, Frecheirinha, Sobral, Meruoca e Mucambo; em forte propensão, com os municípios que não fazem parte do Território da Cidadania de Sobral: General Sampaio, Apuiarés, Pentecoste e Miraíma comprometendo mais de 35% (trinta e cinco por cento) das suas áreas e em moderada propensão, os demais municípios.

## **12.5 Conflitos Agro-ambientais**

As comunidades situadas a margem esquerda do rio Acaraú, vem sofrendo muito devido à construção de barragens ao longo do mesmo, pois em períodos de muita intensidade pluviométrica, com a necessidade da abertura de comportas de tais reservatórios, os mesmos ficam submersos. Há uma necessidade de um estudo sobre a quantidade de tais reservatórios e se os mesmos apresentam infraestrutura adequada que suporte tais períodos chuvosos.

## **12.6 Programas Ambientais no Território**

No território existem alguns programas, projetos e subprojetos implantados para atender as demandas dos habitantes e facilitar a aplicação de políticas públicas. O quadro 16 apresenta os programas com sua respectiva descrições.

PROGRAMA, PROJETOS, SUBPROJETOS E AÇÕES.	DESCRIÇÃO
<b>A3P</b>	A agenda ambiental na administração pública – A3P é um projeto que teve início em 1999 pelo ministério do meio ambiente, e possui um papel estratégico na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais em busca da sustentabilidade socioambiental, no âmbito da administração pública
<b>Reutilização das garrafas PET</b>	Em Reriutaba é feita a reutilização das garrafas PET para fabricação de vassouras e enfeites natalinos.
<b>Reutilização do óleo de Cozinha</b>	Reutilização do óleo de cozinha para fabricação de sabão.
<b>Educação Ambiental</b>	Ação da SEMACE, para formação de multiplicadores em educação ambiental
<b>MUNICÍPIO SELO VERDE</b>	Municípios que possuem e atendem o projeto ambiental estratégico com foco na sustentabilidade ambiental.
<b>AGENDA 21</b>	Programa de ação que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

**Quadro 17:** Programas ambientais em vigor no território

**Fonte:** Arquivo do território

Com relação aos outros órgãos ambientais, tais como SEMACE e IBAMA, e Instituto Chico Mendes, tais órgãos não apresentam escritórios no território, o que torna a ação difícil. Existe uma carência de fiscalização da legislação ambiental vigente.

Com relação a agenda 21, no território já existem nove iniciativas nos municípios de Varjota, Reriutaba, Coreaú, Forquilha, Sobral, Massapê, Santana do Acaraú, Alcantaras e Meruoca.

### 13 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL

O diagnóstico da Dimensão Ambiental possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 18, conforme as áreas trabalhadas, quais seja: aspectos geoambientais e aspectos antrópicos, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

<b>ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL</b>	
<b>AMBIENTE INTERNO</b>	
<b>PONTOS FORTES</b>	<b>PONTOS FRACOS</b>
1. Presença de instituições que trabalha a formação do homem para a preservação do meio ambiente. 2. Experiências diversificadas de recuperação ambiental e de convivência com o semi-árido com base na agroecologia 3. Biodiversidade da fauna.	1. Ação crescente de modernos empreendimentos econômicos de forte impacto negativo sobre o meio ambiente. 2. Permanência de técnicas rudimentares e degradantes de cultura, pecuária, pesca e extrativismo por parte da maioria da população rural.
<b>AMBIENTE EXTERNO</b>	
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
1. Legislação ambiental favorável as ações de controle e recuperação 2. Existência de políticas públicas de recuperação ambiental 3. Ações ambientais de ONG's presentes no território 4. Existência dos comitês de bacias hidrográficas (Acará e Coreá) 5. Políticas sobre gerenciamento e uso de lixo (AGENDA 21) 6. Consórcio municipais para implantação dos aterros sanitários 7. Selo município verde – COMPAM 8. Projeto Mata Branca – COMPAM	1. Desenvolvimento de atividades produtivas de elevada demanda e valor de mercado, mas com forte potencial de degradação do meio ambiente 2. Órgãos públicos de controle e recuperação ambiental com restrita capacidade operacional 3. Avanço dos processos de desertificação 4. Uso indiscriminado de defensivos agrícolas 5. utilização de queimadas pelos órgãos de trânsito das rodovias que desencadeiam incêndios e geram transtornos a população 6. Destino inadequado do lixo 7. Desmatamento indiscriminado que vem acelerando os processos de degradação da mata nativa do território 8. Retirada da areia dos rios para a utilização na construção civil

ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL	
	9. Uso inadequado de máquina e equipamentos agrícolas

**Quadro18:** Análise Territorial da Dimensão Ambiental

**Fonte:** Oficina Territorial, CETREX-Caucaia-CE, 2010.

**Parte II c**

**DIMENSÃO SOCIOECONOMICA**

**Aspectos Socioeconômicos**

**Aspectos do Setor Produtivo**

**Situação Fundiária**

**Financiamento e Comercialização**

**Serviços, Turismo, Comércio e Indústria**



## **14 ASPECTOS SÓCIOECONÔMICOS**

### **14.1 Indicadores Socioeconômicos**

A configuração socioeconômica do território foi trabalhada de forma bastante ampla e aprofundada no “Estudo Propositivo para a Dinamização Econômica do Território”, utilizado como referência maior para o presente diagnóstico do PTDRS. Em linhas muito gerais, pretende-se reunir e analisar as informações sobre a dinâmica socioeconômica do território da Cidadania de Sobral, apontando suas fragilidades ou estrangulamentos, suas fortalezas ou acúmulos, as ameaças ou implicações e, sobretudo, as potencialidades tanto dos sistemas produtivos, quanto das cadeias valores da ambiência dos negócios e serviços territoriais com possibilidade de fortalecer a dinâmica socioeconômica. Ao trabalhar essa dimensão se procurou não focar exclusivamente as questões econômicas, procurando também analisar seus impactos no social, além de procurar integrar as outras dimensões com as questões socioeconômicas. Caracterizando-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas predominantes a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e do desenvolvimento constante da produtividade e da intersectorialidade socioproductiva.

Procurou-se também identificar resultados econômicos com níveis de eficiência, através da capacidade de usar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando redes de pequenas empresas. Dessa forma, buscou-se identificar a organização dos sistemas locais de produção, que possam transformar as vantagens comparativas locais em vantagens competitivas regionais.

Para atingir esses objetivos buscou-se fundir e sintetizar todo o conhecimento da realidade tendo por base o conjunto de informações de dados secundários disponíveis do território, complementadas com consultas e leituras diretas da realidade concreta e discutidas num processo dialógico entre técnicos e os atores sociais, o que nos possibilitou um conteúdo interpretativo

dos fenômenos encontrados na realidade estudada e explicar os problemas, suas causas e seus efeitos, identificando as potencialidades e limitações com o propósito de fundamentar e de estabelecer as diretrizes, as estratégias e as proposições com viabilidade assegurada para o desenvolvimento sustentável do território.

No diagnóstico, procura-se registrar o entendimento da complexidade e da diversidade que, em geral, caracterizam o ambiente rural do território, considerando que essas sociedades são compostas de categorias, de camadas e de classes sociais que mantêm relações entre si (agricultores familiares, assentados, fazendeiros, empresas, assalariados e diaristas, acampados, arrendatários e parceiros, atravessadores, agroindústrias, bancos, fornecedores de insumos, comércio local, poder público, organizações da sociedade civil, etc.). A ação de cada um depende da ação ou da reação dos outros, bem como do seu entorno ambiental, social, político, institucional e econômico.

Na prática, pode ser que nem todas as informações necessárias estejam apresentadas de forma a possibilitar o pleno entendimento e a caracterização da realidade complexa, porém todos os esforços foram empreendidos para obter o maior número delas, com a preocupação de que, quanto mais organizado e completo for o nível e o domínio das informações pelos atores sociais, técnicos e representações do Estado, maior será a confiabilidade e a coerência das propostas de mudanças.

A Tabela 27 fornece informações sobre renda *per capita*, proporção de pobres e concentração de renda medida através do Índice de Gini, para os municípios do território, divididos por microterritório. Entende-se por renda *per capita* a razão entre o somatório da renda familiar *per capita* de todos os domicílios e o número total de domicílios no município. A renda familiar *per capita* de cada domicílio é definida como a razão entre a soma da renda mensal de todos os indivíduos da família residentes no domicílio e o número dos mesmos. O índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo

detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

**Tabela 27:** Renda per Capita, Proporção de pobres e Índice de Gini– 1991 e 2000.

Município	Renda per capita			Proporção de Pobres			Índice de Gini		
	1991	2000	TCRpC	1991	2000	TRP	1991	2000	TACR
	R\$		%	%			%		
Cariré	53,3	67,3	26,3	87,7	76,9	12,3	0,53	0,60	13,0
Reriutaba	58,5	77,6	32,6	81,9	70,0	14,5	0,53	0,53	1,0
Varjota	56,1	90,7	61,7	79,7	66,1	17,0	0,56	0,56	1,0
<b>Micro I</b>	<b>56,0</b>	<b>78,5</b>	<b>40,2</b>	<b>83,1</b>	<b>71,0</b>	<b>14,6</b>	<b>0,5</b>	<b>0,6</b>	<b>5,0</b>
Coreaú	57,6	64,4	12,0	82,3	74,3	10,0	0,53	0,52	98,0
Frecheirinha	61,5	70,4	14,5	82,0	76,7	7,0	0,53	0,61	15,0
Moraújo	52,9	54,9	4,0	80,9	79,4	1,3	0,44	0,54	23,0
<b>Micro II</b>	<b>57,3</b>	<b>63,2</b>	<b>10,2</b>	<b>81,7</b>	<b>76,8</b>	<b>6,1</b>	<b>0,5</b>	<b>0,60</b>	<b>45,3</b>
Mucambo	47,7	77,8	63,2	86,8	73,1	15,8	0,45	0,61	35,0
Graça	31,2	52,6	68,5	94,0	81,1	13,7	0,42	0,56	33,0
Pacujá	89,8	76,1	-15,3	76,3	71,3	6,5	0,6	0,56	9,0
<b>Micro III</b>	<b>56,2</b>	<b>68,8</b>	<b>38,8</b>	<b>85,7</b>	<b>75,2</b>	<b>12,0</b>	<b>0,5</b>	<b>0,60</b>	<b>25,7</b>
Sobral	103,6	151,6	46,0	68,7	55,6	19,0	0,59	0,63	6,0
Forquilha	62,5	92,4	47,0	79,0	64,5	18,0	0,48	0,59	23,0
Groaíras	60,5	84,7	40,0	78,7	67,5	13,0	0,47	0,58	23,0
<b>Micro IV</b>	<b>75,5</b>	<b>109,6</b>	<b>44,3</b>	<b>75,5</b>	<b>62,5</b>	<b>16,7</b>	<b>0,5</b>	<b>0,60</b>	<b>17,3</b>
Senador Sá	42,8	56,1	31,0	83,7	74,8	11,5	0,42	0,56	33,0
Santana do Acaraú	54,6	79,1	45,0	80,2	77,8	3,0	0,43	0,68	58,0
Massapê	53,3	69,0	29,0	81,8	74,9	9,0	0,45	0,58	28,0
<b>Micro V</b>	<b>50,2</b>	<b>68,1</b>	<b>35,0</b>	<b>81,9</b>	<b>75,8</b>	<b>7,8</b>	<b>0,40</b>	<b>0,60</b>	<b>39,7</b>
Meruoca	43,2	79,4	84,0	86,5	68,1	20,0	0,46	0,59	28,0
Alcântaras	44,5	68,4	54,0	88,1	73,0	17,0	0,46	0,55	19,0
<b>Micro VI</b>	<b>46,0</b>	<b>72,0</b>	<b>57,7</b>	<b>85,5</b>	<b>72,3</b>	<b>14,9</b>	<b>0,50</b>	<b>0,60</b>	<b>28,9</b>
<b>TERRITÓRIO</b>	<b>56,9</b>	<b>76,7</b>	<b>37,7</b>	<b>82,2</b>	<b>72,3</b>	<b>12,0</b>	<b>0,50</b>	<b>0,60</b>	<b>27,0</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.

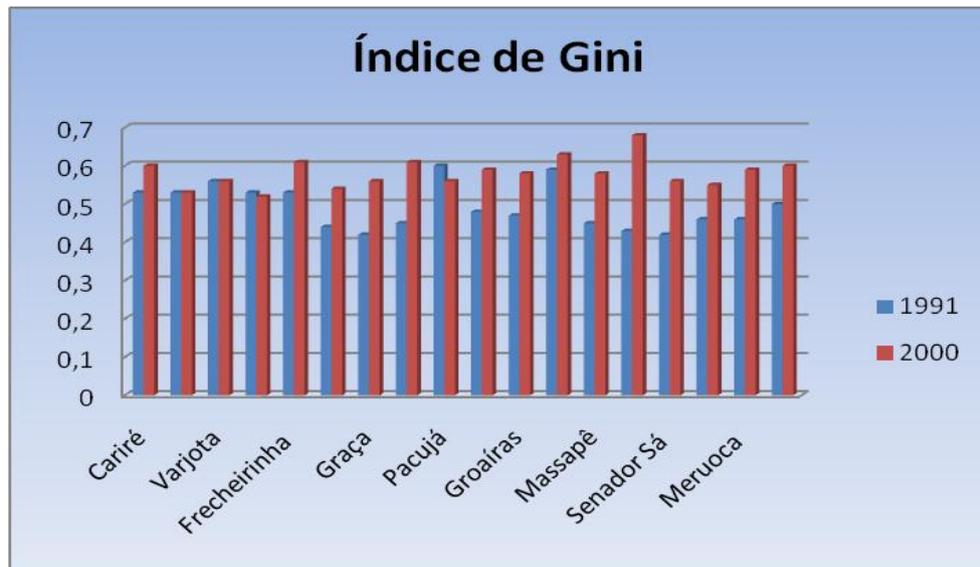
TCRpC - Taxa de Crescimento da Renda *per Capita*

TRP - Taxa de Redução da Pobreza - TACR - Taxa de Aumento da Concentração de Renda

No geral, os municípios apresentam uma renda *per capita* muito baixa, variando de R\$ 31,2 no município de Graça em 1991 a R\$ 151,6 no município de Sobral em 2000. Dentre os microterritórios, o que apresentou menor renda *per capita* foi o Micro VI e o que apresentou uma maior renda *per capita* foi o Micro IV, com R\$ 46,0 e R\$ 109,6, respectivamente. A média territorial variou de R\$ 56,90 (1991) para R\$ 76,70 (2000).

Verifica-se que no período de 1991-2000 a menor taxa de crescimento da renda *per capita* foi de -15,3% no município de Pacujá, assim, houve uma queda na renda para esse período. A maior taxa de crescimento da renda *per capita* foi de 84,0% no município de Meruoca. Dentre os micros, o que apresentou a menor taxa de crescimento da renda *per capita* foi de 10,2% no Micro II, e, a maior taxa foi de 57,7% no Micro VI. A taxa de crescimento da renda *per capita* média do Território foi de 37,7%.

Os baixos valores de renda *per capita* geralmente refletem os níveis de pobreza. Quando consideramos o território, podemos verificar que no período de 1991-2000 houve uma pequena queda, de 9,9% na proporção do número de pobres, passando de 82,2% em 1991 para 72,3% em 2000. Apesar da queda, a proporção de pobres no território ainda é muito elevada, com 72,3% em 2000. Ainda de acordo com a Tabela 29, observa-se que 70,6% dos municípios apresentam em 1991 uma proporção de pobres acima de 80%, dentre eles: Cariré, Reriutaba, Coreaú, Frecheirinha, Moraújo, Mucambo, Graça, Senador Sá, Santana do Acaraú, Massapê, Meruoca e Alcântaras. Dentre estes, o município de Graça é o que apresenta maior proporção de pobreza, com cerca de 94,0%. Em 2000, o percentual de municípios com proporção de pobres acima de 80% caiu consideravelmente para 1,7%.



**Figura 25:** Índice de Gini dos Municípios do Território e Média do Território – 1991 e 2000.

**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD, 2003.

Como mostra o Índice de Gini, houve um crescimento da concentração de renda, resultando em aumento da desigualdade social no território. Em 1991, o índice de Gini foi de 0,50 e em 2000 foi de 0,60, logo a desigualdade social no território cresceu nesse período. Em 1991, 41,2% dos municípios apresentam índice de Gini superior a 0,50, dentre eles: Cariré, Reriutaba, Varjota, Coreaú, Frecheirinha, Pacujá, Sobral. Em 2000, o percentual de municípios que apresentaram índice de Gini superior a 0,50 foi de 100%. A desigualdade social através do Índice de Gini pode ser visualizada no gráfico 1.

Na tabela 30 podemos verificar o percentual de apropriação de renda por extratos de renda da população por municípios, microterritório e território, para o período de 1991 a 2000.

Ao analisarmos o percentual da renda apropriada por extratos da população, verificamos que a concentração da renda no território está relacionada diretamente com o nível de pobreza. No período 1991-2000, observou-se que os 20% mais pobres do território estão cada vez mais pobres, pois houve uma queda ainda maior na apropriação da renda, caindo de 4,7% para 1,7%; os 40% mais pobres detiveram 13,4% em 1991, enquanto em 2000 essa média caiu para 7,9%; os 60% mais pobres em 1991 alcançaram 26,1% da renda, caindo para 19,3% no ano de 2000; os 80% mais pobres em 1991 detinham 45,2%, passando esse percentual no ano de 2000 para 39,8% da

renda. Por outro lado, os 20% mais ricos evoluíram nesse período passando de 49,4% em 1991 para 60,2% da renda em 2000, indicando que a renda per capita do território permanece concentrada nas mãos da população mais rica, provocando uma maior desigualdade social.

**Tabela 28:** Percentual de Apropriação de Renda por Estratos de Renda da População por municípios, microterritório e território – 1991 e 2000.

Municípios	20% mais pobres		40% mais pobres		60% mais pobres		80% mais pobres		20% mais ricos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
	%									
Cariré	4,3	1,3	12,0	7,1	23,9	18,4	42,0	38,3	28,0	61,7
Reriutaba	3,9	3,0	11,5	10,5	23,4	22,6	41,3	43,4	58,7	56,6
Varjota	4,0	2,5	11,1	9,0	22,1	20,6	39,1	40,4	60,9	58,6
<b>Média/Micro I</b>	<b>4,1</b>	<b>2,3</b>	<b>11,5</b>	<b>8,8</b>	<b>23,1</b>	<b>20,5</b>	<b>40,8</b>	<b>40,7</b>	<b>37,3</b>	<b>60</b>
Coreaú	3,9	3,3	11,8	10,6	24,0	23,7	42,6	44,9	27,4	55,1
Frecheirinha	3,8	0,3	10,8	5,0	21,8	16,3	39,8	37,0	60,2	63,0
Moraújo	6,1	1,9	15,8	8,3	31,2	20,9	53,5	42,0	46,5	58,0
<b>Média/Micro II</b>	<b>4,6</b>	<b>1,8</b>	<b>12,8</b>	<b>8</b>	<b>25,6</b>	<b>20,3</b>	<b>45,3</b>	<b>41,3</b>	<b>44,7</b>	<b>58,7</b>
Graça	5,7	1,1	16,3	7,7	31,0	20,4	52,4	42,2	47,6	57,8
Mucambo	5,8	2,0	15,5	7,5	29,3	17,6	49,6	36,5	50,4	63,5
Pacujá	2,5	1,3	7,2	8,2	14,7	21,3	26,5	43,3	73,5	56,8
<b>Média/Micro III</b>	<b>4,7</b>	<b>1,5</b>	<b>13</b>	<b>7,8</b>	<b>25</b>	<b>19,7</b>	<b>42,8</b>	<b>40,6</b>	<b>57,1</b>	<b>59,3</b>
Forquilha	5,0	1,5	14,0	7,5	26,4	14,1	45,4	38,9	54,6	61,1
Groaíras	5,4	1,2	14,9	7,6	28,0	19,1	48,2	41,0	51,8	59,0
Sobral	3,2	2,2	9,4	7,9	19,4	17,2	35,4	33,0	64,6	67,0
<b>Média/Micro IV</b>	<b>4,5</b>	<b>1,6</b>	<b>12,7</b>	<b>7,6</b>	<b>24,6</b>	<b>16,8</b>	<b>43</b>	<b>37,6</b>	<b>57</b>	<b>62,3</b>
Massapê	4,8	1,4	14,2	7,7	28,2	19,8	49,4	39,7	50,6	60,3
Santana do	5,5	0,8	15,3	5,1	29,0	13,7	50,9	29,6	49,1	70,4
Senador Sá	6,3	1,8	17,3	8,6	33,3	21,4	56,5	44,5	43,5	55,5
<b>Média/ Micro V</b>	<b>5,5</b>	<b>1,3</b>	<b>15,6</b>	<b>7,1</b>	<b>30,2</b>	<b>18,3</b>	<b>52,3</b>	<b>37,9</b>	<b>47,7</b>	<b>62,1</b>
Alcântaras	5,5	2,2	15,2	8,8	27,9	21,4	46,0	43,3	54,0	56,7
Meruoca	5,1	1,7	14,1	7,9	28,2	18,6	48,3	38,3	51,7	61,7
<b>Média/Micro VI</b>	<b>5,3</b>	<b>1,9</b>	<b>14,6</b>	<b>8,3</b>	<b>28</b>	<b>20</b>	<b>47,1</b>	<b>40,8</b>	<b>52,8</b>	<b>59,2</b>
<b>MÉDIA/ TERRITÓRIO</b>	<b>4,7</b>	<b>1,7</b>	<b>13,4</b>	<b>7,9</b>	<b>26,1</b>	<b>19,3</b>	<b>45,2</b>	<b>39,8</b>	<b>49,4</b>	<b>60,2</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD, 2003.

Coerente com o cenário macroeconômico favorável, em 2007 a economia do território registrou um crescimento acumulado de 20% no Produto

Interno Bruto (PIB), superior à taxa cearense que foi 18%. O desempenho da economia setorial no território, no triênio de 2005 a 2007, esteve amparado nos resultados dos setores de Serviços, seguido da Agropecuária e Indústria.

Na tabela 31 podemos verificar o resultado do território do Índice de Desenvolvimento Humano obtido a partir da média do IDH-Municipal (IDHM) divulgado pelo ONU, através do seu Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este índice abrange três dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O IDHM é obtido pela média aritmética simples de três sub índices: IDHM – Longevidade, obtido a partir da esperança de vida ao nascer; IDHM – Educação, resultado da combinação da porcentagem de adultos alfabetizados com taxa de matrícula nos ensinos elementar, médio e superior; IDHM – Renda, que é obtido a partir da PIB per capita, ajustado ao poder de paridade de compra e com retornos marginais decrescentes à renda a partir de um determinado patamar de referência.

O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Municípios com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo, os municípios com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e municípios com IDH superior a 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

Para comparação entre os anos 1991 e 2000, foi calculado a Taxa de Crescimento do IDH-M. Para a análise da posição relativa do município no contexto estadual, foram criadas as seguintes referências. Recuo Fraco – menos de dez posições perdidas; Recuo Médio – entre 10 e 20 posições perdidas e Recuo Forte – mais de 20 posições perdidas. Critérios similares foram utilizados para registrar o avanço de cada município no ranking estadual.

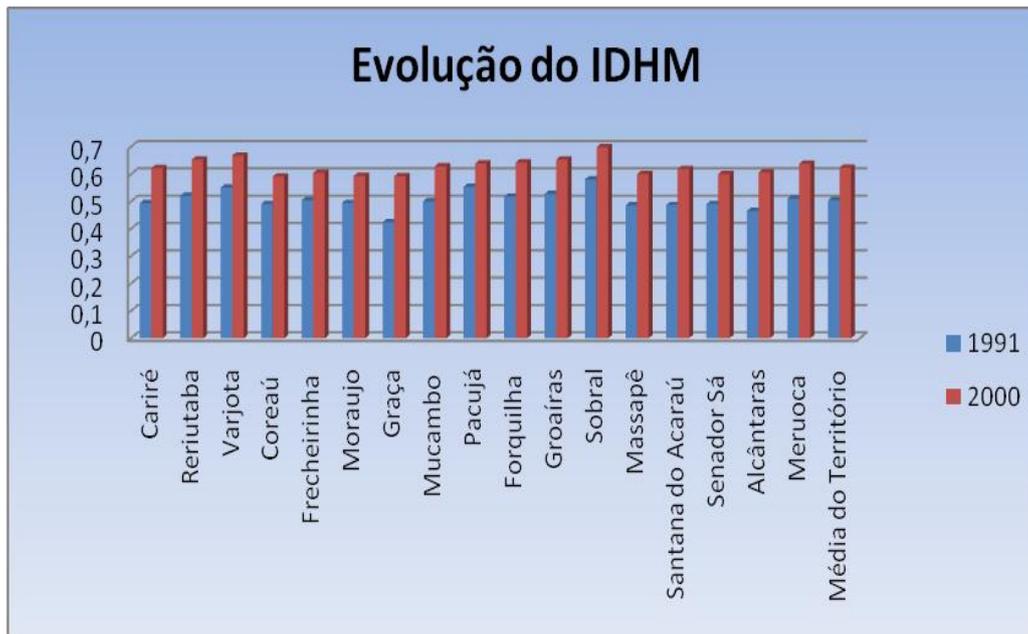
Segundo a classificação do PNUD, todos os municípios que compõem o território alcançaram em 2000 o padrão de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Comparando-se os anos 1991 e 2000, constata-se um crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM em todos os municípios, sendo que 8 (oito) municípios que tinham IDHM menor de 0,500, passaram da faixa de “baixo” para “médio” desenvolvimento humano em 2000. A taxa de crescimento do IDHM variou de 15% a 40% no período. O

intervalo de variação entre os municípios, em 2000, é de 0,591 (Coreaú) e 0,699 (Sobral). Uma melhor visualização do IDHM-Global pode ser observada na Tabela 29.

**Tabela 29:** Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Municipal e Rank do Estado para os municípios do território - 1991 e 2000.

Município	IDH-M			POSIÇÃO		
	1991	2000	T.C.	1991	2000	Tendência
Cariré	0,494	0,622	26%	112	109	Recuo Fraco
Reriutaba	0,521	0,653	25%	72	45	Avanço Forte
Varjota	0,551	0,668	21%	29	29	-
<b>Média do Micro I</b>	<b>0,522</b>	<b>0,647</b>	<b>24%</b>	<b>71</b>	<b>61</b>	<b>Recuo Médio</b>
Coreaú	0,491	0,591	20%	116	161	Recuo Forte
Frecheirinha	0,505	0,605	20%	93	139	Recuo Forte
Moraújo	0,495	0,594	20%	140	156	Recuo Médio
<b>Média do Micro II</b>	<b>0,497</b>	<b>0,596</b>	<b>20%</b>	<b>116</b>	<b>152</b>	<b>Recuo Forte</b>
Graça	0,424	0,593	40%	181	158	Avanço Forte
Mucambo	0,501	0,629	26%	109	96	Avanço Médio
Pacujá	0,554	0,639	15%	27	77	Recuo Forte
<b>Média do Micro III</b>	<b>0,493</b>	<b>0,620</b>	<b>26%</b>	<b>105</b>	<b>110</b>	<b>Recuo Fraco</b>
Forquilha	0,518	0,643	24%	77	60	Avanço Médio
Groaíras	0,528	0,653	24%	58	44	Avanço Médio
Sobral	0,581	0,699	20%	12	7	Avanço Fraco
<b>Média do Micro IV</b>	<b>0,542</b>	<b>0,665</b>	<b>23%</b>	<b>49</b>	<b>37</b>	<b>Avanço Médio</b>
Massapé	0,486	0,600	23%	129	146	Recuo Médio
Santana do Acaraú	0,487	0,619	27%	127	113	Avanço Médio
Senador Sá	0,491	0,600	22%	119	144	Recuo Forte
<b>Média do Micro V</b>	<b>0,488</b>	<b>0,603</b>	<b>24%</b>	<b>125</b>	<b>134</b>	<b>Recuo Fraco</b>
Alcântaras	0,466	0,607	30%	155	135	Avanço Médio
Meruoca	0,511	0,638	25%	81	76	Avanço Fraco
<b>Média do Micro VI</b>	<b>0,488</b>	<b>0,617</b>	<b>26%</b>	<b>120</b>	<b>114</b>	<b>Avanço Fraco</b>
<b>Média do Território</b>	<b>0,505</b>	<b>0,624</b>	<b>24%</b>	<b>97</b>	<b>101</b>	<b>Recuo Fraco</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.



**Figura 26:** Evolução do IDHM para os municípios do território – 1991 e 2000.  
**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.

Embora não exista um IDH microrregional e territorial, fez-se um cálculo médio para efeito comparativo. Analisando em termos de microterritório, observa-se que os índices são bastante próximos. No tocante a tendência de “Avanço” do território, merece destaque o micro VI, que no seu conjunto teve uma Taxa de Crescimento de 26%, apesar de ter apresentado uma tendência de “Avanço Fraco”, ficando acima da média do território 24% que apresentou os seus municípios em relação a Micro IV, que apresentou uma tendência de “Avanço Médio”, no posicionamento dos quatro (4) municípios, no contexto estadual. A exceção de Itapipoca, que teve um Avanço Fraco, todos os demais municípios tiveram uma regressão de fraca a forte no ranking estadual. Em síntese, tem-se um avanço no IDH territorial de 24%, passando de 0,504 em 1991, para 0,624 em 2000, registrando um crescimento maior que a média do Ceará que no mesmo período cresceu 18,04%, passando de 0,593 em 1991 para 0,700 em 2000. Entretanto, em comparação com o conjunto dos municípios, observa-se um hipotético “Recuo Fraco”, de 96º para 101º lugar.

Analisando o IDHM do ponto de vista da contribuição dos três fatores temos a tabela que se segue.

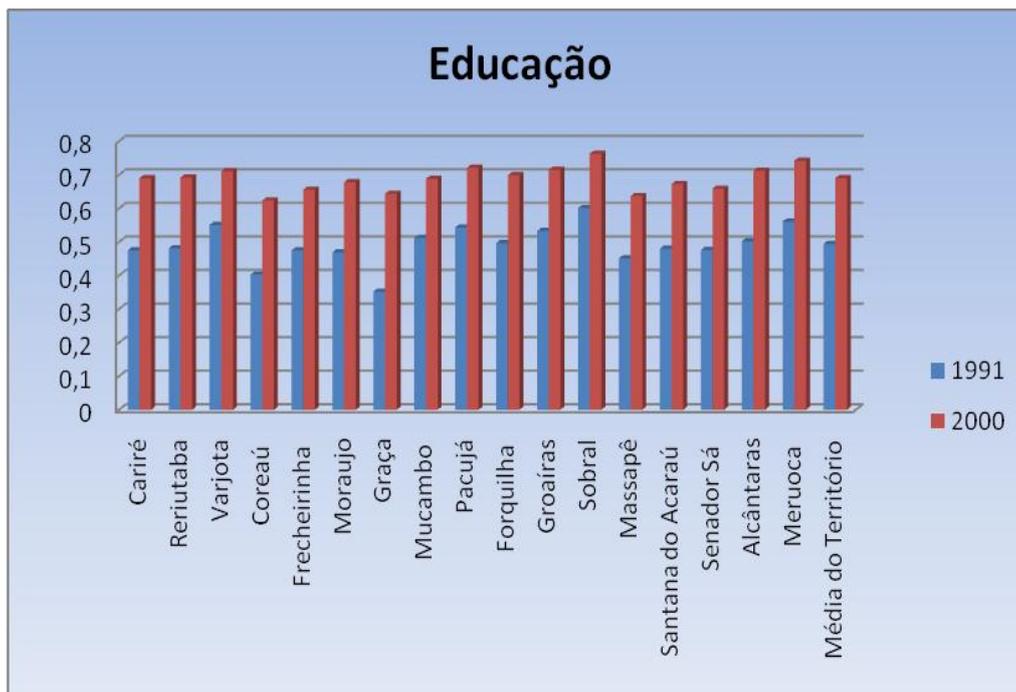
**Tabela 32:** Dimensões do IDHM para os municípios do território – 1991 e 2000.

MUNICÍPIOS	Educação			Longevidade			Renda		
	1991	2000	T.C	1991	2000	T.C	1991	2000	T.C
Cariré	0,475	0,69	45,3%	0,572	0,7	22,4%	0,436	0,476	9,2%
Reriutaba	0,481	0,692	43,9%	0,63	0,769	22,1%	0,452	0,499	10,4%
Varjota	0,551	0,711	29,0%	0,63	0,769	22,1%	0,472	0,525	11,2%
<b>Média do Micro I</b>	<b>0,502</b>	<b>0,697</b>	<b>38,8%</b>	<b>0,61</b>	<b>0,746</b>	<b>22,3%</b>	<b>0,453</b>	<b>0,5</b>	<b>10,4%</b>
Coreaú	0,403	0,624	54,8%	0,62	0,45	27,4%	0,45	0,468	4,0%
Frecheirinha	0,475	0,656	38,1%	0,58	0,675	16,4%	0,46	0,483	5,0%
Moraújo	0,469	0,678	44,6%	0,58	0,664	14,5%	0,435	0,441	1,4%
<b>Média do Micro II</b>	<b>0,449</b>	<b>0,652</b>	<b>45,2%</b>	<b>0,593</b>	<b>0,596</b>	<b>0,5%</b>	<b>0,448</b>	<b>0,464</b>	<b>3,6%</b>
Graça	0,352	0,644	83,0%	0,572	0,7	22,4%	0,347	0,434	25,1%
Mucambo	0,512	0,688	34,4%	0,572	0,7	22,4%	0,418	0,5	19,6%
Pacujá	0,543	0,721	32,8%	0,594	0,701	18,0%	0,524	0,496	-5,3%
<b>Média do Micro III</b>	<b>0,469</b>	<b>0,684</b>	<b>45,8%</b>	<b>0,579</b>	<b>0,7</b>	<b>20,9%</b>	<b>0,429</b>	<b>0,476</b>	<b>11,0%</b>
Forquilha	0,497	0,699	40,6%	0,594	0,701	18,0%	0,463	0,528	14,0%
Groaíras	0,533	0,715	34,1%	0,594	0,729	22,7%	0,458	0,514	12,2%
Sobral	0,601	0,763	27,0%	0,594	0,722	21,5%	0,547	0,611	11,7%
<b>Média do Micro IV</b>	<b>0,543</b>	<b>0,725</b>	<b>33,5%</b>	<b>0,594</b>	<b>0,717</b>	<b>20,7%</b>	<b>0,489</b>	<b>0,551</b>	<b>12,7%</b>
Massapê	0,451	0,637	41,2%	0,572	0,682	19,2%	0,436	0,48	10,1%
Santana do Acaraú	0,48	0,673	40,2%	0,54	0,682	26,3%	0,441	0,502	13,8%
Senador Sá	0,476	0,659	38,4%	0,598	0,697	16,6%	0,4	0,445	11,3%
<b>Média do Micro V</b>	<b>0,469</b>	<b>0,656</b>	<b>39,9%</b>	<b>0,57</b>	<b>0,687</b>	<b>20,5%</b>	<b>0,425</b>	<b>0,475</b>	<b>11,8%</b>
Alcântaras	0,502	0,712	41,8%	0,49	0,63	28,6%	0,407	0,478	17,4%
Meruoca	0,561	0,742	32,3%	0,569	0,668	17,4%	0,402	0,503	25,1%
<b>Média do Micro VI</b>	<b>0,531</b>	<b>0,727</b>	<b>36,9%</b>	<b>0,529</b>	<b>0,649</b>	<b>22,7%</b>	<b>0,404</b>	<b>0,49</b>	<b>21,3%</b>
<b>Média do Território</b>	<b>0,494</b>	<b>0,690</b>	<b>39,8%</b>	<b>0,579</b>	<b>0,683</b>	<b>17,8%</b>	<b>0,441</b>	<b>0,493</b>	<b>11,6%</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.

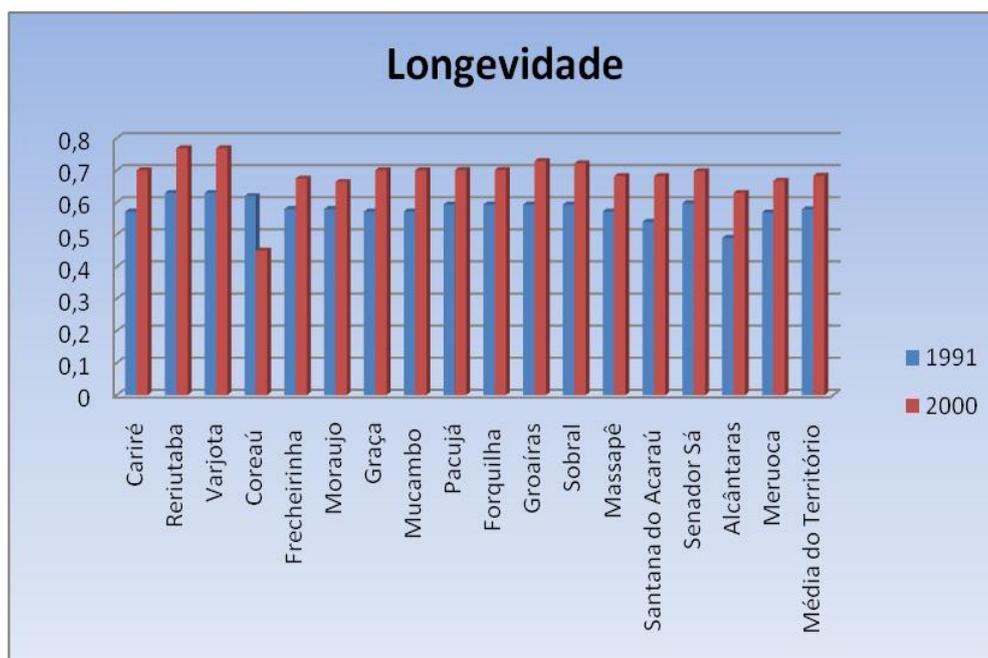
As dimensões que contribuíram para o crescimento do IDHM foram a Educação, com 39,8%, seguida pela Longevidade, com 17,8% e com pouca significância a Renda, com 11,6%.

Os gráficos a seguir apresentação a variação do IDHM por dimensões, para o território e seus municípios, como também possibilita a comparação dos territórios e municípios com os do Ceará.



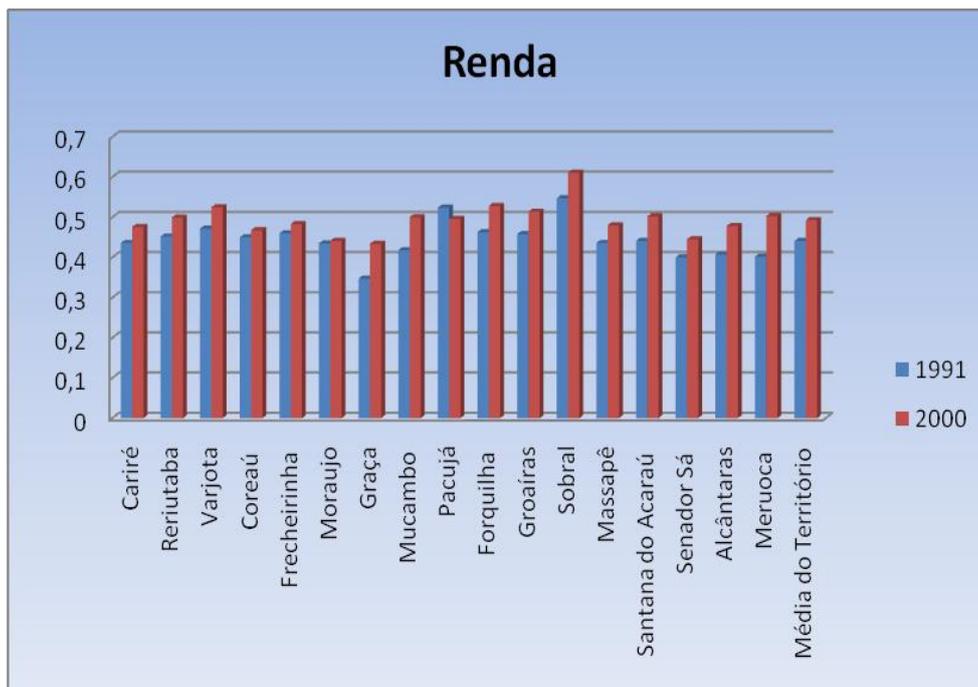
**Figura 27:** Dimensão do IDHM Educação – 1991 e 2000.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.



**Figura 28:** Dimensão do IDHM Longevidade – 1991 e 2000

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.



**Figura 29:** Dimensão do IDHM Renda – 1991 e 2000

**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.

Com estes indicadores tem-se quantificada a situação de miséria e pobreza de grande parte da população do território, resultado do baixo nível e da alta concentração de renda observada no território, sendo que a tendência foi de agravamento do quadro de desigualdade no período 1991-2000.

Já a Tabela 31 apresenta o resultado para o território e seus municípios do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), que teve sua primeira versão desenvolvida em 1997 pelo Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará (IPLANCE) posteriormente foi atualizado com os dados do ano de 2000 por este mesmo instituto. A partir de 2004 o índice é calculado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

O objetivo principal deste índice é possibilitar a hierarquização dos municípios do Estado do Ceará segundo seu nível de desenvolvimento, medido com base em um conjunto de trinta indicadores sociais, demográficos, econômicos e de infra-estrutura de apoio. O IDM é calculado a cada dois anos e permite seus usuários acompanhar a evolução do desenvolvimento de seu município.

**Tabela 31:** Índice de Desenvolvimento Municipal Global– 2004 e 2006

Municípios	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)			
	Global			
	2006		2008	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Micro I	23,09	-	28,15	-
Cariré	22,28	128	23,10	134
Reriutaba	16,71	164	24,21	124
Varjota	30,29	67	37,14	29
<b>Micro II</b>	<b>23,79</b>	-	<b>27,78</b>	-
Frecheirinha	22,90	122	27,79	92
Coreaú	24,53	106	24,09	127
Moraújo	23,90	116	19,44	165
<b>Micro III</b>	<b>23,83</b>	-	<b>25,49</b>	-
Mucambo	21,15	136	28,28	88
Graça	20,32	139	20,12	160
Pacujá	30,02	68	28,06	91
<b>Micro IV</b>	<b>41,37</b>	-	<b>42,11</b>	-
Sobral	59,33	3	60,56	3
Forquilha	36,83	34	30,42	64
Groaíras	27,95	81	35,34	40
<b>Micro V</b>	<b>27,70</b>	-	<b>23,56</b>	-
Senador Sá	28,82	74	24,15	125
Santana do Acaraú	23,85	117	19,29	166
Massapê	30,45	65	27,23	95
<b>Micro VI</b>	<b>25,62</b>	-	<b>26,70</b>	-
Alcântaras	19,64	144	13,37	180
Meruoca	31,60	57	40,03	21
<b>Média do Território</b>	<b>27,57</b>	-	<b>28,96</b>	

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), 2006-2008.

Esse índice foi incluído também, com o objetivo de dar uma maior atualidade aos indicadores de desenvolvimento dos municípios do território, já que os IDHM disponível é bastante defasado. Podemos observar que a média do IDHM dos municípios do território melhorou, saindo de 27,57 em 2006 para 28,96 em 2008.

O município do território mais bem classificado nesse ranking é Sobral com um IDM de 60,56 ocupando um valor bastante significativo dentro do

âmbito estadual, a 3ª colocação dentro da classificação estadual, onde se encontram 184 municípios.

De acordo com a Tabela 32, o município de Alcântaras apresentou um dos piores índices de desenvolvimento municipal do território, 180ª colocação estadual, seguido dos municípios de Santana do Acaraú (166ª), Moraújo (165ª) e Graça (160ª).

Para classificar os municípios segundo seu IDM, o IPECE instituiu quatro classes baseada na média e na variabilidade da distribuição do IDM para os municípios. Podemos observar na tabela abaixo a classificação para os municípios do território.

**Tabela 32:** Índice médio, número de municípios, segundo classes do IDM dos municípios do Território de Sobral – 2008.

Classes	IDM	Índice Médio	Número de municípios
<b>IDM</b>	13,37 – 60,56	-	17
<b>1</b>	-	-	-
<b>2</b>	60,56	60,56	1
<b>3</b>	27,08 – 40,03	31,78	8
<b>4</b>	13,37 – 24,21	18,79	8

Fonte: IPECE – 2008.

Analisando a Tabela 33 pode-se constatar que, apenas um município se encontra na classificação de maior IDM, a outra parte se encontra dividida igualmente na segunda classe (8 municípios) e na terceira classe (8 municípios). A média do IDM do território é 28,96 acima da média do Estado do Ceará que é de 28,74 para o ano de 2008.

**Tabela 33:** Produto Interno Bruto Municipal R\$(mil) para os municípios do Território de Sobral <sup>(1)</sup>

Municípios	2005	2006	2007	Tx. de Crescimento do Período
<b>Micro I</b>	<b>135.923</b>	<b>160.590</b>	<b>163.041</b>	<b>20%</b>
Cariré	41.852	46.411	49.626	19%
Reriutaba	47.801	56.741	54.867	15%
Varjota	46.270	57.438	58.548	27%
<b>Micro II</b>	<b>92.084</b>	<b>105.678</b>	<b>106.697</b>	<b>16%</b>
Frecheirinha	29.024	35.031	35.789	23%
Coreaú	42.974	48.254	49.997	16%

Municípios	2005	2006	2007	Tx. de Crescimento do Período
Moraújo	20.086	22.393	20.811	4%
<b>Micro III</b>	<b>74.942</b>	<b>87.871</b>	<b>89.357</b>	<b>19%</b>
Mucambo	29.916	34.126	35.631	19%
Graça	31.728	37.815	37.551	18%
Pacujá	13.298	15.930	16.175	22%
<b>Micro IV</b>	<b>1.570.395</b>	<b>1.700.082</b>	<b>1.845.446</b>	<b>18%</b>
Sobral	1.489.686	1.616.531	1.752.648	18%
Forquilha	61.624	62.312	67.716	10%
Groaíras	19.085	21.239	25.082	31%
<b>Micro V</b>	<b>159.752</b>	<b>198.133</b>	<b>203.750</b>	<b>28%</b>
Senador Sá	17.225	22.484	20.235	17%
Santana do Acaraú	68.659	84.177	88.119	28%
Massapê	73.868	91.472	95.396	29%
<b>Micro VI</b>	<b>45.857</b>	<b>54.272</b>	<b>55.209</b>	<b>20%</b>
Alcântaras	20.789	24.398	25.108	21%
Meruoca	25.068	29.874	30.101	20%
<b>Total do Território</b>	<b>2.078.953</b>	<b>2.306.626</b>	<b>2.463.500</b>	<b>20%</b>

Fonte: Para 1999-2007, Sistema de Contas Regionais Referência 2009 – IBGE.

(1) Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB Nacional.

Olhando-se para a composição por setores verifica-se que o Setor Serviços tem uma participação do PIB Total em 2007 de 70,82%, seguido pela indústria com 13,66% e a agropecuária participando com 15,52%. Segue, portanto, o padrão apresentado pelo Estado, onde o setor serviços possui a maior participação na constituição do PIB.

Analisando a variação de crescimento setorial da agricultura, em 2007, o território apresentou 251% acima da média do estado.

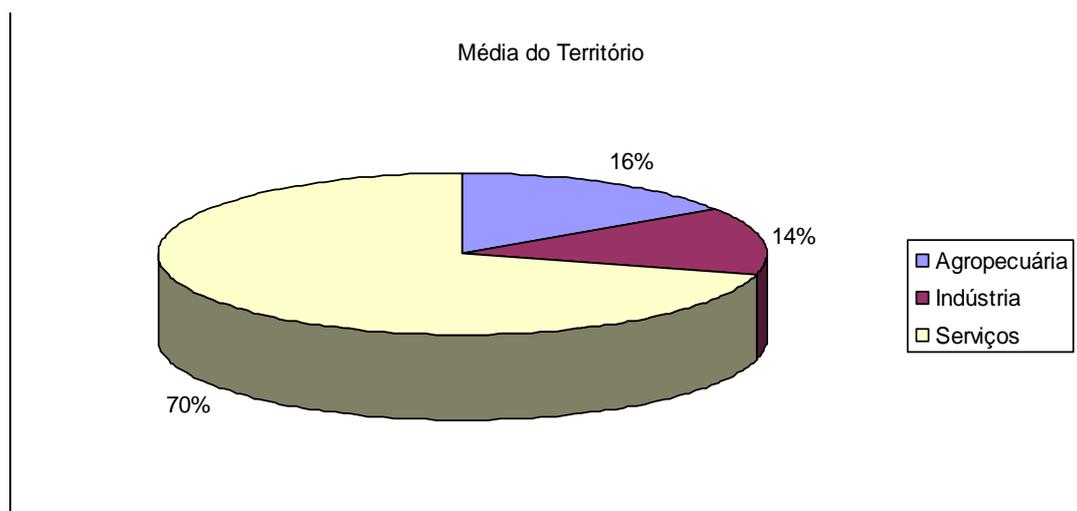
**Tabela 34:** Estrutura setorial do valor adicionado a preços básicos, segundo os municípios do Território de Sobral – 2007.

Municípios	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2002	2007	2002	2007	2002	2007
Ceará		6,2		23,6		70,2
<b>Média do Território</b>		<b>15,52</b>		<b>13,66</b>		<b>70,82</b>
<b>Micro região I</b>	<b>16,3</b>	<b>20,17</b>	<b>3,0</b>	<b>11,0</b>	<b>83,08</b>	<b>68,8</b>
Cariré	18,5	24,3	3,6	9,9	85,15	65,8

Municípios	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2002	2007	2002	2007	2002	2007
Reriutaba	17,4	18,0	1,8	9,9	80,8	72,2
Varjota	13,0	18,2	3,6	13,3	83,3	68,5
<b>Micro II</b>		<b>13,2</b>		<b>11,5</b>		<b>75,26</b>
Coreaú	10,0	10,0	3,1	10,7	86,9	79,3
Frecheirinha	17,9	13,6	6,9	12,8	75,2	73,6
Moraújo	16,9	16,0	3,1	11,0	80,0	72,9
<b>Micro III</b>		<b>14,16</b>		<b>10,76</b>		<b>75,16</b>
Graça	13,7	15,3	1,4	10,2	85,0	74,6
Mucambo	9,8	12,4	2,5	10,8	87,7	76,9
Pacujá	14,2	14,8	2,8	11,3	83,1	74,0
<b>Micro IV</b>		<b>7,46</b>		<b>24,5</b>		<b>68,0</b>
Forquilha	9,5	8,6	25,7	25,7	64,7	65,7
Groaíras	13,2	12,0	2,3	11,9	84,5	76,1
Sobral	1,4	1,8	63,0	35,9	35,5	62,3
<b>Micro V</b>		<b>23,1</b>		<b>13,0</b>		<b>63,8</b>
Santana do Acaraú	22,9	20,5	5,1	15,8	72,0	63,7
Senador Sá	36,8	30,9	2,4	7,6	60,9	61,5
Massapê	13,1	17,9	2,3	15,8	84,5	66,2
<b>Micro VI</b>		<b>15,0</b>		<b>11,15</b>		<b>73,9</b>
Alcântaras	13,5	15,2	1,9	10,1	84,6	74,8
Meruoca	18,0	14,9	2,5	12,2	79,6	73,0

**Fonte:** Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esses percentuais variam de município para município, porém podemos perceber através da figura abaixo é que acontece com a composição tanto do território como para o estado se aplica a todos os municípios.



**Figura 30:** Composição Setorial do PIB do Território para o ano de 2007

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, IPECE e IBGE.

**Tabela 35:** Variação Populacional do território – 2000-2007

Municípios	População 2000	População 2007	Variação Populacional
<b>Micro I</b>			
Cariré	18.617	18.464	-0,82
Reriutaba	21.224	19.270	-9,21
Varjota	16.593	17.073	2,89
<b>Micro II</b>			
Coreaú	19.981	21.109	5,65
Frecheirinha	11.832	12.780	8,01
Moraújo	7.046	7.984	13,31
<b>Micro III</b>			
Graça	14.813	15.275	3,12
Mucambo	13.811	13.985	1,26
Pacujá	5.653	5.929	4,88
<b>Micro IV</b>			
Forquilha	17.488	20.148	15,21
Groaíras	8.741	9.440	8
Sobral	155.276	176.895	13,92
<b>Micro V</b>			
Massapê	29.574	33.152	12,1
Santana do Acaraú	26.198	28.526	8,89
Senador Sá	5.605	6.265	11,78
<b>Micro VI</b>			
Alcântaras	9.548	10.232	7,16
Meruoca	11.339	12.068	6,43
<b>Total do Território</b>	<b>393.339</b>	<b>428.595</b>	<b>8,96</b>

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 e Contagem da população em 2007.

## 15 ASPECTOS DO SETOR PRODUTIVO

### 15.2.1 Setor Agropecuário

#### *15.2.1.1 Sistema de Produção Agrícola*

O Território de Sobral com grande potencial agrícola destaca-se com suas principais atividades produtivas: a cajucultura, a ovinocaprino cultura, a bovinocultura de leite, a pesca, a apicultura, a avicultura caipira, Horticultura, o extrativismo da carnaúba, oleaginosas e a fruticultura irrigada.

Esse sistema é formado por cinco subsistemas principais: a tradicional agricultura de sequeiro, a agricultura em área úmida, a agricultura irrigada, a fruticultura e a horticultura sendo a primeira, amplamente disseminada, a segunda desenvolvida nos municípios com presença de serra úmida, lado jusante e beira de açude, a terceira e quinta trabalhadas fortemente nos municípios com potencial hídrico favorável a irrigação e a quarta em condições ambientais variadas.

#### *15.2.1.2 Agricultura de Sequeiro*

Apesar da difusão de práticas agroecológicas desenvolvidas pela assistência técnica, ainda é muito forte o Cultivo no toco ou itinerante Conhecida pelos Agricultores Familiares como Broca, que consiste na derruba e retirada da madeira, aceiramento, queima (fogo), encoivramento e a queima complementar. Essa área preparada só é utilizada nos dois primeiros anos e depois entra em pousio até atingir o ponto de broca novamente. O uso do inseticida químico como meio de combate aos insetos vem progressivamente avançando. As principais culturas exploradas nesse sistema no território são o cultivo do milho, arroz, mandioca, mamona, feijão e a fava. As práticas utilizadas são o uso das sementes tradicionais, animais para transporte de mercadorias, utilização de máquinas agrícolas e de tração animal com uso de cultivador e o da enxada nos tratos culturais.

Cultivo no campo: Tem como característica o desmatamento, a destoca e a exploração intensiva, a utilização tradicional da enxada, da mecanização agrícola (trator/cultivador) e dos agrotóxicos, provocando um processo acentuado de degradação da área desse sistema, embora, já exista o uso tradicional da prática de conservação do solo (bagana de carnaúba). As principais culturas exploradas e apropriadas para esse sistema são: milho, mandioca e feijão.

Agricultura em área úmida: Tem destaque na produção de culturas permanentes e temporárias. A sua caracterização se dá pela exploração intensiva consorciada em montante (vazante) e jusante (revença) de açude, e pela exploração de monocultivo e de sistema agroflorestral em área de serra úmida, ambos com uma forte exigência do uso de um sistema baseado na agroecologia. Essa atividade se divide em dois sistemas de cultivos, como veremos a seguir:

Cultivo em vazante e revença de açude: Se caracteriza pelo cultivo de culturas permanentes e temporárias de forma consorciada tanto para venda e alimentação das pessoas quanto para o suporte forrageiro dos animais. Esse sistema ainda é pouco explorado no território apesar do grande potencial existente. Destacam-se os municípios de Forquilha, Varjota e Sobral. As culturas mais exploradas são o feijão, jerimum, batata doce, milho, pepino, capins aquáticos, cana de açúcar, capim de corte, fruteiras, hortaliças, etc.

Cultivo de serra úmida: Tem como característica a exploração de fruteiras permanentes e semi perene em sistema de monocultivo e agroflorestas, tendo como principais culturas a banana, o coco, o caju, a manga, macaxeira, batata doce, se destacando os municípios de Alcântara, Meruoca, Massapê, Sobral e Reriutaba, além da exploração da agricultura de subsistência do milho e do feijão.

Horticultura: Ainda é uma atividade pouca explorada no território, só existindo uma pequena exploração nos municípios de Reriutaba, Frecheirinha, Meruoca e Alcântara. Queremos destacar o seu grande potencial existente no território principalmente nos solos de aluvião e de sequeiro como também nos locais próximos aos grandes mananciais d água que ficam nos lados jusante e montante dos açudes.

Vale ressaltar as várias experiências como: Hortas Circulares, Quintais Produtivos, Barragens Subterrâneas e Cisternas Calçadão, essas práticas são agroecológicas e também conhecidas como tecnologias sociais, onde primam pela segurança alimentar e nutricional das famílias e o resgate das culturas tradicionais, além da comercialização da produção excedente em feiras municipais e programas governamentais. Também há em parceria FETRAECE/Governo do Estado a liberação de 20 hortas circulares, e 20 quintais produtivos por município a serem implementados pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

Agricultura irrigada: Conforme informações levantadas essa atividade é pouco explorada quando comparada com enorme potencial existente no território. Esse sistema se caracteriza pela exploração de monocultivo irrigado de forma intensiva, pelo uso do pacote tecnológico modernizante baseado nos agroquímicos, nocivos ao meio ambiente e à saúde das pessoas e um custo financeiro muito elevado. Os sistemas de irrigação mais utilizados são: Sistema irrigado familiar (médio agricultor e agricultor familiar), sistema irrigado do perímetro Ayres de Souza, Araras Norte e Forquilha, os quais detalharemos a seguir:

Sistema irrigado familiar: É um sistema que tem como característica a utilização diversificada de sistemas de irrigação, o uso de uma base tecnológica modernizante (agroquímicos) e uma estrutura produtiva fundamentada na unidade de produção familiar. Segundo informações disponíveis esse sistema é pouco usado no território, embora, seja possuidor de um grande potencial. As culturas mais usadas nos sistemas atuais são: o feijão e a forragem de corte (milho, sorgo forrageiro, capins e cana de açúcar).

Perímetro irrigado Ayres de Souza: Esse sistema tem como característica inicial a utilização de uma base tecnológica modernizante (agroquímicos) e uma gestão inicialmente centralizada e fundamentado em um projeto de irrigação que teve a sua elaboração e execução coordenada pelo DNOCS na década de 70. A sua implantação teve início em 1974 e a sua conclusão em 1978 e possui uma estrutura de irrigação por gravidade em sucos que hoje vem enfrentando problemas de desgaste na sua estrutura. Sua área localiza-se nas superfícies aluviais do rio Jaibaras e de seu principal

afluente o Riacho do Papucu e conta com uma pluviosidade média de 690 mm/ano e o seu suprimento hídrico é feito através dos açudes público Ayres de Souza (Sobral) com capacidade de armazenamento de 104.430.000 m<sup>3</sup>.

Conta com uma área total de 8.942,80 ha, sendo 7.784,80 de sequeiro e 1.156 ha irrigáveis, dos quais 615 já estão implantados, 543 ha a implantar e 192 ocupadas com irrigantes. As categorias de irrigantes prevista no projeto são: Pequeno Produtor, Técnico Agrícola, Eng<sup>o</sup> Agrônomo e Empresa Rural, dos quais existem hoje 45 Pequenos Produtores. As culturas exploradas atualmente são: arroz, coco, banana, ata, graviola, goiaba, feijão, melancia, algodão herbáceo e milho verde e capim forrageiro.

Do ponto de vista organizacional o perímetro conta com a Associação dos Usuários do Distrito de Irrigação do Perímetro Ayres de Souza. - AUDIPAS, entidade responsável pela gestão atual do perímetro como também pelo processo de agregação à entidade.

Perímetro irrigado Araras Norte: Tem como característica inicial a utilização de uma base tecnológica modernizante (agroquímicos) e uma gestão centralizada fundamentado em um projeto de irrigação que teve a sua elaboração coordenada pelo DNOCS. A sua implantação teve início em 1987, enquanto os serviços de administração, operação e manutenção da infraestrutura de uso comum tiveram início em 1998. Os sistemas de irrigação utilizados são: aspersão convencional e micro-aspersão, e que hoje vem enfrentando problemas de desgaste na sua estrutura. Sua superfície está localizada em uma unidade geomorfológica de depressão sertaneja submetida ao processo de sedimentação, coberta fortemente por solos podzólico, planossolo, solonetz, aluviais, coluviais, regossolos e litólicos com característica de regiões de sertão próximas da serra da Ibiapaba, conta com uma pluviosidade média de 797 mm/ano e uma temperatura média anual de 28,2°C. O seu suprimento hídrico é feito através dos açudes público Federal Paulo Sarasate (Reritaba e Varjota) com capacidade de armazenamento de 891.110.000 m<sup>3</sup>. O perímetro conta com uma área de total de 6.407,39 ha, sendo 3.182,39 de sequeiro e 3.225 ha irrigáveis, das quais 3.200 já estão implantadas, 25 a implantar e 1.345,80 ocupadas com irrigantes. As categorias de irrigantes prevista no projeto são: Pequeno Produtor, Técnico Agrícola, Eng<sup>o</sup>

Agrônomo e Empresa Rural dos quais existem 623 Pequeno Produtor, 3 Técnico Agrícola, 9 Eng<sup>o</sup> Agrônomo e 2 Empresas Rurais, totalizando 103 irrigantes. As culturas exploradas atualmente são: banana, graviola, goiaba, manga, coco, mamão, maracujá, caju e uva.

Foi criado o Distrito de Irrigação do perímetro irrigado araras norte – tem o DIPAN cuja função é atender as necessidades de administração, operação, e manutenção do perímetro irrigado. A organização dos irrigantes é de forma associativa, não há cooperativa organizada e sim grupos de irrigantes, 30% dos irrigantes iniciais abandonaram seus lotes, devido à falta de postos de saúde, falta de acompanhamento técnico e financiamento agrícola, mas logo foram substituídos por outros produtores. Apesar dos agroquímicos ainda não foi detectado nenhuma contaminação, quanto aos canais de comercialização esse perímetro não exporta para outros países apenas para os mercados de Tianguá e Fortaleza (CEASA).

Perímetro irrigado de Forquilha: Esse sistema tem como característica inicial a utilização de uma base tecnológica modernizante (agroquímicos) e uma gestão inicialmente centralizada e fundamentado em um projeto de irrigação que teve a sua elaboração e execução coordenada pelo DNOCS na década de 70. A sua implantação teve início em 1974 e a sua conclusão em 1979 e possui uma estrutura de irrigação por gravidade em sucos. Sua área localiza-se nas superfícies aluviais do rio madeira e de seu principal afluente o rio sabonete e conta com uma pluviosidade média de 679 mm/ano e o seu suprimento hídrico é feito através dos açudes público federal Forquilha (Forquilha) com capacidade de armazenamento de 50.132.000 m<sup>3</sup>.

Conta com uma área de total de 3.327,13 ha, sendo 3.066,13 de sequeiro e 261 há irrigável, dos quais 218 já estão implantados, 43 ha a implantar e 167,60 ocupadas com irrigantes. As categorias de irrigantes prevista no projeto são: Pequeno Produtor, Técnico Agrícola, Eng<sup>o</sup> Agrônomo e Empresa Rural, dos quais existem hoje 68 Pequenos Produtores.

As culturas exploradas atualmente são: banana, graviola, goiaba, coco, pimenta, feijão de corda, mandioca, milho verde e capim de corte.

Do ponto de vista organizacional o perímetro conta com a Cooperativa dos irrigantes de Forquilha Ltda. - COIF, entidade responsável pela organização, operação e manutenção atual do perímetro como também pelo processo de emancipação dos irrigantes. Vale ressaltar que em Senador Sá aponta-se outro potencial hídrico de irrigação pelo Açude da Serrota.

#### 15.2.1.2 Lavouras Permanentes

Elas são assim denominadas porque após a colheita não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos. Mesmo que não haja o replantio se faz necessário cuidados especiais para cada tipo de cultura como a poda e adubação periódica, chamado de manejo cultural.

**Tabela 36: Produção em (t) das Culturas Permanentes**

Município	Banana	Manga	Goiaba	Limão	Coco (mil frutos)	Castanha de caju
	2009	2009	2009	2009	2009	2009
<b>Micro I</b>	<b>6.077</b>	<b>608</b>	<b>349</b>	<b>150</b>	<b>11.351</b>	<b>141</b>
Cariré	627	31	0	9	389	21
Reriutaba	2.536	169	54	96	1.962	96
Varjota	2.914	408	295	45	9.000	24
<b>Micro II</b>	<b>1.637</b>	<b>98</b>	<b>38</b>	<b>26</b>	<b>278</b>	<b>147</b>
Coreaú	297	30	0	0	26	33
Frecheirinha	1270	68	38	26	222	8
Moraújo	70	0	0	0	30	106
<b>Micro III</b>	<b>1.034</b>	<b>676</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>213</b>	<b>129</b>
Graça	802	669	0	0	107	83
Mucambo	176	7	0	0	106	8
Pacujá	56	0	0	0	0	38
<b>Micro IV</b>	<b>1.578</b>	<b>233</b>	<b>84</b>	<b>60</b>	<b>2.558</b>	<b>142</b>
Forquilha	238	27	0	0	28	32
Groaíras	60	30	0	0	402	2
Sobral	1.280	176	84	60	2.128	108
<b>Micro V</b>	<b>3.455</b>	<b>2.774</b>	<b>0</b>	<b>32</b>	<b>932</b>	<b>4.313</b>
Massapê	2.450	2.556	0	32	286	1000
Santana do Acaraú	945	206	0	0	626	3174
Senador Sá	60	12	0	0	20	139
<b>Micro VI</b>	<b>1.618</b>	<b>2.053</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>63</b>	<b>1.703</b>
Alcântaras	672	8	0	0	21	921

Município	Banana	Manga	Goiaba	Limão	Coco (mil frutos)	Castanha de caju
	2009	2009	2009	2009	2009	2009
Meruoca	946	2.045	0	0	42	782
<b>Total</b>	<b>15.399</b>	<b>6.442</b>	<b>471</b>	<b>268</b>	<b>15.395</b>	<b>6.575</b>

Fonte: Lavouras Permanentes – IBGE 2009.

Dentre as culturas permanentes destacam-se as culturas de coco com uma produção de 15.395 mil frutos, sendo os municípios de Varjota, Sobral e Santana do Acaraú os maiores produtores. Outra cultura que se destaca é a banana com uma produção de 15.399t principalmente nos municípios de Varjota, Reriutaba e Massapê. A produção de castanha de caju tem seu canal de comercialização, embora seja comercializado apenas com a castanha de caju in natura, porém o território apresenta como preocupação o desperdício do pedúnculo de caju, necessitando de um trabalho para organização da Cadeia Produtiva, principalmente nos municípios de Santana do Acaraú, Massapê e Meruoca maiores produtores da região. A cultura da manga com 6.442t tem destaque nos municípios de Massapê, Meruoca e Graça.

Das culturas supracitadas identificou-se que a compra de insumos é feita de forma individual, assim como a comercialização dos mesmos, com exceção dos agricultores familiares que comercializam produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e onde a comercialização é feita de forma coletiva com associações e/ou cooperativas através de projetos de vendas. Atualmente, a maior parte dessa produção é comercializada por atravessadores.

### 15.2.1.3 Lavouras Temporárias

As lavouras temporárias são aquelas culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitassem, geralmente de replantio após cada colheita, assim como todo manejo cultural de solo, entre outros (IBGE,2008).

Com relação às culturas temporárias, o Território é um grande produtor de *mandioca*, com 34.459t, porém a infra estrutura de beneficiamento é

precária e rudimentar produzindo um subproduto de baixa qualidade e com preços baixos, salvo as Casas de Farinha (unidades coletivas para o beneficiamento da mandioca) que foram atendidas pelo governo do Estado através da EMATERCE no programa de melhoramento das casas de farinha (fornos mecanizados e espaços para armazenamento). O milho e o feijão são culturas consorciadas, com produção de 52.312t e 7.830t, respectivamente. Ainda não há uma produção significativa dessas culturas de forma irrigada que permitiria cronograma de plantio e colheita, pois sendo culturas de sequeiro estão sujeitas as intempéries climáticas. Os maiores produtores de milho são: Santana do Acaraú, Frecheirinha e Sobral, enquanto de feijão, destacam-se: Sobral, forquilha e Reriutaba.

**Tabela 37: Culturas Temporárias em (T)**

Município	Mandioca 2009	Maracujá 2009	Melancia 2009	Feijão 2009	Mamão 2009	Milho 2009	Batata doce 2009
Micro I	731	1.280	1.775	1.229	12.136	4.817	660
Cariré	375	0	0	167	167	1.691	0
Reriutaba	288	705	800	739	1.939	1.842	318
Varjota	68	575	975	323	10.030	1.284	342
Micro II	4.381	336	471	597	2.316	6.836	115
Coreaú	363	0	0	198	150	2.609	0
Frecheirinha	3.150	336	471	318	2.166	3.843	115
Moraújo	868	0	0	81	0	384	0
Micro III	4.804	0	0	1.176	0	2.481	0
Graça	1.832	0	0	454	0	863	0
Mucambo	1.936	0	0	466	0	1.236	0
Pacujá	1.036	0	0	256	0	382	0
Micro IV	2.505	233	0	2.179	270	5.265	0
Forquilha	123	123	0	755	0	1.482	0
Groaíras	235	0	0	532	0	928	0
Sobral	2147	110	0	892	270	2.855	0
Micro V	20.018	22	515	1.743	626	28.115	0
Massapê	6.892	0	0	685	236	704	0
Santana do Acaraú	5.573	22	515	751	390	27.177	0
Senador Sá	7.553	0	0	307	0	234	0
Micro VI	2.020	43	0	906	588	4.798	0
Alcântaras	820	0	0	717	260	4238	0
Meruoca	1.200	43	0	189	328	560	0
Total	34.459	1.914	2.887	7.830	15.936	52.312	775

Fonte: IBGE, Lavoura temporária 2009.

#### *15.2.1.4 Sistema de Criação Animal*

Este subsistema é formado pela bovinocultura mista e leiteira, ovinocaprino cultura tradicional e moderna, caprinocultura de leite, ovinocaprino cultura agroecológica, piscicultura extensiva e intensiva e pesca artesanal, apicultura e extração do mel, avicultura moderna e a criação caseira de suínos e aves (galinha, capote, pato e peru). A seguir descreveremos cada atividade desse subsistema.

**Bovino cultura mista:** A bovinocultura mista é um sistema de criação tradicional e tem como características o uso da pastagem nativa e restolhos de culturas como base da alimentação e a valorização das raças nativas, extremamente adaptadas ao manejo de produção mista de carne e leite. O manejo adotado é semi-intensivo e que funciona da seguinte maneira: O rebanho é geralmente dividido em dois plantéis: um em lactação e o outro de animais solteiros. O rebanho em lactação recebe o manejo semi-intensivo; de manhã cedo é realizada a ordenha e logo depois levado para o cercado, permanecendo lá até as três horas da tarde de onde é trazida para o curral, ficando até o momento da ordenha. O rebanho solteiro geralmente é criado de forma extensiva com poucas condições de controle. O leite produzido destina-se basicamente para o consumo da família e o excedente para venda e ou doações de pessoas residentes no seu entorno, enquanto o animal em pé além da sua venda para o mercado local, também é contabilizado como parte do patrimônio familiar, constituindo uma espécie de reserva e poupança para os produtores. Além de ser uma atividade importante, economicamente a bovinocultura mista é desenvolvida pelas diversas categorias de criadores existentes no território: o grande e médio criador, o agricultor familiar com terra e em determinados casos criadores sem terra.

**Bovino cultura leiteira:** Essa é uma atividade pouco expressiva para a economia do território. Os municípios que apresentam destaque nessa atividade são: Sobral, Santana do Acaraú, Cariré, Massapê, Forquilha, Coreaú, Groaíras e Reriutaba, mesmo assim sem muita expressão. Esse sistema de criação é desenvolvido praticamente pelo médio e o grande proprietário e mesmo assim em pequena quantidade e em menor escala o agricultor familiar.

Esse sistema de criação se caracteriza por usar uma alimentação baseada no uso de insumos externos (ração concentrada, sal mineral, vacinas e vermífugo) complementado com o pastejo direto acrescido de volumoso verde ofertado em cocheira, realizando duas ordenhas (manual/mecânica) diárias (manhã e tarde). Em relação à raça esse sistema usa um padrão genético apurado para aptidão leiteira, valorizando as raças puras através do uso de reprodutores. Outra característica é a utilização do sistema intensivo por alguns produtores, enquanto outros utilizam o sistema semi-intensivo. O agricultor familiar utiliza um sistema de criação que se caracteriza pelo uso de insumos externos (ração concentrada e vacinas), sendo que alguns utilizam como complemento alimentar o pastejo direto, enquanto outros, o volumoso verde ofertado em cocheiras/tinas. A ordenha é feita manualmente, uma vez por dia no horário da manhã pela maioria dos criadores, enquanto alguns fazem duas vezes ao dia (manhã e tarde). Com relação às raças, esse sistema valoriza as nativas, melhoradas através do cruzamento com animais de padrão leiteiro através da monta natural. Esse tipo de criação tem como característica o uso do sistema semi-intensivo.

Ovinocaprinocultura tradicional: Essa atividade tem como característica o nível de abrangência na adesão dos agricultores/as familiares ao sistema, a valorização das raças nativas e o uso de seleção dos reprodutores no seu próprio plantel. A introdução de reprodutores de raças sem um controle genético do rebanho, um manejo sanitário irregular e uma alimentação inadequada, apesar de também fazer parte da característica do sistema, traz como consequência, uma baixa qualidade do padrão genético, uma baixa taxa de desfrute; uma taxa elevada de mortalidade do rebanho, uma forte degradação dos recursos naturais, porém, um baixo custo financeiro. Os fatores mais limitantes desse sistema são: a resistência as mudanças por parte dos criadores, um sistema de Ater desarticulado, insuficiente e com uma concepção contraditória, e sem uma estratégia que garanta a conversão processual, participativa e educativa desses criadores, além de um sistema de crédito ainda insuficiente, burocrático e em alguns casos inadequado.

Ovinocaprinocultura moderna de corte: Apesar da presença da Embrapa-Cnpco, localizada em Sobral, esse sistema ainda é pouco utilizado no

território. Os municípios que mais se destacam nessa atividade são; Santana do Acaraú, Sobral, Cariré, Coreaú, Moraújo e Massapê, porém, ambos sem muita expressão. O rebanho é criado de forma semi-intensiva, utilizando uma base tecnológica fundamentada no uso de raças puras, na valorização de insumos externos (ração balanceada, vacinas, vermífugos, medicamentos, etc.), no uso de reprodutores Puro de Origem (P.O.), um sistema rigoroso de registro genético dos animais, na utilização de um manejo sanitário e alimentar regular e no armazenamento de forragem como reserva estratégica para o rebanho. O criador que desenvolve esse tipo de sistema tem um perfil empreendedor com capacidade de mobilização de recursos financeiros, valoriza e garante as condições de capacitação, Ater, crédito e busca mercado para o seu produto.

Caprinocultura melhorada de leite: Esse é um sistema alternativo que vem sendo desenvolvido no território há certo tempo por entidade ligada a igreja católica e tem como objetivo produzir leite para melhorar a nutrição das crianças carentes da zona rural. Do ponto de vista técnico ele tem como característica o uso da alimentação nativa, os restos de culturas dos roçados, a implantação de forragens cultivadas como complementação alimentar, a utilização de matrizes de raças nativas com perfil leiteiro e a introdução de reprodutores de raças puras com aptidão leiteira. O sistema utilizado é o semi-intensivo que tem como base o pastejo direto nas áreas de pastagens nativas durante o dia, recebendo uma complementação de milho e outras forragens complementares no período da tarde, permanecendo o restante do dia e a noite no chiqueiro/aprisco rústico, onde é realizada a ordenha pela manhã e posteriormente os animais são levados para o roçado.

Avicultura moderna (granja): Esse sistema tem como característica principal a criação intensiva, o uso de insumos externos (ração, complexo vitamínico, etc.), instalações e equipamentos modernos, linhagens industriais e um manejo sanitário rigoroso, exigindo um custo financeiro alto e um criador com o perfil tecnológico nos padrões modernos e uma visão empreendedora aguçada, ainda não absorvida pelo agricultor/a familiar. Os municípios que mais se destacam na sua exploração são: Massapê, Sobral, Santana do Acaraú e Forquilha.

Criação caseira de suínos e aves: É uma das atividades mais atuantes no setor rural e tem como característica a diversidade de espécie no criatório, o uso dos recursos naturais como base alimentar (sementes nativas, insetos, vegetais, etc.) complementada com restos de comida e oferta de milho no período de verão, raças nativas como padrão genético e um manejo sanitário e reprodutivo basicamente sem nenhum controle. Do ponto de vista econômico tem um baixo custo de investimento e custeio, porém, com uma baixa taxa de desfrute, um alto índice de mortalidade, no entanto, com um produto de bom preço e com uma boa aceitação no mercado.

Apicultura: Esta atividade nos últimos 5 anos tem avançado significativamente devido ao grande potencial existente. A apicultura é sem dúvida uma atividade promissora para a economia do território e fundamentalmente para a agricultura familiar em função do grande potencial de floradas nativas e fruteiras cultivadas, principalmente o caju. Exige pouco espaço de área, instalações e equipamentos com capacidade de remanejamento de local, facilidade de sessão de anuência de espaço para sua exploração, matéria prima (florada) sem controle de uso, pouca exigência de mão de obra e de recursos financeiros para sua exploração. Tem como característica a dispersão de unidades produtivas e a exigência de investimento significativo para garantir a extração (casa de mel e equipamentos), e para comercialização se faz necessário embalagem, análise, beneficiamento, marketing, necessitando de um bom nível de organização.

Pesca artesanal: É uma atividade que se integra à dinâmica produtiva da agricultura familiar do território estudado. Apesar da existência de um manancial de água expressivo essa atividade é pouco importante e pouco conhecida para o território.

Nos municípios de Reriutaba, Varjota, Cariré, Sobral e Forquilha, essa atividade é desenvolvida mais intensamente pela presença significativa dos mananciais hídricos de açudes públicos, como: Paulo Sarasate, Forquilha e Ayres de Sousa, além dos açudes privados localizados nas propriedades rurais e nas áreas de assentamentos da reforma agrária. Essa atividade tem como característica a sazonalidade da pesca; a exigência no cumprimento das normas estabelecidas pelos órgãos públicos e o desamparo legal de domínio e

legitimação de uso dos mananciais hídricos perante os agentes financeiros o que dificulta o acesso ao crédito.

Essa atividade padece de um problema comum que é a organização de base para definição e gestão de um projeto para fortalecimento da cadeia produtiva de pescado, envolvendo beneficiamento e comercialização. Outro fator relevante é a ausência de uma assessoria técnica, capacitação, crédito, etc., a esses pescadores. As Colônias buscam incentivos através das parcerias com as Prefeituras e as Secretarias de Desenvolvimento – SDA do Estado e Ministério do da Pesca e Aquicultura, contribuindo para o fortalecimento da cadeia produtiva do pescado no território.

Cerca de 139 famílias se dedicam a pesca artesanal no território, concentradas em Varjota (94) e Sobral (225). Organizadas em sua maioria em Colônias de Pescadores.

As informações quantitativas do efetivo de rebanhos, do tipo e da produção animal no território podem ser condensadas nas seguintes tabelas:

**Tabela 38:** Efetivo dos rebanhos bovinos e suínos, segundo os municípios do território para os anos 2003-2008.

Municípios	Efetivos de Rebanhos (Cabeças)					
	Bovinos			Suínos		
	2003	2006	2008	2003	2006	2008
<b>Micro I</b>	<b>8.677</b>	<b>7.925</b>	<b>8.901</b>	<b>7.025</b>	<b>3.101</b>	<b>7.882</b>
Cariré	17.764	16.405	18.072	13.664	5.666	13.845
Reriutaba	5.820	4.942	5.780	5.409	3.005	6.900
Varjota	2.446	2.428	2.850	2.003	633	2.900
<b>Micro II</b>	<b>5.414</b>	<b>4.568</b>	<b>6.118</b>	<b>5.744</b>	<b>3.503</b>	<b>5.983</b>
Coreaú	8.838	7.781	8.891	6.661	5.562	6.748
Frecheirinha	2.165	2.279	4.021	6.960	1.696	7.308
Moraújo	5.238	3.643	5.442	3.612	3.250	3.893
<b>Micro III</b>	<b>8.534</b>	<b>6.930</b>	<b>8.253</b>	<b>21.758</b>	<b>8.650</b>	<b>22.347</b>
Graça	3.015	2.727	2.969	15.995	4.648	16.550
Mucambo	3.598	2.808	3.436	3.060	3.205	3.069
Pacujá	1.921	1.395	1.848	2.703	797	2.728
<b>Micro IV</b>	<b>50.047</b>	<b>43.680</b>	<b>53.102</b>	<b>21.010</b>	<b>12.873</b>	<b>22.710</b>
Forquilha	9.219	6.584	9.760	4.228	1.598	4.438
Groaíras	4.079	3.738	4.356	2.673	2.423	2.880

Municípios	Efetivos de Rebanhos (Cabeças)					
	Bovinos			Suínos		
	2003	2006	2008	2003	2006	2008
Sobral	36.749	33.358	38.986	14.109	8.852	15.392
<b>Micro V</b>	<b>38.293</b>	<b>33.169</b>	<b>39.084</b>	<b>35.456</b>	<b>15.684</b>	<b>37.369</b>
Massapê	9.268	7.514	9.726	16.323	4.767	17.606
Stª do Acaraú	25.969	23.394	26.148	13.230	8.219	13.660
Senador Sá	3.056	2.261	3.210	5.903	2.698	6.103
<b>Micro VI</b>	<b>4.493</b>	<b>2.474</b>	<b>4.563</b>	<b>4.157</b>	<b>2.519</b>	<b>4.410</b>
Alcântaras	3.058	1.601	3.079	2.801	1.506	2.878
Meruoca	1.435	873	1.484	1.356	1.013	1.532
<b>Total</b>	<b>143.638</b>	<b>123.731</b>	<b>150.058</b>	<b>120.690</b>	<b>59.538</b>	<b>128.430</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006; IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2008.

Considerando o total territorial de rebanho bovino, em 2003 o rebanho foi de 143.638 cabeças, havendo uma queda considerável no ano de 2006, com 123.731 cabeças. Isso se deve ao fato de que as condições climáticas do nordeste foram severas, prejudicando a produção pecuária de forma significativa, resultando numa queda no território de aproximadamente 20.000 cabeças. Novamente, em 2008, a produção bovina obteve novos incrementos, com cerca de 30.000 cabeças acima do rebanho constatado em 2006.

Dentre os microterritórios o IV e o V se destacam na produção de bovinos, com um efetivo de rebanho em 2008 de 53.102 e 39.084, respectivamente. O mesmo pode ser verificado na queda de produção ocorrida entre os anos de 2003 e 2006, provavelmente devido à ocorrência da irregularidade pluviométrica ocorridas nesses anos.

O município de Sobral apresenta um número significativo de produção bovina, com 38.986 cabeças em 2008. Esse fato se deve a uma maior organização dos produtores, de forma individualizada, e também pelo fato de que esse município apresenta maior mercado consumidor, logo melhores canais de comercialização. Depois de Sobral, Cariré é o município do território que merece um papel de destaque, com um rebanho de 18.072 cabeças em 2008, bem superior ao rebanho dos demais municípios que compõem o território.

Quanto ao rebanho de suínos, podemos verificar na tabela 11 que o território se comportou de forma parecida com o verificado com o rebanho de bovinos, também houve uma queda no ano de 2003 em seu rebanho. Em 2008, o rebanho suíno foi de 128.430 cabeças. Dentre os microterritórios, podemos verificar que o III, IV e V são os que apresentam maior produção suína, todos esses com rebanho superior a 20.000 cabeças. Cariré, Graça, Sobral, Massapê e Santana do Acaraú são os municípios que apresentam maior número de cabeças suínas, com 13.845, 16.550, 15.392, 17.606 e 13.660, respectivamente. O município de Massapê possui a produção suína mais expressiva no território.

Podemos verificar na tabela acima que o rebanho de ovinos, quando consideramos os valores totais do território, sofreu uma queda de 2003 para 2006 em mais de 30.000 cabeças, valor considerável se levarmos em conta o período de tempo de apenas 3 anos. Em 2008, o rebanho teve uma retomada no crescimento, chegando a valores de 110.569 cabeças, isto é, obteve um incremento de mais de 40.000 cabeças em apenas 2 anos.

Verifica-se também essa mesma tendência de queda do rebanho ovino para os microterritórios, com exceção do micro VI, que a queda no rebanho aconteceu somente no ano de 2008. Podemos dizer que o quantitativo mais significativo, dentre os micros, foi no micro IV, com um número de ovinos de 37.253 cabeças em 2008, com aproximadamente 12.000 cabeças a mais do que o micro V, o segundo mais importante na produção de ovinos, considerando o ano agrícola de 2008. O micro VI apresenta uma produção ovina insignificante de apenas 127 cabeças em 2008.

**Tabela 39:** Efetivo dos rebanhos ovinos e caprinos, segundo os municípios do Território de Sobral nos anos 2003-2008.

Municípios	Efetivos de Rebanhos (Cabeças)					
	Ovinos			Caprinos		
	2003	2006	2008	2003	2006	2008
<b>Micro I</b>	<b>18.501</b>	<b>15.338</b>	<b>20.758</b>	<b>9.356</b>	<b>11.358</b>	<b>12.495</b>
Cariré	13.287	9.978	14.508	5.617	6.635	6.295
Reriutaba	3.448	3.342	4.000	2.491	3.505	4.100
Varjota	1.766	2.018	2.250	1.248	1.218	2.100
<b>Micro II</b>	<b>20.286</b>	<b>8.672</b>	<b>22.884</b>	<b>12.108</b>	<b>12.721</b>	<b>13.651</b>
Coreaú	8.140	5.707	8.930	6.098	5.356	6.315
Frecheirinha	600	484	802	1.900	1.599	2.491
Moraújo	11.546	2.481	13.152	4.110	5.766	4.845

Municípios	Efetivos de Rebanhos (Cabeças)					
	Ovinos			Caprinos		
	2003	2006	2008	2003	2006	2008
<b>Micro III</b>	<b>3.922</b>	<b>2.694</b>	<b>4.058</b>	<b>6.439</b>	<b>4.657</b>	<b>6.922</b>
Graça	1.325	991	1.306	3.493	1.930	3.783
Mucambo	756	640	812	1.125	1.794	1.305
Pacujá	1.841	1.063	1.940	1.821	933	1.834
<b>Micro IV</b>	<b>34.763</b>	<b>27.710</b>	<b>37.253</b>	<b>10.655</b>	<b>13.002</b>	<b>12.324</b>
Forquilha	5.639	3.532	5.957	2.355	1.789	2.481
Groaíras	1.894	3.243	2.173	749	1.769	801
Sobral	27.230	20.935	29.123	7.551	9.444	9.042
<b>Micro V</b>	<b>23.402</b>	<b>15.917</b>	<b>25.516</b>	<b>19.224</b>	<b>16.928</b>	<b>20.786</b>
Massapê	3.466	3.951	4.026	3.285	5.930	3.890
Santana do Acaraú	17.901	10.832	19.178	13.275	8.230	14.035
Senador Sá	2.035	1.134	2.312	2.664	2.768	2.861
<b>Micro VI</b>	<b>94</b>	<b>220</b>	<b>127</b>	<b>1.086</b>	<b>1.451</b>	<b>1.168</b>
Alcântaras	41	66	64	613	1.034	688
Meruoca	53	154	63	473	417	480
<b>Total</b>	<b>100.968</b>	<b>70.551</b>	<b>110.596</b>	<b>58.868</b>	<b>60.117</b>	<b>67.346</b>

Fontes: IGBE, Censo Agropecuário 2006; IGBE, Produção da Pecuária Municipal 2008.

O micro IV apresenta elevada significância pelo fato que dentre os municípios que o compõe, Sobral está incluído. Sem dúvida, Sobral é o maior produtor de ovinos com um efetivo de 29.123 cabeças, o que supera o rebanho de todos os outros micros, superando inclusive o segundo micro de maior produção, com mais de 4.000 cabeças.

Uma tendência diferente pode ser verificada no quantitativo de caprinos, onde o rebanho sofreu incrementos no período de 2003 a 2008, com cerca de aproximadamente 10.000 cabeças. Apesar de o rebanho ter crescido, esse crescimento foi pouco expressivo, se consideramos o período de 5 anos. Verifica-se que o rebanho ovino é de longe superior ao caprino, cerca de 2 vezes maior, isso provavelmente é devido ao fato de que culturalmente o agricultor prefere criar o ovino, pois o mesmo apresenta um comportamento mais pacato e de fácil manejo.

Dentre os micros, o micro V com 20.783 cabeças de caprinos é o que apresenta maior importância numérica, onde Santana do Acaraú é o maior detentor de cabeças, com 14.035 cabeças no ano de 2008.

O micro VI apresentou números insignificantes na produção de ovinos, e o mesmo aconteceu para o rebanho de caprinos, mas culturalmente, esse micro tem uma maior aptidão para a produção de caprinos, com um rebanho de

1.168 cabeças em 2008, cerca de 10 vezes maior do que o rebanho de ovinos para o mesmo período.

Os criadores de ovinos e caprinos, em especial, os Agricultores Familiares estão desarticulados, o que reflete diretamente na comercialização dos animais para atravessadores, isso quando não abatidos clandestinamente. Existe também uma assistência técnica insuficiente e desarticulada, com deficiência no padrão tecnológico.

Os dados acima apresentam uma constante, no que se refere a produtividade, embora apresente também um crescimento de pouco mais de 10% para os últimos anos, julga-se irrelevante pelo potencial existente no Território, e por ser uma Cadeia Produtiva Priorizada se faz necessário a construção participativa de um Plano de Cadeia, contemplando infra-estruturas para os criatórios e beneficiamento das carcaças, acompanhamento técnico sistemático, e aspectos tecnológicos adequados para região, inclusive utilizando-se das pesquisas da Embrapa Caprinos, localizada no município de Sobral.

Vale ressaltar que o Território de Sobral está com o projeto de construção de um abatedouro aprovado pelo PROINF e será construído no município de Sobral dentro dos padrões exigidos para receber o Selo de Inspeção Federal.

**Tabela 40:** Efetivo de aves, segundo os municípios do Território de Sobral nos anos 2003-2008

Municípios	Efetivos de Rebanhos (Cabeças)			
	Galinhas		Galos, frangas, frangos e pintos	
	2003	2008	2003	2008
<b>Micro I</b>	<b>37.017</b>	<b>39.060</b>	<b>83.972</b>	<b>83.676</b>
Cariré	16.840	17.260	24.411	25.276
Reriutaba	9.091	10.500	20.160	22.500
Varjota	11.086	11.300	39.401	35.900
<b>Micro II</b>	<b>13.909</b>	<b>15.039</b>	<b>50.543</b>	<b>55.317</b>
Coreaú	7.843	7.703	24.905	26.432
Frecheirinha	3.016	3.726	16.728	18.511
Moraújo	3.050	3.610	8.910	10.374
<b>Micro III</b>	<b>19.948</b>	<b>21.194</b>	<b>43.263</b>	<b>45.149</b>
Graça	10.720	11.390	30.061	32.211

Municípios	Efetivos de Rebanhos (Cabeças)			
	Galinhas		Galos, frangas, frangos e pintos	
	2003	2008	2003	2008
Mucambo	5.356	5.794	6.556	6.508
Pacujá	3.872	4.010	6.646	6.430
<b>Micro IV</b>	<b>70.086</b>	<b>59.265</b>	<b>79.281</b>	<b>78.533</b>
Forquilha	5.600	5.880	25.147	26.748
Groairas	7.171	7.699	5.276	5.765
Sobral	57.315	45.686	48.858	46.020
<b>Micro V</b>	<b>51.684</b>	<b>54.831</b>	<b>227.608</b>	<b>230.902</b>
Massapê	18.975	21.500	144.846	146.560
Santana do Acaraú	24.490	25.285	65.576	67.162
Senador Sá	8.219	8.046	17.186	17.180
<b>Micro VI</b>	<b>22.635</b>	<b>22.616</b>	<b>39.973</b>	<b>37.790</b>
Alcântaras	10.880	11.001	25.899	23.788
Meruoca	11.755	11.615	14.074	14.002
<b>Total do Território</b>	<b>215.279</b>	<b>212.005</b>	<b>524.640</b>	<b>531.367</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção da Pecuária Municipal 2006-2007.

De acordo com a Tabela 40 podemos verificar que a avicultura se manteve praticamente constante no período de 2003 a 2008, isso tanto para o rebanho de galinha, quanto para o rebanho de galos, frangas, frangos e pintos. Em 2003 o rebanho de galinhas do território foi de 215.279 e em 2008 foi de 212.005 cabeças. Para o rebanho de galos, frangas, frangos e pintos, verificamos a mesma tendência, em 2003 foi de 524.640 e em 2008 de 531.367 cabeças. Vale ressaltar que o rebanho de corte é 2 vezes superior ao de postura.

Dentre os micros, o maior detentor de rebanho de galinhas o IV se destaca frente aos demais, com um número de cabeças de 59.265. Enquanto o micro V se destaca como o maior produtor de frango de corte, com cerca de 230.902 cabeças. Essa mesma análise pode ser realizada para os municípios, e o maior produtor de galinhas é o município de Sobral, com 45.686 cabeças em 2008. Como maior detentor de rebanho de frango de corte, temos o município de Massapê, com um rebanho de 146.560 cabeças no ano de 2008.

**Tabela 41:** Produção de Ovos de galinha, segundo os municípios do território para os anos 2003-2008.

Municípios	Produção de Ovos (mil dúzias)		
	Ovos de Galinha		
	2003	2006	2008
<b>Micro I</b>	<b>197</b>	<b>160</b>	<b>212</b>
Cariré	88	90	86
Reriutaba	67	49	61
Varjota	42	21	65
<b>Micro II</b>	<b>74</b>	<b>76</b>	<b>78</b>
Coreaú	41	46	39
Frecheirinha	17	23	22
Moraújo	16	07	17
<b>Micro III</b>	<b>97</b>	<b>52</b>	<b>103</b>
Graça	53	22	56
Mucambo	26	26	29
Pacujá	18	04	18
<b>Micro IV</b>	<b>1.029</b>	<b>1.395</b>	<b>622</b>
Forquilha	31	84	32
Groaíras	32	16	36
Sobral	966	1.295	554
<b>Micro V</b>	<b>269</b>	<b>225</b>	<b>265</b>
Massapê	99	58	100
Santana do Acaraú	127	142	125
Senador Sá	43	25	40
<b>Micro VI</b>	<b>125</b>	<b>57</b>	<b>124</b>
Alcântaras	60	43	60
Meruoca	65	14	64
<b>Total</b>	<b>1.791</b>	<b>1.965</b>	<b>1.404</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção da Pecuária Municipal 2006-2007.

No tocante a produção de ovos de galinha, podemos verificar que a produção em 2008 foi inferior a produção em 2003, cerca de 400 mil dúzias a menos. Isso pode ser explicado, principalmente, pelo fato que o rebanho de galinhas de postura sofreu uma redução entre os anos de 2003 e 2008. Os números mais expressivos de produção de ovos de galinha para os micros podem ser verificados no micro IV, tendo como principal responsável o município de Sobral, com uma produção de 1.295 mil dúzias em 2006. Vale ressaltar que houve uma queda brusca na produção de ovos de galinha do ano de 2006 para 2008, uma queda de mais de 50%.

Com relação à avicultura no ano de 2008, todos os municípios têm vocação e potencial para desenvolver esta atividade. Vale salientar que a produção verificada na tabela acima diz respeito basicamente à atividade avicultura criada em sistema intensivo (de granja). Sabe-se que para a criação de galinha de granja (sistema intensivo) há uma exigência de capital financeiro alta e culturalmente não atrai como atividade de potencial produtivo para a agricultura familiar.

Nos municípios onde a produção da avicultura ainda é bastante tímida, se agrava ainda mais atualmente, pois nas últimas décadas a criação de aves caipira vem perdendo a sua função econômica, principalmente com a entrada de grandes produtores de aves de granja.

**Tabela 42:** Número Vacas ordenhadas e Produção Leite de Vaca

Municípios	Vacac ordenhadas (cabeças)			Produção Leite de Vaca (1.000 Litros)		
	2003	2006	2008	2003	2006	2008
<b>Micro I</b>	<b>5.071</b>	<b>4.089</b>	<b>5.343</b>	<b>3.380</b>	<b>3.639</b>	<b>3.546</b>
Cariré	3.523	2.568	3.613	2.396	2.528	2.453
Reriutaba	1.205	1.064	1.320	717	834	808
Varjota	343	457	410	267	277	285
<b>Micro II</b>	<b>2.697</b>	<b>2.070</b>	<b>2.977</b>	<b>1.802</b>	<b>1.684</b>	<b>1.960</b>
Coreaú	1.591	1.392	1.645	1.082	1.164	1.125
Frecheirinha	320	355	463	186	315	239
Moraújo	786	323	869	534	205	596
<b>Micro III</b>	<b>1.413</b>	<b>1.226</b>	<b>1.416</b>	<b>846</b>	<b>1.057</b>	<b>823</b>
Graça	515	422	545	310	285	316
Mucambo	525	521	498	320	533	294
Pacujá	373	283	373	216	239	213
<b>Micro IV</b>	<b>9.955</b>	<b>7.670</b>	<b>10.490</b>	<b>6.449</b>	<b>7.401</b>	<b>6.793</b>
Forquilha	1.835	1.271	1.949	1.156	1.464	1.202
Groaíras	998	697	1.083	771	665	823
Sobral	7.122	5.702	7.458	4.522	5.272	4.768
<b>Micro V</b>	<b>6.207</b>	<b>4.882</b>	<b>6.645</b>	<b>4.221</b>	<b>4.213</b>	<b>4.488</b>
Massapê	1.854	1.068	1.937	1.261	1.135	1.321
Stª do Acaraú	3.895	3.530	4.216	2.649	2.850	2.837
Senador Sá	458	284	492	311	228	330
<b>Micro VI</b>	<b>668</b>	<b>348</b>	<b>697</b>	<b>421</b>	<b>426</b>	<b>435</b>
Alcântaras	394	213	405	248	201	252
Meruoca	274	135	292	173	225	183
<b>Total</b>	<b>26.011</b>	<b>20.285</b>	<b>27.568</b>	<b>17.119</b>	<b>18.420</b>	<b>18.405</b>

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2006-2007.

A quantidade de vacas em produção no território em 2008 foi de 27.568 vacas, e para esse mesmo ano a quantidade de leite produzido foi de 18.405 mil litros. Tanto a quantidade de vacas ordenhadas como a quantidade de leite produzido no território apresentaram uma leve tendência de aumento, entre o período de 2003 e 2008. Assim, o incremento para esse período foi de 1.557 vacas ordenhadas e 1.286 mil litros, praticamente uma relação entre esses parâmetros de 1:1000.

As informações territoriais apontam para um aumento do rebanho leiteiro no período de 2006-2008 de 7.283 cabeças, em média 35%. Por outro lado, a produção de leite se manteve constante nesse período.

Os municípios com maior rebanho são: Sobral (7.458 cab.); Santana do Acaraú (4.216 cab.); Cariré (3.613 cab.); Forquilha (1.949 cab.) e Massapé (1.949 cab.). Destacam-se na quantidade produzida de leite (1000L): Sobral (1,56L.); Santana do Acaraú (4.216 cab.); Cariré (3.613 cab.); Forquilha (1.949 cab.); Massapé (1.949 cab.) e Coreaú (1.125L).

No entanto, ao analisar a produtividade desse rebanho verifica-se que ela se dá em maior escala nos municípios de Reriutaba (1,63 L), Forquilha (1,62 L), Sobral (1,56 L), Santana do Acaraú (1,48 L), Cariré (1,47 L), Coreaú e Massapé com (1,46 L).

Essa relação permite visualizar que em alguns municípios onde o rebanho é bem menor (quantitativo) ocorre uma seleção mais qualitativa desse rebanho (melhoramento genético), como é o caso de Reriutaba (1.320 cab./1,63 L), Forquilha (1.949 cab./1,62 L), outro exemplo seria o comparativo entre Coreaú (1.645 cab./1,46 L) e Massapé (1.937 cab./1,46 L).

O território dispõe de uma produção anual de 21.464 toneladas de mel. Os municípios de maior produção são: Alcântaras, Sobral e Reriutaba, todos eles com produção superior a 2.000 toneladas de mel. O município de Sobral possui uma máquina para embalagem de mel, e uma Casa de Mel, no Distrito de Jordão, organizada pela Associação Comunitária dos Moradores do Sítio São Francisco.

Para fomentar a cadeia produtiva de mel no território, em parceria com as Prefeituras dos Municípios e o convênio estabelecido entre o município de Sobral e o Ministério de Desenvolvimento Agrário através da Secretaria de

Desenvolvimento Territorial, será instalada uma Agroindústria de Beneficiamento de Mel (Entrepasto), no Distrito de Aprazível, município de Sobral, a fim de promover o desenvolvimento e a comercialização dos produtos oriundos da apicultura de base familiar do território.

**Tabela 43:** Produtividade de mel, 2009.

<b>Municípios</b>	<b>Quantidade (kg)</b>
<b>Micro I</b>	<b>2.980</b>
Cariré	0
Reriutaba	2.800
Varjota	180
<b>Micro II</b>	<b>194</b>
Coreaú	0
Frecheirinha	0
Moraújo	194
<b>Micro III</b>	<b>1.175</b>
Graça	595
Mucambo	580
Pacujá	0
<b>Micro IV</b>	<b>4.507</b>
Forquilha	0
Groaíras	397
Sobral	4.110
<b>Micro V</b>	<b>3.344</b>
Massapê	1.374
Santana do Acaraú	1.970
Senador Sá	0
<b>Micro VI</b>	<b>9.264</b>
Alcântaras	8.025
Meruoca	1.239
<b>Total</b>	<b>21.464</b>

Fonte: IBGE 2009

### 15.3 Extrativismo

A exploração da lenha, do carvão e da carnaúba são as atividades extrativistas mais desenvolvidas e tem um papel importante na economia do território. No caso da lenha e do carvão são atividades extremamente degradadoras do meio ambiente. Não existe nenhum tipo de cuidado com o ecossistema no manejo adotado na sua exploração. No caso da carnaúba a

situação é completamente diferente. Por ser uma espécie extremamente apropriada ao extrativismo não sofre consequência mais grave no seu processo de extração. O grave é a retirada da espécie para desocupação de espaço para implantação de culturas agrícolas. Há também um desperdício significativo da bagana (palha picotada para extração da cera) que em vez de ser utilizada como cobertura morta tornando o sistema de cultivo sustentável, na grande maioria das vezes é queimada.

**Tabela 44:** Extrativismo vegetal, quantidade produzido em 2009

Município	Lenha m <sup>3</sup>	Carvão vegetal (t)	Cera de carnaúba (t)	Pó de carnaúba (t)
<b>Micro I</b>	<b>31.985</b>	<b>38</b>	<b>136</b>	<b>270</b>
Cariré	7.935	25	136	270
Reriutaba	23.800	10	0	0
Varjota	250	3	0	0
<b>Micro II</b>	<b>81.075</b>	<b>81</b>	<b>0</b>	<b>946</b>
Coreaú	12.160	20	0	636
Frecheirinha	53.500	41	0	0
Moraújo	15.415	20	0	310
<b>Micro III</b>	<b>86.641</b>	<b>71</b>	<b>0</b>	<b>95</b>
Graça	70.151	33	0	27
Mucambo	7.107	12	0	33
Pacujá	9.383	23	0	35
<b>Micro IV</b>	<b>130.354</b>	<b>188</b>	<b>68</b>	<b>100</b>
Forquilha	22.026	24	0	52
Groaíras	5.180	0	23	0
Sobral	103.148	164	45	48
<b>Micro V</b>	<b>105.928</b>	<b>320</b>	<b>123</b>	<b>512</b>
Massapê	16.800	126	0	64
Santana do Acaraú	79.128	136	123	336
Senador Sá	10.000	58	0	112
<b>Micro VI</b>	<b>14.505</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Alcântaras	4.057	0	0	0
Meruoca	10.448	0	0	0
<b>Total</b>	<b>450.488</b>	<b>698</b>	<b>327</b>	<b>1.923</b>

Fonte: Quantidade produzida, IBGE 2009.

De acordo com a tabela acima, podemos verificar que a produção do território de lenha é de 450.488 m<sup>3</sup>, de carvão é de 698 t, de cera de carnaúba é de 327 t e de pó de carnaúba é de 1.923 t. Desses totais, os mais significativos em relação aos micros são o micro VI e V. A quantidade de lenha no micro IV e V foi superior a 100.000 m<sup>3</sup>, enquanto que na produção de carvão esses mesmos microterritórios apresentaram valores de 188 e 320 t. O município de Sobral apresenta a maior produção de lenha e carvão do território. O micro VI não apresentou valores significativos de produção extrativista.

#### **15.4 Produção Artesanal**

O artesanato é produzido a mão por famílias da Agricultura Familiar, em sua maioria, mulheres que entre uma atividade e outra se dedicam a produção artesanal. Vale ressaltar que em períodos de estiagem, o artesanato torna-se a principal fonte de renda da família, envolvendo homens e mulheres na produção.

A produção artesanal representa um potencial para a economia do território e tem uma significância importante na composição da renda para os (as) agricultores (as) familiares.

Existem municípios com potencial para o desenvolvimento do artesanato, dentre eles: Pacujá, Mucambo, Moraújo, Santana do Acaraú, Sobral, Massapê, Forquilha, Senador Sá, Graça, Meruoca, Alcântaras e Coreaú, que se utilizam da matéria prima do Couro de animais, sola de pneu, palha, manufaturados (crochê e costura), sementes, palha de carnaúba, palha de bananeira, madeira, etc.

Os artefatos que se destacam são o crochê e bordados, trabalhos feitos com madeira, pinturas e couro. O artesanato de barro e outros tipos são menos expressivos, mas também fazem parte dessa atividade de grande potencial para os agricultores (as) familiares do território. O nível de organização dos (as) artesãos (as) é muito baixo e há necessidade de capacitação e assessoria técnica, gerencial, com vistas à melhoria da qualidade dos produtos, assim como na comercialização.

A comercialização desses produtos em sua maioria é feita por atravessadores, que pegam as mercadorias para revenda nos grandes centros urbanos. Constatou-se que o produto é mais valorizado quando está sob o domínio dos atravessadores e não existe um centro de comercialização específico dentro do Território. A compra de insumos é individual e não há entre os artesãos do Território um sistema de organização que congregue os diversos artesãos e que possibilite o crescimento coletivo dos mesmos em qualidade na produção e comercialização. Existem formas de organização coletiva (associação e/ou cooperativa) como está apresentado neste documento, mas pensam individualmente, o que dificulta em parte a comercialização.

A venda do artesanato de couro, por exemplo, é realizada em municípios próximos como Santa Quitéria, Catunda, Tamboril, Ipueiras, Sobral, Groaíras, Mucambo. No caso de Sobral e Massapê, os (as) artesãos (as) comercializam seus produtos por meio da Cooperativa dos Produtores de Chapéus e Artesanato de Palha e Cooperativa de Artesanato de Ipaguassu Mirim Ltda., respectivamente.

Dentre algumas associações comunitárias produtivas e de grupos de mulheres, se destacam: Associação Comunitária dos Moradores de Carquejo, em Mucambo, e Associação dos Artesãos de Sobral e de Aracatiaçu.

De acordo com o relatório da Base de Serviço de Comercialização do Território de Sobral, a cadeia produtiva do artesanato no Território, apresenta dificuldades, tais como: pouca mão de obra especializada, as fontes de matéria prima como couro curtido com baixa disponibilidade de curtume no município, caso referente dos produtores do município de Pacujá; Pouco lucro, pois a maioria das vendas é feita diretamente para atravessadores da região.

Abaixo podemos verificar as principais tipologias desenvolvidas e comercializadas do território.

<b>Município</b>	<b>Tipologia</b>
<b>Alcântaras</b>	-
<b>Cariré</b>	Cestarias e Traçados
<b>Coreaú</b>	Cestarias e Traçados
<b>Forquilha</b>	-
<b>Frecheirinha</b>	Cestarias e Traçados/Rendas e Bordados
<b>Graça</b>	Cestarias e Traçados
<b>Groaíras</b>	Cestarias e Traçados/Rendas e Bordados
<b>Massapê</b>	Cestarias e Traçados/Couro/Metal
<b>Meruoca</b>	Cestarias e Traçados
<b>Moraújo</b>	Cestarias e Traçados/Rendas e Bordados
<b>Mucambo</b>	Tecelagem/Cestarias e Traçados
<b>Pacujá</b>	Cestarias e Traçados/Couro
<b>Reriutaba</b>	Cestarias e Traçados/Rendas e Bordados/Cerâmica
<b>Santana do Acaraú</b>	Cestarias e Traçados
<b>Senador Sá</b>	Cestarias e Traçados
<b>Sobral</b>	Cestarias e Traçados
<b>Varjota</b>	-

**Quadro 19:** Tipologias de artesanato por municípios 2010

Fonte: Pesquisa setorial, biblioteca SEBRAE, 2009.

Podemos verificar que apenas os municípios de Alcântaras, Forquilha e Varjota, não apresentam produção artesanal, de acordo com o quadro acima.

## 16 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

### 16.1 Número de Estabelecimentos e Usos de Área da Agricultura Familiar

**Tabela 45:** Número de Estabelecimentos Rurais ocupados com lavoura (permanente e temporária), mata e pastagem 2006.

Município	Lavouras permanentes	Lavouras temporárias	Mata	Pastagens plantadas degradadas
	2006	2006	2006	2006
<b>Micro I</b>	<b>407</b>	<b>2722</b>	<b>487</b>	<b>14</b>
Cariré	91	1432	167	4
Reriutaba	223	980	250	6
Varjota	93	310	70	4
<b>Micro II</b>	<b>203</b>	<b>2257</b>	<b>376</b>	<b>27</b>
Coreaú	119	841	172	8
Frecheirinha	10	834	92	9
Moraújo	74	582	112	10
<b>Micro III</b>	<b>809</b>	<b>2681</b>	<b>315</b>	<b>26</b>
Graça	467	1240	149	11
Mucambo	254	1197	107	2
Pacujá	88	244	59	12
<b>Micro IV</b>	<b>427</b>	<b>4165</b>	<b>429</b>	<b>31</b>
Forquilha	10	328	115	3
Groaíras	14	487	140	1
Sobral	403	3350	174	27
<b>Micro V</b>	<b>628</b>	<b>3958</b>	<b>311</b>	<b>41</b>
Massapê	138	881	44	4
Santana do Acaraú	281	2554	137	37
Senador Sá	209	523	130	0
<b>Micro VI</b>	<b>1482</b>	<b>1809</b>	<b>291</b>	<b>7</b>
Alcântaras	688	850	136	4
Meruoca	794	959	155	3
<b>Total do Território</b>	<b>3.956</b>	<b>17.592</b>	<b>2.209</b>	<b>146</b>

Fonte: IBGE 2006.

Verifica-se que no ano de 2006 que o número de estabelecimentos do território que tem como atividade principal lavouras permanentes é de 3.956. O número de estabelecimentos com lavoura temporárias é de 17.592 e com pastagens plantadas, cerca de 146. Vale salientar que a grande maioria dos estabelecimentos do território não se utilizam da irrigação, ficando dependentes de uma boa regularidade pluviométrica. Na verdade, o risco devido às

condições climáticas, principalmente, pluviométricas dificulta a ampliação de áreas como as de pastagens, o que resulta também na não ampliação do rebanho de animais.

Como a área de pastagem é pequena acaba por não suportar a quantidade de animais existentes, mesmo que os criadores aproveitem as lavouras temporárias para colocar os animais para comer os restos não é suficiente para garantir sua sobrevivência, impedindo dessa forma o crescimento dos plantéis. Não se quer a ampliação das áreas de pastagens, mas se faz necessário uma política para desenvolver tecnologias de reservas estratégicas para garantir a sobrevivência dos animais nos períodos de estiagem e um melhor aproveitamento das áreas de lavouras temporárias.

**Tabela 46:** Estabelecimentos por estrato de área e condição do produtor

Municípios	Total	Total				< 5ha						De 5 a 20 ha									
		Patronal	Religiosa	Entidades Públicas	Familiar	Patronal		Religiosa		Entidades Públicas		Familiar		Patronal		Religiosa		Entidades Públicas		Familiar	
		N°	N°	N°	N°	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
<b>Micro I</b>	5.276	254	12	277	4.743	43	63	12	100	231	227	3.377	214	44	67	0	0	43	64	902	57
Cariré	1.774	151	12	24	1597	20	13,2	12	100	15	62,5	950	59,9	17	11,3	0	0	7	29,2	400	25,2
Reriutaba	2.800	69	0	55	2.676	12	17,4	0	0	42	76,4	2.066	77,2	16	23,2	0	0	13	23,6	427	16,0
Varjota	702	34	0	198	470	11	32,4	0	0	174	87,9	361	76,8	11	32,4	0	0	23	11,6	75	16,0
<b>Micro II</b>	<b>2.492</b>	<b>91</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>2.394</b>	<b>16</b>	<b>75</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>1.491</b>	<b>179</b>	<b>12</b>	<b>43</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>512</b>	<b>67</b>
Coreaú	1.155	54	0	0	1.101	12	22,2	0	0	0	0	615	55,9	7	13,0	0	0	0	0	248	22,5
Frecheirinha	897	6	0	7	884	3	50	0	0	7	100	695	78,6	1	16,7	0	0	0	0	151	17,1
Moraújo	440	31	0	0	409	1	3,2	0	0	0	0	181	44,3	4	12,9	0	0	0	0	113	27,6
<b>Micro III</b>	<b>2.919</b>	<b>102</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.817</b>	<b>69</b>	<b>134</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.327</b>	<b>162</b>	<b>19</b>	<b>38</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>362</b>	<b>28</b>
Graça	1.919	57	0	0	1.862	41	71,9	0	0	0	0	1.607	86,3	9	15,8	0	0	0	0	202	10,8
Mucambo	1.000	45	0	0	955	28	62,2	0	0	0	0	720	75,4	10	22,2	0	0	0	0	160	16,8
Pacujá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Micro IV</b>	<b>5.332</b>	<b>381</b>	<b>3</b>	<b>510</b>	<b>4.438</b>	<b>26</b>	<b>22</b>	<b>3</b>	<b>100</b>	<b>372</b>	<b>150</b>	<b>3.192</b>	<b>207</b>	<b>39</b>	<b>36</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>98</b>	<b>38</b>	<b>663</b>	<b>52</b>
Forquilha	1.125	53	0	166	906	3	5,7	0	0	133	80,1	691	76,3	3	5,7	0	0	30	18,1	95	10,5
Groaíras	615	30	0	0	585	3	10,0	0	0	0	0	331	56,6	6	20	0	0	0	0	162	27,7
Sobral	3.592	298	3	344	2.947	20	6,7	3	100	239	69,5	2.170	73,6	30	10,1	0	0	68	19,8	406	13,8
<b>Micro V</b>	<b>5.321</b>	<b>360</b>	<b>8</b>	<b>448</b>	<b>4.505</b>	<b>64</b>	<b>50</b>	<b>5</b>	<b>71</b>	<b>371</b>	<b>232</b>	<b>1.555</b>	<b>229</b>	<b>32</b>	<b>20</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>37</b>	<b>58</b>	<b>579</b>	<b>34</b>
Massapê	1.683	93	1	18	1.571	22	23,7	0	0	14	77,8	1.123	71,5	10	10,8	0	0	4	22,2	258	16,4
Stª Acaraú	3.083	234	7	423	2.419	39	16,7	5	71,4	352	83,2	1.797	74,3	22	9,4	1	14,3	31	7,3	296	12,2
Senador Sá	555	33	0	7	515	3	9,1	0	0	5	71,4	430	83,5	0	0	0	0	2	28,6	25	4,9
<b>Micro VI</b>	<b>2.506</b>	<b>154</b>	<b>27</b>	<b>0</b>	<b>2.325</b>	<b>35</b>	<b>44</b>	<b>21</b>	<b>177</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.516</b>	<b>130</b>	<b>63</b>	<b>82</b>	<b>5</b>	<b>19</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>616</b>	<b>53</b>

Municípios	Total	Total				< 5ha						De 5 a 20 ha													
		Patronal		Religiosa		Entidades Públicas		Familiar		Patronal		Religiosa		Entidades Públicas		Familiar									
		N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%								
Alcântaras	1.363	104	7,6	1	0,1	0	0,0	1.258	92,3	25	24,0	1	100	0	0	827	65,7	42	40,4	0	0	0	0	349	27,7
Meruoca	1.143	50	4,4	26	2,3	0	0,0	1.067	93,3	10	20	20	76,9	0	0	689	64,6	21	42,0	5	19,2	0	0	267	25,0
<b>Total</b>	<b>23.846</b>	<b>1.342</b>	<b>5,6</b>	<b>50</b>	<b>0,2</b>	<b>1.242</b>	<b>5,2</b>	<b>21.222</b>	<b>89,0</b>	<b>253</b>	<b>388</b>	<b>41</b>	<b>448</b>	<b>981</b>	<b>709</b>	<b>13.458</b>	<b>56,5</b>	<b>209</b>	<b>286</b>	<b>6</b>	<b>34</b>	<b>178</b>	<b>160</b>	<b>3.634</b>	<b>29,0</b>

Fonte: INCRA, 2003

**Tabela 47:** Estabelecimentos por estrato de área e condição do produtor (continuação)

Municípios	De 20 a 50 ha								De 50 a 100 ha								> de 100 ha							
	Patronal		Religiosa		Entidades Públicas		Agricultores Familiares		Patronal		Religiosa		Entidades Públicas		Agricultores Familiares		Patronal		Religiosa		Entidades Públicas		Agricultores Familiares	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
Alcântaras	0	0	0	0	0	0	70	5,6	0	0	0	0	0	0	8	0,6	0	0	0	0	0	0	4	0,3
Cariré	23	15,2	0	0	2	8,3	136	8,6	29	19,2	0	0	0	0	64	4,0	68.8241,1	41,1	0	0	0	0	37	2,3
Coreaú	18	33,3	0	0	0	0	142	12,9	7	13,0	0	0	0	0	67	6,1	10	18,5	0	0	0	0	29	2,6
Forquilha	6	11,3	0	0	2	1,2	46	5,1	15	28,3	0	0	1	0,6	32	3,5	26	49,1	0	0	0	0	42	4,6
Frecheirinha	1	16,7	0	0	0	0	24	2,7	0	0	0	0	0	0	11	1,2	1	16,7	0	0	0	0	3	0,3
Graça	5	8,8	0	0	0	0	36	1,9	0	0	0	0	0	0	13	0,7	2	3,5	0	0	0	0	4	0,2
Groaíras	8	26,7	0	0	0	0	58	9,9	8	26,7	0	0	0	0	28	4,8	5	16,7	0	0	0	0	6	1,0
Massapê	14	15,1	0	0	0	0	83	5,3	14	15,1	1	100	1	100	64	4,1	33	35,5	0	0	0	0	43	2,7
Meruoca	13	26,0	1	3,8	0	0	76	7,1	3	6,0	0	0	0	0	24	2,2	3	6,0	0	0	0	0	11	1,0
Moraújo	4	12,9	0	0	0	0	46	11,2	6	19,4	0	0	0	0	39	9,5	16	51,6	0	0	0	0	30	7,3
Mucambo	3	6,7	0	0	0	0	41	4,3	3	6,7	0	0	0	0	22	2,3	1	2,2	0	0	0	0	12	1,3
Pacujá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reriutaba	14	20,3	0	0	0	0	135	5,0	11	15,9	0	0	0	0	30	1,1	16	23,2	0	0	0	0	18	0,7
Santana do Açoreú	37	15,8	1	14,3	36	8,5	164	6,8	36	15,8	0	0	2	0,5	87	3,6	100	42,7	0	0	2	0,5	75	3,1

Municípios	De 20 a 50 ha								De 50 a 100 ha								> de 100 ha							
	Patronal		Religiosa		Entidades Públicas		Agricultores Familiares		Patronal		Religiosa		Entidades Públicas		Agricultores Familiares		Patronal		Religiosa		Entidades Públicas		Agricultores Familiares	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Senador Sá	3	9,1	0	0	0	0	24	4,7	5	15,2	0	0	0	0	22	4,3	22	66,7	0	0	0	0	14	2,7
Sobral	40	13,4	0	0	25	7,3	197	6,7	53	17,8	0	0	9	2,6	86	2,9	155	52,0	0	0	3	0,9	88	3,0
Varjota	7	20,6	0	0	1	0,5	23	4,9	1	2,9	0	0	0	0	7	1,5	4	11,8	0	0	0	0	4	0,9
<b>Total</b>	<b>196</b>	<b>14,81</b>	<b>2</b>	<b>1,06</b>	<b>66</b>	<b>1,51</b>	<b>1,301</b>	<b>6,04</b>	<b>191</b>	<b>11,88</b>	<b>1</b>	<b>5,88</b>	<b>13</b>	<b>6,1</b>	<b>604</b>	<b>3,08</b>	<b>456</b>	<b>25,72</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>420</b>	<b>2,0</b>

Fonte: INCRA - 2003

**Tabela 48:** Número e área dos imóveis rurais, por tamanho do imóvel e classificação das áreas, segundo os municípios - Ceará - Dez/2005

Municípios	Imóveis rurais											
	Total		Grande propriedade		Média propriedade		Pequena propriedade		Minifúndio		Não classificado (1)	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
<b>Ceará</b>	<b>148.767</b>	<b>9.786.124</b>	<b>1.492</b>	<b>2.372.180</b>	<b>7.646</b>	<b>2.607.399</b>	<b>33.397</b>	<b>3.095.364</b>	<b>101.551</b>	<b>1.694.466</b>	<b>4.681</b>	<b>16.715</b>
<b>Micro I</b>	<b>1.561</b>	<b>70.244</b>	<b>4</b>	<b>5.019</b>	<b>52</b>	<b>18.991</b>	<b>258</b>	<b>24.592</b>	<b>1.180</b>	<b>21.541</b>	<b>67</b>	<b>101</b>
Cariré	835	48.984	4	5.019	38	14.254	179	17.335	591	12.377	23	0
Reriutaba	489	15.218	0	0	13	4.298	52	4.801	388	6.089	36	29
Varjota	237	6.042	0	0	1	439	27	2.457	201	3.074	8	72
<b>Micro II</b>	<b>1.314</b>	<b>67.523</b>	<b>3</b>	<b>2.786</b>	<b>49</b>	<b>17.265</b>	<b>312</b>	<b>29.849</b>	<b>877</b>	<b>17.624</b>	<b>73</b>	<b>0</b>
Coreaú	715	36.006	1	882	25	8.404	180	16.716	462	10.004	47	0
Frecheirinha	335	11.244	0	0	9	3.113	50	4.447	254	3.683	22	0
Moraújo	264	20.274	2	1.904	15	5.747	82	8.686	161	3.937	4	0
<b>Micro III</b>	<b>868</b>	<b>22.100</b>	<b>1</b>	<b>964</b>	<b>9</b>	<b>2.890</b>	<b>110</b>	<b>8.691</b>	<b>721</b>	<b>9.530</b>	<b>27</b>	<b>25</b>
Graça	318	6.489	0	0	2	544	43	2.546	268	3.374	5	25
Mucambo	451	10.695	0	0	5	1.495	50	4.435	378	4.765	18	0

Municípios	Imóveis rurais											
	Total		Grande propriedade		Média propriedade		Pequena propriedade		Minifúndio		Não classificado (1)	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
Pacujá	99	4.916	1	964	2	851	17	1.710	75	1.391	4	0
<b>Micro IV</b>	<b>1.786</b>	<b>196.201</b>	<b>42</b>	<b>60.528</b>	<b>179</b>	<b>67.222</b>	<b>506</b>	<b>48.334</b>	<b>1.017</b>	<b>20.102</b>	<b>42</b>	<b>15</b>
Forquilha	437	43.026	6	11.119	42	14.724	138	12.404	245	4.779	6	0
Groaíras	402	11.422	0	0	3	800	56	4.843	326	5.779	17	0
Sobral	947	141.753	36	49.409	134	51.698	312	31.087	446	9.545	19	15
<b>Micro V</b>	<b>1.421</b>	<b>149.109</b>	<b>19</b>	<b>29.000</b>	<b>117</b>	<b>49.589</b>	<b>476</b>	<b>51.640</b>	<b>785</b>	<b>18.206</b>	<b>24</b>	<b>675</b>
Massapê	642	44.206	2	1.698	44	15.703	220	20.031	362	6.560	14	215
Santana do Acaraú	665	83.980	11	20.331	59	27.366	209	25.709	377	10.113	9	461
Senador Sá	114	20.924	6	6.971	14	6.520	47	5.900	46	1.533	1	0
<b>Micro VI</b>	<b>983</b>	<b>17.637</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>1.730</b>	<b>107</b>	<b>7.189</b>	<b>840</b>	<b>8.649</b>	<b>30</b>	<b>69</b>
Alcântaras	484	6.083	0	0	0	0	32	2.178	443	3.905	9	0
Meruoca	499	11.554	0	0	6	1.730	75	5.011	397	4.744	21	69
<b>Total Território</b>	<b>7.933</b>	<b>522.514</b>	<b>69</b>	<b>98.366</b>	<b>21.531</b>	<b>157.687</b>	<b>1.769</b>	<b>170.295</b>	<b>5.420</b>	<b>95.652</b>	<b>263</b>	<b>885</b>

Fonte: INCRA - 2003

De acordo com a tabela 50, do total dos estabelecimentos rurais, constatou-se que uma boa parte pertence a Instituições Religiosas (0,20%), Entidades Públicas (5,20%), Classe Patronal (5,62%) e cerca de 88,95% são categorizados como estabelecimentos de agricultores familiares. Do total geral, na faixa de menos 5 ha, 22,84% estão com os patronais; 26,37% com entidades religiosas; 41,69% com entidades públicas e 65,91% com os agricultores familiares. Na faixa de 5 a 20 ha, 16,81% são de patronais; 1,97% de entidades religiosas; 24,89% de entidades públicas e 17,07% de agricultores familiares. Na faixa de 20 a 50 ha, 14,81% são de patronais; 1,06% (2 estabelecimentos) de entidades religiosas; 1,51% de entidades públicas e 6,04% de agricultores familiares. Quanto à faixa de 50 a 100 ha, 11,88% são de patronais (191 estabelecimentos); 5,88% de entidades religiosas (1 estabelecimento); 6,1% de entidades públicas (13 estabelecimentos) e 3,08% de agricultores familiares (604 estabelecimentos). Acima de 100 ha, 25,72% estão concentrados nas mãos dos patronais (456 estabelecimentos) e 2% de agricultores familiares (420 estabelecimentos).

Vale ressaltar que a grande maioria dos estabelecimentos do território estão nas mãos da agricultura familiar, aproximadamente 90%. É importante frisar também que a maioria dos estabelecimentos que se enquadram no extrato de área menor que 5 ha são da agricultura familiar. Em contraposição, os estabelecimentos de maior área, isto é, que se enquadram no extrato de área acima de 100 ha estão sobre o poder de estabelecimentos patronais. Somente 2% desses com área superior a 100 ha é que estão sobre a gestão da agricultura familiar.

As informações do ano de 2003 indicam que no território são 24.262 estabelecimentos rurais, totalizando uma área de 448.487 hectares. O número total de estabelecimentos rurais do território representa 7,1% do número total do Estado, que é de 339.602; enquanto a área total dos estabelecimentos representa 5% da área total do Estado, que é de 8.963.841 hectares.

A maior concentração de estabelecimentos rurais está na faixa de área de menos 5 ha. Municípios como Forquilha, Frecheirinha, Mucambo, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá e Varjota concentram uma média de 70% das suas áreas nessa faixa. O município de Graça tem 80% de sua área nessa

faixa. Os outros municípios concentram entre 40% e 60% dos estabelecimentos nessa faixa.

Na faixa de 5 a 20 ha, ha uma concentração média variando de 28 a 11% das áreas dos estabelecimentos rurais nessa faixa, com exceção do município de Senador Sá, cujos estabelecimentos rurais, concentram em média 4,9% nessa faixa.

Na faixa de área de 20 a 50 ha, a média dos percentuais atinge 6,47%, sendo que em Coreaú esse percentual atinge 13,9%; enquanto Graça atinge 2,1%. Na faixa de 50 a 100 ha esses percentuais chegam a 3,5%, sendo que em Moraújo chega a 10,2% e em Graça a 0,7%. Na faixa de mais de 100 ha há uma variação em torno de 3,32%, sendo que esse percentual apresenta índices maiores nos municípios de Cariré, Sobral, Senador Sá, Santana do Acaraú e Forquilha.

Na tabela abaixo podemos verificar o resumo das Tabelas 47 e 48.

**Tabela 49:** Número de propriedades por concentração de área em ha da agricultura familiar.

<b>Nº de hectares</b>	<b>Nº de propriedades</b>	<b>% de concentração de área</b>
Menos de 5 ha	16.528	63,82
5 a 20 há	4.027	16,98
20 a 50 ha	1.597	6,47
50 a 100 ha	813	3,5
Mais de 100 ha	881	3,32

Fonte: INCRA, 2003.

## **16.2 Número de Assentamentos e Assentados/as da Reforma Agrária**

O Território da Cidadania de Sobral concentra um número bastante significativo de áreas de assentamentos da reforma agrária, sendo no total 25 (vinte e cinco) assentamentos certificados, mas existem outros em processo de certificação. A distribuição das áreas de assentamentos fica da seguinte forma nos seguintes municípios. Destes, 10 (dez) estão localizados em Santana do Acaraú; 8 (oito) em Sobral; 3 (três) em Massapê, 2 (dois) em Forquilha e 1 (um) em Cariré e outro em Moraújo.

Essas áreas de assentamento são coordenadas pelo INCRA (18 assentamentos federais) e IDACE (7 assentamentos estaduais) e foram financiadas com recursos do MDA e dos programas Cédula da Terra (7) e Crédito Fundiário (18).

Nº	Município	Assentamento/Comunidade	Nº de Famílias	Área (ha)	Órgão Financiador
1	Cariré	PA Bonito	17	560,0	INCRA
		Almas	12		
2	Forquilha	PA Pocinhos/Flores	60	4.448,0	INCRA
		Ass.S.João Batista/Olho D'Água da Costa	12	619,0	Cédula da Terra
3	Massapê	PA Morgano	24	562,0	INCRA
		Ass. Desenv. de Aiuá/Ponta do Serrote	61	915,0	INCRA
		PA Contendas/Boqueirão	20	1.194,2	Cédula da Terra
4	Moraújo	Associação Com.Conquista /Poço da Pedra	10	464,4	Cédula da Terra
5	Santana do Acaraú	PA Alvançan/Goiabeiras/Oriente	70	2.128,0	INCRA
		PA Rancho alegre/Ipueirinhas	13	477,0	INCRA
		PA Ipueirinha/Ouricuri	30	1.541,0	INCRA
		PA Conceição/Bonfim	250	6.756,0	INCRA
		PA Lagoa do Serrote	35	1.040,0	INCRA
		PA Lagoa do Girau	42	2.103,0	INCRA
		PA Santa Rita/29 de Maio	41		INCRA
		PA Pajéu/Inharé	15		INCRA
		Ass. Com.de Riacho Fundo/Faz.Puba	11		Cédula da Terra
Ass. Com.de Canasfistula /Aroeiras	11	406,9	Cédula da Terra		
6	Sobral	PA Picada/Ruzy	22	686,0	INCRA
		PA Esperança/Lagoa da Manga	86	2.505,0	INCRA
		PA Almas	31	1.297,0	INCRA
		PA Carnábas/Casinhas	59	3.567,0	INCRA
		PA São José III	18	1.078,0	INCRA
		PA Campo Grande	27	1.564,0	INCRA
		Ass. Com. São João / Faz.São João	12	564,0	Cédula da Terra
		Ass. Com de Almas / Fazenda Alegre	8	153,5	Cédula da Terra
<b>Total</b>		<b>25 Assentamentos</b>	<b>1.018</b>	<b>38.933,4</b>	<b>-</b>

**Quadro 20:** Áreas de Assentamentos da Reforma Agrária

Fonte: INCRA, SDA, 2010.

No total temos 25 assentamentos no território, com uma quantidade de 1.018 famílias assentadas, ocupando uma área de aproximadamente 39.000 ha.

Os assentamentos rurais com mais de 2.000ha estão localizados nos municípios de: Santana do Acaraú (PA Conceição/Bonfim - 6.756ha e 250 Famílias; PA Alvaçan/Goiabeiras/Oriente - 2.128ha e 70 Famílias; e, PA Lagoa do Girau - 2.103ha e 42 Famílias), Forquilha (PA Pocinhos/Flores - 4.448ha e 60 Famílias) e Sobral (PA Esperança/Lagoa da Manga - 2.505ha e 86 Famílias; e, PA Carnaúbas/Casinhas – 3.567ha e 59 Famílias).

## **17 FINANCIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO**

Apesar do desempenho dos agricultores familiares em realizar a comercialização dos seus produtos, esse empenho ainda não é suficiente, pois a cultura do atravessador ainda é muito forte, fragilizando o desenvolvimento da agricultura familiar. Buscando superar esse problema o território destaca-se com os programas governamentais de apoio a Segurança Alimentar.

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA foi instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696 e regulamentado pelo Decreto 4.772, ambos de 2 de julho de 2003, tendo como objetivo incentivar a agricultura familiar a organizar a produção, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos.

Os recursos destinados ao programa tiveram sua origem, no Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, regulamentado pela Lei Complementar nº 111 de 2001, sendo destinados à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O PAA tem isenção fiscal do ICMS no Estado do Ceará a partir da lei 14.560 de 21 de dezembro de 2009. Esse programa é operacionalizado pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado – SDA, Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDS.

Com o PAA inaugurou-se um novo jeito de produzir e pensar a comercialização, motivando os Agricultores Familiares a sair de uma cultura de subsistência para iniciar um processo de Desenvolvimento Sustentável para uma produção em escala, com produtos beneficiados, rotulados, atendendo as normas técnicas e aos padrões de higiene conforme legislações vigentes, como:

Apesar do apoio governamental, ainda há muito que fazer para se alcançar o nível desejado de organização da produção e comercialização, o programa enfrenta uma série de dificuldades elencadas pelo Território:

- Receio de vender ao programa em virtude da demora de pagamento;
- Dificuldade na elaboração dos projetos, por parte dos Agricultores;
- Dificuldade de gestão dos projetos aprovados;
- Problemas com as indústrias que foram construídas fora dos padrões, dificultando a liberação dos selos de inspeções municipais, estadual e federal;
- Falta um programa de qualificação continuada para os agricultores.

Mesmo com essas dificuldades o território conseguiu acessar esse mercado institucional, conforme a tabela abaixo.

O valor comercializado via PAA no território foi de R\$ 1.244.843,18, acessando apenas os seguintes tipos: PAA-Conab, PAA-MDS e PAA-Leite. Foram beneficiados diretamente com a comercialização os agricultores familiares como fornecedores e os alunos de escolas públicas como consumidores. O número de beneficiários agricultores familiares foi de 243 beneficiários, também nas três modalidades citadas anteriormente.

A modalidade que comercializou um maior montante foi o PAA-Leite, com um valor total de R\$ 650.083,78, beneficiando 86 agricultores familiares. Apesar de o PAA-Conab e o PAA-MDS não ter comercializado tanto quanto o PAA-Leite, beneficiaram um grande número de agricultores, cerca de 87 e 70, respectivamente.

Vale ressaltar também o montante comercializado no município de Sobral, R\$ 519.205,06 e R\$ 376.828,97, para as modalidades de PAA-Leite e PAA-Conab, respectivamente. Vale ressaltar também que o único município que comercializou na modalidade PAA-MDS foi Santana do Acaraú, com um valor total de R\$ 111.010,37, beneficiando um total de 70 agricultores familiares.

O microterritório I acessou o PAA em uma única modalidade, o PAA-Conab, no entanto o valor comercializado foi de apenas R\$ 35.310,06, com 11

agricultores beneficiados. Os microterritórios II, III e VI não acessaram o PAA em nenhuma modalidade.

**Tabela 50:** Movimentação Financeira via Programa de Aquisição de Alimentos

Município	PAA / CONAB		PAA / S.D.A		PAA / MDS		PAA / Leite		PAA / Municipal	
	R\$	Nº benef.	R\$	Nº benef.	R\$	Nº benef.	R\$	Nº benef.	R\$	Nº benef.
<b>Micro I</b>										
Cariré	17.850,85	05	-	-	-	-	-	-	-	-
Reriutaba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Varjota	17.459,21	06	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Micro II</b>										
Coreaú	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Frecheirinha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Moraújo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Micro III</b>										
Graça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mucambo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pacujá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Micro IV</b>										
Forquilha	71.610,00	12	-	-	-	-	130.878,72	35	-	-
Groaíras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sobral	376.828,97	64	-	-	-	-	519.205,06	51	-	-
<b>Micro V</b>										
Massapé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santana do Acaraú	-	-	-	-	111.010,37	70	-	-	-	-
Senador Sá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Micro VI</b>										
Alcântaras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Meruoca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do Território</b>	<b>483.749,03</b>	<b>87</b>			<b>111.010,37</b>	<b>70</b>	<b>650.083,78</b>	<b>86</b>		

Fonte: CONAB, SDA e Território.

## 17.1 Principais Entraves na Comercialização

a) **Agricultores familiares:** são 12.731 no território, corresponde a 48% do total.

- Tamanho reduzido das propriedades, 58,6% estão na faixa de 0 a 5 ha;.

- São descapitalizados, a grande maioria vende a produção na folha, por preços bem a baixo do preço mínimo oferecido pelo governo, conforme informações obtidas no território, o valor da venda na folha chega a determinados momentos a 50% do preço mínimo estabelecido pelo governo federal;
- Não conseguem se organizar para a venda coletiva da produção. A formação de cooperativas para este fim trouxe experiências muito negativas, o que ocasionou uma enorme resistência pela retomada das cooperativas de produção e comercialização;
- No caso específico das áreas de sequeiro, que não conseguem produzir uma produção programada, a produção é diversificada, porém desorganizada, fragmentada, e na sua grande maioria não consegue produzir com a qualidade que o mercado exige, sobretudo, a produção de farinha e polvilho. Quanto às áreas irrigadas, o que diferencia das áreas de sequeiro, é quanto à programação da produção, neste sistema de cultivo eles conseguem fazê-la de forma programada, no entanto, fica a desejar a organização da produção e a qualidade também não consegue atender as exigências dos consumidores;
- As unidades de produção familiares e associativas são carentes de infraestrutura de apoio à comercialização: armazenamento, embalagem e principalmente transporte;
- Não detêm informações sobre os mercados.

**b) Patronal:** São 1.646 no território, correspondem a 6,0% do total.

- São mais capitalizados do que os agricultores familiares, porém não disponibilizam de recursos que possibilite montar estruturas próprias de comercialização;
- Assim como os agricultores familiares, também não conseguem se organizar para a comercialização de forma organização, causas similares às citadas na categoria anterior;
- Quanto à programação da produção, por deterem mais capital e acesso aos conhecimentos, conseguem ter um planejamento mínimo, no entanto, está longe de atender as dinâmicas do mercado;

- As propriedades têm estruturas que conseguem atender em parte as necessidades de comercialização. Quanto à infra-estrutura de transporte, como são mais capitalizados, boa parte tem transporte próprio, e quando não têm conseguem cobrir os custos de transporte;
- Não têm acesso as informações de mercado.

**c) Arrendatário:** 2020 correspondem a 7,5% do total do território.

- São similares aos agricultores familiares, diferenciando-se nos seguintes aspectos:
  - A maioria não tem terra própria, ou pouca terra, portanto, são carentes de qualquer infraestrutura de apoio a comercialização.
  - São bastante descapitalizados, e têm um nível de dependência com os donos de terras.

**d) Parceiro:** 2.671 representam 10% do total do território.

**e) Ocupante:** 7.580 compreendem a 28,5% o território.

- Estas duas categorias enfrentam os mesmos entraves das três categorias anteriores.

## **17.2 Relação dos produtores/as com os canais de comercialização:**

De forma geral, todas as categorias estabelecem relação com os intermediários, os chamados atravessadores e com menos intensidade com os atacadistas de origem, são assim denominados pela CEASA, em função de estabelecer compra direta aos produtores e venda no atacado. Os agricultores familiares mais organizados, já conseguem a venda direta aos consumidores nas feiras locais, com destaque para a feira livre do município de Meruoca, porém é uma minoria, chega a ser insignificante. Quanto à categoria dos Patronais, em alguns casos já estruturaram pontos de venda direta aos consumidores.

No caso do artesanato, existe uma cooperativa de comercialização desses produtos sediada em Massapê e que na verdade não desenvolve a sua função de forma satisfatória, ficando a cargo de um diretor, praticamente todas as ações e decisões para organização e comercialização da produção, tendo pouca diferença da lógica dos atravessadores. Dessa forma os artesãos findam alimentando uma cadeia de atravessadores dificultando a agregação de valor aos produtos comercializados.

Existe no território um grande número de atacadistas de compra de produtos agropecuários (castanha, milho e feijão) sendo o município de Sobral o maior comprador de grande parte dos produtos do território. A castanha *in natura* é o produto que não tem nenhuma dificuldade na comercialização da produção existente. Quanto à castanha beneficiada, atividade com pouca expressão no território, naturalmente tem dificuldade de ser absorvida pelo mercado local, enquanto no mercado estadual, regional, nacional e mundial, existem canais de comercialização, porém os produtores não conseguem acessar estes mercados. Quanto ao pedúnculo do caju, cerca de 70% é desperdiçado por falta de mercado consumido.

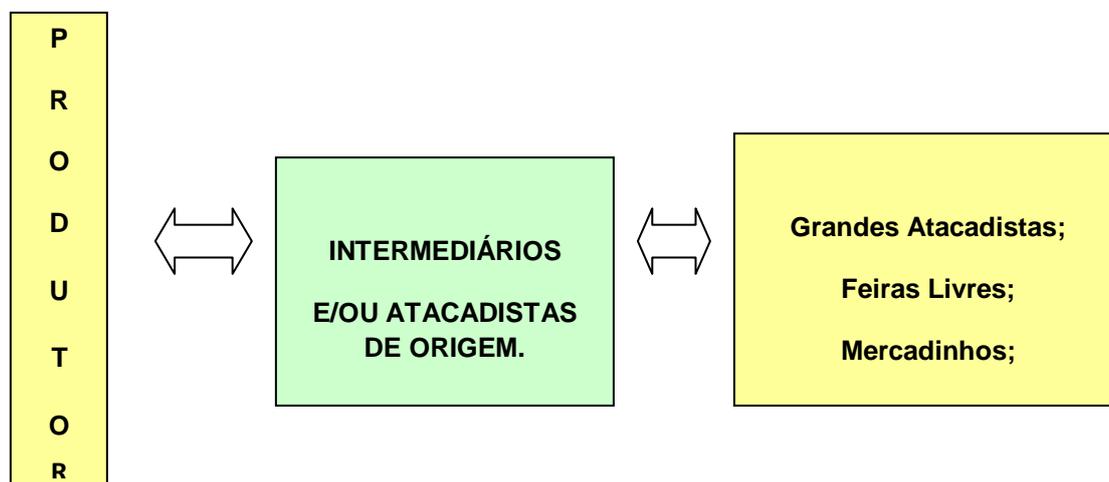
Em relação ao pó da carnaúba, a produção existente no território, geralmente é comercializada por atravessadores, sendo que os mais fortes estão localizados em Sobral. Intermediários e/ou Atacadistas de Origem: Estabelecem contatos direto com os produtores. No geral dispõem de capital próprio e/ou de terceiros, como também dispõem de toda a estrutura logística de transporte. Em alguns casos, os custos de capatazia são pagos pelos próprios produtores/as, citando a exemplo a comercialização da banana, do valor de compra está embutido o custo com a seleção, acondicionamento e enchimento da carga.

### **17.3 Intermediários e/ou Atacadistas de Origem:**

Estabelecem contatos direto com os produtores. No geral dispõem de capital próprio e/ou de terceiros, como também dispõem de toda a estrutura logística de transporte. Em alguns casos, os custos de capatazia são pagos pelos próprios produtores/as, citando a exemplo a comercialização da banana,

do valor de compra está embutido o custo com a seleção, acondicionamento e enchimento da carga.

Identificamos que no geral os Intermediários estabelecem relação com os seguintes canais:



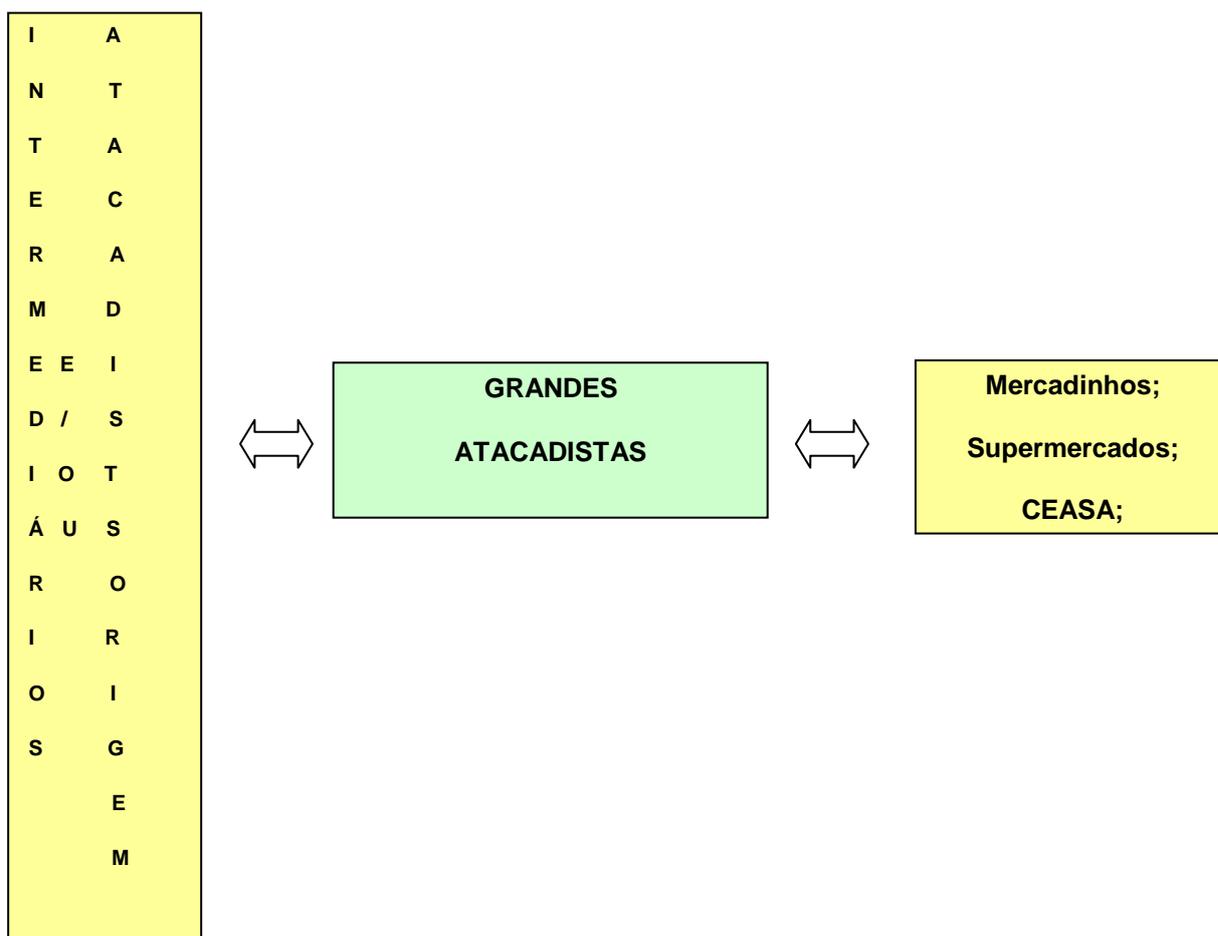
Conforme fluxograma, os intermediários estabelecem função predominante entre quem produz e quem tem contato direto com os Consumidores.

#### **17.4 Grandes Atacadistas:**

No geral não têm relação direta com os produtores, se relacionam com os Intermediários e/ou Atacadistas de Origem, e constituem redes de distribuição com os grandes supermercados, mercadinhos e CEASA.

Dispõem de capital próprio, de infra-estrutura de transporte de distribuição junto aos grandes centros consumidores, além de muitas informações sobre o funcionamento dos mercados.

Pudemos identificar que em média os grandes Atacadistas estabelecem relação com os seguintes canais:



### 17.5 Feiras Livres:

Constatamos que todos os municípios têm feiras livres, no entanto, merece destaque a feira do município de Sobral. Esta feira é diária, tendo o sábado como o seu principal dia. Merece destaque o Galpão da Feira da Agricultura Familiar que funciona com feiras periódicas sempre aos sábados, sua implantação se deu através de convênio estabelecido entre a Prefeitura Sobral e o MDA. Atualmente recebe apoio como co-participante das Prefeituras Municipais de Sobral e Meruoca, da Base de Serviço e Comercialização do Território da Cidadania de Sobral, Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Sobral dentre outros, facilitando a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar da região e do território. No município de Meruoca existem também os Minicentros de Comercialização da Agricultura Familiar, implantado

com recursos do Pronaf Infra estrutura, em 2006, e em outros municípios existe a presença dos kits Feiras Municipal que tem a mesma finalidade dos Minicentros e a mesma concepção do Galpão AF.

No geral, já tem barracas fixas definidas, não são ocupadas por agricultores/as familiares, na sua grande maioria pertencem aos intermediários, enquanto no Galpão e nos Minicentros são ocupados exclusivamente pelos produtores de base familiar.

Identificamos as seguintes relações:



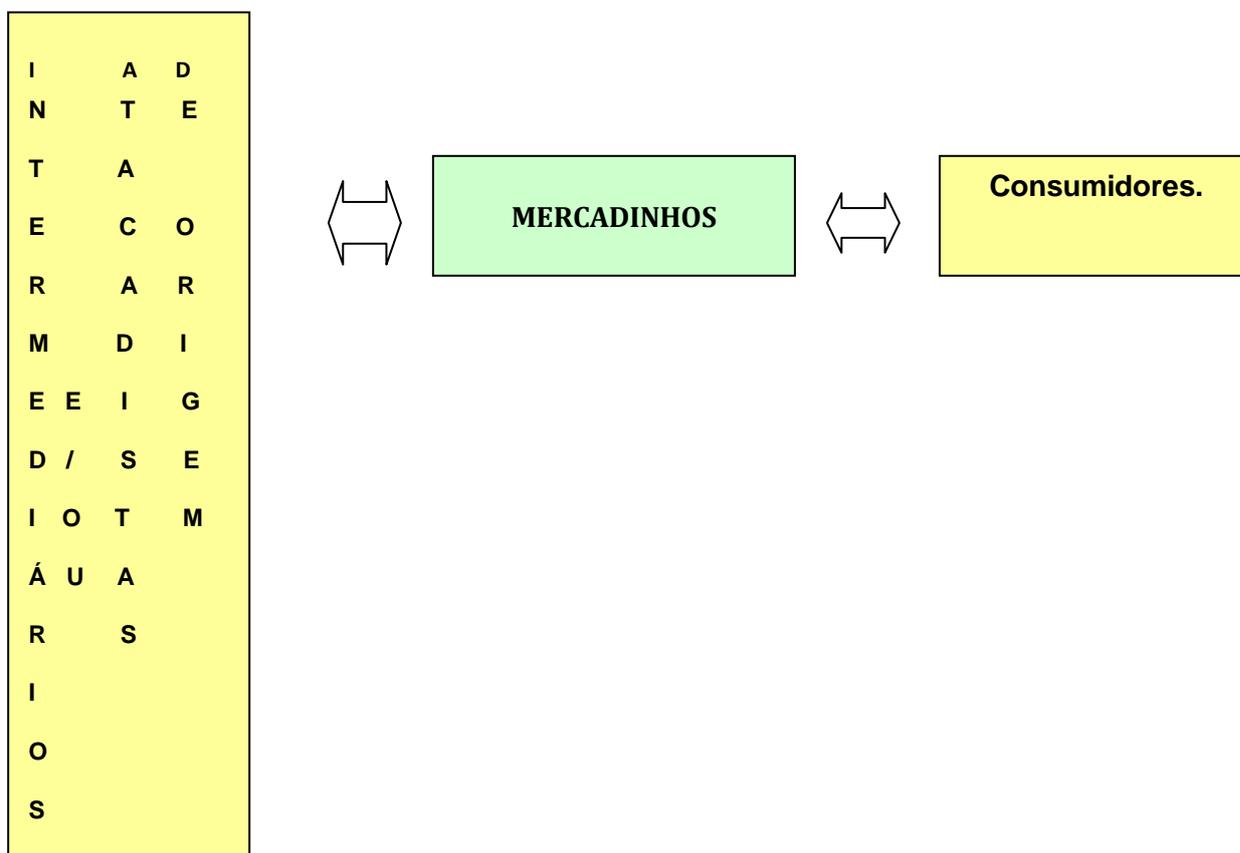
É raro, mas foi possível levantar informações de que uma vez por outra, encontra-as os produtores/as comercializando seus produtos nas feiras livres.

### 17.6 Mercadinhos:

São muitos, com destaque para os municípios de médio porte: Sobral, Massapé, Cariré, Santana do Acaraú e Reriutaba. Todos comercializam produtos provenientes da agropecuária, sobretudo da agricultura familiar. Em contato com os donos de mercadinhos, identificamos que preferem comprar dos intermediários, ou nas feiras livres, quando de grande porte, em função da regularidade e da facilidade na entrega. Quando indagados, porque não comprariam direto dos produtores? Foi comum ouvir: pela falta de variedade dos produtos e ineficiência de logística.

Ressalta-se que a maioria dos produtos hortifrutigranjeiros têm o seguinte destino: chegam de Reriutaba, Frecheirinha e Tianguá, porém a grande maioria vem da Central de Abastecimento CEASA de Fortaleza. Constatamos que alguns produtos saem do território, vão para a CEASA e retornam ao território.

Identificamos as seguintes relações:

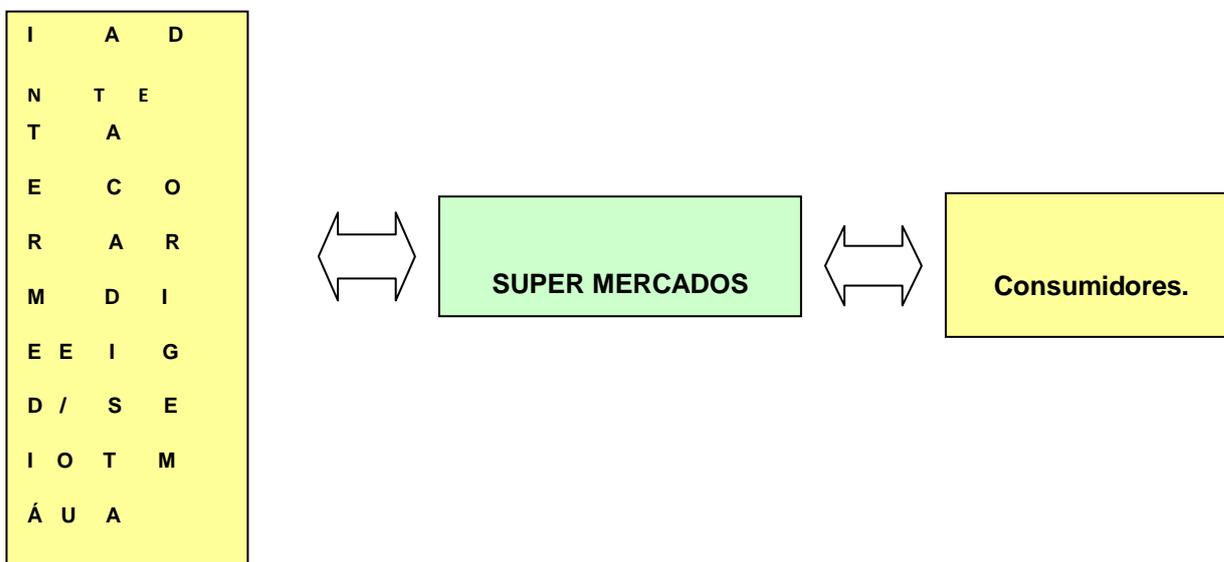


### 17.7 Supermercados:

Encontramos redes de supermercado no território, com destaque para os municípios de Sobral, Massapé, Cariré, Santana do Acaraú e Reriutaba. Têm um nível de exigência bem maior, principalmente quanto a qualidade dos produtos, embalagem, código de barra, etc. Constatamos que nestes espaços a intermediação com os produtores/as é bem mais complexa, chegamos a averiguar que em determinadas redes de supermercado eles exigem um contrato de estabelecimento de parceira com os produtores/as, inclusive no

que diz respeito a política de divulgação os produtos, a ocupação dos espaços, enfim são uma série de exigências que deixam os produtores/as rurais mais distantes de ocupar estes espaços, principalmente os agricultores/as familiares.

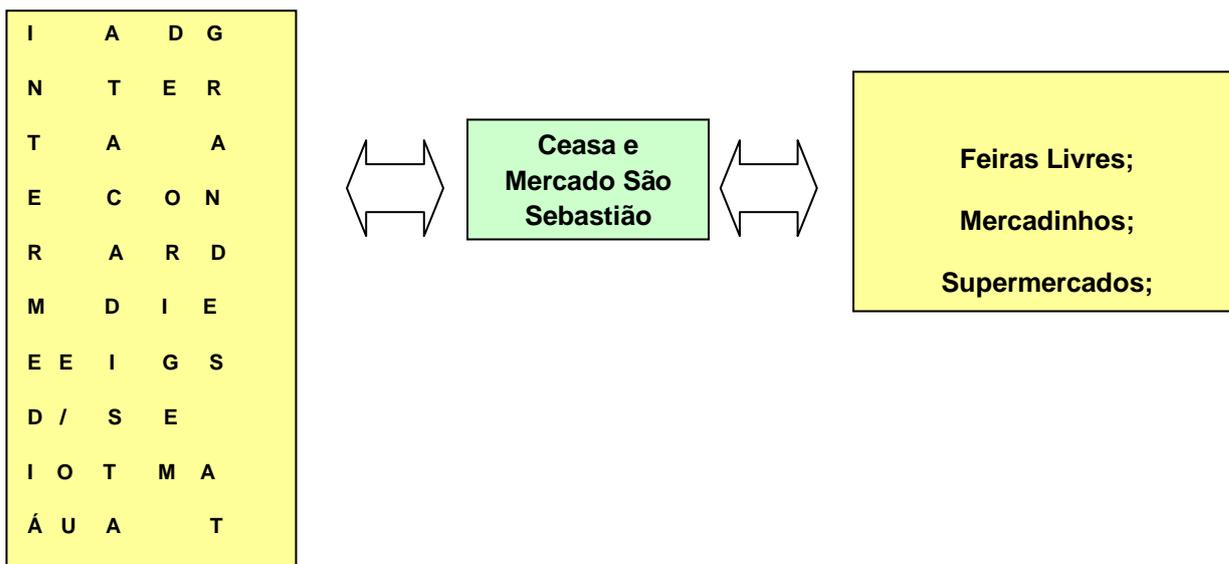
Identificamos as seguintes relações:



### 17.8 Ceasa e Mercado São Sebastião:

Configuram-se como os dois maiores centros de comercialização de produtos hortifrutigranjeiros do Ceará, com maior intensidade para a Central de Abastecimento e Comercialização do Ceará – CEASA. Na CEASA existe um galpão da agricultura familiar, construído com recursos do PRONAF que está sendo ocupado em 50%, pelos atacadistas de origem. Ressalta-se que os Atacadistas de origem têm que comprovar, via DAP, que os produtos são provenientes da agricultura familiar e que a relação foi direta entre eles e os produtores/as de forma a garantir preços que seja justo para as duas partes.

Identificamos as seguintes relações:



### 17.9 Indústria:

No território foi possível identificar a existência de agroindústrias familiares de farinha, castanha e doce de caju. Essas agroindústrias tem característica rudimentar necessitando de um projeto de modernização conjuntamente com uma proposta de revitalização da cultura da mandioca. O município com maior destaque na produção de mandioca no território é Mucambo, Reriutaba, Santana do Acaraú e Graça.

### 17.10 Consumidor:

O território tem um potencial médio de consumo. Não identificamos grupos de consumo solidário e/ou consumidores urbanos sensíveis a comprar os produtos oriundos da agricultura familiar. A maioria dos produtos oferecidos nas feiras (frutas e verduras) é proveniente da CEASA, fortemente oriundos da Serra da Ibiapaba, embora, uma pequena parte dos atravessadores transportem dos municípios de Reriutaba, Frecheirinha e Tianguá, sendo os dois primeiros localizados no próprio território.

### 17.11 Crédito no Apoio a Agricultura Familiar

O Programa Garantia Safra que é desenvolvido em parceria com o Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Governo Estadual e Prefeituras, e têm o objetivo de garantir renda mínima para agricultores de localidades atingidas sistematicamente por situação de emergência ou calamidade pública por causa de estiagem. Esse Programa disponibiliza aos agricultores familiares o benefício de R\$ 600,00, por ano, por família, pagos em até 4 parcelas mensais de R\$ 150,00. Esses recursos vêm do Fundo Garantia Safra que é constituído a partir das contribuições dos próprios agricultores (taxa de adesão), dos municípios, dos estados e da União.

Para ter acesso ao benefício, os agricultores devem estar cadastrados inicialmente no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, onde se comprova através da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, e logo depois apresentar-se a uma da Secretaria de Agricultura ou a EMATERCE de seu município solicitando adesão ao Programa, lembrando que para a adesão deve constar a área total a ser plantada com as culturas (feijão, milho, arroz, mandioca ou algodão), não podendo superar o tamanho de dez hectares de área plantada. No Território de Sobral são 16.613, Agricultores Familiares que já aderiram ao Programa Garantia Safra a conferir na tabela abaixo.

**Tabela 51:** Totais de adesões ao Garantia Safra

Município	Nº de adesões Garantia Safra
	2009
<b>Micro I</b>	<b>3.102</b>
Cariré	1.331
Reriutaba	1.140
Varjota	631
<b>Micro II</b>	<b>2.024</b>
Coreaú	577
Frecheirinha	683
Moraújo	764
<b>Micro III</b>	<b>1.531</b>
Graça	527

Município	Nº de adesões Garantia Safra
	2009
Mucambo	575
Pacujá	429
<b>Micro IV</b>	<b>4.786</b>
Forquilha	812
Groaíras	765
Sobral	3.209
<b>Micro V</b>	<b>4.954</b>
Massapê	894
Santana do Acaraú	3.432
Senador Sá	628
<b>Micro VI</b>	<b>216</b>
Alcântaras	216
Meruoca	0
<b>Total do Território</b>	<b>16.613</b>

Fonte: Sistema de Gerenciamento Garantia Safra, Nov. 2010.

Na política de crédito para os Agricultores Familiares, vale destacar o forte apoio para investimento e o custeio para a produção, em especial o PRONAF nos últimos oito anos. Entretanto há uma necessidade de desburocratizar o crédito para apoio a comercialização, possibilitando aos agricultores uma colheita tranqüila e para toda a logística de comercialização adequada, e, quando for o caso, do beneficiamento da produção, sem a urgência de vender a qualquer preço para poder pagar os custos desse elo da cadeia produtiva. A ausência do financiamento da comercialização vem fortalecendo a cada dia mais a rede de atravessadores do território. A Tabela 52 apresenta em números a realidade destes apoios.

**Tabela 52:** Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade, segundo os municípios 2008

Municípios	Custeio		Investimento		Comercialização	
	Contratos	Valor (R\$)	Contratos	Valor (R\$)	Contratos	Valor (R\$)
<b>Micro I</b>	<b>106</b>	<b>279.283</b>	<b>954</b>	<b>5.218.411</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Cariré	3	37.578	600	977.983	0	0
Reriutaba	59	46.563	131	3.317.621	0	0
Varjota	44	195.142	223	922.807	0	0
<b>Micro II</b>	<b>77</b>	<b>141.919</b>	<b>576</b>	<b>4.44.529</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Coreaú	67	107.810	282	51.239	0	0
Frecheirinha	8	30.201	174	248.418	0	0
Moraújo	2	3.908	120	144.872	0	0
<b>Micro III</b>	<b>3</b>	<b>17.200</b>	<b>916</b>	<b>1.164.988</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Graça	3	17.200	249	281.898	0	0
Mucambo	0	0	414	596.690	0	0
Pacujá	0	0	253	286.400	0	0
<b>Micro IV</b>	<b>61</b>	<b>519.368</b>	<b>5.064</b>	<b>8.582.628</b>	<b>6</b>	<b>1.585.785</b>
Forquilha	29	203.704	362	528.652	0	0
Groaíras	0	0	129	263.708	0	0
Sobral	32	315.664	4.573	7.790.268	6	1.585.785
<b>Micro V</b>	<b>159</b>	<b>1.254.863</b>	<b>1.949</b>	<b>2.727.385</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Massapé	12	646.484	497	650.483	0	0
Santana do Acaraú	108	508.915	1.362	1.865.005	0	0
Senador Sá	39	99.464	90	211.897	0	0
<b>Micro VI</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>390</b>	<b>474.924</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Alcântaras	0	0	166	142.444	0	0
Meruoca	0	0	224	332.480	0	0
<b>Total</b>	<b>406</b>	<b>2.212.633</b>	<b>9.849</b>	<b>18.612.865</b>	<b>6</b>	<b>1.585.785</b>

Fonte: IPECE

O montante de recursos utilizados para custeio no território foi de R\$ 2.212.283,00 com uma quantidade de contratos de 406, em contraposição, o utilizado para investimentos foi de R\$ 18.612.865,00, com o número de contratos de 9.849. Ainda para o território, utilizou-se um recurso de R\$ 1.585.785,00 para comercialização, sendo que esse recurso foi captado por apenas 6 contratos.

O maior recurso contratado foi pelos agricultores do município de Sobral, de R\$ 7.790.268,00 para investimento. O segundo maior recurso contratado por município também foi por Sobral para comercialização, num valor total de R\$ 1.585.785,00. A terceira maior captação de recurso foi na área de custeio e foi realizada pelo município de Massapê, com R\$ 646.484,00.

## **18 SERVIÇOS, TURISMO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA**

### **18.1 Serviços**

Os serviços no meio rural se destacam a partir das principais cadeias produtivas como o extrativismo da Carnaúba, com período de seis meses de trabalho (agosto a dezembro), esta atividade é realizada por homens e é mais comum para a região do sertão onde o Território alcançou no ano de 2009 uma extração de 48 t de pó conforme tabela 17; outra cadeia com a cajucultura o período de trabalho é apenas nos meses de outubro a dezembro essa atividade também participam homens, mulheres e jovens para coleta das castanhas, embora o território tenha uma produção de 6.575t conforme tabela 09, há um potencial maior com o pedúnculo do caju e pouco aproveitado, por conta de não haver indústrias para o beneficiamento desse produto e acaba por ser desperdiçado; com a cadeia produtiva da apicultura o período de colheita do mel é de maio a julho, com safra de 21.464kg de mel.

### **18.2 Turismo**

O turismo no território apresenta um potencial bastante diversificado no âmbito ecológico, científico e rural. Na região serrana, destacam-se as belezas das cachoeiras, os parques ecológicos, os coqueirais de babaçu, as casas de farinhas centenárias, etc. Na região do sertão, os atrativos são os açudes com seus balneários em torno, as lagoas etc.

#### **18.2.1 Alguns atrativos naturais destacados nos municípios**

- Alcântaras: possui conformações naturais para a prática de esportes aéreos do tipo planador, asa delta, vôo livre, rapel etc.;
- Meruoca: destaca-se os Mirantes e Orquidários, as Bicas da Itacaranha e do Sabiá formadas por saltos d'água cercada de densa vegetação, Cachoeiras encravadas entre as matas, Pedra da Bandeira, Pedra do Bocão, Área de

Proteção Ambiental (APA), Sítio Quebra, Açude Quebra, Sítio Monte, Sítio Jenipapo, Sítio Sales, Sítio Caiana.

- Santana do Acaraú: Rio Acaraú com uma faixa de praia de beira-rio já urbanizada, com quiosques para uso como bar e estar de banhistas;
- Senador Sá: Balneário do açude Tucunduba no distrito de Serrota;
- Sobral: Açude Ayres de Souza, no distrito de Jaibaras, possui paisagem expressiva, propício para banho e prática de esportes, bom para produção de pescado e sangria do açude e Fonte do Pajé (termal);
- Graça: Cachoeira e bicas com vegetação densa no seu entorno;
- Guaíras: balneário do rio Acaraú;
- Moraújo: Balneário do Jordão no açude da Volta; Centro de Cultura e Arte
- Pacujá: Praia da Pedra Pesada, da Lagoinha, Capim Açú e Gamboas, da Barra do Curú (Gamboas), de Almécegas (Lagoinha);
- Massapê: Assentamentos contendas boqueirão com banhos de açude Acaraú Mirim;

A presença de cidades históricas, algumas com prédios tombados, concorre para a qualidade do interesse turístico como fator de cultura e preservação da memória. Alguns municípios resguardam seu patrimônio cultural em edifícios e mobiliário, em museus e nas manifestações da cultura popular.

As cidades mais antigas têm em comum a arquitetura sóbria do período colonial. Nas sedes municipais, os largos e as praças da Igreja Matriz são espaços de convívio social e ao redor das igrejas que se encontra a maior concentração do patrimônio construído. Santana do Acaraú, Massapê e Meruoca são cidades que se sobressaem pelo número de edificações e pela preservação das características originais. O município que apresenta maior número de bens tombados é Sobral, sendo seu Patrimônio Histórico um atrativo turístico, tais bens tombados: Arco de Nossa Senhora de Fátima, Casa da Cultura, Teatro São João, Museu Dom José de Sobral, Palácio das Ciências e Línguas Estrangeiras, Museu do Eclipse, Largo das Dores, Beco do Cotovelo,

Igreja Matriz (construída em 1712), casarões, Casa de Quintino Cunha, Guanacés, Clube e sede da prefeitura (séc. passado).

Manifestações folclóricas em todos os municípios do território: festas juninas, Bumba Meu - Boi, Forró e Reisados, festejos de Padroeiros/as.

O turismo do território não expressa de forma significativa a força econômica que tem o turismo litorâneo. Boa parte da economia desses municípios tem girado em torno dos setores da indústria de transformação e setor da administração pública. No tocante a existência de equipamentos turísticos no território, não há uma oferta de bons serviços de hotelaria, pousadas, restaurantes e bares.

O território tem potencial no turismo de negócios, marcado pela larga presença de empresas externas e eventos de negócios nos diversos segmentos (confeção, alimentação, artesanatos, etc.) podendo absorver pequena parte da mão-de-obra local na prestação destes serviços e em outras atividades.

Outra possibilidade refere-se ao turismo rural. Tanto a região serrana como o sertão pode abrigar esse tipo de turismo. Pode se constituir uma alternativa de renda a velhas fazendas ou mesmo a assentamentos rurais. Envolve hospedagem, banhos em açudes, pesca, cavalgadas, trilhas ecológicas, convívio com animais, etc.

O Turismo do Território precisa de estudos específicos de mapeamento, análise de impactos ambientais e sociais, priorização e aporte de recursos, ou seja, requer uma política específica a ser construída através do diálogo entre o Poder Público e a Sociedade Civil, em especial, com a participação das populações locais.

Manifestações folclóricas em todos os municípios do território: festas juninas, Bumba Meu - Boi, Forró e Reisados, festejos de Padroeiros/as.

O turismo do território não expressa de forma significativa a força econômica que tem o turismo litorâneo. Boa parte da economia desses municípios tem girado em torno dos setores da indústria de transformação e setor da administração pública. No tocante a existência de equipamentos turísticos no território, não há uma oferta de bons serviços de hotelaria, pousadas, restaurantes e bares.

O território tem potencial no turismo de negócios, marcado pela larga presença de empresas externas e eventos de negócios nos diversos segmentos (confeção, alimentação, artesanatos, etc.) podendo absorver pequena da mão-de-obra local na prestação destes serviços e em outras atividades.

Outra possibilidade refere-se ao turismo rural. Tanto a região serrana como o sertão pode abrigar esse tipo de turismo. Pode se constituir uma alternativa de renda a velhas fazendas ou mesmo a assentamentos rurais. Envolve hospedagem, banhos em açudes, pesca, cavalgadas, trilhas ecológicas, convívio com animais, etc.

O Turismo do Território precisa de estudos específicos de mapeamento, análise de impactos ambientais e sociais, priorização e aporte de recursos, ou seja, requer uma política específica a ser construída através do diálogo entre o Poder Público e a Sociedade Civil, em especial, com a participação das populações locais.

**Tabela 53:** Empregos Formais por setores da Economia e sexo por municípios do Território de Sobral no ano de 2008

Municípios	Extrativa Mineral		Indústria de transformação		Serviços Industriais de Utilidade Pública			Construção civil		Comércio		Serviços		Administração Pública		Agropecuária		Total das Atividades		
	Mas	Fem	Mas	Fem	Total	Mas	Fem	Mas	Fem	Mas	Fem	Mas	Fem	Mas	Fem	Mas	Fem	Total	Mas	Fem
<b>MICRO I</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>80</b>	<b>105</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>79</b>	<b>49</b>	<b>37</b>	<b>75</b>	<b>1062</b>	<b>1764</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3267</b>	<b>1273</b>	<b>1994</b>
Cariré	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	4	10	30	207	435	-	-	692	223	469
Reriutaba	0	0	2	0	0	0	0	12	-	29	17	17	27	377	529	-	-	1.010	437	573
Varjota	-	-	78	105	-	-	-	2	-	44	28	10	18	478	800	1	1	1.565	613	952
<b>MICRO II</b>	<b>20</b>	<b>1</b>	<b>62</b>	<b>92</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>59</b>	<b>15</b>	<b>32</b>	<b>31</b>	<b>781</b>	<b>1558</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2651</b>	<b>954</b>	<b>1697</b>
Coreaú	8	-	4	-	-	-	-	-	-	35	9	19	19	385	750	-	-	1.229	451	778
Frecheirinha	12	1	58	92	-	-	-	-	-	22	6	12	12	183	515	-	-	913	287	626
Moraújo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	1	-	213	293	-	-	509	216	293
<b>MICRO III</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>18</b>	<b>6</b>	<b>35</b>	<b>7</b>	<b>720</b>	<b>1413</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2199</b>	<b>773</b>	<b>1426</b>
Graça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	2	3	1	317	575	-	-	905	327	578
Mucambo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	4	5	6	219	551	-	-	793	232	561
Pacujá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	27	-	184	287	-	-	501	214	287
<b>MICRO IV</b>	<b>109</b>	<b>3</b>	<b>11897</b>	<b>8632</b>	<b>345</b>	<b>311</b>	<b>34</b>	<b>244</b>	<b>20</b>	<b>3285</b>	<b>1682</b>	<b>3273</b>	<b>4071</b>	<b>1513</b>	<b>2644</b>	<b>76</b>	<b>5</b>	<b>37799</b>	<b>20708</b>	<b>17091</b>
Forquilha	9	-	202	349	-	-	-	1	-	53	14	28	14	359	584	4	-	1.617	656	961
Groaíras	-	-	20	-	-	-	-	-	-	27	9	2	4	115	262	-	-	439	164	275
Sobral	100	3	11.675	8.283	345	311	34	243	20	3.205	1.659	3.243	4.053	1.039	1.798	72	5	35.743	19.888	15.855
<b>MICRO V</b>	<b>23</b>	<b>0</b>	<b>67</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>71</b>	<b>36</b>	<b>59</b>	<b>60</b>	<b>953</b>	<b>2116</b>	<b>24</b>	<b>1</b>	<b>3426</b>	<b>1209</b>	<b>2217</b>
Massapé	23	-	47	4	-	-	-	12	-	50	24	32	30	321	872	23	1	1.439	508	931
Santana do Acaraú	-	-	20	-	-	-	-	-	-	20	12	26	29	440	878	1	-	1.426	507	919
Senador Sá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	192	366	-	-	561	194	367
<b>MICRO VI</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>13</b>	<b>4</b>	<b>40</b>	<b>34</b>	<b>391</b>	<b>881</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>1377</b>	<b>455</b>	<b>922</b>
Alcântaras	-	-	-	-	-	-	-	2	1	4	2	4	4	202	440	-	-	659	212	447
Meruoca	-	-	3	2	-	-	-	3	-	9	2	36	30	189	441	3	-	718	243	475
<b>TOTAL</b>	<b>152</b>	<b>4</b>	<b>12.109</b>	<b>8.835</b>	<b>345</b>	<b>311</b>	<b>34</b>	<b>275</b>	<b>21</b>	<b>3.525</b>	<b>1.792</b>	<b>3.476</b>	<b>4.278</b>	<b>5.420</b>	<b>10.376</b>	<b>104</b>	<b>7</b>	<b>50.719</b>	<b>25.372</b>	<b>25.347</b>

Fonte: IPECE, 2008.

### **18.3 Comércio e Indústria**

A Tabela 53 apresenta o número de empregos formais do território por setor da economia. Observa-se no ano de 2008 o número de pessoas ocupadas 50.719, sendo 25.347 do sexo masculino e 25.372 do feminino, o que significa dizer que homens e mulheres estão quantitativamente equivalentes no território.

Na referida Tabela pode-se identificar também onde se concentra o maior número de emprego por setor. No território o setor que mais emprega é o Setor da Indústria de Transformação, com 20.944 empregos, respondendo por 41% do total de pessoal ocupado, em seguida vem o setor da administração pública com 15.796 correspondendo a 31,2%, logo depois o setor serviços com 7.754 o que vale a 15,3,8%, o comércio com 5.317 pessoas ocupadas e por fim o setor agropecuário com 111.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES com o objetivo de fortalecer e desenvolver a economia solidária em todo o país, através de programas de incentivo a geração de trabalho e renda, combate à pobreza e de inclusão social está implantando no Ceará o Centro Público de Economia Solidária, Agricultura Familiar e Reforma Agrária, parceria entre o poder público (INCRA, DNOCS, SENAES e MTE) e a sociedade civil organizada, através da Rede Cearense de Socioeconômica Solidária – RCSES.

A implantação do CPES tem como pressuposto prioritário beneficiar os agricultores (as) familiares das áreas de sequeiro e das áreas irrigadas dos perímetros públicos irrigados do DNOCS, os (as) produtores (as) dos assentamentos da RA acompanhados pelo INCRA e os grupos produtivos fomentados pela RCSES.

O CPES tem o papel de dar capilaridade às atividades da socioeconômica solidária e da agricultura familiar em todo o Ceará, o que se exigiu fosse feito um mapeamento dos empreendimentos solidários existentes. Na 1ª fase (mapeamento) foram confirmados 1.737 empreendimentos em todo o Estado.

No Território foram confirmados 264 empreendimentos nos municípios de Coreaú (4); Forquilha (2); Graça (4), Groaíras (3), Massapê (14), Meruoca

(4), Moraújo (4), Santana do Acaraú (2) e Sobral (40). Esses empreendimentos estão organizados em grupos produtivos informais e associações de produtores e produtoras.

**Tabela 54:** Estabelecimentos comerciais por setor, 2007 e 2008.

Municípios	Estabelecimentos comerciais							
	Total		Atacadista		Varejista		Outros	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
<b>Micro I</b>	<b>569</b>	<b>605</b>	<b>5</b>	<b>9</b>	<b>563</b>	<b>595</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Cariré	129	131	1	2	128	129	0	0
Reriutaba	185	194	0	2	185	192	0	0
Varjota	255	280	4	5	250	274	1	1
<b>Micro II</b>	<b>369</b>	<b>364</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>366</b>	<b>359</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Coreaú	199	199	0	0	199	198	0	1
Frecheirinha	128	119	3	4	125	115	0	0
Moraújo	42	46	0	0	42	46	0	0
<b>Micro III</b>	<b>197</b>	<b>205</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>198</b>	<b>204</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Graça	43	45	0	0	43	45	0	0
Mucambo	105	108	1	1	104	107	0	0
Pacujá	52	52	1	0	51	52	0	0
<b>Micro IV</b>	<b>583</b>	<b>2.294</b>	<b>66</b>	<b>72</b>	<b>2.301</b>	<b>2.207</b>	<b>16</b>	<b>15</b>
Forquilha	199	208	1	2	198	206	0	0
Groaíras	133	140	0	0	133	140	0	0
Sobral	251	1.946	65	70	1970	1861	16	15
<b>Micro V</b>	<b>523</b>	<b>530</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>499</b>	<b>526</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Massapé	249	259	2	2	247	257	0	0
Santana do Acaraú	220	209	2	2	198	207	0	0
Senador Sá	54	62	0	0	54	62	0	0
<b>Micro VI</b>	<b>102</b>	<b>105</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>102</b>	<b>105</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Alcântaras	59	57	0	0	59	57	0	0
Meruoca	43	48	0	0	43	48	0	0
<b>Total</b>	<b>1.820</b>	<b>4.103</b>	<b>80</b>	<b>90</b>	<b>4.029</b>	<b>3.996</b>	<b>17</b>	<b>17</b>

Fonte: Anuário do Ceará 2009 - IPECE.

No total são 4.103 estabelecimentos comerciais no território, onde 95% destes são do ramo varejista. Vale ressaltar que o número de estabelecimentos varejista (3.996) é muito superior ao número de estabelecimentos atacadistas (90), aproximadamente 45 vezes maior.

Dentre os gêneros de atividades no comércio varejista, destacam-se a venda de peças e acessórios para veículos, motocicletas, motonetas, bicicletas,

e suas peças e acessórios. Também se destacam os pequenos negócios como lanchonetes, bares, restaurantes e o comércio varejista de gêneros alimentícios, lojas de calçados e confecções, de móveis, armários, farmácias etc.

## 18.4 Indústria

**Tabela 55:** Empresas industriais ativas, por Tipo 2007 e 2008

Municípios	Empresas industriais									
	Total		Extrativa mineral		Construção civil		Utilidade pública		Transformação	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
<b>Micro I</b>	<b>24</b>	<b>85</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>24</b>	<b>84</b>
Cariré	3	4	0	0	0	0	0	0	3	4
Reriutaba	7	7	0	0	0	1	0	0	7	6
Varjota	14	74	0	0	0	0	0	0	14	74
<b>Micro II</b>	<b>68</b>	<b>61</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>58</b>	<b>52</b>
Coreaú	15	14	1	1	0	0	0	0	14	13
Frecheirinha	50	44	3	2	5	5	0	0	42	37
Moraújo	3	3	0	0	1	1	0	0	2	2
<b>Micro III</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>10</b>
Graça	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1
Mucambo	1	3	0	0	0	0	0	0	1	3
Pacujá	5	6	0	0	0	0	0	0	5	6
<b>Micro IV</b>	<b>311</b>	<b>305</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>45</b>	<b>52</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>251</b>	<b>236</b>
Forquilha	19	23	1	2	2	2	0	0	16	19
Groaíras	8	7	0	0	0	0	0	0	8	7
Sobral	284	275	12	13	43	50	2	2	227	210
<b>Micro V</b>	<b>34</b>	<b>38</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>33</b>	<b>37</b>
Massapé	24	26	0	0	1	1	0	0	23	25
Santana do Acaraú	8	10	0	0	0	0	0	0	8	10
Senador Sá	2	2	0	0	0	0	0	0	2	2
<b>Micro VI</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>6</b>
Alcântaras	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Meruoca	12	8	0	0	2	2	0	0	10	6
<b>Total</b>	<b>457</b>	<b>507</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>54</b>	<b>62</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>378</b>	<b>425</b>

Fonte: IPECE - Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômica do Ceará - Anuário Estatístico do Ceará – 2009

Os municípios que concentram o maior número de indústrias são Sobral (283), Frecheirinha (35), Massapê (22), Varjota (15), Santana do Acaraú, (15) e Forquilha (15).

A política de interiorização da indústria, do Governo do Estado em parceria com as prefeituras municipais por meio de incentivos fiscais tem sido

um atrativo para levar grupos empresariais a se instalarem nos municípios do interior cearense. No território, existe uma gama de indústrias, sendo mais de 440 (quatrocentas e quarenta) com destaque para a indústria de transformação. Existem indústrias de mobiliário, de vestuário, calçados e artigos de tecidos, couros e peles, de produtos alimentares, de madeira, extrativa mineral e de construção civil.

O número de indústrias estabelecidas no território é de 507, sendo que a maioria dessas está no ramo da transformação, cerca de 425 indústrias. O crescimento de indústrias no território foi pouco significativo. Se considerarmos que de 2007 para 2008 o incremento de 50 indústrias. Para esse mesmo período, o incremento na quantidade das indústrias de transformação foi de 47. Podemos concluir que o aumento no total de indústria se deveu ao aumento na quantidade de indústrias de transformação.

Mais uma vez Sobral se destaca com o número expressivo de empresas industriais, que corresponde a 80,8% do total do território, sendo as principais indústrias: Açúcar Rey, Companhia Cearense de Cimento Portland – fabricante do cimento Poty, Companhia de Fiação e Tecidos Ernesto Deocleciano, Companhia Sobralense de Material de Construção-COSMAC, Delrio Refrigerantes Ltda., Fábrica Coelho – Indústrias Reunidas hélio Arruda Coelho Ltda., Grendene Calçados S/A, Lassa – Laticínios Sobralense S/A, Moageira Serra Grande, Refrigerantes Tabajara e Sobral Pré-moldados – SOPREMOL.

## 19 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

O sistema de produção agrícola no Território de Sobral é principalmente a agricultura de sequeiro, isso mostra uma forte dependência da estação das chuvas, devendo os agricultores familiares investir na diversidade produtiva de culturas e atividades pecuária que mais se adéquem a realidade local.

Há uma necessidade eminente de organização das principais cadeias produtivas, para isso se faz necessário Planos de Cadeia, que apontem as estratégias para o desenvolvimento, seja de ordem da estruturação físico financeira, gestão organizativa – cooperativista ou associativista, como as necessidades de consultorias, capacitações, e acompanhamento técnico específico para cada área deficitária, para um desenvolvimento sustentável e crescente.

É importante perceber o potencial turístico para além do turismo religioso, desenvolvendo estratégias de um turismo rural, dialogando com todos os municípios do território, fortalecendo as culturas e saberes locais, inovando com espaços para práticas de esportes de entretenimento e radicais, como trilhas ecológicas, banhos de açudes, passeio de barcos dentre outros.

O território aponta também um potencial para a criação de pequenos animais como: ovino, caprino, avicultura caipira e a expansão da apicultura, essa como a que mais apresenta crescimento no território e no Estado. Para esses a carência de infra estruturas (abatedouros, unidades de beneficiamento para produção de derivados, etc.) e um acompanhamento técnico sistemático e específico, conforme necessidade (Plano de Cadeia, Plano de negócio, Boas Práticas de Fabricação, etc.), aparecem como o principal entrave para o desenvolvimento.

O diagnóstico da Dimensão Socioeconômica possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 21, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: os aspectos socioeconômicos, os aspectos do Setor Produtivo, Serviços, Comércio e Indústria, Situação Fundiária, Financiamento e

Comercialização da Produção que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

<b>ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA</b>	
<b>AMBIENTE INTERNO</b>	
<b>PONTOS FORTES</b>	<b>PONTOS FRACOS</b>
<p>1. Presenças de reservatórios com grande potencial econômico, social e ambiental</p> <p>2. Grande contingente de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas, pecuárias, extrativistas, agroindustriais e de serviços diversos.</p> <p>3. Perímetro irrigado no território.</p> <p>4. Presença de instituições que trabalham a assistência técnica.</p> <p>5. Cerca de 400 mil ha ocupados pela agricultura familiar.</p> <p>6. Predominância de sistemas tradicionais diversificados com bom potencial para a transição agroecológica</p> <p>7. Existência de diversas iniciativas de produção agroecológica espalhadas no território.</p> <p>8. Diversidade de produtos sazonais ofertados ao mercado durante o ano todo</p> <p>9. Disponibilidade de matéria prima para agroindustrialização</p> <p>10. Volumes significativos de produção para comercialização “in natura”.</p> <p>11. Potencial para o desenvolvimento das seguintes cadeias produtivas: ovinocaprinocultura, bovinocultura de leite, aquicultura, apicultura, avicultura caipira, horticultura, oleaginosas, fruticultura irrigada e pesca tradicional.</p> <p>12. Grande número de organizações sociais e produtivas com algumas iniciativas de articulação local e territorial.</p> <p>13. Crescente numero de organizações incorporando os princípios da sócia economia solidária.</p> <p>14. potencial no eco turismo por conta das riquezas naturais</p> <p>15. Diversidade de pontos turísticos naturais e históricos</p>	<p>1. Baixo nível educacional da população</p> <p>2. Fragilidade da assistência técnica por parte de instituições atuantes no território</p> <p>3. Formação e capacitação insuficiente nas diversas dimensões do desenvolvimento territorial</p> <p>4. Pouco envolvimento por parte de jovens nas atividades produtivas rurais</p> <p>5. Pouco conhecimento de novas tecnologias alternativas</p> <p>6. Resistência da aceitação de mudanças de praticas alternativas sustentável por parte dos/das agricultores/as familiares</p> <p>7. Sistemas de produção tradicional que comprometem o meio ambiente</p> <p>8. Base tecnológica de baixo poder inovador</p> <p>9. Pouca integração institucional local territorial</p> <p>10. Fragilidade do associativismo local e territorial</p> <p>11. Fragilidade de integração das cadeias e redes produtivas do território</p> <p>12. Inexistência de unidades de beneficiamento de produtos oriundos da agricultura familiar, tais como: fruticultura, apicultura, ovinocaprinocultura , bovinocultura de leite e artesanato.</p> <p>13. Desconhecimento da política publica de acesso ao crédito do PRONAF jovem</p> <p>14. Fragilidade do núcleo técnico do território</p> <p>15. Fragilidade na base de serviço de comercialização</p> <p>16. Concentração de muita terra nas mãos de poucos.</p> <p>17. Dificuldade de acesso de programas governamentais concernente a terra</p> <p>18. Pouco envolvimento das</p>

<b>ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA</b>	
	<p>organizações do território na regularização fundiária</p> <p>19. Dificuldades da logística a atender as demandas de produtos dos mercados institucionais (PAA, PNAE, etc.)</p> <p>20. Secretarias de agricultura dos municípios com deficiência de infraestrutura humana, material e financeiro para ofertar um melhor serviço a população.</p>
<b>AMBIENTE EXTERNO</b>	
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇA</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. PRONAF – diversas linhas de ação</li> <li>2. Plano Regional de Reforma Agrária;</li> <li>3. Programa Luz para Todos</li> <li>4. P1MC – Programa Um Milhão de Cisternas;</li> <li>5. Programa Biodiesel</li> <li>6. Embrapa – projeto genoma, algodão, ovinocaprinocultura</li> <li>7. Beneficiamento e exportação do couro caprino e do pescado (tilápia)</li> <li>8. Financiamento de ONG e fundações</li> <li>9. Projeto São José</li> <li>10. Fundação Banco do Brasil</li> <li>11. Bancos públicos (BB e BNB)</li> <li>12. FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador</li> <li>13. SEBRAE</li> <li>14. Projeto Derivados do Leite (Sebrae)</li> <li>15. Petrobrás – Desenvolvimento e cidadania</li> <li>16. Propostas técnicas de convivência com o semi-árido.</li> <li>17. PAA – Programa de aquisição de alimentos</li> <li>18. PNAE -</li> <li>19. PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural;</li> <li>20. Estabelecer consórcios inter municipais</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Adversidades climáticas (enchentes e estiagens)</li> <li>2. Burocratização do crédito</li> <li>3. Liberação de crédito para projetos inviáveis no tocante a assistência técnica</li> <li>4. Insuficiência na política pública de apoio a comercialização da agricultura familiar</li> <li>5. Deficiência de infraestrutura de beneficiamento</li> <li>6. Pressão dos grandes proprietários e empreendimentos turísticos sobre a agricultura familiar</li> <li>7. Ausência de incentivo fiscal (ICMS) para os produtos beneficiados</li> <li>8. Ausência de crédito para apoio a colheita e/ou beneficiamento para a comercialização dos produtos da agricultura familiar</li> <li>9. Não instalação de projetos no município</li> </ol>

**Quadro 21:** Análise Territorial da Dimensão Socioeconômica

**Fonte:** Relatório Oficina Estadual com Comitês Temáticos, Novembro 2010.

**Parte II d**  
**DIMENSÃO POLITICO**  
**INSTITUCIONAL**  
**Territorialização e Gestão Pública**  
**Infraestrutura Institucional**  
**Governabilidade e Gestão Social**



## 20 TERRITORIALIZAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Um novo projeto para o Brasil Rural deve ter um enfoque territorial de desenvolvimento da sociedade, que contemple as várias dimensões de sustentabilidade (econômica, social, política, tecnológica, cultural e ambiental) na perspectiva de fortalecer a gestão social e ampliar as redes sociais locais de cooperação para dinamizar a economia e melhorar a qualidade de vida das populações rurais.

Este projeto é parte de um projeto maior de implantação de outro estilo de desenvolvimento, estruturado a partir de três temas fundamentais, ou seja, (1) Desenvolvimento socioeconômico, (2) Respeito ao meio ambiente e (3) Redução das desigualdades sociais e regionais.

Nessa direção, cabe ao Estado brasileiro, em todas as suas instâncias (municipal, estadual e federal) executar uma política pública que garanta a estrutura e recursos orçamentários capazes de viabilizar a idéia-conceito de desenvolvimento territorial rural que, segundo a 1ª Conferencia Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (1ª CNDRSS 2008), pode ser compreendido como “um processo que articula e busca conciliar os diversos interesses de atores e grupos sociais, setores econômicos, práticas culturais, bem como diversas realidades e disponibilidade de recursos ambientais em nome de uma melhor qualidade de vida para esta e para as futuras gerações que vivem em regiões rurais”.

Esta idéia-conceito se materializa nos eixos estratégicos: (1) Combinação do econômico-produtivo com o territorial; (2) Democratização do acesso à renda e das riquezas existentes no rural brasileiro; (3) Ampliação dos investimentos sociais para as populações rurais, o que significa falar em previdência social, saneamento, habitação, energia, saúde, segurança, estradas, transporte, informação, esporte e lazer e (4) Organização social e participação política que, entre outras coisas, refere-se à articulação político-institucional, a relação entre a União - Estados e municípios, as novas institucionalidades e a participação da sociedade.

Considerando este marco referencial e, em especial, os componentes da idéia-conceito de desenvolvimento territorial rural (que não desconhece a sua intrínseca relação com o urbano), principalmente no que se refere ao eixo estratégico Organização social e participação política, esta dimensão do Plano pretende explorar um conjunto de elementos de diagnóstico que possam caracterizar o atual arranjo político-institucional do território, que consiste na análise das estruturas de poder existentes, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade socioterritorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública, ampliada e democrática.

De posse desse conjunto de elementos de diagnóstico analisado e validado pelo território, esta dimensão deve gerar os objetivos estratégicos no sentido de aperfeiçoar o atual arranjo político-institucional, que vai ser concretizado nas estratégias, eixos temáticos, programas e projetos da referida dimensão.

É importante salientar que a dimensão político-institucional deve dialogar com as demais dimensões do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) à medida que ela é o alicerce que dá sustentação ao próprio Plano, principalmente no que diz respeito à construção de uma ambiência político-institucional e sociocultural favoráveis à participação da sociedade civil na formulação, implantação, monitoramento e avaliação de políticas públicas (ou ações sociais públicas), bem como na concretização das intenções inscritas no referido Plano.

## **20.1 Estrutura do Poder Local e Territorial**

A construção democrática dos espaços públicos no contexto da estratégia de desenvolvimento territorial, no Brasil de hoje e, mais especificamente no Nordeste brasileiro, requer ampliar o olhar para entender a complexidade e multiplicidade de fatores inerentes a tal construção. Este olhar deve permitir caminhar pela natureza das relações entre Estado e sociedade civil, pela questão da representatividade, pelas matrizes culturais e pelos formatos institucionais que os encontros vão assumindo e, a depender da convergência de intenções e propósitos entre Estado e sociedade civil, as

relações serão movidas por projetos distintos, isto é, ora por projetos políticos compartilhados, ora por projetos políticos complementares como estratégia de implantação do ajuste neoliberal que exige, cada vez mais, o encolhimento das responsabilidades sociais do Estado.

Refletir sobre a estrutura do poder local e a governabilidade territorial é uma exigência apontada pelo território à medida que se reconhece que o “sujeito” do desenvolvimento territorial são as forças sociais, econômicas e político-institucionais, operando na forma de autogestão e, sobremaneira, atuando em redes sociais, econômicas e institucionais (arranjos), o que significa dizer legitimada de expressão conferida pela participação cidadã co-responsável.

Os Quadros 22 a 26 dimensionam a representação político-partidária do território, do Poder Executivo Municipal considerando os processos eleitorais de cinco mandatos (e com informações disponíveis para consulta 2009-2012 a 1993-1996), ao tempo reflete o desenho das forças partidárias no âmbito do poder executivo e suas relações de aliança (espaço de diálogo e poder de negociação como aliado) ou oposição (espaço de diálogo e poder de negociação como oposição) com o governo estadual e federal, no período antes referido.

Município	MANDATO 1993 -1996			
	QUANTIDADE DE VOTOS	PARTIDO	GESTOR MUNICIPAL	GESTORA MUNICIPAL
Alcântaras	2.349	PSDB	1	0
Cariré	3.066	PSDB	1	0
Coreaú	4.483	PSDB	1	0
Forquilha	4.747	PL	1	0
Frecheirinha	4.302	PSDB	1	0
Graça	3.711	PSDB	1	0
Groaíras	3.204	PSDB	1	0
Massapê	-	-	-	-
Meruoca	3.283	PSDB	1	0
Moraújo	2.138	PDT	1	0
Mucambo	3.779	PFL	1	0
Pacujá	1.971	PFL	1	0
Reriutaba	6.311	PDT	1	0
Santana do Acaraú	6.583	PSB	1	0
Senador Sá	1.513	PL	1	0
Sobral	26.353	PDS	1	0
Varjota	3.793	PSDB	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>81.586</b>	<b>-</b>	<b>16</b>	<b>0</b>

**Quadro 22:** Composição da representação político-partidária do Poder Executivo Municipal – 2009 – 2012 a 1993-1996

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais

Município	MANDATO 1997 – 2000			
	QUANTIDADE DE VOTOS	PARTIDO	GESTOR MUNICIPAL	GESTORA MUNICIPAL
Alcântaras	2.768	PPB	1	0
Cariré	5.128	PMDB	1	0
Coreaú	6.441	PRB	1	0
Forquilha	5.372	PTB	1	0
Frecheirinha	3.682	PL	0	1
Graça	4.170	PSDB	1	0
Groaíras	3.433	PSDB	1	0
Massapê	7.421	PT	1	0
Meruoca	3.438	PSD	1	0
Moraújo	2.434	PFL	1	0
Mucambo	4.339	PPB	1	0
Pacujá	2.495	PMDB	1	0
Reriutaba	5.212	PPB	1	0
Santana do Acaraú	7.606	PSB	1	0
Senador Sá	1.323	PMDB	1	0
Sobral	41.605	PPS	1	0
Varjota	4.406	PPB	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>111.273</b>	<b>-</b>	<b>16</b>	<b>1</b>

**Quadro 23:** Composição da representação político-partidária do Poder Executivo Municipal – 2009 – 2012 a 1993-1996

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais

Município	MANDATO 2001 – 2004			
	QUANTIDADE DE VOTOS	PARTIDO	GESTOR MUNICIPAL	GESTORA MUNICIPAL
Alcântaras	2.579	PSDB	1	0
Cariré	5.696	PMDB	1	0
Coreaú	4.624	PMDB	1	0
Forquilha	4.934	PSDB	1	0
Frecheirinha	3.106	PPS	1	0
Graça	5.986	PSDB	1	0
Groaíras	3.515	PT	1	0
Massapê	8.245	PSDB	1	0
Meruoca	3.190	PSB	1	0
Moraújo	2.334	PPS	1	0
Mucambo	3.571	PPB	1	0
Pacujá	2.730	PPB	1	0
Reriutaba	5.029	PT	1	0
Santana do Acaraú	8.761	PSB	1	0
Senador Sá	1.568	PSDB	1	0
Sobral	48.322	PPS	1	0
Varjota	3.152	PPS	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>117.342</b>	<b>-</b>	<b>17</b>	<b>0</b>

**Quadro 24:** Composição da representação político-partidária do Poder Executivo Municipal – 2009 – 2012 a 1993-1996

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais

Município	MANDATO 2005 – 2008			
	QUANTIDADE DE VOTOS	PARTIDO	GESTOR MUNICIPAL	GESTORA MUNICIPAL
Alcântaras	2.889	PRP	1	0
Cariré	5.932	PSDB	1	0
Coreaú	5.670	PSDB	1	0
Forquilha	5.468	PRP	1	0
Frecheirinha	3.635	PDT	1	0
Graça	4.760	PPS	0	1
Groaíras	2.774	PPS	1	1
Massapê	8.940	PSDB	1	0
Meruoca	3.878	PT	1	0
Moraújo	1.948	PRP	1	0
Mucambo	4.435	PSDB	1	0
Pacujá	2.403	PFL	1	0
Reriutaba	5.896	PPS	1	0
Santana do Acaraú	8.237	PC DO B	1	0
Senador Sá	2.093	PL	1	0
Sobral	44.126	PPS	1	0
Varjota	4.760	PPS	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>117.844</b>	<b>-</b>	<b>15</b>	<b>2</b>

**Quadro 25:** Composição da representação político-partidária do Poder Executivo Municipal – 2009 – 2012 a 1993-1996

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais

Município	MANDATO 2009 – 2012			
	QUANTIDADE DE VOTOS	PARTIDO	GESTOR MUNICIPAL	GESTORA MUNICIPAL
Alcântaras	3.254	PRP	1	0
Cariré	6.541	PRB	1	0
Coreaú	7.510	PSDB	1	0
Forquilha	7.957	PTB	1	0
Frecheirinha	3.782	PSDB	1	0
Graça	4.021	PC DO B	0	1
Groaíras	2.131	PTB	1	0
Massapê	10.023	PSDB	1	0
Meruoca	3.970	PT	1	0
Moraújo	2.619	PSB	1	0
Mucambo	4.616	PRB	1	0
Pacujá	2.650	PSB	0	1
Reriutaba	6.435	PRB	1	0
Santana do Acaraú	9.575	PMDB	1	0
Senador Sá	1.417	PSDB	1	0
Sobral	64.992	PSB	1	0
Varjota	5.594	PMDB	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>147.087</b>	<b>-</b>	<b>14</b>	<b>3</b>

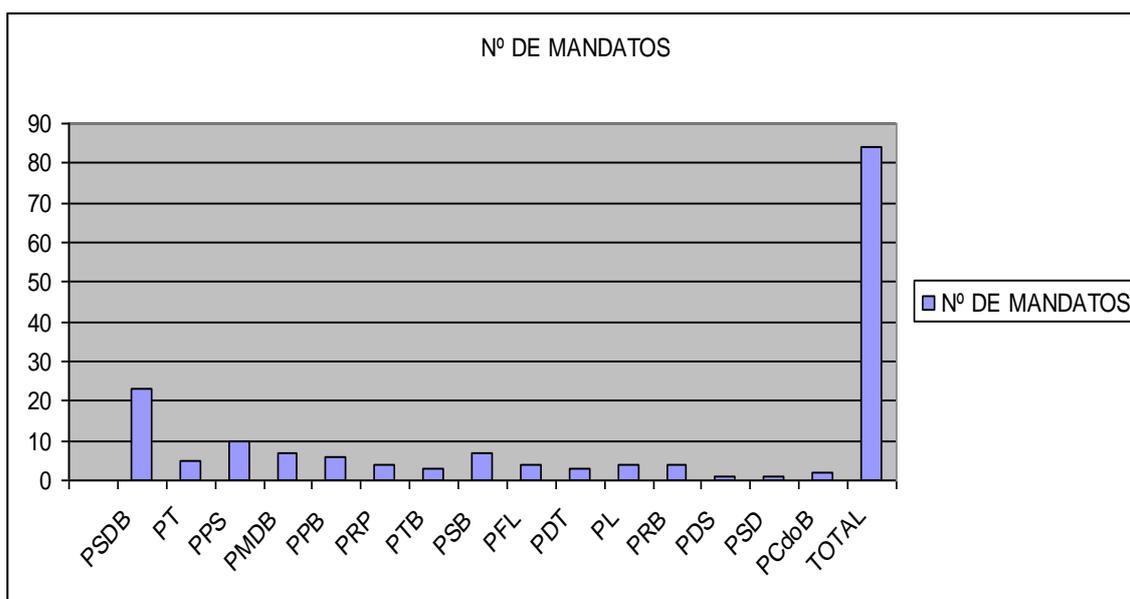
**Quadro 26:** Composição da representação político-partidária do Poder Executivo Municipal – 2009 – 2012 a 1993-1996

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais

Partido	Nº DE MANDATOS	%	Nº DE GESTORES	
			HOMEM	MULHER
<b>PSDB</b>	23	27,38	23	-
<b>PT</b>	05	5,95	05	-
<b>PPS</b>	10	11,90	08	<b>02</b>
<b>PMDB</b>	07	8,33	06	<b>01</b>
<b>PPB</b>	06	7,14	06	-
<b>PRP</b>	04	4,76	04	-
<b>PTB</b>	03	3,57	03	-
<b>PSB</b>	07	8,33	06	<b>01</b>
<b>PFL</b>	04	4,76	04	-
<b>PDT</b>	03	3,57	03	-
<b>PL</b>	04	4,76	03	<b>01</b>
<b>PRB</b>	04	4,76	04	-
<b>PDS</b>	01	1,19	01	-
<b>PSD</b>	01	1,19	01	-
<b>PCdoB</b>	02	2,38	01	<b>01</b>
<b>TOTAL</b>	<b>84</b>	<b>100</b>	<b>78</b>	<b>06</b>

**Quadro 27:** Consolidação da Predominância de mandatos dos partidos, período 1993 a 2012

Fonte: Adaptado do TRE, 2010



**Figura 31:** Número de Mandatos por Partidos

Fonte: Adaptado do TRE, 2010.

Conforme a Figura 31 o partido com maior nº de mandatos foi o PSDB com 27,38%, em seguida vem o PPS com 11,90%; seguido do PMDB e PSB com 8,33%; do PPB com 7,14%; do PT com 5,95%; do PRB, PRF, PFL e PL com 4,76%; do PDT e PTB com 3,57%, e PC do B com 2,38% e por fim PDS e PSD com 1,19%.

Durante estes cinco mandatos, em vinte anos, destaca-se a hegemonia do PSDB no território. Outro aspecto que vale apenas destacar refere-se a pouca participação da mulher nos executivos municipais. Durante este período, somente seis mulheres estiveram à frente da gestão pública, como exemplo citamos o município de Graça com dois mandatos assumido por mulheres.

Durante o processo de implementação da estratégia de Desenvolvimento Territorial, os gestores públicos têm se mantido bastante ausentes, sendo raros os momentos em que os prefeitos do território comparecem aos eventos (oficinas, plenárias territoriais), e quando comparecem, participam apenas dos momentos de composição da mesa de abertura e de boas vindas aos participantes.

Percebe-se que a participação dos gestores na implementação da estratégia, independe da cor partidária. Não se conseguiu visualizar nos gestores uma proposta de desenvolvimento com bases sustentáveis e participativas. Na verdade, o que prevalece são as oportunidades surgidas em

função da conjuntura nacional ou estadual, sendo por esta razão que os políticos sempre trocam de partidos. Conforme o Quadro 6, a composição partidária do Território baseou-se na participação de quinze partidos diferentes. Dois deles já foram extintos: PDS e PFL.

## **20.2 Estrutura Administrativa e Atuação das Instituições Públicas e da Sociedade Civil no Território com Potencial de Integração**

Antes de apresentar elementos de diagnóstico mais específico deste tema é necessário refletir sobre elementos de diagnóstico apontados no estudo do tema “Institucionalidades para a Gestão Social do Desenvolvimento Territorial Rural”, na Série Documentos do CONDRAF nº 01 (2005) que, entre outras coisas, aborda na forma de convergências/divergências e considerações/ sugestões a referida temática com base no conjunto de estudos já realizados.

A primeira variável de diagnóstico refere-se ao panorama da institucionalidade, compreendido pelos componentes: (1) Articulação dos Atores sociais; (2) Composição do CMDR; (3) Caráter dos Conselhos; (4) Legitimidade da representação; (5) Papel do CMDR enquanto formulação e gestão de políticas públicas e (6) Capacitação e qualidade da participação dos atores sociais.

A segunda variável de diagnóstico aborda as bases territoriais e institucionais das diferentes esferas de gestão social, compreendida pelos componentes: (1) Abrangência e interação das ações; (2) Amplitude e enfoque dos debates; (3) Continuidade e descontinuidade das ações e (4) Mecanismos de apoio ao funcionamento das institucionalidades.

Outra variável trata dos principais avanços e obstáculos nos âmbitos: (1) do Desenvolvimento rural municipal; (2) da Articulação e cooperação entre os diferentes atores sociais; (3) da Organização, da participação e da capacitação dos atores locais, em especial dos agricultores familiares e das comunidades e (4) do Ambiente institucional e da consolidação de novas institucionalidades.

Considerando esta última variável, o quadro abaixo procura destacar no Território a atuação de diversas instituições públicas que ofertam uma

variedade de serviços e/ou ações com potencial de integração, no sentido de verificar a estrutura administrativa e a capacidade de atuação das instituições públicas nas diferentes esferas de governo, no contexto do desenvolvimento e da teia de relações sociais do território.

A estrutura administrativa dos municípios do Território está organizada conforme o Quadro 28. Assim como nas instituições do governo federal e estadual, apesar das secretarias municipais estarem muito próximas, a experiência tem mostrado que elas, muitas vezes, desenvolvem atividades de forma desarticulada, sem relacionar as ações e os objetivos que têm em comum. Essa atuação isolada, pode ocasionar superposição de papéis e recursos de toda ordem, apontando necessariamente, para um planejamento melhor dos entes municipais no que se refere à otimização dos recursos e uma melhor oferta dos serviços públicos.

Não é feito um planejamento intersetorial; as secretarias fazem parte do organograma, mas não tem recursos próprios, nem programas e/ou projetos para trabalhar considerando as suas interfaces. Portanto, articular ações de âmbito municipal também ainda se constitui como um grande desafio a ser enfrentado pelos gestores municipais.

### 20.3 Estrutura Sócio organizativa e Política da Sociedade Civil

Assim como as instituições públicas, também são várias as entidades da sociedade civil que prestam serviços ou desenvolvem ações importantes na busca do desenvolvimento do território. Assim, destaca-se aquelas com maior potencial de integração de ações, tendo em vista, a consonância com o Plano, cuja abrangência é territorial.

TIPOS DE AÇÕES/SERVIÇOS	ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES
<b>Política Sindical</b>	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR
	Sindicatos dos Servidores Públicos SINTRAF
<b>Reforma Agrária</b>	Movimento dos Sem Terra
	Fórum dos Assentados/as

<b>TIPOS DE AÇÕES/SERVIÇOS</b>	<b>ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES</b>
	Cooperativa Agropecuária dos Assentados de Santana do Acaraú
	Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
<b>Convivência Com o Semiárido</b>	Fórum Cearense pela Vida no Semi Árido
	Cáritas Diocesana
	Comissão Pastoral da Terra
<b>Meio Ambiente</b>	Organizações Não Governamentais – Ongs que Trabalham a Temática Ambiental
	AMNA – Autarquia Municipal do Meio Ambiente – Sobral
	COMDEMAS -
	Cáritas Diocesana
<b>Recursos Hídricos E Perímetros Irrigados.</b>	Comitês de Bacias Hidrográficas – Acaraú e Coreaú
	Associação dos Usuários do Distrito De Irrigação Perímetro Ayres de Sousa – AUDIPAS
	Cooperativa dos Irrigantes de Forquilha- COIF
<b>Apoio à Organização Dos Pescadores.</b>	Colônias de Pescadores – Z-15 Varjota, Z-67 Sobral, Z-68 Forquilha. Massapê
<b>Assessoria Técnica</b>	Rede cearense de ATES – Capacit, Terra três e CEAT –
	Organizações da Sociedade Civil que prestam assessoria técnica ao território – Acace, Instituto Carnaúba, Fundação Cis
<b>Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas voltadas para projetos produtivos e desenvolvimento sustentável dos municípios.</b>	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável – CMDS  - Grande Conselho Comunitário de Santana do Acaraú - CONSELHÃO
<b>Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas de Saúde</b>	Conselhos Municipais de Saúde
<b>Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas de Assistência Social</b>	Conselho da Assistência Social
<b>Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas de Educação.</b>	- Conselho Municipal de Educação - Conselho da Alimentação Escolar - CAE - Conselho municipal de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB
<b>Acompanhamento e controle social de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes</b>	- Conselho Tutelar - Conselho Municipal de Crianças e Adolescentes
<b>Alimentação como um direito humano</b>	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA
<b>Defesa e proteção dos direitos das mulheres</b>	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

TIPOS DE AÇÕES/SERVIÇOS	ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES
Religião	Pastorais Sociais e Regiões Episcopais
Outras	Cáritas Diocesana

**Quadro 28:** Tipos de Ações e Serviços Prestados por Entidades e Organizações da Sociedade Civil com Potencial de Integração

**Fonte:** Pesquisa da consultoria junto às entidades e organizações da sociedade civil, 2009

O processo de articulação de ações entre entidades da sociedade civil, por natureza das ações exige um esforço maior, haja vista que as bandeiras de luta de cada uma das organizações precisam de complementaridade para serem postas em prática. É importante destacar que não se trata de se querer juntar todas elas para atuarem de forma conjunta, até porque é fundamental se preservar a identidade e a autonomia de cada entidade. Identificar temas de interesse que exigem ações articuladas, sem haver perda de identidade e autonomia, torna-se fator preponderante para o fortalecimento de entidades representativas da sociedade civil no Território.

## 21 INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL

### 21.1 Municipalização das Políticas Públicas

A municipalização foi adotada como diretriz para a execução de políticas públicas descentralizadas. A idéia-conceito “descentralização” significa a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais elevadas (União) para instâncias de unidades espacialmente menores (município), conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para unidades territoriais de menor amplitude e escala.

Não pode, portanto, ser confundida com desconcentração, que representa apenas a distribuição da responsabilidade executiva de atividades, programas e projetos, sem transferência da autoridade e autonomia decisória.

Na prática, entretanto, a descentralização acarretou em quase todos os municípios sérias conseqüências, entre elas destacam-se: (1) As responsabilidades foram transferidas, mas os recursos ou não o foram ou foram transferidos em quantidades insuficientes, desconsiderando a realidade das prefeituras municipais; (2) As prefeituras não foram preparadas para receber os encargos transferidos; (3) As ações foram programadas de forma desintegrada e desarticulada, uma vez que a complexidade dos problemas sociais não foi considerada; (4) Os órgãos federais assumiram o papel de coordenar as ações e repassar recursos, desobrigando-se da responsabilidade de programar as políticas regionais e (5) A adoção de critérios regressivos na distribuição de recursos, descentralizando proporcionalmente os encargos sociais, promoveu a fragmentação do tecido social, aumentando as desigualdades.

No nosso caso específico, o governo federal adotou uma política de redistribuição de recursos aos municípios, de acordo com os impostos arrecadados e o número de habitantes, sem considerar o endividamento dos estados e municípios. Em função de tudo isso, o que se pode constatar, na prática, foi à desconcentração, em vez de descentralizar e municipalizar as políticas públicas.

Considerando que cada vez mais, os governos municipais passam a ter sob a sua responsabilidade o enfrentamento de questões relativas à saúde, saneamento, educação, habitação, meio ambiente e diante da dependência da receita pública originária da arrecadação realizada pelos governos estaduais e pelo Governo Federal e que são transferidos aos municípios, torna-se necessária a adoção de medidas por parte dos municípios, para que diminuam sua vulnerabilidade e encontrem meios próprios para avançar na realização dos seus programas prioritários.

Assim, um elemento de diagnóstico considerado neste item refere-se ao orçamento público municipal que tem origem em duas matrizes, ou seja, (1) Transferências governamentais de caráter federal e estadual e (2) Receitas oriundas da arrecadação de impostos do próprio município.

## 21. 2 Construção do Orçamento Público Municipal

### 21.2.1 Transferências Governamentais

As transferências mencionadas são originárias do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, Fundo de Desenvolvimento da Educação – FUNDEB, Convênios, Transferências de Capital, dentre outros, que constituem o montante orçamentário.

O orçamento destinado à saúde nos no Território, originário de Receitas de impostos e Transferências constitucionais e transferências do SUS está sintetizado no Quadro 29 e refere-se aos repasses dos anos 2006, 2007, 2008 e 2009.

MUNICÍPIOS	2006	2007	2008	2009
Cariré	5.611.682,54	6.434.544,28	7.913.136,51	7.384.009,36
Reriutaba	5.611.682,54	7.506.608,36	7.913.136,51	7.384.009,36
Varjota	5.611.682,54	6.434.544,28	7.913.136,51	7.384.009,36
<b>Micro I</b>	<b>16.835.047,62</b>	<b>20.375.696,92</b>	<b>23.739.409,53</b>	<b>22.152.028,08</b>
Coreaú	5.611.682,54	6.434.544,28	7.913.136,51	7.384.009,36
Frecheirinha	3.736.282,28	4.176.824,22	5.275.424,43	4.922.673,06
Moraujo	2.846.849,61	3.158.095,07	3.956.568,51	3.692.004,95

MUNICÍPIOS	2006	2007	2008	2009
<b>Micro II</b>	<b>12.194.814,43</b>	<b>13.769.463,57</b>	<b>17.145.129,45</b>	<b>15.998.687,37</b>
Mucambo	4.676.402,22	5.362.120,37	6.594.280,45	6.153.341,23
Graça	4.625.714,82	5.195.553,27	6.594.280,45	6.153.341,23
Pacujá	2.805.841,60	3.217.272,40	3.956.568,51	3.692.004,95
<b>Micro III</b>	<b>12.107.958,64</b>	<b>13.774.946,04</b>	<b>17.145.129,41</b>	<b>15.998.687,41</b>
Sobral	36.146.030,13	40.329.621,67	50.228.559,80	46.058.652,93
Forquilha	5.611.682,54	6.434.544,28	7.913.136,51	7.384.009,36
Groaíras	2.846.849,61	3.158.095,07	3.956.568,51	3.692.004,95
<b>Micro IV</b>	<b>44.604.562,28</b>	<b>49.922.261,02</b>	<b>62.098.264,82</b>	<b>57.134.667,24</b>
Senador Sá	2.805.841,60	3.217.272,40	3.956.568,51	3.692.004,95
Santana do Acaraú	6.546.962,95	7.506.968,29	9.231.992,57	8.614.677,57
Massapê	7.482.243,11	8.579.392,16	10.550.848,52	9.845.345,67
<b>Micro V</b>	<b>16.835.047,66</b>	<b>19.303.632,85</b>	<b>23.739.409,60</b>	<b>22.152.028,19</b>
Meruoca	3.741.121,89	4.289.696,34	5.275.424,43	4.922.673,06
Alcântaras	2.846.849,61	4.289.351,91	5.275.424,43	4.922.673,06
<b>Micro VI</b>	<b>6.587.971,50</b>	<b>8.579.048,25</b>	<b>10.550.848,86</b>	<b>9.845.346,12</b>
<b>TOTAL</b>	<b>109.165.402,13</b>	<b>125.725.048,65</b>	<b>154.418.191,67</b>	<b>143.281.444,41</b>

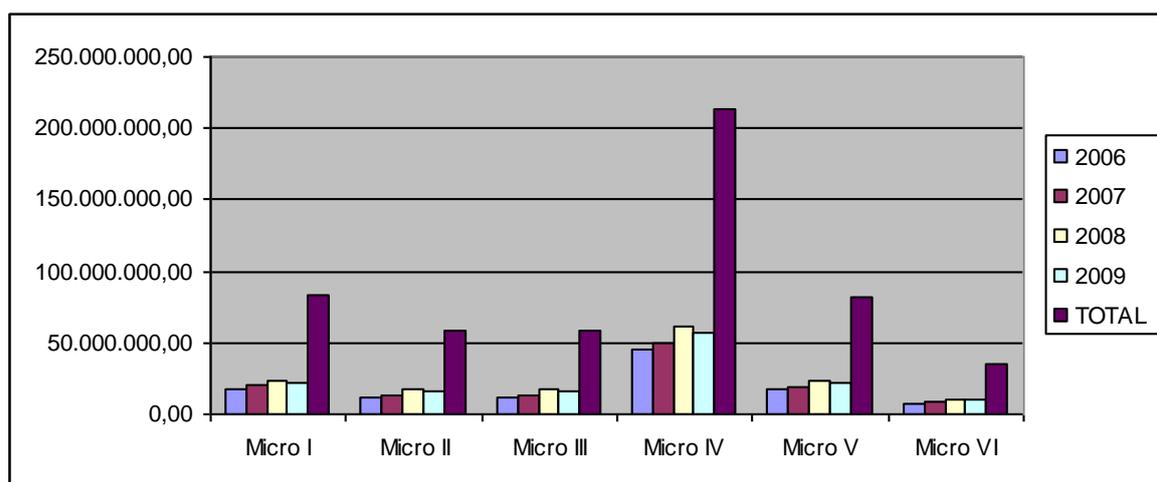
**Quadro 29: Transferências aos Municípios FPM , ICMS - FUNDEB - Ceará - 2004-2008**

Fonte: Tesouro Nacional, 2010.

MICROS	2006	2007	2008	2009	TOTAL
Micro I	16.835.047,62	20.375.696,92	23.739.409,53	22.152.028,08	83.102.182,15
Micro II	12.194.814,43	13.769.463,57	17.145.129,45	15.998.687,37	59.108.094,82
Micro III	12.107.958,64	13.774.946,04	17.145.129,41	15.998.687,41	59.026.721,50
Micro IV	44.604.562,28	49.922.261,02	62.098.264,82	57.134.667,24	213.759.755,36
Micro V	16.835.047,66	19.303.632,85	23.739.409,60	22.152.028,19	82.030.118,30
Micro VI	6.587.971,50	8.579.048,25	10.550.848,86	9.845.346,12	35.563.214,73
<b>TOTAL</b>	<b>109.165.402,13</b>	<b>125.725.048,65</b>	<b>154.418.191,67</b>	<b>143.281.444,41</b>	<b>532.590.086,86</b>

**Quadro 30: Dados comparativos entre os micros territórios - Transferências aos Municípios FPM , ICMS - FUNDEB - Ceará - 2004-2008**

Fonte: Tesouro Nacional, 2010.



**Figura 32:** Dados Comparativos entre os micros territórios FUNDEF, 2006; FUNDEB, 2009.

Fonte: Tesouro Nacional, 2010.

Municípios	2006	2007	2008	2009
Cariré	3.033.540,66	4.049.033,18	5.130.749,13	5.872.091,18
Reriutaba	2.843.663,61	3.583.558,17	4.877.246,18	5.409.674,71
Varjota	2.698.601,61	3.493.852,73	4.532.004,68	5.024.122,18
<b>Micro I</b>	<b>8.575.805,88</b>	<b>11.126.444,08</b>	<b>14.539.999,99</b>	<b>16.305.888,07</b>
Coreaú	3.600.470,17	4.839.883,18	6.411.159,83	8.081.841,61
Frecheirinha	2.117.496,82	2.930.690,14	3.968.602,24	4.351.136,70
Moraujo	1.562.250,18	2.111.759,99	2.738.655,81	2.974.225,18
<b>Micro II</b>	<b>7.280.217,17</b>	<b>9.882.333,31</b>	<b>13.118.417,88</b>	<b>15.407.203,49</b>
Mucambo	2.683.971,58	3.570.666,32	4.517.035,73	4.856.588,83
Graça	4.479.838,76	4.353.358,99	5.290.951,29	6.271.195,92
Pacujá	1.053.326,49	1.376.373,68	1.822.322,83	2.070.083,06
<b>Micro III</b>	<b>8.217.136,83</b>	<b>9.300.398,99</b>	<b>11.630.309,85</b>	<b>13.197.867,81</b>
Sobral	18.971.208,35	25.096.675,93	35.557.052,37	43.501.069,98
Forquilha	3.317.406,42	4.624.733,68	6.083.238,12	7.254.661,74
Groaíras	1.566.256,63	2.050.380,20	2.659.220,11	2.997.806,93
<b>Micro IV</b>	<b>23.854.871,40</b>	<b>31.771.789,81</b>	<b>44.299.510,60</b>	<b>53.753.538,65</b>
Senador Sá	1.331.578,69	1.818.636,97	2.461.979,66	2.664.144,03
Santana do Acaraú	4.951.679,95	6.524.238,99	8.782.827,81	9.983.356,77
Massapê	6.321.826,25	8.501.142,92	11.361.741,15	12.460.332,71
<b>Micro V</b>	<b>12.605.084,89</b>	<b>16.844.018,88</b>	<b>22.606.548,62</b>	<b>25.107.833,51</b>
Meruoca	2.170.735,01	2.989.140,33	3.779.677,90	4.358.423,15
Alcântaras	1.677.974,96	2.266.873,60	2.860.223,15	3.619.704,39
<b>Micro VI</b>	<b>3.848.709,97</b>	<b>5.256.013,93</b>	<b>6.639.901,05</b>	<b>7.978.127,54</b>
<b>TOTAL</b>	<b>64.381.826,14</b>	<b>84.180.999,00</b>	<b>112.834.687,99</b>	<b>131.750.459,07</b>

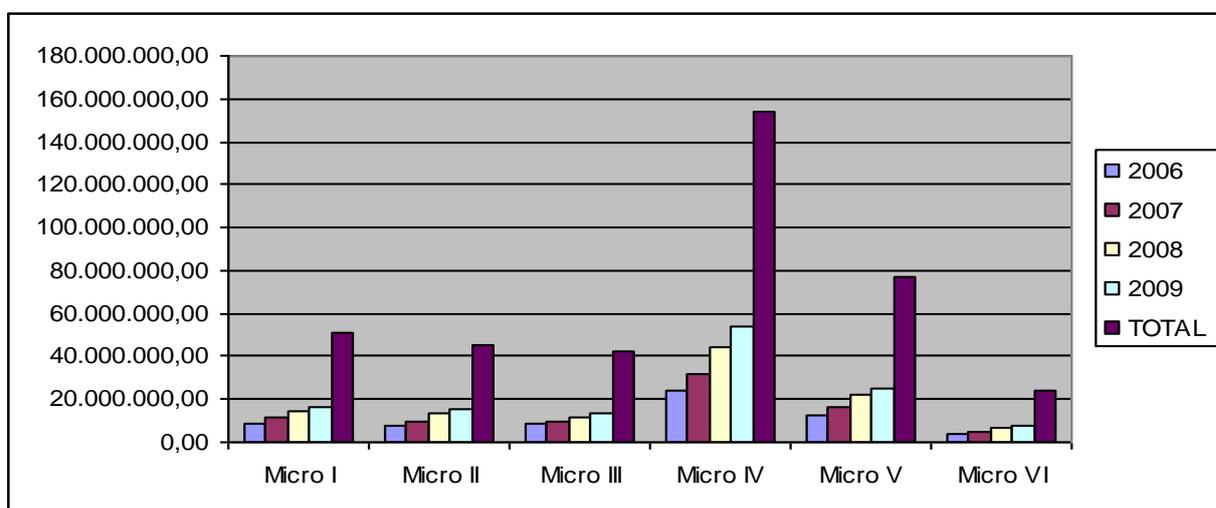
**Quadro 31:** Transferências aos Municípios FUNDEF, 2006; FUNDEB, 2009

Fonte: Tesouro Nacional, 2010.

MICROS	2006	2007	2008	2009	TOTAL
Micro I	8.575.805,88	11.126.444,08	14.539.999,99	16.305.888,07	50.548.138,02
Micro II	7.280.217,17	9.882.333,31	13.118.417,88	15.407.203,49	45.688.171,85
Micro III	8.217.136,83	9.300.398,99	11.630.309,85	13.197.867,81	42.345.713,48
Micro IV	23.854.871,40	31.771.789,81	44.299.510,60	53.753.538,65	153.679.710,46
Micro V	12.605.084,89	16.844.018,88	22.606.548,62	25.107.833,51	77.163.485,90
Micro VI	3.848.709,97	5.256.013,93	6.639.901,05	7.978.127,54	23.722.752,49
<b>TOTAL</b>	<b>64.381.826,14</b>	<b>84.180.999,00</b>	<b>112.834.687,99</b>	<b>131.750.459,07</b>	<b>393.147.972,20</b>

**Quadro 32: Dados comparativos entre os micros territórios – FUNDEF, 2006 FUNDEB, 2009**

Fonte: Tesouro Nacional, 2010.



**Figura 33: Dados comparativos entre os micros territórios – FUNDEF,2006 FUNDEB, 2009**

Fonte: Tesouro Nacional, 2010.

MUNICIPIOS	2006	2007	2008
Cariré	884.425	937.273	
Reriutaba	1.027.401	560.988	1.764.237
Varjota	1.134.288	1.029.416	1.471.408
<b>Micro I</b>	<b>3.046.115</b>	<b>2.527.677</b>	<b>3.235.645</b>
Coreaú	1.112.773	917.461	1.251.179
Frecheirinha	1.074.160	987.577	1.337.227
Moraujo	853.162	871.134	965.790
<b>Micro II</b>	<b>3.040.095</b>	<b>2.776.172</b>	<b>3.554.196</b>
Mucambo	1.117.759	974.739	1.248.195
Graça	922.838	1.004.388	1.204.264
Pacujá	925.303	834.280	1.151.283
<b>Micro III</b>	<b>2.965.900</b>	<b>2.813.407</b>	<b>3.603.742</b>
Sobral	42.372.634	42.666.940	48.780.874

Forquilha	1.735.330	1.414.089	1.764.505
Groaíras		1.017.818	
<b>Micro IV</b>	<b>44.107.964</b>	<b>45.098.847</b>	<b>50.545.380</b>
Senador Sá	863.059	590.870	1.181.238
Santana do Acaraú	1.159.763	1.026.239	1.347.184
Massapê	933.318	918.996	1.403.219
<b>Micro V</b>	<b>2.956.140</b>	<b>2.536.105</b>	<b>3.931.640</b>
Meruoca	858.506	911.603	1.266.215
Alcântaras	954.119	732.326	1.274.748
<b>Micro VI</b>	<b>1.812.624</b>	<b>1.643.929</b>	<b>2.540.963</b>
<b>TOTAL</b>	<b>57.928.838</b>	<b>57.396.137</b>	<b>67.411.565</b>

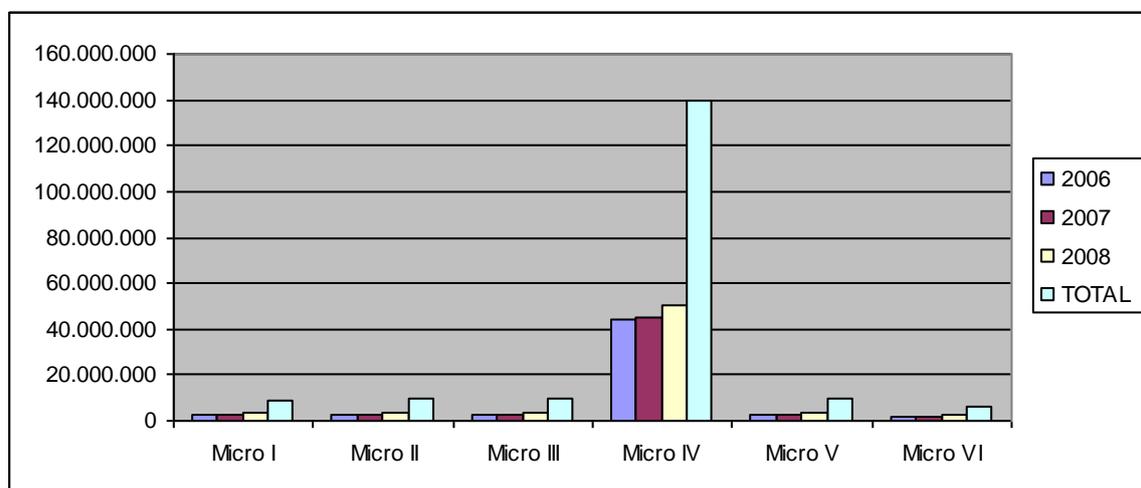
**Quadro 33: ICMS - cota parte transferências estaduais**

Fonte: Tesouro Nacional, 2010.

MICROS	2006	2007	2008	TOTAL
Micro I	3.046.115	2.527.677	3.235.645	8.809.437
Micro II	3.040.095	2.776.172	3.554.196	9.370.463
Micro III	2.965.900	2.813.407	3.603.742	9.383.049
Micro IV	44.107.964	45.098.847	50.545.380	139.752.191
Micro V	2.956.140	2.536.105	3.931.640	9.423.885
Micro VI	1.812.624	1.643.929	2.540.963	5.997.516
<b>TOTAL</b>	<b>57.928.838</b>	<b>57.396.137</b>	<b>67.411.566</b>	<b>182.736.541</b>

**Quadro 34: Dados comparativos entre os micros territórios ICMS - cota parte transferências estaduais**

Fonte: Tesouro Nacional, 2010.



**Figura 34: Dados comparativos entre os micros territórios ICMS - cota parte transferências estaduais**

Fonte: Tesouro Nacional, 2010.

Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 -2009

Município	RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS VALORES EM 1,00				RECEITAS TRANSFERÊNCIAS DO SUS VALORES EM 1,00				RECEITAS TRANSFERÊNCIAS DO SUS/HAB. (%)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Cariré	7.939.692	9.616.147	12.053.381	12.342.961	636.788	805.653	1.470.491	1.599.736	33	43	77	84
Reritaba	8.268.086	10.222.034	12.181.253	11.589.077	1.280.422	1.542.500	2.384.435	2.093.566	53	80	121	108
Varjota	8.311.677	9.364.492	11.983.815	12.176.724	969.287	1.243.738	1.502.492	1.509.272	51	73	85	85
<b>Micro I</b>	<b>24.519.456</b>	<b>29.202.674</b>	<b>36.218.449</b>	<b>36.108.761</b>	<b>2.886.496</b>	<b>3.591.891</b>	<b>5.357.418</b>	<b>5.202.575</b>	<b>137</b>	<b>196</b>	<b>283</b>	<b>276</b>
Coreaú	8.675.222	9.413.864	11.924.893	11.306.267	1.950.655	1.878.844	2.434.461	2.825.484	90	89	111	127
Frecheirinha	6.110.045	7.466.104	8.510.914	9.031.127	836.363	1.025.040	1.251.920	1.703.999	62	80	94	126
Moraujo	4.677.797	5.142.443	6.289.185	6.631.283	606.023	569.457	610.190	1.016.803	80	71	73	119
<b>Micro II</b>	<b>19.463.064</b>	<b>22.022.411</b>	<b>26.724.992</b>	<b>26.968.677</b>	<b>3.393.041</b>	<b>3.473.341</b>	<b>4.296.571</b>	<b>5.546.286</b>	<b>232</b>	<b>240</b>	<b>277</b>	<b>372</b>
Mucambo	6.987.979	8.056.297	10.055.617	11.037.421	1.806.922	1.563.393	1.978.735	2.293.504	119	112	137	158
Graça	6.783.568	7.608.555	9.752.625	10.069.602	946.384	1.050.354	1.171.195	1.671.063	62	69	74	105
Pacujá	4.678.321	5.055.546	6.487.122	6.052.466	367.684	422.380	545.947	442.015	60	71	88	71
<b>Micro III</b>	<b>18.449.868</b>	<b>20.720.398</b>	<b>26.295.364</b>	<b>27.159.489</b>	<b>3.120.991</b>	<b>3.036.126</b>	<b>3.695.877</b>	<b>4.406.581</b>	<b>241</b>	<b>251</b>	<b>299</b>	<b>333</b>
Sobral	104.888.367	113.743.417	139.211.596	139.051.136	53.988.508	58.155.528	78.341.770	99.333.461	307	329	435	545
Forquilha	9.079.284	9.846.046	12.458.340	11.960.885	1.493.372	1.304.142	1.764.515	3.110.626	78	65	83	144
Groaíras												

Município	RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS VALORES EM 1,00				RECEITAS TRANSFERÊNCIAS DO SUS VALORES EM 1,00				RECEITAS TRANSFERÊNCIAS DO SUS/HAB. (%)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
	4.795.605	5.206.663	7.771.651	7.631.490	768.090	734.437	1.256.758	932.622	83	78	127	94
<b>Micro IV</b>	<b>118.763.257</b>	<b>128.796.125</b>	<b>159.441.586</b>	<b>158.643.511</b>	<b>56.249.970</b>	<b>60.194.107</b>	<b>81.363.044</b>	<b>103.376.709</b>	<b>468</b>	<b>471</b>	<b>646</b>	<b>782</b>
Senador Sá	4.536.393	4.687.319	6.620.093	5.847.486	336.005	425.776	489.446	556.011	57	68	74	83
Santana do Acaraú	9.388.886	10.824.877	13.895.337	13.236.285	2.774.239	3.416.756	4.006.940	4.275.328	96	119	133	141
Massapê	10.348.932	12.095.242	15.473.482	15.278.139	1.339.488	1.748.943	2.766.196	2.797.564	39	53	79	79
<b>Micro V</b>	<b>24.274.211</b>	<b>27.607.438</b>	<b>35.988.913</b>	<b>34.361.910</b>	<b>4.449.733</b>	<b>5.591.476</b>	<b>7.262.581</b>	<b>7.628.903</b>	<b>192</b>	<b>239</b>	<b>287</b>	<b>303</b>
Meruoca	5.945.668	6.674.611	8.565.794	8.283.346	2.744.624	1.362.294	1.721.724	1.265.768	229	112	136	99
Alcântaras	4.672.880	6.335.004	8.191.660	7.864.912	523.907	627.046	768.059	785.995	51	61	72	73
<b>Micro VI</b>	<b>10.618.548</b>	<b>13.009.615</b>	<b>16.757.454</b>	<b>16.148.258</b>	<b>3.268.531</b>	<b>1.989.340</b>	<b>2.489.783</b>	<b>2.051.763</b>	<b>280</b>	<b>173</b>	<b>208</b>	<b>172</b>
<b>TOTAL</b>	<b>216.088.404</b>	<b>241.358.662</b>	<b>301.426.757</b>	<b>299.390.606</b>	<b>73.368.762</b>	<b>77.876.281</b>	<b>104.465.273</b>	<b>128.212.817</b>	<b>1.551</b>	<b>1.571</b>	<b>1.999</b>	<b>2.238</b>

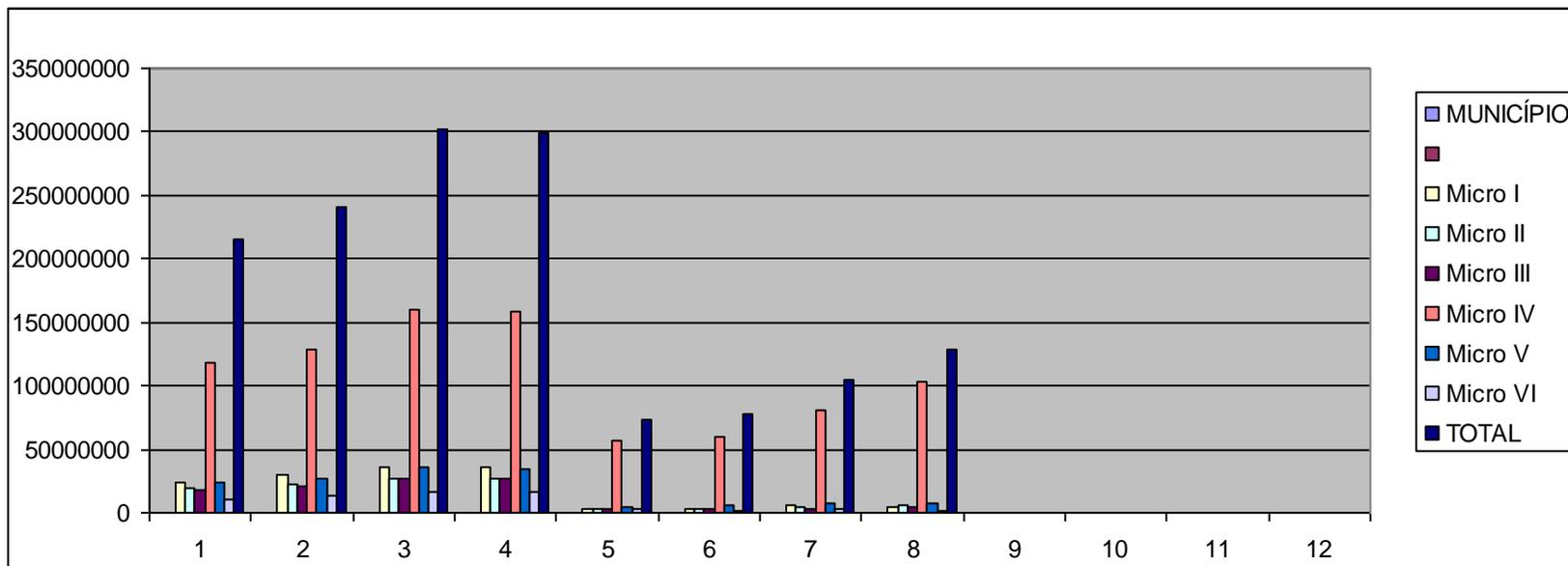
**Quadro 35:** Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 -2009

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS – Ministério da Saúde – DATASUS – Indicadores Municipais

MUNICÍPIO	RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS VALORES EM 1,00				RECEITAS TRANSFERÊNCIAS DO SUS VALORES EM 1,00				RECEITAS TRANSFERÊNCIAS DO SUS/HAB. (%)			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
<b>Micro I</b>	24.519.456	29.202.674	36.218.449	36.108.761	2.886.496	3.591.891	5.357.418	5.202.575	137	196	283	276
<b>Micro II</b>	19.463.064	22.022.411	26.724.992	26.968.677	3.393.041	3.473.341	4.296.571	5.546.286	232	240	277	372
<b>Micro III</b>	18.449.868	20.720.398	26.295.364	27.159.489	3.120.991	3.036.126	3.695.877	4.406.581	241	251	299	333
<b>Micro IV</b>	118.763.257	128.796.125	159.441.586	158.643.511	56.249.970	60.194.107	81.363.044	103.376.709	468	471	646	782
<b>Micro V</b>	24.274.211	27.607.438	35.988.913	34.361.910	4.449.733	5.591.476	7.262.581	7.628.903	192	239	287	303
<b>Micro VI</b>	10.618.548	13.009.615	16.757.454	16.148.258	3.268.531	1.989.340	2.489.783	2.051.763	280	173	208	172
<b>TOTAL</b>	<b>216.088.404</b>	<b>241.358.661</b>	<b>301.426.758</b>	<b>299.390.606</b>	<b>73.368.762</b>	<b>77.876.281</b>	<b>104.465.274</b>	<b>128.212.817</b>	<b>1.550</b>	<b>1.570</b>	<b>2.000</b>	<b>2.238</b>

**Quadro 36:** Dados comparativos entre os microterritórios:- Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 -2009

**Fonte:** Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS – Ministério da Saúde – DATASUS – Indicadores Municipais



**Figura 35:** Dados comparativos entre o micros territórios Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 -2009  
**Fonte:** Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS – Ministério da Saúde – DATASUS – Indicadores Municipais

De acordo com os dados do Quadro 36, constata-se uma evolução dos recursos entre os anos 2006 a 2009 em torno de 39,68%.

Tomando o ano de 2009 como referência, constata-se que as transferências governamentais da área de saúde representam 198% do total dos recursos.

Não é oportuno, neste momento fazermos uma análise sobre os resultados alcançados da aplicação destes recursos no território, pois esta análise está sendo elaborada nos eixos educação e cultura, saúde saneamento e acesso à água.

<b>Municípios</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Cariré	11.057.176,12	13.080.398,91	14.516.759,28
Reriutaba	8.145.095,14	12.961.072,91	15.905.645,06
Varjota	11.073.275,36	12.333.620,67	14.027.419,48
<b>Micro I</b>	<b>30.275.546,62</b>	<b>38.375.092,49</b>	<b>44.449.823,82</b>
Coreaú	13.206.105,68	16.060.683,75	16.570.854,02
Frecheirinha		12.747.614,60	10.724.209,58
Moraujo	6.688.374,41	8.332.560,37	7.627.922,31
<b>Micro II</b>	<b>19.894.480,09</b>	<b>37.140.858,72</b>	<b>34.922.985,91</b>
Mucambo	6.603.814,41	12.780.991,15	13.785.456,10
Graça	11.811.809,17	14.299.823,78	13.625.072,32
Pacujá		8.140.683,31	7.957.584,00
<b>Micro III</b>	<b>18.415.623,58</b>	<b>35.221.498,24</b>	<b>35.368.112,42</b>
Sobral		<b>195.055.190,00</b>	<b>219.653.324,74</b>
Forquilha	<b>14.925.182,09</b>	<b>15.729.610,44</b>	<b>16.211.113,13</b>
Groaíras			<b>7.187.960,90</b>
<b>Micro IV</b>	<b>14.925.182,09</b>	<b>210.784.800,44</b>	<b>243.052.398,77</b>
Senador Sá		<b>6.439.979,10</b>	<b>7.224.115,12</b>
Santana do Acaraú		<b>19.569.442,53</b>	<b>23.101.792,87</b>
Massapê		<b>21.670.119,19</b>	<b>23.181.266,70</b>
<b>Micro V</b>		<b>47.679.540,82</b>	<b>53.507.174,69</b>
Meruoca		<b>13.621.519,11</b>	<b>12.528.514,33</b>
Alcântaras	<b>6.238.847,66</b>	<b>7.409.014,95</b>	<b>9.216.406,82</b>
<b>Micro VI</b>	<b>6.238.847,66</b>	<b>21.030.534,06</b>	<b>21.744.921,15</b>
<b>TOTAL</b>	<b>89.749.680,04</b>	<b>390.232.324,77</b>	<b>433.045.416,76</b>

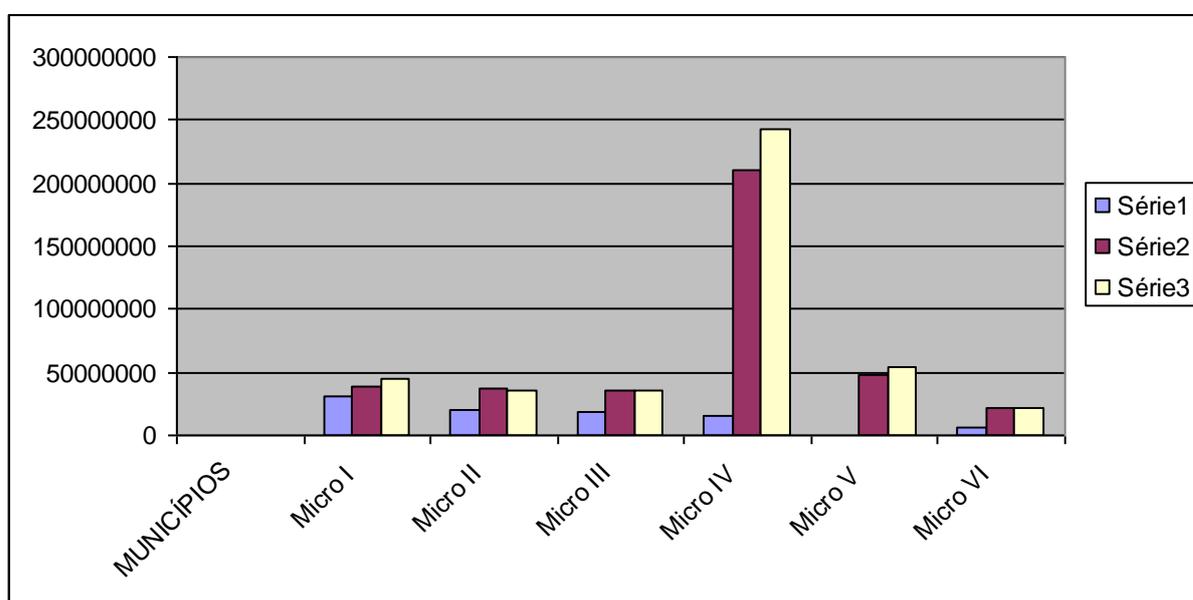
**Quadro 37:** Arrecadação Orçamentária dos Municípios

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará- Anos 2005, 2006, 2007 e 2008

MICROS	2006	2007	2008
Micro I	30.275.546,62	38.375.092,49	44.449.823,82
Micro II	19.894.480,09	37.140.858,72	34.922.985,91
Micro III	18.415.623,58	35.221.498,24	35.368.112,42
Micro IV	14.925.182,09	210.784.800,44	243.052.398,77
Micro V		47.679.540,82	53.507.174,69
Micro VI	6.238.847,66	21.030.534,06	21.744.921,15
<b>TOTAL</b>	<b>89.749.680,04</b>	<b>390.232.324,77</b>	<b>433.045.416,76</b>

**Quadro 38:** Dados comparativos entre os micros territórios Arrecadação Orçamentária dos Municípios

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2009



**Figura 36:** Dados comparativos entre os micros territórios - arrecadação Orçamentária dos Municípios

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2009

A receita arrecada pelos municípios é composta pelas receitas correntes (receita tributária, receita patrimonial, receita de serviços, transferências correntes e outras) e pelas receitas de capitais. A receita tributária é originária da arrecadação dos impostos (IPTU, IRRF, ITBI e ISS), taxas e contribuição de melhoria.

Fazendo uma comparação entre a arrecadação dos municípios, constata-se que o somente o município de Sobral arrecada 50% da soma dos demais municípios, em seguida vem o município de Santana do Acaraú com 5,35 e Massapê com 5,33%.

Tomando-se o ano de 2008 como referência, constata-se que as transferências ultrapassam a arrecadação em 29,32%.

### **21.3 Territorialização das Políticas Públicas (Município/Estado/União)**

Inicialmente é importante reconhecer que para promover o desenvolvimento territorial é necessário mais que esforços de regionalizar políticas públicas nacionais e estaduais. É necessário reconhecer que o desenvolvimento sustentável considera todas as dimensões do assentamento humano em um determinado ambiente para que o arranjo social, econômico e político-institucional que nele se constitua seja justo, equilibrado e duradouro. Em outras palavras tem-se que partir do território e sua história, de seus agentes e sua cultura, de suas instituições e sua base de recursos e capacidades humanas.

Considerando esses desafios, a dimensão político-institucional pretende explorar um conjunto de elementos de diagnóstico que possam caracterizar o atual arranjo político-institucional do território, que consiste na análise das estruturas de poder existentes, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade sócio-territorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública, ampliada e democrática.

De posse desse conjunto de elementos de diagnóstico analisado pelo território, essa dimensão deve gerar os objetivos estratégicos no sentido de aperfeiçoar o atual arranjo político-institucional, que vai ser concretizado nas estratégias, eixos temáticos, programas e projetos da referida dimensão.

É importante salientar que a dimensão político-institucional deve dialogar com as demais dimensões do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) à medida que ela é o alicerce de sustentação do próprio Plano, principalmente no que diz respeito à construção da ambiência político-institucional e sociocultural favoráveis à participação da sociedade civil na formulação, implantação, monitoramento e avaliação das políticas públicas (ou ações sociais públicas), bem como das intenções inscritas no PTDRS.

Tem-se observado, mais recentemente, a vontade político-administrativa das esferas de governo municipal, estadual e federal em

estabelecer canais de articulação e cooperação, sobretudo, na execução das políticas públicas (ou ações sociais públicas).

Um exemplo dessa vontade é o Pacto pela Territorialização do Estado do Ceará, onde a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) assumiu em 2009 o compromisso, conjuntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), de cooperar articuladamente para a implantação integrada de políticas públicas, adotando a abordagem territorial em todo o Estado do Ceará.

### 21.3. 1 Ações Públicas Ofertadas

SECRETARIAS	VALOR	%
Secretaria de Infra- estrutura – SEINFRA	76.182.671,00	16,81
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social	12.645.756,00	2,79
Secretaria da Justiça e Cidadania	7.823.000,00	1,73
Secretaria do Desenvolvimento Agrário – DAS	24.403.127,00	5,38
Secretaria de Educação – SEDUC	76.770.400,00	16,93
Secretaria da Saúde - SESA	119.816.674,00	26,43
Secretaria da Cultura – SECULT	1.329.234,00	0,29
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	4.631.978,00	1,02
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE	43.628.923,00	9,62
Secretaria do Esporte	2.656.359,00	0,59
Secretaria das Cidades	31.712.050,00	7,00
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS	14.904.696,00	3,29
Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico – CEDE	26.000.000,00	5,74
Conselho Estadual de Educação	90.000,00	0,02
Secretaria do Turismo- SETUR	10.731.000,00	2,37
<b>TOTAL</b>	<b>453.325.868,00</b>	<b>100,00</b>

**Quadro 39:** Ações Ofertadas Em 2010 – PPA

Fonte: SEPLAG *on line*, 2010.

No debate do PPA tomou-se como referência a Macrorregião de Planejamento Sobral/Ibiapaba o que compreende dois Territórios: o de Sobral e Ibiapaba, e além destes dois territórios faz parte o município de Irauçuba no território dos Vales do Curu, e os municípios de Ipu, Hidrolândia e Pires Ferreira no território de Inhamuns Crateús, portanto, os recursos acima se destinam a estes a municípios de quatro territórios.

Destaca-se que os recursos previstos no orçamento de 2010 são alocados para a Macrorregião de Planejamento Sobral/Ibiapaba, mas o debate sobre o orçamento estadual ocorreu nos territórios de Sobral, Ibiapaba, Inhamuns/ Crateús e Vales do Curu e Aracatiaçu, em separado.

Governo Federal - Matriz de Ações do Programa Territórios da Cidadania

AÇÕES	UNIDADES EXECUTORA	VALOR	%
<b>ORGANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO</b>			
Apoio a Projetos de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Inserção Social / 2010	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA	16.700,00	0,01
Cresce Nordeste / 2010	Banco do Nordeste do Brasil S/A	18.000.000,00	7,62
Nordeste Territorial / 2010	Banco do Nordeste do Brasil S/A	30.000,00	0,01
Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos / 2010	Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT	217.500,00	0,09
ATER/Agricultores Familiares / 2010	Secretaria da Agricultura Familiar – SAF	1.933.087,67	0,82
Crédito Pronaf / 2010	Secretaria da Agricultura Familiar – SAF	11.474.223,48	4,86
Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar / 2010	Secretaria da Agricultura Familiar – SAF	77.440,95	0,03
Garantia Safra / 2010	Secretaria da Agricultura Familiar – SAF	1.385.637,17	0,58
Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais / 2010	Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT	1.150.000,00	0,48

<b>AÇÕES</b>	<b>UNIDADES EXECUTORA</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
Programa de Aquisição de Alimentos - PAA / 2010	Secretaria da Agricultura Familiar – SAF	395.299,02	0,17
PAA - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar / 2010	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN	597.500,00	0,25
Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Leite / 2010	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN	2.745.034,00	1,15
<b>SUB TOTAL</b>		<b>38.022.422,29</b>	
<b>EDUCAÇÃO E CULTURA</b>			
Expansão das Escolas Técnicas / 2010	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC	1.000.000,00	0,42
Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior / 2010	Secretaria de Educação Superior – SESU	0,00	
Programa Dinheiro Direto na Escola / 2010	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE	1.172.757,00	0,50
ProInfo Rural e Urbano / 2009 e 2010	Secretaria de Educação à Distância – SEED	739.457,14	0,31
Salas de Recursos Multifuncionais / 2010	Secretaria de Educação Especial – SEESP	298.245,60	0,13
Articulação para Implantação das Casas Digitais Rurais / 2010	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural Sustentável – NEAD	0,00	
Programa Arca das Letras / 2010	Secretaria de Reordenamento Agrário – SRA	5.600,00	0,00
<b>SAÚDE, SANEAMENTO E ACESSO À ÁGUA</b>			
Ampliação da Cobertura do Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à População dos Territórios da Cidadania / 2010	Secretaria de Atenção à Saúde – SAS	8.583.456,00	3,64
Ampliação da Cobertura Vacinal da População dos Territórios da Cidadania / 2010	Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS	5.565.577,93	2,36

<b>AÇÕES</b>	<b>UNIDADES EXECUTORA</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica / 2010	Secretaria de Atenção à Saúde – SAS	2.767.000,00	1,17
Ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil / 2010	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE	120.000,00	0,05
Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família / 2010	Secretaria de Atenção à Saúde – SAS	13.016.000,00	5,51
Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania à Atenção à Saúde Mental por meio da Implantação dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS / 2010	Secretaria de Atenção à Saúde – SAS	980.398,00	0,42
Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania aos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 / 2010	Secretaria de Atenção à Saúde – SAS	0,00	
Ampliação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) - Programa Brasil Sorridente nos municípios dos Territórios da Cidadania que cumpram os critérios para os Centros de Atenção Especializada em Odontologia / 2010	Secretaria de Atenção à Saúde – SAS	528.000,00	0,22
Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais e Áreas Especiais - Quilombolas / 2009	Fundação Nacional de Saúde – FUNASA	1.620.000,00	0,69
Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas / 2009	Fundação Nacional de Saúde – FUNASA	1.498.209,39	0,63
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 hab exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) / 2009	Fundação Nacional de Saúde – FUNASA	5.300.000,00	2,24

<b>AÇÕES</b>	<b>UNIDADES EXECUTORA</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) / 2009	Fundação Nacional de Saúde – FUNASA	7.000.000,00	2,96
Saneamento nas Escolas / 2009	Fundação Nacional de Saúde – FUNASA	225.000,00	0,10
<b>INFRA ESTRUTURA</b>			
FNHIS - Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (contratações 2007 e 2008) / 2007 e 2008	Secretaria Nacional de Habitação – SNH	72.614,30	0,03
FNHIS - Habitação de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009) / 2007, 2008 e 2009	Secretaria Nacional de Habitação – SNH	4.820.999,17	2,04
FNHIS - Planos Habitacionais de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009) / 2007, 2008 e 2009	Secretaria Nacional de Habitação – SNH	382.867,06	0,16
FNHIS - Urbanização de Assentamentos Precários (contratações de 2007, 2008 e 2009) / 2007, 2008 e 2009	Secretaria Nacional de Habitação – SNH	15.361.255,15	6,51
Operação do Sistema de Acesso Banda Larga / 2010	Secretaria de Telecomunicações – STE	154.233,00	0,07
Programa Luz Para Todos / 2010	Eletrobrás, Concessionárias e/ou Cooperativas de Eletrificação	5.241.181,21	2,22
<b>GESTÃO TERRITORIAL</b>			
Apoio ao Fortalecimento da Gestão Social nos Territórios / 2010	Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT	160.000,00	0,07
Formação de Agentes de Desenvolvimento / 2010	Secretaria de Desenvolvimento Territorial	80.000,00	0,03
<b>DIREITO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL</b>			
Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência / 2010	Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS	33.985.179,00	14,27

AÇÕES	UNIDADES EXECUTORAS	VALOR	%
Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa / 2010	Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS	22.597.954,00	9,49
Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS / 2010	Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS	207.216,00	0,09
Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família / 2010	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC	60.647.107,11	25,47
Programa Bolsa Família - Índice de Gestão Descentralizada / 2010	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC	1.348.394,28	0,57
Programa Cisternas / 2010	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN	2.012.396,40	0,85
Programa de Atenção Integral à Família / 2010	Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS	2.019.600,00	0,85
Serviço Socioeducativo do PETI / 2010	Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS	573.300,00	0,24
<b>TOTAL</b>		<b>238.106.420,03</b>	<b>100,00</b>

**Quadro 40:** Matriz de ações do programa territórios da cidadania

Fonte: Pesquisa realizada em 7/10/2010

EIXO	VALOR	%
<b>1. Organização Sustentável da Produção</b>	36.872.422,29	<b>15,49</b>
<b>2. Educação e Cultura</b>	3.216.059,74	<b>1,35</b>
<b>3. Infra-estrutura</b>	27.183.149,89	<b>11,42</b>
<b>4. Direito e Desenvolvimento Social</b>	121.378.750,39	<b>50,98</b>
<b>5. Gestão territorial</b>	240.000,00	<b>0,10</b>
<b>6. Saúde, Saneamento e Acesso à Água</b>	49.216.037,72	<b>20,67</b>
<b>TOTAL</b>	<b>238.106.420,03</b>	<b>100,00</b>

**Quadro 41:** Distribuição dos recursos por eixos do programa territórios da cidadania

Fonte: Pesquisa realizada em 7/10/2010.

Todas as ações acima ofertadas estão contidas na matriz de ações do Programa Território da Cidadania - PTC. Referida matriz é uma oferta de ações em que os ministérios e outras instituições do governo federal, priorizam um conjunto de ações a ser debatidas nos colegiados territoriais. Portanto, não se

trata de todos os recursos do governo federal disponíveis para o Território, mas apenas aqueles que são possíveis de ser debatidos no Colegiado Territorial.

Visando preparar o Colegiado Territorial para melhor acompanhar o programa, para cada eixo temático acima foi constituído um comitê temático e no Comitê de Articulação Estadual CAE do PTC, foram também estruturados sete grupos de trabalho, um para cada eixo do PTC. Ressalta-se que no eixo ação fundiária em 2010 não foram ofertadas ações, por esta razão não consta no Quadro 41.

Tal fato se deu em função das ações terem sido ofertadas em 2009 e estarem sendo executadas em 2010, citando como exemplo o projeto de regularização fundiária, em processo de implementação no território. Pela magnitude do programa e pela dificuldade histórica das instituições públicas e sociedade civil fazer controle e gestão social das políticas públicas, este processo ainda é bastante fragilizado. Destaca-se ainda a grande dificuldade que os colegiados vêm enfrentando no processo de elaboração e implementação de projetos como instrumento concreto para que os recursos possam chegar aos territórios. Dentre os fatores que mais influenciam para esta dificuldade destaca-se a pouca capacidade técnica na sua elaboração, ou seja, a má qualidade dos projetos, que têm contribuído inclusive, para que os recursos sejam devolvidos para a união.

Conforme o Quadro 42 das ações ofertadas, os números demonstram que o eixo direito e desenvolvimento social foi o que ofertou maior volume de recursos, em torno de 50,98%; em seguida vem o eixo saúde, saneamento e acesso à água com 20,67%, seguido de organização sustentável da produção com 15,49%% e de infraestrutura com 11,42. Na prática observa-se que o fato destas ações serem as que detêm maior volume de recursos se dá pelo fato de exigirem maior controle e gestão social, haja vista, que dentre os objetivos centrais do Programa Territórios da Cidadania, destaca-se o controle e a gestão social como elementos fundantes do referido programa.

Instituições com sede no Território	Instituições com sede em outros territórios e atendem municípios do território	Municípios do território atendidos	Municípios de outros Territórios Atendidos pelas Instituições com sede ou atuação no Território
<b>6ª CREDE –Sobral</b>		Alcântara, Cariré, Coreaú, Forquilha, Freicherinha, Graça, Groaíras, Massapé, Meruoca, Moraújo, Mocambo, Pacujá, Reritaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota.	Hidrolândia, Pires Ferreira e Irauçuba,
<b>11ª CRES – Sobral</b>		Alcântara, Cariré, Coreaú, Forquilha, Graça, Groaíras, Massapé, Meruoca, Moraújo, Mocambo, Pacujá, Reritaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota	Uruoca, Irauçuba, Pires Ferreira, Ipu, Santa Quitéria, Hidrolândia e Catunda.
<b>Banco do Nordeste do Brasil – Sobral</b>		Alcântara, Cariré, Coreaú, Forquilha, Graça, Groaíras, Massapé, Meruoca, Moraújo, Mocambo, Pacujá, Reritaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota.	Irauçuba e Santa Quitéria.
	Banco do Nordeste do Brasil – Tianguá .	Freicherinha,	
<b>SEBRAE – Regional Sobral</b>		Alcântara, Cariré, Coreaú, Forquilha, Graça, Groaíras, Massapé, Meruoca, Moraújo, Mocambo, Pacujá, Reritaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota	Acaraú, Amontada, Barroquinha, Bela Cruz, Camocim, Chaval, Cruz, Granja, Irauçuba, Itapipoca, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópolis, Miraima, Morrinhos, Uruoca.
	SEBRAE – Regional Tianguá.	Freicherinha.	
<b>EMATERCE – Sobral</b>		Cariré, Coreaú, Massapé, Mucambo, Santana do Acaraú, e Sobral.	
	INSS – Camocim	Senador Sá,	Camocim, Chaval, Granja, Martinópolis,

Instituições com sede no Território	Instituições com sede em outros territórios e atendem municípios do território	Municípios do território atendidos	Municípios de outros Territórios Atendidos pelas Instituições com sede ou atuação no Território
			Uruoca e Barroquinha.
	INSS Guaraciaba do Norte:	Reriutaba	Guaraciaba do Norte, Ipu, Pires Ferreira e Croatá
<b>INSS – Sobral</b>		Alcântaras, Cariré, Frecheirinha, Groaíras, Massapê, Meruoca, Mucambo, Pacujá, Santana do Acaraú, Sobral, varjota, Forquilha e Graça	Morrinhos,
<b>INSS Coreau</b>		Coreaú	Moraújo
	<b>SEPLAG Plano Pluri Anual – PPA</b> Macrorregião de Planejamento	Alcântara, Cariré, Coreaú, Freicherinha, Forquilha, Graça, Groaíras, Massapé, Meruoca, Moraújo, Mocambo, Pacujá, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota.	<b>Território Serra da Ibiapaba:</b> Viçosa do Ceará, Tianguá, Ubajara, Ibiapina, São Benedito, Carnaubal, Guaraciaba do Norte e Croata. <b>Território dos Vales do Curu:</b> Irauçuba. <b>Território de Inhamuns Crateús:</b> Ipu, Hidrolândia e Pires Ferreira.
<b>FETRAECE – Regional de Sobral</b>		Alcântara, Cariré, Coreaú, Forquilha, Freicherinha, Graça, Groaíras, Massapé, Meruoca, Moraújo, Mocambo, Pacujá, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota.	<b>Território Inhamuns:</b> Hidrolândia <b>Território Será da Ibiapaba:</b> Viçosa do Ceará, Tianguá, Ubajara, Ibiapina, São Benedito, Carnaubal, Guaraciaba do Norte e Croata. <b>Território Litoral Extremo Oeste:</b> Camocim, Chaval, Granja, Jijoca de Jericoacoara, Cruz, Acaraú, Bela Cruz, Marco, Morrinhos, Martinópole, Uruoca

Instituições com sede no Território	Instituições com sede em outros territórios e atendem municípios do território	Municípios do território atendidos	Municípios de outros Territórios Atendidos pelas Instituições com sede ou atuação no Território
			e Barroquinha.
<b>Comitê de Bacia do Coreaú – Sede em Sobral</b>		Alcântaras, Coreaú, Frecheirinha, Massapê, Martinópole, Moraújo, Mucambo, Senador Sá e Sobral.	Acaraú, Barroquinha, Bela Cruz, Cruz, Camocim, Chaval, Granja, Jijoca de Jericoacoara, Ibiapina, Marco Tianguá, Uruoca, Ubajara e Viçosa do Ceará.
	Comitê da Bacia do Litoral – Sede em Pentecoste	Santana do Acaraú e Sobral,	Acaraú, Amontada, Irauçuba, Itapipoca, Itarema, Miraíma, Trairi, Tururu, e Uruburetama
<b>Comitê de Bacia do Acaraú – Sede em Sobral</b>		Alcântaras, Cariré, Forquilha, Graça, Groaíras, Massapé, Meruoca, Mucambo, Nova Russas, Pacujá, Reriutaba, Santana do Acaraú, Sobral e Varjota.	Acaraú, Bela Cruz, Catunda, Cruz, Hidrolândia, Ipu, Ipueiras, Marco, Monsenhor Tabosa, Morrinhos, Pires Ferreira, Santa , Quitéria e Tamboril,.
<b>UVA</b>		Alcântara, Cariré, Coreaú, Forquilha, Freicherinha, Graça, Groaíras, Massapé, Meruoca, Moraújo, Mocambo, Pacujá, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota.	Existem alunos na universidade de outros territórios do estado do Ceará.
<b>EMBRAPA CAPRINOS</b>		Alcântara, Cariré, Coreaú, Forquilha, Freicherinha, Graça, Groaíras, Massapé, Meruoca, Moraújo, Mocambo, Pacujá, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota.	Assim como a UVA a entidade atende outros territórios. Ressalta-se que este atendimento se dá em função de demandas dos municípios.

**Quadro 42:** Instituições e Entidades com Atuação Regionalizada

**Fonte:** Colegiado de Desenvolvimento Territorial – Território da Cidadania de Sobral.

De acordo com o Quadro 42 detectamos a seguinte situação quanto a atuação das instituições de abrangência territorial:

Entidades com sede no território e atendem apenas município do território: Apenas a EMATERCE Escritório Regional de Sobral.

Entidades com sede no território e que atendem municípios do território e de outros territórios: 6ª CREDE –Sobral, 11ª CRES – Sobral, Banco do Nordeste do Brasil – Sobral, SEBRAE – Regional Sobral, INSS – Sobral, INSS Coreau, FETRAECE – Regional de Sobral, Comitê de Bacia do Coreau – Sede em Sobral e Comitê de Bacia do Acaraú – Sede em Sobral, UVA e a EMBRAPA.

Entidades com sede em outros territórios e que atendem municípios do território: Banco do Nordeste do Brasil – Tianguá , SEBRAE – Regional Tianguá, INSS – Camocim e Guaraciaba do Norte, SEPLAG Plano Pluri Anual – PPA - Macrorregião de Planejamento e Comitê da Bacia do Litoral – Sede em Pentecoste.

No debate territorial constatou-se que é real a preocupação quanto a desarticulação das instituições para prestar serviços ao território. Esta desarticulação tem se dado por duas razões principais: a primeira é a influência que tem a própria distribuição geográfica das instituições. O Quadro 43 demonstra que do ponto de vista da localização espacial do território, existe uma diferença muito grande, das instituições e entidades que têm sede no território e que atende apenas os municípios do território, onde destas, vamos encontrar somente a EMATERCE. A segunda razão, diz respeito à cultura institucional, sendo que uma das maiores dificuldades encontradas na implementação da estratégia de desenvolvimento territorial tem sido o repasse das informações e das decisões tomadas pelas plenárias gerais dos colegiados territoriais e apoio direto das instituições quanto aos processos de elaboração e implementação dos projetos territoriais. Constata-se que ainda é muito frágil o processo de acompanhamento, monitoramento, controle e avaliação dos projetos territoriais implantados no território, tanto pelas instituições do poder público, quanto pelas entidades e organizações da sociedade civil.

Quanto a conformação do território, não há questionamentos, mesmo porque este tema em outros momentos já foi debatido, havendo

inclusive a inserção de três municípios que não faziam parte do território, casos dos municípios de Moraújo, Coreaú e Freicherinha. Ressalta-se que durante o debate territorial no território de Inhamuns/ Crateús, há uma indicação de que os municípios de Hidrolândia, Pires Ferreira e Santa Quitéria, deveriam se inserir ao território de Sobral. No caso específico do município de Santa Quitéria, houve defesa de que este município mantém fortes relações e traços de identidade com o Território dos Sertões de Canindé.

## 22 GOVERNABILIDADE E GESTÃO SOCIAL

Entende-se por gestão social o processo através do qual o conjunto dos atores locais de um território se envolve não só nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento da sociedade, mais sim, e mais amplamente, no conjunto de iniciativas que vão desde a sensibilização e mobilização desses agentes e fatores locais até a implantação, monitoramento e avaliação das ações planejadas, passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação e pactuação de políticas e projetos.

O que significa dizer que a gestão social deve ser compreendida como mecanismo de gestão compartilhada de diferentes segmentos sociais, contribuindo para o movimento de ampliação dos espaços democrático-participativos (esfera pública), de descentralização político-administrativa, reafirmando, portanto, formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetivo sentimento de co-responsabilidade.

A gestão social constitui-se para o território de Sobral um duplo desafio: de um lado, o de dar significado às novas institucionalidades como condição para garantir a permanência e a sustentabilidade do desenvolvimento territorial. Isto significa falar da necessidade de reconstruir novas expressões das relações sociopolíticas que estimule as mudanças culturais e institucionais na sociedade local que remetem, simultaneamente, para processos maiores de fortalecimento e democratização do poder local, descentralização administrativa, aperfeiçoamento na utilização de recursos, participação ampla na formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas, estabelecimento de mecanismos de diálogo e controle social da atuação do poder estatal, identificação e/ou recuperação do potencial produtivo, sociocultural e ambiental e fortalecimento e valorização da identidade territorial.

De outro lado, avançar na concretização das estratégias e proposições apontadas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento já

existentes, o que exigirá uma postura atuante e efetiva do colegiado territorial na articulação, negociação, pactuação e gestão do referido plano.

## **22.1 Constituição e Atuação do Colegiado para a Gestão Social do Território**

A idéia-conceito de Gestão Social aportada pela SDT/MDA (2005) refere-se ao “processo através do qual o conjunto dos atores locais de um território se envolve não só nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento da sociedade, mais sim, e mais amplamente, no conjunto de iniciativas que vão desde a sensibilização e mobilização desses agentes e fatores locais até a implantação, monitoramento e avaliação das ações planejadas, passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação e pactuação de políticas e projetos”. O que significa dizer que a gestão social deve ser compreendida como mecanismo de gestão compartilhada de diferentes segmentos sociais, contribuindo para o movimento de ampliação dos espaços democrático-participativos e de descentralização político-administrativa, reafirmando formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetivo sentimento de co-responsabilidade.



**Figura 37:** Elementos do Processo da Gestão Social  
 Fonte: Documento Referencial SDT/MDA, 2005.

Este marco referencial indica para o Território da Cidadania de Sobral tem um duplo desafio: de um lado, o de dar significado as novas institucionalidades como condição para garantir a permanência e a sustentabilidade do desenvolvimento territorial. De outro lado, avançar na concretização dos objetivos, estratégias e proposições apontadas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento já existentes, o que exigirá uma postura mais atuante e efetiva do colegiado territorial na articulação, negociação, pactuação e gestão do referido Plano.<sup>1</sup> Constituição e Atuação do Colegiado Territorial

Quanto às instâncias integrantes e norteadoras do Colegiado Territorial de Sobral, este apresenta a seguinte estrutura.

## PODER PÚBLICO

INSTITUIÇÕES	QUANTIDADE
Prefeituras Municipais	17
Câmaras Municipais de Vereadores	17
IBAMA	01
EMBRAPA Caprinos e Ovinos	01
Delegacia do Ministério do Trabalho – MtbE	01
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social	01
UFC - Universidade Federal do Ceará	01
Ministério Público Federal	01
SINE / IDT	01
UVA - Universidade Estadual Vale do Acaraú	01
ADAGRI – Agência de Defesa Agropecuária	01
COGERH – Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos	01
BB - Banco do Brasil	01
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	01
CEF - Caixa Econômica Federal	01
EMATERCE Regional de Sobral	01
IFCE – Instituto Federal de Educação do Ceará	01
CERES – Célula Regional de Saúde	01
CREDE 06 – Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação	01
Instituto AGROPOLOS	01
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento	01
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	01
DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito	01
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	01
<b>Composição do Colegiado Territorial TOTAL</b>	<b>56</b>

### Quadro 43: Composição do Colegiado Territorial

Fonte: Núcleo Dirigente, 2010.

## SOCIEDADE CIVIL

INSTITUIÇÕES	QUANTIDADE
SEBRAE Regional de Sobral	01
Fórum dos Assentados de Sobral	01
Fórum dos Assentados de Santana do Acaraú	01
Cáritas Diocesana de Sobral	01
IESC – Instituto de Ecologia Social Carnaúba	01
CAPACIT	01
CEAT – Centro de Estudo e Apoio ao Trabalhador	01
Fundação CIS	01
COOPERBIO – Cooperativa do Biodiesel	01
COOPASA – Cooperativa dos Assentados de Santana do Acaraú	01
AUDIPAS – Associação dos Usuários do Distrito de	01

INSTITUIÇÕES	QUANTIDADE
Irrigação do Perímetro Ayres de Souza	
COIF – Cooperativa dos Irrigantes de Forquilha	01
STTR – Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	17
CMDS – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável	15
Federação das Associações de Meruoca	01
Terra Três Consultoria, Projetos e Administração Rural S/C LTDA.	01
FETRAECE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará	01
SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores (as) na Agricultura Familiar da Região do Vale do Acaraú	01
CBH – Acaraú	01
CBH – Coreaú	01
Associação Quilombola da Comunidade de Timbaúba – Moraújo/CE	01
AMMA – Autarquia Municipal do Meio Ambiente de Sobral	01
Instituto Rizoma	01
Instituto Escola Saúde da Família	01
Colônias de Pescadores Z-15 Varjota, Z-67 Sobral e Z-68 Forquilha	01
FETRAF – Federação dos Trabalhadores (as) na Agricultura Familiar	01
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>

**Quadros 44:** Composição do Colegiado Territorial

Fonte: memória das plenárias e oficinas territoriais, 2008, 2009

O Colegiado Territorial corresponde ao conjunto de todas as instancias e institucionalidades envolvidas na dinâmica territorial proposta pelo Programa Territórios da Cidadania.

A plenária geral, integrante do colegiado, apresenta-se como uma instância de deliberação das decisões do colegiado, sendo composta por representantes com poder de decisão, sendo estes - um titular e um suplente, indicados oficialmente pelas suas respectivas instituições. Vale ressaltar que cada Instituição tem acento com direito a voz e voto.

O papel do núcleo dirigente, por sua vez, corresponde a uma instância de coordenação política das deliberações da Plenária Geral, sendo composto através da igualdade - 50% das instituições são integrantes da sociedade civil e 50% são integrantes do poder público, sendo estes eleitos em plenária geral e equivalentes a um total de oito instituições.

Em relação ao núcleo técnico, este é composto por representantes dos comitês temáticos, neste sentido, cada comitê indica dois técnicos para compor este núcleo. A partir do levantamento do número de técnicos que atuam no território propomos a inclusão de outros técnicos que não são dos comitês temáticos, mas que desenvolvem ações estratégicas no território. O ideal é que este núcleo não ultrapasse o número de vinte componentes.

Os comitês temáticos são instâncias de planejamento e acompanhamento do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e das ações dos temas do Programa Território da Cidadania, tendo como papel principal a elaboração de propostas técnicas dentro dos temas sob sua responsabilidade. Quanto às instituições integrantes da Plenária do Colegiado do Território da Cidadania de Sobral, os Quadros 45 e 46 apresentam a relação destas, das quais são elencadas 112 instituições, sendo 56 organizações representantes do poder público, nas três esferas: Municipal, Estadual e Federal, bem como 56 instituições representantes da sociedade civil.

Essa estrutura de base territorial tende a se fortalecer com a recente criação (2009) da Rede Estadual de Colegiados Territoriais, que tem o papel de representar política e institucionalmente o conjunto dos colegiados territoriais junto às instituições públicas e privadas, participando ativamente nos debates sobre a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário, com enfoque territorial, considerando e prezando pela participação e por sua autonomia política.

## 23 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL

O Território da Cidadania de Sobral conta com um expressivo número de organizações da sociedade civil. São associações comunitárias, movimentos de mulheres e jovens, movimento sindical forte, organizações de produtores, lideranças que participam dos conselhos de políticas públicas e setoriais, ONG'S, enfim são os atores que vão a pleno movimento no Território retratando a riqueza da mobilização e fortalecendo os fios deste grande tecido social.

Por outro lado este Território resente-se de uma participação mais efetiva na dinâmica territorial dos atores do poder público, e isso pode ser sentido na ausência dos gestores municipais e vereadores/as, representando os poderes executivo e legislativo no grande debate das políticas territoriais. O fortalecimento do Colegiado Territorial depende deste diálogo permanente entre poder público e sociedade civil.

Na visão do Colegiado Territorial, acontecem os debates no Território, no entanto, as decisões territoriais tomadas nas plenárias (sociedade civil e poder público), nem todas são respeitadas. Primeiro, porque a sociedade não participa da execução dos projetos; segundo, porque dependendo dos projetos disponibilizados para o Território, principalmente em razão dos valores, os gestores públicos, muitas vezes impõem dificuldades para cumprir as exigências junto à CEF para liberação e implantação dos projetos no Território.

Isto é a mais clara demonstração de que a abordagem territorial ainda não foi incorporada por todos os gestores públicos na forma de pensar o planejamento territorial. Prevalece ainda, a visão individualista de trazer os recursos para cada município, e isso tem motivado alguns deles a negociarem recursos por outras vias, passando por cima das decisões colegiadas.

Um grande problema é sentido pela sociedade com relação ao orçamento municipal. A sociedade não acompanha a discussão e/ou o debate acerca do orçamento, portanto não tem controle social e, por outro lado os vereadores não adotam instrumentos de publicização do orçamento, não realizam audiências públicas e o que acontece, na grande maioria dos

municípios é que o orçamento é votado em regime de urgência, sem discussão e debate nas Câmaras Municipais, sem levar em consideração as demandas e prioridades da sociedade.

Muitos são os serviços e ações ofertadas pelas instituições ao Território, em nível federal, estadual e municipal. No entanto, há um reconhecimento de que estas instituições precisam se articular melhor para desenvolver melhor e com mais eficiência os seus serviços e as suas ações. É preciso uma maior integração para que possam ofertar um serviço de melhor qualidade.

No debate territorial constatou-se que é real a preocupação quanto a desarticulação das instituições para prestar serviços ao Território. Esta desarticulação tem se dado por duas razões principais: a primeira é a influência que tem a própria distribuição geográfica das instituições. A segunda razão, diz respeito à cultura institucional, sendo esta, uma das maiores dificuldades encontradas na implementação da estratégia de desenvolvimento territorial, em razão do repasse das informações e das decisões tomadas pelas plenárias gerais dos colegiados territoriais e o apoio direto das instituições quanto aos processos de elaboração e implementação dos projetos territoriais.

Constata-se que ainda é muito frágil o processo de acompanhamento, monitoramento, controle e avaliação dos projetos territoriais implantados no Território, tanto pelas instituições do poder público, quanto pelas entidades e organizações da sociedade civil.

Na avaliação do Colegiado Territorial a Caixa Econômica Federal (CEF) tem dificultado a liberação dos projetos, não só com as exigências e regras estabelecidas, mas pela própria estrutura funcional somente com atendimento na agência local (GIDUR) em Fortaleza, e por não participar do processo de gestão social, dificultando o repasse das informações dos projetos de infraestrutura (Proinf) e dos projetos de custeio, executados pelas entidades dos territórios.

Por outro lado, uma das maiores dificuldades inerentes à liberação dos projetos via CEF é a pouca disponibilidade de técnicos qualificados para elaboração e implementação dos projetos de acordo com as exigências legais, com destaque para a questão ambiental e sanitária.

A capacidade de articulação e cooperação entre as instituições existentes no território é muito particular e sutil para que se possa abordar de forma avaliativa em maior ou menor grau. Sabe-se que de acordo com a capacidade de articulação política que cada gestor municipal desenvolve com outros espaços como o legislativo, o executivo estadual e a união, determinam a possibilidade de maior ou menor alocação de recursos ou de políticas públicas para os municípios que conformam o Território da Cidadania de Sobral.

O Comitê de Articulação Estadual – CAE do Programa Territórios da Cidadania vem desenvolvendo esforços no sentido de melhorar a oferta de políticas públicas e de qualificar as demandas apresentadas pela sociedade de forma geral. Desta forma, a constituição dos Comitês Temáticos como instância propositiva e de qualificação da demanda e os grupos temáticos do CAE, vêm se configurando como uma experiência que poderá produzir bons frutos para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade.

Com relação à atuação das secretarias municipais há um peso maior nas secretarias que têm recursos próprios, a exemplo da Educação, Saúde e Assistência Social, mas não há descentralização de recursos. No caso das secretarias de agricultura, apesar de alguns municípios terem recursos próprios (no papel), pois há lei inclusive que destina recursos, via criação de fundo municipal para a agricultura, mas esses recursos não chegam às comunidades rurais, comprometendo, sobremaneira o desenvolvimento rural.

Outro elemento discutido no Território diz respeito às responsabilidades e encargos impostos aos municípios a partir da CF/88. A municipalização foi adotada como diretriz para a execução de políticas públicas descentralizadas. A idéia–conceito “descentralização” significa a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais elevadas (União) para instâncias de unidades espacialmente menores (município), conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para unidades territoriais de menor amplitude e escala.

Não pode, portanto, ser confundida com desconcentração, que representa apenas a distribuição da responsabilidade executiva de atividades, programas e projetos, sem transferência da autoridade e autonomia decisória.

O que aconteceu nos municípios é que cada vez mais, os governos municipais passam a ter sob a sua responsabilidade o enfrentamento de questões relativas à saúde, saneamento, educação, habitação, meio ambiente e diante da dependência da receita pública originária da arrecadação realizada pelos governos estaduais e pelo Governo Federal e que são transferidos aos municípios, torna-se necessária a adoção de medidas por parte dos municípios, para que diminuam sua vulnerabilidade e encontrem meios próprios para avançar na realização dos seus programas prioritários.

Assim, aumentaram as transferências governamentais (FPM) e estaduais (ICMS) e recursos do FUNDEB e de saúde, mas os municípios tornaram-se cada vez mais dependentes destes repasses, em virtude da incapacidade de arrecadação própria e de assumir mais encargos para a execução das políticas públicas de sua responsabilidade.

O Colegiado reconhece a importância de se organizar em rede, e o papel da Rede Estadual de Colegiados Territoriais, mas aponta como ainda é difícil fazer o controle social dos instrumentos de planejamento colocados à disposição para o acompanhamento das políticas públicas, a exemplo do PPA Estadual e da Matriz do PTC do Governo Federal.

No debate do PPA tomou-se como referência a Macrorregião de Planejamento Sobral/Ibiapaba o que compreende dois Territórios: o de Sobral e Ibiapaba, e além destes dois territórios fazem parte os municípios de Irauçuba do Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu, e os municípios de Ipu, Hidrolândia e Pires Ferreira do Território de Inhamuns/Crateús.

Destaca-se que os recursos previstos no orçamento de 2010 são alocados para a Macrorregião de Planejamento Sobral/Ibiapaba, mas o debate sobre o orçamento estadual ocorreu nos territórios de Sobral, Ibiapaba, Inhamuns Crateús e Vales do Curu e Aracatiaçu, em separado.

Sabe-se que o critério utilizado não é a divisão proporcional levando-se em consideração apenas o número de municípios, mas também, as vocações, potencialidades, entraves e prioridades definidas pelos atores microrregionais. Como não é possível pela fonte de pesquisa, precisar os valores exatos para cada município, o volume destinado para o território citado no diagnóstico serviu apenas como referência do PPA.

Com relação à Matriz de Ações do Programa Territórios da Cidadania - PTC, esta se configura como uma matriz de oferta de ações em que os ministérios e outras instituições do governo federal, priorizam um conjunto de ações a ser debatidas nos colegiados territoriais. Portanto, não se trata de todos os recursos do governo federal disponíveis para o território, mas apenas aqueles que são passíveis de ser debatidos nos colegiados, tendo os colegiados territoriais, assumido papéis distintos a depender da característica de cada ação, ora deliberativo, ou consultivo, ou de articulação institucional e/ou de controle social.

Visando preparar o colegiado para melhor acompanhar o programa, para cada eixo temático acima foi constituído um comitê temático e no Comitê de Articulação Estadual CAE do PTC, foram também estruturados sete grupos de trabalho, um para cada eixo do PTC.

Pela magnitude do programa e pela dificuldade histórica das instituições públicas e da sociedade civil fazer o controle e gestão social das políticas públicas, este processo ainda é bastante fragilizado. Destaca-se ainda a grande dificuldade que os colegiados vêm enfrentando no processo de elaboração e implementação de projetos a pouca capacidade técnica na sua elaboração, ou seja, a má qualidade dos projetos, que têm contribuído inclusive, para que os recursos sejam devolvidos para a união.

A gestão social constitui-se para o Território da Cidadania de Sobral um duplo desafio: de um lado, o de dar significado às novas institucionalidades como condição para garantir a permanência e a sustentabilidade do desenvolvimento territorial. Isto significa falar da necessidade de reconstruir novas expressões das relações sociopolíticas que estimule as mudanças culturais e institucionais na sociedade local que remetem, simultaneamente, para processos maiores de fortalecimento e democratização do poder local, descentralização administrativa, aperfeiçoamento na utilização de recursos, participação ampla na formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas, estabelecimento de mecanismos de diálogo e controle social da atuação do poder estatal, identificação e/ou recuperação do potencial produtivo, sociocultural e ambiental e fortalecimento e valorização da identidade territorial.

De outro lado, avançar na concretização das estratégias e proposições apontadas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento já existentes, o que exigirá uma postura atuante e efetiva do colegiado territorial na articulação, negociação, pactuação e gestão do referido plano.

Quanto às instituições integrantes da Plenária do Colegiado do Território da Cidadania de Sobral são elencadas 112 instituições, sendo 56 organizações representantes do poder público, das três esferas: municipal, estadual e federal, bem como 56 instituições representantes da sociedade civil.

Essa estrutura de base territorial tende a se fortalecer com a recente criação (2009) da Rede Estadual de Colegiados Territoriais, que tem o papel de representar política e institucionalmente o conjunto dos colegiados territoriais junto às instituições públicas e privadas, participando ativamente nos debates sobre a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário, com enfoque territorial, considerando e prezando pela participação e por sua autonomia política.

O diagnóstico da Dimensão Político Institucional possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 45, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: territorialização e gestão pública, infraestrutura institucional, governabilidade e gestão social que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

## ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL

### AMBIENTE INTERNO

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Existência de um significativo e diversificado conjunto de instituições e organizações públicas e privadas no território.</li> <li>2. Participação dos gestores municipais (secretários/as) nas discussões das políticas públicas dentro do colegiado territorial</li> <li>3. Existência de comitês setoriais dos coletivos de jovens e mulheres dos MSTTR e dos Conselhos municipais de defesa dos direitos das mulheres no território.</li> <li>4. diálogo estabelecido entre as esferas de governo federal e estadual no incentivo aos processos de planejamento e organização social, ou seja, na implantação de políticas públicas em caráter mais articulado e complementar</li> <li>5. presença regional de instituições estratégicas</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Baixa participação das instituições públicas municipais e regionais no processo de constituição do desenvolvimento territorial</li> <li>2. Desvalorização ou entrave na implantação das ações territoriais por parte de alguns gestores municipais</li> <li>3. Gestão social e econômica do território bastante incipiente.</li> <li>4. Baixa participação do poder público municipal no processo de constituição e desenvolvimento</li> <li>5. Prevalência da visão local e não territorial por parte da maioria dos gestores</li> <li>6. Fragilidade nas estruturas técnico administrativa das secretarias municipais</li> <li>7. Falta de compromisso institucional no fortalecimento da política territorial</li> <li>8. Fragilidade dos CMDS</li> </ol>

### AMBIENTE EXTERNO

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Diálogo estabelecido entre as esferas de governo federal e estadual no incentivo aos processos de planejamento e organização social, ou seja, na implantação de políticas públicas em caráter mais articulado e complementar</li> <li>2. Presença regional de instituições estratégicas</li> <li>3. Rede de colegiados territoriais</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Insuficiência de recursos técnico e financeiros para as ações de desenvolvimento institucional</li> <li>2. Interrupção da política de desenvolvimento territorial por parte do governo federal, estadual e municipal</li> </ol>

**Quadro 45:** Análise do Ambiente Interno e Externo

Fonte: Reunião Comitês Temáticos e Registros PTDRS, 2010.



## **Parte III**

### **O PLANEJAMENTO**

**Visão de Futuro**

**Objetivos Estratégicos**

**Diretrizes Principais**

**Eixos Temáticos**

**Programas**

**Projetos**



## O PLANEJAMENTO

O planejamento das atividades relativas à qualificação dos PTDRS teve como embasamento o Guia de Planejamento Territorial que apresenta *As Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS*, bem como a matriz de variáveis do *Diagnóstico Territorial* e o apoio da Coordenação Nacional de Brasília.

Para estabelecer a direção das ações foi firmada a parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA e o Instituto Agropolos do Ceará, reunidos como Grupo Técnico de Apoio à Implementação da Estratégia de Desenvolvimento no Estado do Ceará, GTT.

Os encontros do GTT mobilizaram esforços no sentido de articular os territórios e estabelecer um elo de comunicação do Assessor Técnico Territorial com os atores municipais e territoriais, constituídos enquanto Colegiados e demais instancias. Outros profissionais contratados para organizar as informações e dados coletados deram suporte à materialização do plano.

O plano se origina a partir do diagnóstico e da matriz de análise do ambiente interno e externo, delineando os elementos próprios para implementação do planejamento, quais sejam: visão de futuro, Objetivos Estratégicos, Diretrizes Principais, Eixos Temáticos, Programas e Projetos e se efetiva através da criação de um sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação denominado Sistema de Gestão do Plano.



## **24 VISÃO DE FUTURO**

O Território de Sobral possui potencial para promover o desenvolvimento sustentável integrado em suas diferentes dimensões (ambiental, social, cultural e econômica) através do processo de articulação e integração entre os municípios que unidos, buscam o bem estar social da população com a melhoria da qualidade de vida permanente das gerações atuais e futuras, com redução dos índices de analfabetismo, pobreza e violência. Visualiza-se a economia do território através do estímulo ao protagonismo da agricultura familiar com base na socioeconômica solidária, fortalecimento das cadeias produtivas priorizadas e dos sistemas produtivos (rural e urbano) de forma sustentável, apoiada por investimentos de beneficiamento, processamento e comercialização, oportunizando a todos a distribuição e geração de renda de forma digna e justa no campo e na cidade.

## **25 DIRETRIZES PRINCIPAIS**

As Diretrizes Principais são as grandes linhas mestras que orientam e atraem o processo de desenvolvimento sustentável no enfrentamento de grandes desafios no Território, diante das desigualdades sociais e regionais, a inserção nas novas dinâmicas socioeconômicas e culturais com sustentabilidade para concretização dessas diretrizes, traçou oito grandes linhas:

1. Fortalecimento das atividades agrícolas e não agrícolas com foco no desenvolvimento sustentável integrado
2. Valorização da cultura e dos saberes local
3. Estimulo ao empoderamento das populações no acesso aos direitos e cidadania
4. Fortalecimento dos arranjos interinstitucionais e parcerias nas diferentes esferas
5. Estímulo a intervenção dos princípios da socioeconômica solidária e agroecologia
6. Valorização das relações de gênero, geração, raça e etnia
7. Estímulo a cultura da participação e do diálogo entre sociedade civil e poder público
8. Elevação da consciência política em favor do desenvolvimento sustentável do território

## 26 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos foram traçados levando em consideração as dimensões do desenvolvimento, conforme o Quadro 46, refletidos e entendidos como os grandes propósitos a serem alcançados, transformando os sonhos em realidade.

<b>Dimensões</b>	<b>Objetivos Estratégicos</b>
<b>SÓCIO CULTURAL EDUCACIONAL</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>3 Garantir o acesso às políticas públicas de direito e desenvolvimento social</li><li>4 Melhorar os serviços de educação, de cultura e turismo</li><li>5 Melhorar os serviços de saúde com foco na prevenção</li></ol>
<b>AMBIENTAL</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Criar mecanismos para um meio ambiente saudável no território.</li><li>• Desenvolver ações de convivência com a vida no Semi – Árido</li></ul>
<b>SÓCIOECONÔMICA</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desenvolver a agricultura e a pecuária em bases agroecológicas</li><li>• Agregar valor com comercialização e implantação de agroindústrias</li><li>• Apoiar e fortalecer ações de comercialização dos produtos da agricultura familiar e de assistência técnica permanente</li><li>• Assegurar a infra-estrutura básica como suporte de apoio ao desenvolvimento social, produtivo e ambiental do território</li><li>• Assegurar o acesso à terra</li></ul>
<b>POLÍTICO INSTITUCIONAL</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Fortalecer o colegiado territorial para a gestão do território de forma descentralizada</li></ul>

**Quadro 46:** Objetivos Estratégicos por Dimensão de Desenvolvimento do Território de Sobral

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

## 27 EIXOS DO DESENVOLVIMENTO, PROGRAMAS E PROJETOS

Os eixos do desenvolvimento foram criados através dos projetos eleitos pela plenária geral, dentro dos programas e objetivos estratégicos respectivos. Correspondem a Dimensão Sociocultural Educacional a três eixos: Gênero, Geração, Raça e Etnia, Saúde e Qualidade de Vida, Educação Cultura e Turismo.

### 27.1 Eixo Gênero, Geração, Raça e Etnia

O objetivo estratégico relativo a este eixo levou em consideração a organização de dois Programas: o primeiro de Organização produtiva de mulheres trabalhadoras rurais e urbanas, o segundo de Apoio a Juventude Rural e Urbana. O primeiro gerou oito projetos e o segundo nove, relacionados no Quadro 47 a seguir:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Garantir o acesso às políticas públicas de direito e desenvolvimento social	<b>Programa 1</b> - Organização produtiva de mulheres trabalhadoras rurais e urbanas.	<b>Projeto 1:</b> Implementar Projetos produtivos para as mulheres trabalhadoras. <b>Projeto 2:</b> Implantar delegacias de mulheres no território. Formação política das mulheres trabalhadoras. <b>Projeto 3:</b> Garantia de acesso a documentação das mulheres trabalhadoras rurais e urbanas <b>Projeto 4:</b> Garantia o cumprimento dos direitos trabalhista para as mulheres trabalhadoras <b>Projeto 5:</b> Apoio a isonomia salarial entre gêneros. <b>Projeto 6:</b> Criação, estruturação e fortalecimento dos conselhos municipais de direito da mulher <b>Projeto 7:</b> Geração de emprego e renda para as mulheres

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<b>Projeto 8:</b> Apoio a isonomia salarial entre gêneros.
	<b>Programa 2 –</b> Apoio a Juventude Rural e Urbana	<p><b>Projeto 1:</b> Inserção de jovens nas políticas públicas com foco na dimensão socioeconômica e produtiva – PRO JOVEM campo, rural e urbano.</p> <p><b>Projeto 2:</b> Inclusão digital para jovens</p> <p><b>Projeto 3:</b> Implementar projetos produtivos com base agroecológica para jovens (*)</p> <p><b>Projeto 4:</b> Aquisição primeira terra para juventude</p> <p><b>Projeto 5:</b> Implantação de centros de recuperação dos jovens dependentes de drogas ilícitas</p> <p><b>Projeto 6:</b> Capacitação para acesso ao Pronaf jovem.</p> <p><b>Projeto 7:</b> Fortalecimento do programa de saúde e prevenção nas escolas</p> <p><b>Projeto 8:</b> Implantação de núcleos de formação políticos cidadã da juventude</p> <p><b>Projeto 9:</b> Capacitação de jovens em desenvolvimento de sistemas agroecológicas</p>

**Quadro 47 –** Eixo Gênero, Geração, Raça e Etnia

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

## 27.2 Eixo Saúde e Qualidade de Vida

O objetivo estratégico relativo a este eixo gerou o Programa Saúde Comunitária, com doze projetos, relacionados no Quadro 48 a seguir:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Melhorar os serviços de saúde com foco na prevenção	Programa 1: Saúde Comunitária	<p><b>Projeto 1:</b> Resgate e Fortalecimento da Medicina Popular/ fitoterápicos</p> <p><b>Projeto 2:</b> Consórcios municipais</p>

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p>para construção de abatedouros e implantação de aterros sanitários.</p> <p><b>Projeto 3:</b> Fortalecimento da estratégia saúde da família (ESF)</p> <p><b>Projeto 4:</b> Fortalecimento do controle das doenças decorrentes do uso inadequado de agrotóxico</p> <p><b>Projeto 5:</b> Garantir o acesso de água potável para o consumo humano para todos os municípios do TCS</p> <p><b>Projeto 6:</b> Garantir o atendimento odontológico especializado nos municípios</p> <p><b>Projeto 7:</b> Ampliação e melhoria da rede nos municípios da terapia comunitária</p> <p><b>Projeto 8:</b> Ampliação do acesso da população do território aos medicamentos essenciais</p> <p><b>Projeto 9:</b> Garantir e ampliar o acesso da população do território ao medicamento de alto custo</p> <p><b>Projeto 10:</b> Reduzir o número de acidentes de trânsito no âmbito do território</p> <p><b>Projeto 11:</b> Eliminação da precarização dos direitos trabalhistas na área da saúde no âmbito territorial</p> <p><b>Projeto 12:</b> Fortalecimento da vigilância em saúde</p>

**Quadro 48** – Eixo Saúde, e Qualidade de Vida

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

### 27.3 Eixo Educação, Cultura e Turismo

O objetivo estratégico relativo a este eixo levou em consideração a organização de três Programas; Melhoria da Infraestrutura e Serviços de Educação do Território, Esporte e Lazer e Cultura e Turismo; cada um deles gerou quatorze, quatro e sete projetos respectivamente que estão relacionados no Quadro 49 a seguir:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
<p>1. Melhorar os serviços de educação, de cultura e turismo</p>	<p><b>Programa 1:</b> Melhoria da Infraestrutura e Serviços de Educação do Território</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Construção de Escolas Família Agrícola Microrregional;  <b>Projeto 2:</b> Implantação da Escola Agrotécnica no Território;  <b>Projeto 3:</b> Adequação dos Currículos das Escolas Rurais/Urbanas às práticas agrícolas da Agricultura Familiar;  <b>Projeto 4:</b> Implantação do Programa Arca das Letras nas Comunidades Urbana e Rural;  <b>Projeto 5:</b> Implantação das Casas Digitais nas Comunidades Rurais;  <b>Projeto 6:</b> Implantação de Centros de Inclusão Tecnológicas e Social – CITES  <b>Projeto 7:</b> Descentralização do Ensino Superior  <b>Projeto 8:</b> Adequação dos currículos no ensino do EJA com cursos profissionalizantes  <b>Projeto 9:</b> Construir uma escola Família Agrícola no território utilizando a pedagogia da alternância contextualizada no campo e na produção local;  <b>Projeto 9:</b> Buscar junto as instituições de ensino superior uma graduação em educação do campo e Especialização em Agricultura Familiar Camponesa;  <b>Projeto 10:</b> Apoio a implementação do Projovem campo em todo o Território;  <b>Projeto 11:</b> Assegurar a disciplina de agropecuária familiar nas escolas técnicas estaduais.  <b>Projeto 12:</b> Criação de uma Universidade do Semiárido.</p>

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p><b>Projeto 13:</b> Capacitar educadores/as em educação ambiental e do campo.</p> <p><b>Projeto 14:</b> Criação de um projeto de capacitação nas escolas EFA, saberes da terra, agrotécnicas e profissionais, dando uma continuidade dentro das políticas públicas do campo e identificando potencialidades e público alvo.</p>
	<p><b>Programa 2:</b> Esporte e Lazer</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Desenvolver à Interiorização do Esporte</p> <p><b>Projeto 2:</b> Dotação de Infraestrutura esportiva nas Comunidades Rurais</p> <p><b>Projeto 3:</b> Fortalecimento dos Projetos esportivos amadores</p> <p><b>Projeto 4:</b> Criação de Vilas Olímpicas micro regionais</p>
	<p><b>Programa 3 –</b> Cultura e Turismo</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Resgate e Fortalecimento da Cultura Popular</p> <p><b>Projeto 2:</b> Mapeamento e Georreferenciamento dos Pontos Turísticos;</p> <p><b>Projeto 3:</b> fortalecimento do turismo por segmento (rural, ecológico etc)</p> <p><b>Projeto 4:</b> Fortalecimento da identidade cultural do território</p> <p><b>Projeto 5:</b> Revitalizar o projeto de águas termais da comunidade de Olhos D'água do Pajé.</p> <p><b>Projeto 6:</b> Produção de vídeos comunitários com os jovens</p> <p><b>Projeto 7:</b> Ampliar e fortalecer os pontos de cultura no território</p>

**Quadro 49:** Eixo Educação Cultura e Turismo

**Fonte:** Relatório da Oficina Estadual com Comitês Temáticos, 2010.

## 27.4 Eixo Desenvolvimento Ambiental e Convivência com o Semiárido

Constitui a Dimensão Ambiental o eixo: Desenvolvimento Ambiental e Convivência com o Semiárido de três Programas: Educação Ambiental com seis projetos; : Tecnologias de convivência com o semiárido, com cinco projetos; e Combate a Degradação e Desertificação com seis projetos, conforme o Quadro a seguir

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Criar mecanismos para um meio ambiente saudável no território.	Programa 1: Educação Ambiental	<p>Projeto 1: Educação Ambiental nas Escolas e Comunidades Rurais</p> <p>Projeto 2: Capacitar educadores/as em educação ambiental e do campo</p> <p>Projeto 3: Criação da universidade do meio ambiente</p> <p>Projeto 4: Levantamento dos poços amazônicos existentes</p> <p>Projeto 5: Levantamento da flora e fauna presentes no território</p> <p>Projeto 6: Apoio, implantação e gestão de uma unidade de coleta/armazenamento de embalagens vazias de agrotóxicos.</p>
2. Desenvolver ações de convivência com a vida no Semi – Árido	Programa 2: Tecnologias de convivência com o semiárido	<p>Projeto 1 - Implantação de Projetos de Convivência com o Semi-Árido no Território da Cidadania de Sobral</p> <p>Projeto 2: Construção de cisternas de placa, calçadão e alternativas</p> <p>Projeto 3: Implantação de mandalas e Projeto Paz</p> <p>Projeto 4: Implantar viveiros de produção de mudas nativas, frutíferas e exóticas</p> <p>Projeto 5: Implantar quitais produtivos</p>

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
	Programa 3: Combate a Degradação e Desertificação	Projeto 1: Implantação de sistemas agrossilvipastoris na recuperação do bioma caatinga Projeto 2: Recuperação de matas ciliares e corredores ecológicos Projeto 3: Recuperação de matas ciliares e corredores ecológicos Projeto 4: Recuperação das matas ciliares dos rios e riachos nas bacias hidrográficas dos rios Acaraú e Coreaú Projeto 5 : Revitalização dos rios, inclusive dragagem; Projeto 6: Recuperação de Áreas Desertificadas.

**Quadro 50:** Eixo da Desenvolvimento Ambiental e Convivência com o Semiárido  
**Fonte:** Relatório da Oficina Estadual com Comitês Temáticos, 2010.

Os Eixos Definidos para a Dimensão Socioeconômica foram: Ação Fundiária, Fortalecimento da Infraestrutura Econômica Produtiva e Social e Organização Sustentável da Produção.

### 27.5 Eixo Ação Fundiária

O eixo Ação Fundiária gerou dois programas: Assentamento de Famílias Rurais e, o segundo Regularização Fundiária, ambos com um projeto, relacionados no Quadro 51 a seguir:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Assegurar o acesso a terra	<b>Programa 1:</b> Assentamento de Famílias Rurais	<b>Projeto 1:</b> Desenvolver estudos para obtenção de imóveis rurais.
	<b>Programa 2:</b> Regularização Fundiária	<b>Projeto 1:</b> Georreferenciamento e Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

**Quadro 51:** Eixo Ação Fundiária  
**Fonte:** Relatório da Oficina Estadual com Comitês Temáticos, 2010.

## 27.6 Eixo Fortalecimento da Infraestrutura Econômica, Produtiva e Social

O eixo Infraestrutura deu origem a cinco Programas: Infraestrutura elétrica com quatro projetos, o segundo Infraestrutura viária, com quatro projetos, o terceiro Infraestrutura hídrica, com seis projetos; o quarto Infraestrutura de Saneamento Básico e acesso à Água com quatro projetos e o quinto Infraestrutura de Comunicação com seis projetos , relacionados no Quadro 52 a seguir:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Assegurar a infraestrutura básica como suporte de apoio ao desenvolvimento social, produtivo e ambiental do território.	<b>Programa 1:</b> Infraestrutura elétrica	<p><b>Projeto 1:</b> Energia Elétrica Trifásica para o Desenvolvimento Produtivo</p> <p><b>Projeto 2:</b> Energia a base de Bio Digestor e Eólica</p> <p><b>Projeto 3:</b> Financiamento de Energia Solar Residencial</p> <p><b>Projeto 4:</b> Estímulo a implantação do Medidor sazonal</p>
	<b>Programa 2:</b> Infraestrutura viária	<p><b>Projeto 1:</b> Projeto de modernização e ampliação do aeroporto de Sobral</p> <p><b>Projeto 2:</b> Construção e Recuperação das principais estradas já discutidas no território: Santana do Acaraú/Massapê, Massapê/Moraújo, Massapê/Meruoca, Graça/ Guaraciaba, Pacujá/ Reritaba, Cariré/ Groaíras/ Forquilha, Coreaú/ Arapá/ BR222, Alcântaras/ Coreaú, Mucambo/Cariré, Graça/ São Benedito, Mucambo/ Ibiapina, Itapipoca, Miraíma/ Sobral, Massapé/ Marco, Cariré/ Pacujá, Recreio /BR222/ Ubaúna e BR 222</p> <p><b>Projeto 3:</b> Reativação das linhas ferroviárias de cargas e passageiros</p> <p><b>Projeto 4:</b> Ampliação da linha metroviária de Sobral</p>

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
	<p><b>Programa 3:</b> Infraestrutura hídrica</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Construção de açudes intermunicipais  <b>Projeto 2:</b> Ampliação de açudes intermunicipais  <b>Projeto 3:</b> Locação, restauração, dessalinização, perfuração e manutenção de poços profundos  <b>Projeto 4:</b> Construção de adutoras e passagens molhadas.  <b>Projeto 5:</b> Implantar um programa de orientação de práticas agrícolas visando a preservação dos Recursos Hídricos (especialmente as comunidades ribeirinhas próximas aos mananciais);  <b>Projeto 6:</b> Apoio para asfaltamento da estrada Pacujá/Groaíras construção de uma ponte sobre o Rio Acaraú.</p>
	<p><b>Programa 4:</b> Infraestrutura de Saneamento Básico e acesso à Água</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Coleta seletiva do Lixo na zona rural e urbana  <b>Projeto 2:</b> Esgotamento e Tratamento de Águas  <b>Projeto 3:</b> implantação de unidades coletoras e uma unidade de reciclagem de lixos (geral e tecnológico)  <b>Projeto 4:</b> Implantação de uma unidade de coleta/armazenamento de embalagens vazias de agrotóxicos</p>
	<p><b>Programa 5:</b> Infraestrutura de Comunicação</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Regulamentação das rádios comunitárias  <b>Projeto 2:</b> implantação de rádios comunitárias com programação <i>on line</i> nas micros regionais com programação voltada para o território  <b>Projeto 3:</b> Registro de boas práticas no território  <b>Projeto 4:</b> Implantação de centros multimídias nos micro territórios.  <b>Projeto 5:</b> Implantação de uma TV comunitária no território;</p>

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<b>Projeto 6:</b> Definir pontos estratégicos de armazenamento da produção, criando entreposto de coleta.

**Quadro 52:** Eixo Fortalecimento da Infraestrutura Econômica, Produtiva e Social  
**Fonte:** Relatório da Oficina Estadual com Comitês Temáticos, 2010.

## 27.7 Eixo Organização Sustentável da Produção

Este eixo foi organizado a partir de três objetivos estratégicos que por sua vez geraram quatro programas Produção e Transição Agroecológica, com treze projetos; Agroindustrialização Descentralizada com quatorze projetos; Bases de Serviços para o Desenvolvimento Territorial com onze projetos; e Atividades não agrícolas com três projetos, relacionados no Quadro 53 a seguir:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Desenvolver a agricultura e a pecuária em bases agroecológicas	<b>Programa 1:</b> Produção e Transição Agroecológica.	<b>Projeto 1:</b> Desenvolvimento da Agricultura de Sequeiro <b>Projeto 2:</b> Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada <b>Projeto 3:</b> Desenvolvimento da Olericultura <b>Projeto 4:</b> Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura <b>Projeto 5:</b> Desenvolvimento da Apicultura <b>Projeto 6:</b> Desenvolvimento da Avicultura Caipira <b>Projeto 7:</b> Desenvolvimento da Piscicultura e fortalecimento da Pesca Artesanal <b>Projeto 8:</b> Desenvolvimento da Bovinocultura Leiteira. <b>Projeto 9:</b> Fortalecimento da Mamona agroecológica <b>Projeto 10:</b> Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p>Carnaúba</p> <p><b>Projeto 11:</b> Capacitação continuada dos grupos de produtores/as integrantes dos sistemas produtivos estratégicos.</p> <p><b>Projeto 12:</b> Introdução de fruteiras nativas no território (Cajá, cajarana, Siriguela, Cajá Umbu, etc.)</p> <p><b>Projeto 13:</b> Identificação e formação de unidades de demonstração em cada microregião do território.</p>
<p>2. Agregar valor com comercialização e implantação de agroindústrias</p>	<p><b>Programa 2:</b> Agroindustrialização Descentralizada</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Estruturação, Revitalização, e fortalecimento da agroindústria do caju de acordo com as normas federais (SIF). (Santana do Acaraú, Massapé, Forquilha e Senador Sá) e Fortalecimento da Agroindústria do Caju</p> <p><b>Projeto 2:</b> Estruturação da Agroindústria de Ovinocaprinos (SIF);</p> <p><b>Projeto 3:</b> Estruturação e Otimização da Agroindústria do Pescado (SIF);</p> <p><b>Projeto 4:</b> Estruturação e Fortalecimento da Agroindústria do Leite (SIF)</p> <p><b>Projeto 5:</b> Implantação e Recuperação da Agroindústria do Mel com SIF</p> <p><b>Projeto 6:</b> Estruturação da Agroindústria da Carnaúba (SIF)</p> <p><b>Projeto 7:</b> Estruturação e Fortalecimento da Agroindústria do Caju.</p> <p><b>Projeto 8:</b> Mobilizar, Capacitar</p>

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p>e Apoiar os produtores da agroicultura familiar para criação e melhoramento das Unidades Básicas/Casas de sementes.</p> <p><b>Projeto 9:</b> Mobilizar e Capacitar agricultores (as) familiares na produção de olerícolas orgânicas.</p> <p><b>Projeto 10:</b> Capacitação de agricultores em Sistema de produção de leite caprina e carne ovina.</p> <p><b>Projeto 11:</b> Capacitação dos apicultores para produção de abelhas rainha, pólen, própolis e geléia real;</p> <p><b>Projeto 12:</b> Criar/Aproveitar espaço de comercialização para os produtos da agricultura familiar no mercado público de Sobral.</p> <p><b>Projeto 13:</b> Implantação de minhocários nos municípios do território.</p> <p><b>Projeto 14:</b> Reestruturação e adequação às normas sanitárias das casas de polpa de frutas (Massapê).</p>
<p>3. Apoiar e fortalecer ações de comercialização dos produtos da agricultura familiar e de assistência técnica permanente.</p>	<p><b>Programa 3:</b> Bases de Serviços para o Desenvolvimento Territorial</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Sistema de Formação, Capacitação e Treinamento</p> <p><b>Projeto 2:</b> Assessoria Técnica Social Econômica e Ambiental</p> <p><b>Projeto 3:</b> Estruturação das Secretarias de Agricultura</p> <p><b>Projeto 4:</b> Desenvolvimento e Fortalecimento da Organização produtiva da agricultura familiar.</p> <p><b>Projeto 5:</b> Fortalecimento da Base de Serviço de Comercialização Territorial da</p>

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p>Agricultura Familiar e Empreendimentos Solidários.</p> <p><b>Projeto 6:</b> Projetos específicos para jovens e mulheres trabalhadores/as rurais</p> <p><b>Projeto 7:</b> Projeto para certificação de empreendimentos no território;</p> <p><b>Projeto 8:</b> Mapeamento das rotas locais e regionais dos agricultores e quantidade da produção por produtos.</p> <p><b>Projeto 9:</b> Treinamento dos técnicos na área de logística, mobilização e organização da produção;</p> <p><b>Projeto 10:</b> Fomentar as Empresas prestadoras de Assistência Técnica e Extensão Rural na adequação e capacitação de seus técnicos e beneficiários de suas ações com acompanhamento contínuo de suas ações em transmissão dos conhecimentos adquiridos.</p> <p><b>Projeto 11:</b> Fortalecer a integração das ações da defesa agropecuária com as ações de extensão rural, para promover ações educativas sanitárias.</p>
	<p><b>Programa 4:</b> Atividades não agrícolas</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Implantação de uma Central de Comercialização do Artesanato do Território</p> <p><b>Projeto 2:</b> Estruturação e Fortalecimento de Unidades Produtivas do Artesanato</p> <p><b>Projeto 3:</b> Fortalecimento das organizações produtivas dos Artesãos/ãs do território</p>

**Quadro 53:** Eixo Da Dimensão Socioeconômica

Fonte: Relatório da Oficina Estadual com Comitês Temáticos, 2010.

## 27.8 Eixo Gestão Territorial

A Dimensão Político Institucional foi pensada a partir do eixo Gestão Territorial, cujo objetivo estratégico deu origem ao Programa de Fortalecimento das Instancias Colegiadas com sete projetos, descritos no Quadro 54 a seguir:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROJETOS	AÇÕES
<p>1. Fortalecer o colegiado territorial para a gestão do território de forma descentralizada</p>	<p><b>Programa 1:</b> Fortalecimento das Instâncias Colegiadas para a Gestão Social e Produtiva do Território.</p>	<p><b>Projeto 1:</b> Constituição dos colegiados micro territoriais e fortalecimento dos colegiados municipais.</p> <p><b>Projeto 2:</b> Incubação da nova institucionalidade para a Gestão Social do Território</p> <p><b>Projeto 3:</b> Incubação de Consórcios Públicos</p> <p><b>Projeto 4:</b> Equipar os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável - CMDS e colegiados territoriais</p> <p><b>Projeto 5:</b> Estruturar e fortalecer os comitês temáticos para o planejamento e gestão social do território</p> <p><b>Projeto 6:</b> Capacitar os membros do colegiado territorial sobre políticas públicas e desenvolvimento territorial.</p> <p><b>Projeto 7:</b> Capacitar mulheres e jovens trabalhadoras rurais para sua inserção nas políticas públicas com foco na dimensão socioeconômica e produtiva;</p>

**Quadro 54:** Eixo Gestão Territorial

Fonte: Relatório da Oficina Estadual com Comitês Temáticos, 2010.

## 28 PROJETOS ESTRATÉGICOS PRIORIZADOS PELO TERRITÓRIO

Levando-se em consideração o grande volume de demandas apresentadas pelo território, e diante da fragilidade do mesmo quanto à capacidade técnica de transformá-las em projetos viáveis e sustentáveis, o colegiado territorial priorizou cinco projetos estratégicos com potencial de acelerar o processo de desenvolvimento produtivo no território. Referidos projetos foram selecionados a partir das potencialidades locais e vantagens comparativas frente a outras regiões do país, e têm como objetivos finalísticos acelerar processo de geração de oportunidades de trabalho e renda. O quadro abaixo demonstra os projetos priorizados pelo território.

<b>PROJETOS ESTRATÉGICOS</b>	<b>AÇÕES</b>
<b>1. Organização da Cadeia Produtiva da Apicultura</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Implantar uma unidade de beneficiamento de mel no território (Entrepasto);</li><li>2. Ampliar o numero de casas de mel nos municípios do território que apresentam elevado potencial;</li><li>3. Implantação de SIF nas casas de mel existentes no território;</li><li>4. Distribuição de colméias e equipamentos de extração de mel.</li></ol>
<b>2. Organização da Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Melhorar a qualidade genética do rebanho local;</li><li>2. Melhorar a capacidade produtiva do suporte forrageiro das unidades produtivas;</li><li>3. Melhorar a sanidade do rebanho local;</li><li>4. Aumentar a capacidade de armazenamento de forragem como reserva estratégica;</li><li>5. Aproveitar a unidade de pasteurização de leite localizada na EMBRAPA Caprinos de Sobral, voltada para agricultura familiar;</li><li>6. Oferecer programa de capacitação da cadeia de ovinocaprinocultura;</li><li>7. Implantar uma unidade de beneficiamento de ovino e caprino (Agroindústria).</li></ol>

PROJETOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES
<p><b>3. Organização da Cadeia Produtiva do Artesanato</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Captação de recursos para incentivar e melhorar as condições dos artesãos/ãs.</li> <li>2. Estimular o associativismo e o cooperativismo como forma de empoderamento produtivo dos artesão/ãs.</li> <li>3. Capacitação e qualificação de mão de obra artesã para produção e comercialização dos produtos.</li> <li>4. Instalação de uma Central de Artesanato no Território.</li> </ol>
<p><b>4. Organização da Cadeia Produtiva de Bovinocultura de Leite</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Melhorar a qualidade genética com instalação de um banco de sêmen;</li> <li>2. Melhorar a capacidade produtiva do suporte forrageiro das unidades produtivas;</li> <li>3. Melhorar a sanidade do rebanho local;</li> <li>4. Aumentar a capacidade de armazenamento de forragem como reserva estratégica.</li> <li>5. Ampliação de tanque de leites nas comunidades rurais que apresentam potencial.</li> </ol>
<p><b>5. Organização da Cadeia Produtiva de Aqüicultura e Pesca Artesanal</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Peixamento dos pequenos e médios açudes do território;</li> <li>2. Melhorar a capacidade produtiva da flora aquática (adubação orgânica);</li> <li>3. Implantar unidades produtivas de criação de peixe;</li> <li>4. Criar uma infra-estrutura básica de fomento para pesca artesanal;</li> <li>5. Implantação de pequenos módulos de cultivo de tilápias em tanques rede nos reservatórios do território.</li> <li>6. Fortalecer as Colônias de Pescadores com infraestrutura e logística.</li> <li>7. Distribuição de kit (canoa, freezer e balança) pescador para águas continentais.</li> </ol>

**Quadro 55:** Projetos Estratégicos priorizados pelo Território

Fonte: Relatório da Oficina Estadual com Comitês Temáticos, 2010.



## **Parte IV**

# **GESTÃO DO PLANO**

## **Proposição**



## GESTÃO DO PLANO

O Sistema de gestão do plano caracteriza por dois processos simultâneos e interrelacionados, um intrínseco e outro extrínseco. Conforme as Orientações Gerais para a Elaboração e Qualificação do PTDRS, o processo intrínseco consiste, principalmente, na intensidade de responsabilidade social que o colegiado se atribui ao assumir a gestão no sentido da materialização dos objetivos, metas e resultados e também no contínuo processo de qualificação do próprio sistema. Enquanto que o processo extrínseco consiste na competência social do colegiado buscando a maior governança nos acordos e negociações com parceiros e atores das diversas esferas de concertação possíveis da União.

Os dois processos prescindem da ação efetiva dos colegiados assumirem a gestão social dos planos. Todavia os territórios carecem ainda de um amadurecimento de suas instancias colegiadas, por conta da transitoriedade de representação dessas instancias, tanto aqueles que elaboraram o plano quanto os que estão na fase de qualificação.

O plano de gestão a ser construído durante o processo de formulação da visão do futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes, dos eixos de desenvolvimento, dos programas e dos projetos estratégicos territoriais não contemplou os demais elementos de gestão territorial, quais sejam: os instrumentos para a implementação, o gerenciamento social, sua operacionalização (metas e resultados) e a governança sobre os acordos externos e seus instrumentos de controle social (indicadores).

A implementação dos PTDRS tem como ponto de partida a reestruturação das instancias colegiadas de forma que possibilite garantir sua representatividade e retome a formulação dos demais elementos necessários a gestão social do plano territorial.

A gestão social é um processo no qual se estabelece uma nova forma de participação, negociação, alcance de consensos e democratização das decisões que definem a natureza, foco e prioridades da aplicação dos instrumentos da política. O processo viabilizará a promoção da legitimação de

espaços da participação dos atores sociais no contexto da definição das políticas públicas de interesse do Território.

Nessa direção, a gestão aqui apresentada deve ser compreendida como uma proposta que estimula o surgimento de uma ambiência político-institucional favorável à construção de relações sociais mais horizontais e emancipatórias (relações de poder estabelecidas entre os arranjos institucionais locais).

O planejamento, a execução, e o controle (o monitoramento e a avaliação) são etapas imbricadas que compõem gestão, e se realizadas de forma participativa, envolvendo os distintos atores que compõem o Território, poderão produzir as transformações necessárias. Neste Plano toda a etapa de qualificação foi cumprida, com a mais ampla participação da sociedade civil, através de representações de segmentos presentes na Plenária do Território, assim como daquelas instituições públicas presentes na Plenária e Comitês Temáticos. A sua execução se efetivará em função das articulações realizadas pelo Colegiado Territorial e Rede de Colegiados Estadual com os governos Federal, Estadual e Municipal e ainda pelo envolvimento da sociedade organizada que, pelo que ficou demonstrado no processo de elaboração do Plano, já se organiza para sua efetivação. O controle é essencial para a realimentação do processo, assim se poderá tomar as medidas indicadas para o aperfeiçoamento permanente da gestão, daí a necessidade de um tratamento cuidadoso na sua implementação.

Os ciclos de gestão se iniciam por meio do monitoramento e avaliação (M&A), ou seja, antigos e novos atores são sensibilizados e mobilizados para discutir e refletir sobre as ações, bem como identificar o que pode ser redirecionado ou aperfeiçoado.

O papel fundamental das práticas de M&A é medir a eficiência e eficácia da implantação das políticas públicas. O PTDRS se apresenta como o instrumento de planejamento mais amplo e articulado, sem desconsiderar a importância do diálogo com as demais experiências em andamento no território, subsidiando, permanente e gradativamente, a execução do já mencionado plano e seus resultados.

A gestão social é o responsável também pela identificação dos resultados e impactos, bem como pela formulação de medidas de aperfeiçoamento. O monitoramento é o acompanhamento sistemático das ações passo a passo e está mais relacionado ao andamento das etapas/atividades em si. A avaliação tem intervalos mais amplos, em geral um ano ou um ciclo de projeto, e tem como propósito analisar todos os aspectos possíveis, até mesmo questionar a planificação. Já a monitoria serve para guiar um processo ou projeto sem sair do seu marco inicial. A avaliação, portanto, é mais profunda do que a monitoria e precisa de mais dados e de análises mais complexas.

Assim, a avaliação deve ser trabalhada através dos três indicadores abaixo relacionados:

➤ De avaliação de processo: verifica se as atividades previstas relacionadas com os produtos/objetivos e o modelo de gestão estão funcionando. Em geral chama-se de monitoria exatamente o acompanhamento sistemático das ações passo a passo, ou, ainda, a avaliação do processo, os avanços e deficiências no processo de planejamento, execução e gestão.

➤ De avaliação de resultado: verifica se os produtos relacionados com os objetivos foram realizados e alcançados. A avaliação de resultados fornece elementos para a redefinição de objetivos e revisão da estratégia, ou seja, do caminho proposto para se chegar aos objetivos.

➤ De avaliação de impacto: verifica a contribuição dos produtos/resultados alcançados na solução dos problemas, mudança da realidade, melhoria da qualidade de vida, ou seja, a materialização da visão de futuro. Tais impactos referem-se às mudanças mais duradouras ou significativas e, portanto, mais difícil de medir. Muitas vezes requer um “marco zero” de informações sobre as condições de vida dos diversos segmentos, em particular da agricultura familiar para permitir a comparação posterior.

Nessa direção, o Colegiado Territorial irá construir o formato teórico-metodológico do controle para a gestão social do desenvolvimento territorial, bem como os mecanismos e instrumentos de monitoramento e avaliação na

perspectiva de elevar o patamar de participação cidadã dos atores que conformam o colegiado territorial e dos demais agentes sociais no controle social do PTDRS e nas ações sociais públicas. Em outras palavras, é preciso construir os arranjos institucionais para a gestão do PTDRS capazes de responder pelo processo de monitoramento e avaliação tanto do PTDRS, quanto dos projetos, desafios estes a serem coordenados por uma estrutura colegiada responsável pela gestão social do território.

Essa estrutura colegiada precisa dialogar com as demais estruturas existentes no território, a exemplo dos CMDS, conselhos setoriais, fóruns, e redes, no sentido de fomentar avanços significativos nos componentes que qualificam as relações entre Estado e sociedade civil, ou seja: um desenho institucional que atenda às exigências do projeto de desenvolvimento territorial, o estímulo à presença de uma sociedade civil mobilizada e o compromisso dos gestores públicos com o projeto de participação social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este plano foi materializado com ampla participação do Colegiado Territorial de acordo com o papel atribuído a cada uma de suas instâncias. Portanto, do ponto de vista da apropriação do documento como ferramenta de gestão para a construção do desenvolvimento sustentável, o colegiado respeitando as definições da plenária geral, para implementação do mesmo assumiu:

Garantir o acesso às políticas públicas de direito e desenvolvimento social, Melhorar os serviços de educação, de cultura e turismo, Melhorar os serviços de saúde com foco na prevenção, Criar mecanismos para um meio ambiente saudável no território , Desenvolver ações de convivência com a vida no Semiárido, Desenvolver a agricultura e a pecuária em bases agroecológicas, Agregar valor com comercialização e implantação de agroindústrias, Apoiar e fortalecer ações de comercialização dos produtos da agricultura familiar e de assistência técnica permanente, Assegurar a infraestrutura básica como suporte de apoio ao desenvolvimento social, produtivo e ambiental do território e Assegurar o acesso à terra, Fortalecer o colegiado territorial para a gestão do território de forma descentralizada

Por fim, destaca-se a importância do papel que o colegiado territorial irá desempenhar em conjunto com a rede estadual de colegiados territoriais na divulgação e na negociação de recursos visando à implementação das ações e dos projetos territoriais.

Caberá as instancias colegiadas dentro de seu papel construir os planos de ação de acordo com o seu nível de atuação e colocarem em prática os projetos conforme prioridades estabelecidas no cronograma de execução.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, CAPISTRANO. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. São Paulo: BRIGUET, 1930.

AKERMAN, Marco. Saúde e Desenvolvimento Local – princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica - São Paulo: Editora HUCITEC, 2ª Ed, 2005.

AQUASIS, 2001. <[http:// www.aquasis.org/projeto.php](http://www.aquasis.org/projeto.php)> Acesso em. 30 de Novembro de 2010.

ARENDDT, HANNAH. O que é Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ARROIO, JOÃO CLÁUDIO TUPINAMBÁ. Economia Popular e Solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006 (Coleção Brasil Urgente).

ARRUDA, Miguel Edgy Távora. Calendário Histórico-Cívico-Religioso de Baturité. Baturité: Fundação Comendador Ananias Arruda, 1990.

BARROSO, Gustavo. À Margem da história do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, 1962.

BORZACCHIELLO, JOSÉ CAVALCANTE, TÉRCIA E DANTAS, EUSTÓGIO (Orgs.). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

BRANT de Carvalho, Maria do Carmo. In: ÁVILA, Célia M. de (coord.) Gestão de Projetos Sociais - São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária – AAPCS, 1999, p.57-77.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de Outubro de 1988. Contém as emendas posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Capacita SUAS. Volumes 1, 2 e 3. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais do Pontífice Universidade Católica de São Paulo – 1ª Edição. Brasília: MDS, 2008.

BRASÍLIA, Organização Pan-Americana de Saúde, 2002.

BRASIL. MDA/CONDRAF. Documento-base para a Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Documento-base para as Conferências Estaduais. Desenvolvimento Rural Sustentável: por um Brasil rural com gente. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 3. Brasília: 2006.

\_\_\_\_\_. Institucionalidade para a Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 1. Brasília: 2005.

BRASIL. MDA/SDT/NEAD. Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável. Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e cooperação do IICA. Brasília: CONDRAF, Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003.

BRASIL. MDA/SDT. Documento do Guia de Orientações para elaboração e qualificação do PTDRS. Brasília, DF: MDA, 2009.

Brasil. MESA/FOME ZERO/CONSEA. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional. Brasília: Documento Base, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Sistema de Avaliação e Monitoramento do PRONAF. Dados sistematizados do BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN e BNDES.

\_\_\_\_\_. Dados atualizados até BACEN: até 06/2008; BANCOOB até 09/2008; BANCO COOPERATIVO SICREDI: até 09/2008; BASA: até 11/2008; BB: até 11/2008; BN: até 10/2008 e BNDES: até 07/2006 - Últimos 3 meses sujeitos às alterações. Data da Impressão: 23 jan. 2009.

BRAVO, MARIA INÊS SOUZA E PEREIRA, POTYARA A.P. (Orgs.). Política Social e Democracia. São Paulo: Cortez RJ - UERJ, 2007.

BRENO BRINGEL, MARIA VICTÓRIA ESPIÑEIRA (Orgs). Dossiê: Movimentos Sociais e Política. Caderno CRH 54: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA. Salvador: UFBA, 2008.

BRINGEL, BRENO E ESPIÑEIRA, MARIA VITÓRIA (Org). Dossiê Movimentos Sociais e Política. Caderno CRH: revista 21 nº 54. Salvador: UFPB, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação, 2009. Disponível em: < [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em: 27 jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura, 2009. Disponível em: <[www.minc.gov.br](http://www.minc.gov.br)>.

Acesso em: 30 jun. 2010.

CEARÁ. Secretaria de Cultura do Estado, 2010. Disponível em:

CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado, 2010. Disponível em: <[www.seduc.ce.gov.br](http://www.seduc.ce.gov.br)>. Acesso em: 20 jun. 2010.

CÂMARA, Gilberto. Análise espacial de dados geográficos. São Paulo: GEOBrasil 2000, 2000.

CÂMARA, Gilberto; MEDEIROS, José Simeão de; MONTEIRO Antônio Miguel Vieira. Geoprocessamento para projetos ambientais. São Paulo: GEOBrasil 2000, 2000.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa ET AL (organizadores). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Fio cruz, 2ª Ed. 2009.

CEARÁ, Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA). Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS). Fortaleza, 2008/2011

CEARA. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável. Síntese dos Indicadores Sociais do Governo do Estado do Ceará, 2008. Fortaleza, 2009.

CEARA. SEDUC / UNICEF. Censo Comunitário Educacional. Fortaleza, 1996.

CEARA. SEDURB. Informações Básicas Municipais de Quixeramobim. Fortaleza, 1998.

CONDIRC – Conselho de Desenvolvimento e Integração Regional do Cariri/CE. Disponível em: <<http://www.cariri.org.br/arranjos.jsp>>. Acesso em: 21 nov. 2009.

DUARTE, E. C. ET AL. Epidemiologia das desigualdades em saúde no Brasil: um estudo exploratório. Brasília, Organização Pan-Americana de Saúde, 2002.

EMBRAPA. Principais classes de solos do sistema brasileiro de classificação: classes usadas nos levantamentos pedológicos do Brasil. s.n.t.

Equipe Técnica da SDT e CONSULTORES Externos. Referências para a Gestão Social dos Territórios Rurais: Guia para o Controle Social – Documento de Apoio Nº 4. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), Brasília – 2006.

Equipe Técnica Estadual do Programa Territórios da Cidadania - CE. (Orgs.) Documento para Discussão e Aprimoramento pelos Colegiados Territoriais Orientações para Pensar os Espaços e Estratégias Organizacionais com vistas

à Estruturação, (Re) estruturação ou Fortalecimento dos Colegiados no Contexto do Desenvolvimento Territorial com Sustentabilidade. Fortaleza: Maio 2009 (Texto impresso)

FALCÃO, J.A.G. O Turismo internacional e mecanismo de circulação. In: YAZIGI et al. (Org.) Turismo, espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 80

FERNANDES, Afrânio. Fitogeografia brasileira. 2ª ed. Fortaleza: Multigraf, 2000.

FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS. Plano de gestão urbano-ambiental integrada para o Município de Caucaia. Fortaleza: FUNCEME, 1994.

GOMES, ANGELA DE CASTRO (Coord.). Direitos e Cidadania Memória, política e cultura. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

HISSA, I. A. Análise da realidade da fonte batateira no Cariri - CE: Aspectos econômicos e legais do mercado de água. Fortaleza: UFC/ PRODEMA, 2005.

IDACE. Disponível em: <<http://www.idace.ce.gov.br/assessoriaimprensa>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

IPLANCE. Anuário Estatístico do Ceará 1998 / 99. Fortaleza, 2000.

KAZMIERCZAK, M. L.; SEABRA, F. B. Índice de susceptibilidade de degradação ambiental em áreas do cerrado Paulista. In: Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto ,2007,Florianópolis, Brasil,p.2745- 2752.

MEDEIROS, José Simeão de. Bancos de dados geográficos e redes neurais artificiais: tecnologias de apoio à gestão do território. (Tese de Doutorado). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Planejamento do SUS: uma construção coletiva-organização e funcionamento. Vol. 1, 3ª Ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema Nacional de Vigilância em Saúde – Relatório de Situação Ceará. Brasília: ministério da Saúde, 2009.

MIRANDA, CARLOS e COSTA, CRISTINA. Gestão Social do Território: Experiências no Estado do Maranhão. Brasília: IICA, 2005.

MONTAÑO, CARLOS. Terceiro setor e questão social: Crítica ao padrão

emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2003.

MORIN, Edgar. Para Onde Vai o Mundo? Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, M.M.A. M: GATTO, L.C. S Geomorfologia in: Brasil. Ministério das Minas e Energia. Secretaria Geral. Projeto RADAMBRASIL. Folha AS 24 Fortaleza. RJ: Levantamento dos Recursos Naturais, 21, 1981.

OPAS. Indicadores básicos de saúde no Brasil: conceitos e aplicações.

OFICINAS DE QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO. Em novembro de 2010.

PREFEITURAS dos municípios que formam o Território, informações sobre cultura e educação, 2010.

RABELO, Catarina Maria. Documento Técnico: Um sensível olhar sobre a atuação-relação entre o colegiado territorial e a equipe técnica no contexto da estratégia de desenvolvimento territorial. Mimeo. Fortaleza, 2008/2009.

RELATÓRIO do Encontro dos Comitês Temáticos da Cultura, Educação, Juventude e Mulheres, Ceará, 2009.

SALES, Vanda de Claudino; PEULVAST, Jean-Pierre. Evolução Morfoestrutural do Relevo da Margem Continental do Estado do Ceará, Nordeste do Brasil - Caminhos de Geografia - revista on line. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>. Acesso em: 12 maio 2010.

SCHNEIDER, SÉRGIO SILVA, MARCELO KUNRATH E MARQUES, PAULO EDUARDO. Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

SEPÚLVEDA, SERGIO. Desenvolvimento Microrregional Sustentável. Métodos para planejamento local. Brasília: IICA, 2005.

SOUZA, M. J. N. Compartimentação geoambiental do Ceará. In: SILVA, J. B; Cavalcante, T (org). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

SOUZA, Simone. (Coord.) História do Ceará. Fortaleza: UFC; Fundação Demócrito Rocha, Stylus Comunicações, 1989.